

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Franciele Becher

**O “*PERIGO MORAL*” EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL:
POLÍTICAS PÚBLICAS E MENORIDADE EM CAXIAS DO SUL – RS
(1962-1992)**

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Franciele Becher

**O “*PERIGO MORAL*” EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL:
políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2012

Franciele Becher

**O “*PERIGO MORAL*” EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL:
políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada com indicação de publicação em 05 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Claudia Mauch (UFRGS) – Conceito A

Prof^a. Dra. Nilda Stecanela (UCS) – Conceito A

Prof^a Dra. Silvia Maria Favero Arend (UDESC) – Conceito A

*Aos que, na sua inquietude e sensibilidade,
continuam acreditando, buscando e
construindo um mundo melhor.*

AGRADECIMENTOS

Como começar? Por onde começar? Sem dúvida, este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio, o incentivo e o auxílio de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio da minha família. Seu Antero e Dona Marlene, que sempre me incentivaram, que me ensinaram a simplicidade e a honestidade, viram sua filha sair de casa para trilhar seus caminhos na “capital”. Apesar dos telefonemas chorosos de saudade, eles aguentaram, me esperando para as visitas de final de semana, convivendo com uma estudante que passava muitas horas no quarto lendo e escrevendo, enquanto podia estar tomando chimarrão no gramado da frente de casa. Sei que eles compreendem todas essas distâncias. Sei que estarão sempre comigo. Tenho que agradecer também ao meu querido irmão Marcelo: sensível, humano e indignado, como eu mesma tento ser sempre. Minha família é grande demais para agradecer a todos nominalmente, mas gostaria de reafirmar o quanto foi importante a crença que cada um deles sempre depositou em mim. Sem isso, teria sido muito mais difícil, sem dúvida alguma.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento particular ao Márcio Faraco, cantor, compositor, minha inspiração e meu grande companheiro nesses últimos anos, com quem construí um mundo de semelhanças inacreditáveis. Suas palavras, seu incentivo, seu bom humor, suas músicas, sua inquietude me fazem mais humana a cada dia. Sei que seguiremos juntos, longe ou perto: sei que realizaremos cada plano e cada sonho, um de cada vez. Eu estou contigo, e sei que você está em mim.

Um agradecimento mais que especial aos tantos amigos, que escutaram meus choros, reclamações, indignações e chateações; que me ajudaram de muitas formas, mesmo que nem o saibam; amigos de muito tempo atrás, e também do meu presente imediato. Aos queridos da F.A.P.; aos amigos de infância; aos colegas de graduação; aos colegas do Observatório de Educação; aos amigos jornalistas; ao pessoal que me acolheu em Porto Alegre; aos colegas de mestrado; ao pessoal da Escola Carlos Drummond de Andrade; aos amigos e amigas “virtuais”, em nossas reais indignações; enfim, a todos e todas que fizeram e fazem parte da minha trajetória.

Um agradecimento a todas as educadoras e educadores que atravessaram meus caminhos ao longo desses 20 anos de escolaridade: cada um de vocês marcou minha

trajetória, e faz parte da minha própria prática pedagógica hoje. Dentro desse universo, não poderia deixar de mencionar duas pessoas em especial: Nilda Stecanela e Enrique Padrós.

Nilda, minha “ex-eterna orientadora”, com quem aprendi tanto, com quem iniciei os rumos da minha pesquisa, com quem quero partilhar seus resultados, com quem quero seguir trocando ideias e inquietações.

Enrique, meu “orientador-uruguaio-gigante”, essa pessoa tão humana que me acolheu mesmo sem imaginar quem eu era, que acreditou na minha história, que me orientou de forma minuciosa e competente.

Aos meus queridos educandos, que nos últimos quatro anos me ajudaram a ver o mundo de forma diferente; que me desafiaram a ser melhor; que se tornaram verdadeiros amigos: muito obrigada.

Ao pessoal do Arquivo Público João Spadari Adami (sempre muito solícitos, me recebendo com estufas no inverno gelado de Caxias do Sul, e me dando todo o acesso possível às fontes que eu necessitava). Ao pessoal da Assessoria de Informação e Gestão da FASE, por me permitir estudar o acervo da FEBEM (em especial ao Leonel, que me deu muitas dicas!). À equipe do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, por ter executado o magnífico trabalho de digitalizar o acervo da imprensa escrita caxiense: os historiadores do mundo agradecem! Aos que me concederam suas palavras para me ajudar a explicar as conjunturas dessa pesquisa. Ao pessoal da Pastoral do Menor, que me deu acesso às suas trajetórias de vida e aos documentos da instituição. Uma história não se escreve sem fontes. Muito obrigada!

E, por fim, um agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por terem me permitido cursar o mestrado com bolsa de estudos integral, o que viabilizou a construção dessa pesquisa.

A todos e todas, meus mais sinceros agradecimentos. Perto ou longe, levo cada um de vocês comigo. A amizade sobrevive ao silêncio e à distância.

*Sempre tinham sido como
homens, na sua vida de miséria e
de aventura, nunca tinham sido
perfeitamente crianças.*

Capitães da Areia
Jorge Amado

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar as políticas públicas de assistência à infância e à juventude órfã, desamparada, abandonada e/ou infratora na cidade de Caxias do Sul – RS, entre os anos de 1962 e 1992. Busca estabelecer reflexões que transitam em duas direções: por um lado, investiga as relações dessas políticas municipais com as diretrizes das políticas públicas nacionais, inscritas no contexto da Doutrina de Segurança Nacional da ditadura civil-militar (1964-1985), e personificadas pela atuação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor. Essas diretrizes, amparadas juridicamente pela “Doutrina de Situação Irregular” legitimada no Código de Menores de 1979, buscavam formas de controle e contenção da infância carenciada, criminalizando e responsabilizando as crianças e jovens pela situação de pobreza em que se encontravam. Por outro lado, procura situar possíveis descontinuidades entre as ações desempenhadas pelo poder público municipal e as políticas normativas nacionais, já que a cidade de Caxias do Sul contou com um serviço assistencial municipalizado, a Comissão Municipal de Amparo à Infância, criado em 1962. Considera, também, as transformações da área da assistência pública após a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trouxe consigo a noção de “Proteção Integral” e de garantia de direitos.

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas fontes institucionais, periódicas e orais, categorizadas tematicamente e analisadas de acordo com a narrativa cronológica do trabalho. Em um primeiro momento, considerou-se a trajetória da institucionalização de crianças e jovens no Brasil e no Rio Grande do Sul, dando-se especial destaque às transformações ocorridas ao longo da ditadura civil-militar e do processo de redemocratização do país. Em seguida, a realidade assistencial da cidade de Caxias do Sul foi analisada a partir de uma subdivisão que contemplou primeiramente as décadas de 1960 e 1970 e, posteriormente, as transformações da década de 1980 e 1990, até a criação do Conselho Tutelar da cidade, em 1992.

As políticas públicas para a assistência ou institucionalização de crianças e jovens de Caxias do Sul combinaram benemerência, proteção e filantropia, enquadradas dentro da lógica da “Situação Irregular”, conjuntura que vai gradualmente se modificando ao longo da década de 1980, com a autocrítica e a transformação das instituições. No que se refere aos infratores, as iniciativas caxienses transitaram entre o confinamento, a reclusão e algumas ações de reeducação, sobretudo no período da redemocratização brasileira e da transformação das políticas nacionais para a infância. Episódios de desrespeito aos direitos humanos, estigmatização por parte da imprensa e extermínios de crianças e jovens pobres fizeram parte da realidade caxiense do período. Por outro lado, Caxias do Sul criou importantes instâncias protetivas, abrindo caminho para a reestruturação de sua rede de proteção dentro da lógica da garantia de direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência à infância e à juventude. Institucionalização de crianças e jovens. Políticas públicas. Menoridade. Caxias do Sul. Ditadura civil-militar. Segurança Nacional.

ABSTRACT

This dissertation has as its main objective analyze the public policies of assistance to orphan, helpless, abandoned and/or offending childhood and youth in Caxias do Sul / RS, between 1962 and 1992. It searches to establish reflections that move toward two directions: on one hand, it investigates the relations of these municipal policies with the guidelines of the national public policies, entered in the context of the Doctrine of the National Security of the civil-military dictatorship (1964- 1985) and personified through the performance of National Foundation for the Welfare of Minors, and the State Foundations of Welfare of Minors. These guidelines, legally protected by the ‘Irregular Situation Doctrine’, legitimated in the Minors Code of 1979, sought forms of control and contention of the deprived childhood, criminalizing and putting responsibility in the children and young people for the poverty situation in which they found themselves. On the other hand, it searches to place possible discontinuities among the actions performed by the municipal government and the national regulatory policies, since Caxias do Sul had an assistance service municipalized, the Municipal Commission for the Support of Children, created in 1962. It also considers the transformations in the public assistance area after the Constitution of 1988 and the Statute of Child and Adolescent were enacted. They brought with them the notion of ‘Full Protection’ and the guarantee of the rights.

To execute this research, institutional, periodical, and oral sources were used and they were categorized thematically and analyzed according to the chronological narrative of the research. In the first moment, the trajectory of the institutionalization of children and teenagers in Brazil and in Rio Grande do Sul was considered, emphasizing the transformations occurred during the civil-military dictatorship and the process of bringing back the democracy to the country. Following, the caring reality in Caxias do Sul was analyzed from a subdivision that considered first the 1960s and the 1970s and, after, the transformations in the decades of 1980s and 1990s, until the creation of Tutelary Council in town, in 1992.

The public policies to assistance or institutionalization of children and teenagers in Caxias do Sul matched benevolence, protection and philanthropy, situated inside a logical of the ‘Irregular Situation’, conjuncture that modifies gradually along the 1980s, with the self-criticism and the transformation of the institutions. In relation to the offenders, the initiatives from Caxias do Sul moved between the confinement and some reeducation actions, mainly when democracy was coming back to Brazil and in the moments of transformation of the national policies to infancy. Episodes of disrespect to the human rights, stigmatization by the press and extermination of deprived children and teenagers were part of the reality from Caxias do Sul in that period. On the other hand, Caxias do Sul created important protective instances, opening ways to the restructuration of its net of protection inside de logical of the guarantee of the rights from the Statute of Child and Adolescent

KEYWORDS: Assistance to infancy and youth. Institutionalization of children and teenagers. Public policies. Minority. Caxias do Sul. Civil-military dictatorship. National Security

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3º GAA Ae – 3º Grupo de Artilharia Antiaérea de Caxias do Sul

ACISO – Ação Cívico-Social

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul

AMJEC – Associação de Menores Jornaleiros e Engraxates da COMAI

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CASEMI – Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Caxias do Sul

CEBEM – Centro de Bem-Estar do Menor

CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

CIC – Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul

CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODECA – Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul

COMAI – Comissão Municipal de Amparo à Infância de Caxias do Sul

COMBEM – Conselho Municipal dos Direitos do Menor de Caxias do Sul

COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caxias do Sul

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DAS – Divisão de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul

DEPAS – Departamento de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESG – Escola Superior de Guerra

FAS – Fundação de Assistência Social de Caxias do Sul

FASE/RS – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul

FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência

FEAP – Fundação Educacional Alberto Pasqualini

FEBEM/RS – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Rio Grande do Sul

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GEHPAI – Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância
IAJ – Instituto Ana Jobim da FEBEM/RS
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICM – Instituto Central de Menores da FEBEM/RS
III – Instituto Infantil de Ipanema da FEBEM/RS
INMR – Instituto Nehyta Martins Ramos da FEBEM/RS
INPS – Instituto de Nacional de Previdência Social
IPC – Instituto Padre Cacique da FEBEM/RS
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IP-USP – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
ISM – Instituto Santa Marta da FEBEM/RS
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LEFAN – Legião Franciscana de Assistência aos Necessitados de Caxias do Sul
LEFAP – Legião Franciscana de Assistência aos Pobres de Caxias do Sul
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MOCOVI – Movimento Comunitário de Combate à Violência de Caxias do Sul
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
ONU – Organização das Nações Unidas
OPTA – Organização do Pequeno Trabalhador Ambulante da FEBEM/RS
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RECRIA – Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul
SAM – Serviço de Assistência a Menores
SAMEC – Sociedade de Atendimento ao Menor Carente de Caxias do Sul
SCAN – Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados
SESME – Serviço Social do Menor do estado do Rio Grande do Sul
SISEM – Situação Sócio-Educacional do Menor na Área Urbana de Caxias do Sul
SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Caxias do Sul
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Fig. 1: Casa 3 da triagem masculina do Serviço de Assistência a Menores. Rio de Janeiro, 1964.....	52
Fig. 2: Mário Altenfelder, presidente da FUNABEM entre 1964 e 1974.....	52
Fig. 3: Desenho representando a Roda dos Expostos.....	56
Fig. 4: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, desenho de 1946.....	56
Fig. 5: Asylo São Joaquim, construído pela Sociedade Humanitária Padre Cacique, em 1932.....	99
Fig. 6: Instalações do Centro do Jovem Adulto da FEBEM/RS, fotografia sem data.....	99
Fig. 7: Vista do Patronato Agrícola. Caxias do Sul, 1928.....	114
Fig. 8: Grupo de internos do Patronato Agrícola de Caxias do Sul, sem data.....	114
Fig. 9: Menores engraxates da COMAI em cadeiras instaladas pelo Poder Público no centro da cidade, 1979.....	128
Fig. 10: Menores do Setor do Menor Ambulante da COMAI, durante suas férias em Lajeado Grande, 1977.....	128
Fig. 11: Menores do Setor do Menor Ambulante em frente à sede da COMAI, 1979.....	128
Fig. 12: Time de futebol dos meninos da COMAI, 1979.....	143
Fig. 13: Crianças da Creche Vovó Lu da COMAI, 1979.....	143
Fig. 14: Esther Troian Benvenuti, primeira Diretora-Executiva da COMAI. Ao fundo, o atual senador Pedro Simon, 1977.....	143
Fig. 15: Inauguração do Centro de Bem-Estar do Menor Padre Cacique, 1975.....	152
Fig. 16: Inauguração do Centro de Bem-Estar do Menor Branca de Neve, 1975.....	152
Fig. 17: Visita da FUNABEM ao Núcleo Chapeuzinho Vermelho, 1979.....	152
Fig. 18: Criança pedinte. Capa do Jornal Pioneiro em 1970.....	161
Fig. 19: Criança pedinte. Capa do Jornal Pioneiro em 1974.....	161
Fig. 20: Presídio Industrial de Caxias do Sul, 1978.....	168
Fig. 21: Internos da Casa do Menor da COMAI, 1979.....	168
Fig. 22: Alguns jovens infratores retratados pela imprensa, década de 1970.....	173
Fig. 23: “Cid”, jovem infrator detido e desfalecido, sendo carregado por policiais, 1978.....	176
Fig. 24: “Bilo”, jovem infrator assassinado, 1978.....	176
Fig. 25: Assembleia de funcionários da COMAI, 1983.....	189

Fig. 26: Greve de 1983 na COMAI, Creche Vovó Lú.....	189
Fig. 27: Crianças da Casa de Triagem da COMAI, 1983.....	189
Fig. 28: Situação da Casa de Triagem da COMAI, 1983.....	199
Fig. 29: Escola Aberta da COMAI, 1989.....	199
Fig. 30: Sede da COMAI, 1990.....	199
Fig. 31: Crianças da COMAI em manifestação, 1991.....	204
Fig. 32: Horta da COMAI, 1992.....	204
Fig. 33: Charge sobre a campanha da COMAI contra a esmola, 1992.....	204
Fig. 34: Alguns jovens infratores retratados pela imprensa, décadas de 1980 e 1990.....	219
Fig. 35: Casa do Menor da COMAI, 1984.....	224
Fig. 36: Situação dos menores detidos na cela do Presídio Municipal, 1989.....	224
Fig. 37: Menores detidos na cela do Presídio Municipal, 1989.....	224
Fig. 38: Vista panorâmica do Centro Meninos de Brodowski, 1986.....	228
Fig. 39: Internos do Centro Meninos de Brodowski, 1985.....	228
Fig. 40: Cotidiano no Centro Meninos de Brodowski, 1984.....	228
Fig. 41: Desenho do Centro Renascer, 1990.....	231
Fig. 42: Porta de entrada do Centro Renascer, 1991.....	231
Fig. 43: Internos do Centro Renascer trabalhando na agricultura, 1992.....	231
Fig. 44: Grupo de discussão sobre Habitação do I Encontro de Menores de Caxias do Sul, 1987.....	248
Fig. 45: Passeata promovida pela Pastoral do Menor em outubro de 1987.....	248
Fig. 46: Passeata promovida pela Pastoral do Menor em outubro de 1989.....	248
Fig. 47: Cartazes de divulgação de eventos da Pastoral do Menor, 1989.....	250
Fig. 48: Propaganda do candidato Elói Gallon para a eleição do Conselho Tutelar, 1992.....	250
Fig. 49: Chamada para eleição do Conselho Tutelar, 1992.....	258
Fig. 50: Passeata de mobilização da Pastoral do Menor para a eleição do Conselho Tutelar, 1992.....	258
Fig. 51: Apuração dos votos da eleição do Conselho Tutelar, 1992.....	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instituições, capacidade e estatísticas de atendimento da rede própria da FEBEM/RS em 1969.....	89
Tabela 2: Estatísticas de atendimento do Instituto Central de Menores da FEBEM/RS entre 1970 e 1980.....	98
Tabela 3: Entidades caxienses de assistência anteriores a 1960.....	112
Tabela 4: Cadastros anuais do Setor do Menor Ativo da COMAI (1964-1979).....	130
Tabela 5: Faixa-etária dos “menores” inscritos no Setor do Menor Ativo da COMAI (1964-1979).....	132
Tabela 6: Escolaridade dos “menores” do Setor do Menor Ativo da COMAI (1964-1979).....	134
Tabela 7: atendimentos nos setores da COMAI no ano de 1975.....	140
Tabela 8: Receitas da COMAI em 1975.....	141
Tabela 9: Núcleos e Centros de Bem-Estar do Menor em 1975.....	148
Tabela 10: Motivos de recolhimento à Casa de Triagem e Lares Substitutos da COMAI em 1974.....	181
Tabela 11: Ações da Pastoral do Menor em Caxias do Sul entre 1986 e 1992.....	245

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A CRIANÇA “FILHA” DA SOCIEDADE E DO ESTADO: TRAJETÓRIAS DE SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	37
1.1 PERCURSOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL.....	38
1.1.1 A Roda dos Expostos: da Colônia à República, uma forma comum para o abandono.....	38
1.1.2 Filantropia, higienismo e eugenia: pilares de um novo olhar sobre a infância	41
1.1.3 Os “filhos do governo”: a consolidação da assistência pública à infância.....	46
1.2 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL: DA CASA DOS EXPOSTOS À SOCIEDADE HUMANITÁRIA PADRE CACIQUE.....	54
1.2.1 A Casa da Roda da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.....	55
1.2.2 A Sociedade Humanitária Padre Cacique e o início da assistência pública à infância no Rio Grande do Sul.....	59
1.3 OS “MENORES” E A FUNABEM: INFLUÊNCIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA.....	65
1.3.1 A Doutrina de Segurança Nacional: origens e conceitos básicos.....	66
1.3.2 A Estratégia Psicossocial: elementos de uma guerra total contra a população	71
1.3.3 A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor: uma instituição em harmonia com o regime civil-militar brasileiro.....	73
1.4 A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR NO RIO GRANDE DO SUL.....	86
2 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE DE CAXIAS DO SUL ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980.....	106
2.1 CAXIAS DO SUL: FORMAÇÃO HISTÓRICA, PRIMEIRAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E A CRIAÇÃO DA COMAL.....	107
2.1.1 Colonização, industrialização, progresso e pobreza.....	108
2.1.2 As primeiras iniciativas assistenciais da cidade.....	111

2.1.3 A criação da Comissão Municipal de Amparo à Infância.....	115
2.1.4 Um levantamento do “problema do menor” de Caxias do Sul em 1963.....	120
2.2 A COMISSÃO MUNICIPAL DE AMPARO À INFÂNCIA E SUA ATUAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....	122
2.2.1 O difícil começo, o auxílio da comunidade e a estrutura inicial da COMAI....	123
2.2.2 O “Setor do Menor Ambulante”.....	125
2.2.3 O “Setor do Menor Ativo”.....	129
2.2.4 O crescimento da instituição e os desafios frente às demandas sociais.....	139
2.3 PARA ALÉM DA COMAI: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR E A PRESENÇA MILITAR EM CAXIAS DO SUL.....	145
2.3.1 A presença da FEBEM/RS em Caxias do Sul nas décadas de 1960 e 1970.....	147
2.3.2 Os militares e os “menores” de Caxias do Sul na década de 1970.....	154
2.4 OS “ELEMENTOS DESVIANTES” EM CAXIAS DO SUL: ESMOLEIROS MIRINS, MENORES INFRATORES, CRIMINALIDADE E PRESSÃO SOCIAL.....	158
2.4.1 Os esmoleiros mirins, a “triste representação da miséria” no centro da cidade.....	159
2.4.2 O que fazer com os “menores delinquentes”? As respostas das políticas públicas nas décadas de 1960 e 1970.....	163
2.4.3 Os “menores delinquentes” e o que a sociedade pensava sobre eles.....	169
2.4.4 A construção social de saberes: “famílias marginais”, entre a incompetência e a (inevitável) delinquência.....	178
3 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE DE CAXIAS DO SUL ENTRE 1980 E 1992: CRISE, REDEMOCRATIZAÇÃO E CONQUISTA DE DIREITOS.....	185
3.1 A COMAI NA DÉCADA DE 1980: GREVES, CRISES, NOVOS SETORES DE ATENDIMENTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	187
3.1.1 A COMAI e sua estrutura na década de 1980: caminhos para uma mudança institucional.....	191
3.1.2 A COMAI no início da década de 1990: tensões e novos setores de atendimento.....	201

3.2 A FEBEM/RS E SUA ATUAÇÃO AMBIVALENTE EM CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 1980.....	206
3.3 A DELINQUÊNCIA JUVENIL EM CAXIAS DO SUL ENTRE 1980 E 1992: OS CRIMES, AS INICIATIVAS CRIADAS PARA OS INFRADORES, A VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DE MENORES.....	213
3.3.1 A criminalidade juvenil em Caxias do Sul entre 1980 e 1992.....	215
3.3.2 As alternativas criadas para a contenção e reeducação de jovens infratores entre 1980 e 1992.....	221
3.3.3 A violência policial e os extermínios de menores em Caxias do Sul.....	234
3.4 NOVOS ATORES EM CENA: A PASTORAL DO MENOR, A CRIAÇÃO DO COMDICA E DO CONSELHO TUTELAR.....	240
3.4.1 A atuação da Pastoral do Menor em Caxias do Sul: mobilização política e protagonismo juvenil.....	241
3.4.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: o início da municipalização do atendimento nos moldes da Doutrina de Proteção Integral.....	252
3.4.3 A criação do Conselho Tutelar ou a democracia direta em ação.....	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
REFERÊNCIAS.....	268
ANEXOS.....	282

INTRODUÇÃO

*O Vagabundo*¹ (Amélia Rodrigues)

*O dia inteiro pelas ruas anda
Enxovalhando, roto indiferente:
Mãos aos bolsos, olhar impertinente,
Um machucado, chapeuzinho a banda.*

*Cigarro à boca, modos de quem manda,
Um dandy de misérias alegremente
A procurar a ocasião somente
Em que as tendências bélicas expanda.*

*E tem doze anos só! Uma corola
De flor mal desabrochada! Ao desditoso
Quem faz a grande, e pequena esmola*

*De arranca-lo, a esse trilho perigoso,
De atira-lo p'ra os bancos de uma escola?!
Do vagabundo faz-se o criminoso!...*

Os versos que Amélia Rodrigues² utilizou nesse soneto possivelmente descreviam uma criança que perambulava a esmo pelas ruas, no final do século XIX. Eram versos sintomáticos que falavam das transformações pelas quais o Brasil passava naquele período, apontando para o progressivo aumento da criminalidade juvenil, que andava *pari passu* com o desenvolvimento do país. No entanto, seria possível utilizar definições semelhantes para falar de muitas outras crianças e jovens, que perambulavam (e ainda perambulam) pelas ruas brasileiras. Aqui se circunscreve uma acepção específica de criança e de jovem, que se refere a um tipo específico de infância e juventude, historicamente rotuladas e construídas, marcadas por atributos que dizem respeito principalmente a sua condição social.

Partindo de um olhar que buscou se construir sensível frente às desigualdades sociais, procurou-se, ao longo dessa dissertação, analisar algumas práticas históricas utilizadas pelo Estado brasileiro para lidar com esse tipo específico de infância e juventude. Focalizou-se um período particularmente conturbado da história recente do país, a ditadura civil-militar, buscando compreender como as práticas de atendimento e assistência foram configuradas no contexto da cidade de Caxias do Sul, e quais as suas continuidades (ou descontinuidades) com

¹ *Álbum das meninas*, São Paulo, 31. Out. 1898, n. 7, p. 156 *apud* SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 210-211.

² Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues (1861-1926): professora emérita, poetisa, escritora, teatróloga. Atuou junto à assistência social em Salvador, fundando o Instituto Maternal Maria Auxiliadora (que, mais tarde, veio a tornar-se “Ação dos Expostos”). Cf. informações do Instituto Educacional Amélia Rodrigues. Disponível em: http://www.ameliarodrigues.org.br/quem_foi.html Acesso em 18 jan. 2011.

as políticas já reconhecidamente discriminatórias e excludentes, praticadas em nível nacional durante o período.

Entre as décadas de 1960 e 1990, as políticas públicas brasileiras de assistência à infância e à juventude órfã, desamparada ou infratora estiveram intimamente ligadas às diretrizes da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), inscritas em um contexto sociopolítico que, após 1964, pautou-se pelos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Assim como aconteceu em outros domínios da sociedade, a assistência social às crianças e jovens pobres passou para a esfera centralizadora do Estado. O “problema do menor”, motivo de intensa discussão desde o início do século XX, reconfigurou-se em uma questão de segurança nacional, justificando a ingerência do governo. Essa questão também interessava

[...] por causa das famílias marginalizadas e marginalizantes das quais essas crianças e adolescentes eram o produto socialmente mais visível, mais deletério e mais incômodo para o modelo de crescimento adotado pelos governos militares. A infância “material ou moralmente abandonada” transformou-se, desse modo, em motivo e canal legítimos de intervenção do Estado no seio de muitas famílias pobres.³

Fundada pela Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964, a FUNABEM atuava como um órgão normativo, formulador e centralizador das políticas públicas voltadas para os “menores”. Entre as suas funções previstas em lei, estavam a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e a gradativa instalação de Fundações Estaduais de atendimento (FEBEMs). No Rio Grande do Sul, a FEBEM foi criada pela Lei nº 5.747 (de 17 de janeiro de 1969), herdando as instalações do antigo Departamento de Assistência Social (DEPAS), que era vinculado à Secretaria do Trabalho e Habitação (Decreto nº. 16.816, de 17 de setembro de 1964).

A problemática que norteou esse trabalho teve como objetivo investigar a organização das políticas públicas de assistência voltadas à infância e à juventude em situação de exclusão socioeconômica da cidade de Caxias do Sul – RS, entre as décadas de 1960 e 1990, e suas continuidades e descontinuidades em relação às políticas públicas estaduais e nacionais. As resistências e divergências presentes nesse processo também foram analisadas, sobretudo a partir da ação de grupos como o da Pastoral do Menor, procurando identificar de que forma suas ações contribuíram para o protagonismo e a defesa de direitos de crianças e jovens no final da década de 1980.

³ PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). A infância sem disfarces: uma leitura histórica. *In*: _____. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27.

Com o objetivo de localizar permanências e rupturas entre essa realidade local e o contexto mais amplo que abarca as políticas e padrões de atendimento nacionais e estaduais, as reflexões dessa pesquisa transitaram em duas direções: de um lado, buscaram-se possíveis semelhanças das políticas públicas propostas pela cidade de Caxias do Sul com as políticas nacionais e estaduais do período que, como já comentado anteriormente, foram fortemente marcadas por uma ênfase na repressão e na criminalização da infância e da juventude pobre, influenciadas pelo contexto sociopolítico ditatorial. Por outro lado, foram investigadas possíveis rupturas ou descontinuidades nas ações do poder público municipal em relação aos preceitos norteadores do contexto macro, levando em conta que a cidade de Caxias do Sul contou com um serviço municipalizado de assistência que precedeu a implementação da PNBEM, como será explicitado posteriormente.

Mas, por que Caxias do Sul? Essa escolha se justifica por alguns fatores. E, nesse momento, permito-me escrever diretamente em primeira pessoa, usando fatos de minha trajetória pessoal e profissional. Sou natural de Caxias do Sul. Foi nessa cidade que, durante mais de vinte anos, realizei meus percursos; foi onde, aos poucos, decidi ser professora e pesquisadora da área de história. Minha própria história se confunde e se entrelaça com a história caxiense.

A opção por estudar um tema que tem como pano de fundo a questão da desigualdade social brasileira, e que dolorosamente coloca crianças e jovens pobres como objetos de intervenção e controle, tem origem principalmente em meus percursos acadêmicos. Ao longo de minha Licenciatura em História na Universidade de Caxias do Sul, meus pontos de vista sobre o mundo se modificaram. Construí outros horizontes de análise da realidade, que influenciaram em minhas escolhas políticas, e que sensibilizaram meu olhar especialmente para contextos em que a justiça parecia ausente, onde os direitos humanos pareciam sequer existir. A miséria, a exclusão e as injustiças de todo tipo passaram cada vez mais a fazer parte da minha mais franca indignação e repúdio. A compreensão dos mecanismos econômicos, políticos e sociais imbricados nesses processos, a compreensão cada vez mais histórica do mundo, me modificaram intensamente.

A partir de 2008, comecei a fazer parte do grupo de pesquisadores do Observatório de Educação da Universidade de Caxias do Sul. Foi nesse momento que a pesquisa adentrou meu cotidiano. Fui bolsista de iniciação científica do projeto “Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade”, coordenado pela Prof^a Dra. Nilda Stecanela. Usando a pesquisa em educação, nos questionávamos sobre como era possível “ser jovem” em instituições fechadas. Nossos sujeitos de pesquisa foram jovens em cumprimento de medida

de privação de liberdade do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), de Caxias do Sul.⁴ Foi precisamente durante a execução desse projeto que meu tema de pesquisa, antes apresentado como projeto para conclusão de minha Licenciatura, ora transformado em dissertação de mestrado, foi surgindo. Qual a perspectiva histórica dessas instituições? Teria sido sempre assim? Qual o posicionamento de Caxias do Sul nesse processo? Quando me deparei com a história da institucionalização de crianças e jovens no Brasil, confrontada com os contextos autoritários da história recente de nosso país, decidi que esse seria o meu cenário de pesquisa. Ademais, acredito que optando esse tema consigo realizar também uma reflexão profunda e socialmente marcada pelas contradições que vemos em nosso dia-a-dia. Isso se tornou imprescindível para mim, como será possível perceber nas tantas linhas que se seguem.

Caxias do Sul, sendo hoje a segunda maior cidade do Rio Grande do Sul, foi cenário de um intenso desenvolvimento socioeconômico durante o período em que se detém esse estudo. Ao mesmo tempo em que se tornava um robusto polo metalomecânico, um lugar procurado por centenas de pessoas em busca de oportunidades profissionais e de uma nova história de vida, se tornava um local onde muitas dessas mesmas pessoas acabavam por juntar-se às grandes levas de famílias excluídas e socialmente marginalizadas. O “problema dos menores” foi palco de intensas discussões sociais em Caxias do Sul, o que justificou a criação de uma instituição municipal de assistência no início da década de 1960, a Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI), que será o foco principal de análise dessa dissertação.

As datas que demarcam o início e o final do período temporal desse estudo têm origem no contexto das políticas públicas voltadas para os “menores” de Caxias do Sul. Iniciou-se a incursão pela realidade assistencial caxiense no ano de 1962, data de fundação da COMAI, (através da Lei Municipal nº 1.200, de 29 de dezembro de 1962), a principal instituição reguladora e coordenadora dessas políticas públicas na cidade. Pela impossibilidade de se estabelecer uma seriação de fontes devido às descontinuidades do acervo, como será explicitado mais adiante, optou-se por trabalhar um período mais longo, estabelecendo como marco temporal final o início da década de 1990, momento de ruptura da história brasileira da assistência, marcado pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e pela criação das novas instâncias protetivas previstas na nova legislação. No caso de Caxias do Sul, considero a criação do

⁴ Recentemente foi lançado um livro com os itinerários e resultados da pesquisa, onde escrevo um capítulo sobre a perspectiva histórica da institucionalização de crianças e jovens infratores em Caxias do Sul. Cf. STECANELA, Nilda (org.). *Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade*. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), em 1990, e do Conselho Tutelar, em 1992, como marcos temporais finais, o que faz com que essa dissertação de mestrado percorra 30 anos da história recente da cidade (1962-1992).

O historiador Michel de Certeau afirma que a produção dos historiadores está ligada ao lugar social em que estes se inserem, ou seja, “todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais, etc.”.⁵ Dito de outra forma, os historiadores formulam os questionamentos, definem e apuram os métodos, esboçam os riscos e uma trajetória a partir do seu lugar social, a partir de suas experiências, a partir de questões que lhes marcaram ou que lhes fizeram pensar sobre a realidade.⁶

Nesse sentido, procurou-se aliar nessa pesquisa a dimensão social do trabalho do historiador, dimensão que se acredita imprescindível, sobretudo quando se trata de questionamentos sobre a história recente. A realidade construída pelo historiador, à luz do rigor e das regras do seu ofício, é marcada pela sua sensibilidade, pelas suas convicções, pela cultura que compartilha, sem com isso deixar de lado a dimensão científica do seu trabalho, pois, queira-se ou não, “[...] a história é, e deve continuar sendo, uma disciplina humanista”,⁷ e não impessoal e gélida. É importante situar, também, que as reflexões realizadas nesse trabalho se entrelaçam com perspectivas da chamada “História do Tempo Presente”, viés historiográfico onde investiga-se um tempo próximo ao vivenciado pelo historiador. É característico desse tipo de pesquisa o trabalho com diversos tipos de fontes, além da possibilidade de fazer face às demandas sociais, instigando os historiadores a decidirem-se sobre sua participação no debate público.⁸

Trabalhar com práticas históricas que remetam a situações de exclusão e, muitas vezes, a situações de repressão praticadas contra crianças e jovens é um desafio ousado. Significa procurar escutar vozes que se perdem em meio aos registros dos arquivos, às classificações e recriminações do mundo adulto, ao repúdio da sociedade. É, em síntese e por definição, uma história que fala sobre as múltiplas formas empregadas por diversos setores da

⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

⁶ BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 146.

⁷ *Ibidem*, p. 151.

⁸ Ver, nesse sentido: BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. *Cuadernos de Historia Contemporanea*, Madrid: nº 20, 1998a; CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999; HOBBSAWN, Eric. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 43, nov. 1995; PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004; ROUSSO, Henry. Entrevista. In: AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009.

sociedade no sentido de manter o *status quo*, segregando uma parcela da população. A manutenção das desigualdades sociais funciona como um êmulo propulsor para um sistema econômico que, mantido, inevitavelmente gera uma contraface socialmente injusta.⁹

Os instrumentos-chave das políticas e da assistência pública e privada voltados para determinados setores da população – aqui, mais especialmente, crianças e jovens em situação de exclusão socioeconômica – giraram, historicamente, em torno de práticas de recolhimento, isolamento, educação, reeducação, etc. Falar sobre as crianças e jovens que se tornaram “filhos do Estado”, ou alvos de inúmeras práticas públicas e privadas de intervenção, leva à reflexão sobre conjunturas que ainda persistem cotidianamente. Afinal, “[...] por que somos insensíveis às crianças que mendigam nas ruas?”¹⁰ Se a história pode dar respostas para essas questões, é preciso construir pontes de diálogo com esse passado, pensando sobre suas manifestações em nosso presente. Trabalhar com a situação da criança pobre pode ajudar a problematizar a imagem do Brasil a partir de suas maiores contradições para, quem sabe, tornar outros leitores sensíveis a essa narrativa, ainda cheia de silêncios e lacunas.

Todas as crianças têm infância? É possível existirem crianças sem infância? As crianças e jovens pobres já foram objeto de intervenção de diversas maneiras: nas mãos dos jesuítas, foram evangelizados; nas mãos dos senhores, foram escravizados; nas Câmaras Municipais e Casas de Misericórdia, eram crianças expostas; nos asilos, estiveram sob os auspícios de higienistas e filantropos; nas mãos dos tribunais, foram para reformatórios e casas de correção; nas mãos da polícia, se tornaram questão de defesa nacional; nas mãos dos patrões, eram trabalhadoras; não deveriam continuar nas mãos das famílias, pois estas foram tomadas como incapazes; nas mãos do Estado, foram alvos de práticas clientelistas; nas mãos das Forças Armadas, foram problema de segurança nacional; nas mãos dos Juízes de Menores, estavam permanentemente em situação irregular.¹¹ Entre essas diversas mãos, passando de uma autoridade para outra, o “problema” das crianças e jovens segue mostrando as faces mais injustas de suas consequências.

Por mais que no início da década de 1990 os menores de 18 anos tenham passado a ser considerados legalmente como “sujeitos de direitos”, tendo a sociedade civil (assim como a família, a comunidade e o poder público), como responsáveis por sua proteção integral, existem muitas coisas a serem corrigidas para que se garanta cidadania plena para essa população. É por isso que esse trabalho procura basear-se em uma concepção de infância que

⁹ PILOTTI; RIZZINI, op. cit., p. 16.

¹⁰ DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: _____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 8.

¹¹ PILOTTI; RIZZINI, op. cit. p. 17-28.

possa ser entendida como portadora de direitos e de dignidade, a fim de que a “cultura de exclusão” e suas raízes profundas não sigam (co)existindo, mesmo entre práticas de proteção.

É importante sinalizar algumas questões conceituais.¹² Optou-se por nomear os sujeitos envolvidos pelas práticas políticas e assistenciais analisadas nessa dissertação como “crianças” e “jovens”, pertencentes a “infâncias” e “juventudes” específicas, marcadamente aquelas que se encontravam em situação de exclusão socioeconômica. Admitir, por exemplo, apenas o uso do termo “adolescência”, importante categoria conceitual cristalizada em lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que rompeu com a noção de menoridade já tão estigmatizada historicamente, seria restringir o conceito entre barreiras biológicas, que dizem respeito sobretudo ao desenvolvimento do ser humano e, nesse caso, à aplicação da lei.

Mesmo admitindo que a infância e a juventude, enquanto categorias analíticas, decorram de uma cronologização de etapas de vida (que separam infância, juventude, idade adulta e velhice),¹³ seu uso abre espaço para a análise das múltiplas influências que interferem na formação de uma “criança” ou “jovem”, em uma determinada sociedade. Pensar em infância(s) e juventude(s), alargando esses conceitos, não os vendo como unidades reificadas e homogêneas, permite pensar de forma mais específica sobre determinados grupos sociais, sem que as barreiras cronológicas imponham limites sociológicos. Permite também admitir que existem várias infâncias e juventudes diferentes, que foram marcadas pelo passado brasileiro, de forma mais ou menos direta. Nesta pesquisa, a infância e a juventude empobrecidas, pertencentes às classes populares, formam parte intrínseca do horizonte de análise, trazendo consigo suas especificidades e seus contextos sociais.

É necessário colocar-se em diálogo com esse passado. Por que o Brasil, em diferentes momentos de sua história, optou por políticas que não reverteram os quadros de pobreza, e mantiveram parte da população circunscrita a um quadro de desamparo? Irma e Irene Rizzini,¹⁴ ao colocarem-se esse questionamento, falam das opções político-ideológicas e, também, das permanências históricas dessas escolhas. A persistência de um certo “estereótipo de pobre” atua, ainda, como um dispositivo de controle social para crianças e adultos:

Estes estereótipos dos pobres como inferiores, viciosos, ignorantes, miseráveis, erradios, vagabundos, promíscuos, turbulentos, pouco operosos e asseados,

¹² Reflexões construídas a partir da leitura de um artigo de Stecanela. Cf. STECANELA, Nilda. *Reflexões teóricas sobre o conceito de juventude*: entre o que se tem dito e o que se vê no cotidiano. In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL 2010. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2010, p. 1-15.

¹³ *Ibidem*, p. 15.

¹⁴ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

imprevidentes, conformistas, ressentidos, quiçá, revoltados, foi sempre o pano vermelho dos agentes devotados à vigilância da sociedade e da ordem pública.¹⁵

A constância desses estereótipos, construídos desde o período colonial, funciona como um potencializador que aprofunda o abismo social que ainda separa diferentes parcelas da população brasileira. Nesse sentido, é imprescindível compreender essa separação a fim de conseguir enfrentar a questão sem simplificações ideológicas. Da mesma forma, a medicalização e judicialização do discurso sobre a infância pobre, e a permanência de uma cultura administrativa correcional ainda se configuram em “lugares-comuns perversos”, que fortalecem essas clivagens sociais.

É possível afirmar que a questão das crianças e jovens pobres no Brasil foi, ao longo do tempo, tratada como “caso de polícia”: “fazer a história da assistência à infância no Brasil no período Republicano é percorrer a produção de um objeto: o menor; em relação a ele, um discurso: o do bem-estar; e um atendimento: o modelo correcional-repressivo”.¹⁶ Na constituição desse “objeto” de intervenção, fortaleceu-se uma separação tênue, por mais que invisível, entre crianças e “menores”. A criança pobre, em um primeiro momento, deve ser protegida e cuidada para que, em um segundo momento, não se torne um “menor” que, pressupõem-se, tornar-se-á, inevitavelmente, um delinquente.

No discurso dos agentes encarregados por sua proteção, a criança era vista como um ser que passava por períodos críticos de desenvolvimento, que ainda estava formando sua personalidade, sendo que essa era definida em função de fatores psicológicos, sociais, econômicos, culturais e morais.¹⁷ Por outro lado, o “menor”, examinado e interrogado por inúmeros profissionais,

[...] não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos, conforme mudava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas.¹⁸

A partir do momento em que uma criança pobre se torna abandonada, moral ou fisicamente, ela se torna um “menor”, o que equivale a dizer “uma pessoa menor”. Esse

¹⁵ PILOTTI; RIZZINI, op. cit. p. 325.

¹⁶ ARANTES, Ester M. de M. Prefácio. In: RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p. 14.

¹⁷ RIZZINI, Irma. O elogio do científico. A construção do “menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene. *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993a, p. 94.

¹⁸ Ibidem, p. 96.

distanciamento entre a compreensão da criança e a desqualificação no tratamento dispensado aos “menores” concorre para uma espécie de “enquadramento da pobreza”, reforçando a manutenção de certos lugares sociais. É necessário reconhecer o caráter histórico da construção de uma determinada ideia de infância.

Passando os olhos pelos percursos da historiografia contemporânea, é possível afirmar que somente há muito pouco tempo a infância e a juventude passaram a ser objetos dos olhares dos historiadores, da mesma forma que as instituições e as legislações que interferiram nas trajetórias desses sujeitos. Sem a pretensão de esgotar o assunto, seguem alguns apontamentos sobre as principais obras que enfatizam a temática da infância e da juventude como objetos de conhecimentos históricos e sociais, e também algumas obras de referência sobre a institucionalização de crianças no Brasil.

Philippe Ariès é apontado como um dos precursores da “descoberta da infância” entre os historiadores. Sua obra, *“História social da criança e da família”* (*“L’enfant et la vie familiale sous l’ancien regime”*),¹⁹ originalmente publicada na França em 1960, procurou apontar os novos lugares assumidos pelas crianças e pelas famílias nas sociedades industriais. Tratando sobre o período medieval e a sua passagem para a Idade Moderna, o autor traz um apanhado sobre os jogos infantis, as brincadeiras, os trajes e roupas, o surgimento dos colégios, etc., concluindo que a criança e a família passaram a ocupar lugar central nas chamadas sociedades industriais, e que durante a Idade Média ocorria uma espécie de “ausência” do sentimento de infância. Em suma, “a tese de Ariès consolidava, assim, a suposição de que, desde o século XVI até o século XIX, teria sido firmada a subjetividade moderna com relação à infância”.²⁰

Indo além da história demográfica e meramente quantitativa que era realizada sobre as famílias até então, Ariès trouxe em sua obra as novas abordagens da “História das Mentalidades”, em harmonia com a consolidação da “História Nova”. Apesar das críticas que sofreu, que apontam para problemas metodológicos (como o uso de um conjunto restritivo de fontes) e anacronismos (que condicionam uma certa noção evolucionista no trato das transformações ocorridas entre as épocas analisadas),²¹ Ariès forneceu uma nova

¹⁹ É importante destacar que, antes do lançamento de seu livro de 1960, Ariès publicou em 1948 um capítulo sobre a história da criança e da família no livro *“História das populações francesas e de suas atitudes face à vida desde o século XVIII”*. Cf. DEL PRIORE, op. cit. p. 9.

²⁰ BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN Jr, M. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo, Cortez Editora, 2002, p. 12.

²¹ Segundo J. L. Flandrin, Ariès preocupou-se obsessivamente com a origem e a posterior mudança no sentimento de infância; Natalie Z. Davis criticou o fato de o autor ter ignorado o conceito de juventude; Freitas criticou o uso de um conjunto restritivo de fontes. Cf. ARIÈS, Philippe. Prefácio. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006; FREITAS, Marcos Cezar de. Da ideia de estudar a criança no

problematização sobre a infância, a partir de uma contextualização social específica, abrindo espaço para outras pesquisas e tendências historiográficas. Foi, sem dúvida, um trabalho de referência, que influenciou a produção acadêmica também a nível brasileiro.

Segundo o que aponta Arend,²² a produção do conhecimento histórico sobre a infância e a juventude dos grupos populares urbanos brasileiros é recente. A gênese dessas pesquisas estaria relacionada à emergência da História Social e Cultural a partir da década de 1980.²³

Pensando na produção brasileira, é importante citar uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), criado em 1998 e coordenado pela docente e pesquisadora Maria Helena Souza Patto. Esse estudo, realizado entre 2001 e 2002, tematizou o *estado da arte* sobre a História da Infância no Brasil, trazendo um levantamento de cerca de 175 produções acadêmicas nessa área, localizadas entre as obras disponíveis nos acervos das bibliotecas da USP e da PUC/SP, englobando livros, dissertações, teses, artigos, etc. Apesar de os autores assinalarem que não se trata de um levantamento exaustivo, já que se circunscreve ao acervo de duas bibliotecas, é possível inferir que o tema vem alcançando grande espaço na produção acadêmica, principalmente nas três últimas décadas do século XX:

[...] é digno de nota que até o final da década de 1970, foram encontradas apenas dez referências, o que possivelmente indica que até esse momento o estudo da criança não primava pelo enfoque histórico. [...] Podemos [...] comparar esse dado com o número de obras sobre história da infância/criança no Brasil que o acervo consultado possui nas décadas subseqüentes: 23 referências na década de 1980; 150 referências na década de 1990; e 25 referências entre 2000 e 2001. Chama a atenção que na década de 1990 a produção relativa ao tema tenha se expandido significativamente.²⁴

Em termos cronológicos, os autores apontam uma obra precursora, “*Histórico da Protecção à Infância no Brasil, 1500-1922*”, publicada em 1926 pelo médico Mancorvo Filho, um dos grandes ideólogos da assistência à infância durante a chamada República Velha. Entre os grupos de pesquisa que se destacam na produção de conhecimento sobre a temática, figuram o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), da PUC/RJ; a Coordenação de Estudos sobre a Infância (CESPI), da USU/RJ; e o Centro de

pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN Jr, M. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

²² AREND, Silvia Maria Favero. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 6.

²³ É importante lembrar que a obra de Ariès foi publicada no Brasil somente em 1978.

²⁴ LIMA, Luis Antônio Gomes *et al.* *Levantamento bibliográfico: história da infância no Brasil*. Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI), Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003. Disponível em:

http://www.abrapee.psc.br/documentos/Psicologo_Escolar/Levantamento_da_Hist%F3ria_da_Inf%E2ncia_no_Brasil.doc Acesso em 08 nov. 2009, p. 4.

Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), da USP/SP. Entre os estados com a maior concentração de produções estão São Paulo e Rio de Janeiro, e os períodos históricos mais enfatizados são o período republicano e colonial, respectivamente.²⁵

Entre as temáticas à que se referem as produções, destacam-se as que ressaltam a assistência à infância, as crianças pobres, a história da infância/criança (como objeto central), as crianças negras (e a escravidão), a história da legislação referente à infância e as crianças abandonadas, entre outros.²⁶ Como é possível verificar, esses estudos referem-se de forma objetiva à temática da dissertação ora apresentada. É possível inferir a partir desse apanhado do GEHPAI e das obras que serão descritas a seguir, que os estudos sobre as políticas públicas voltadas para a infância e a juventude envolvem um caráter interdisciplinar, que transita entre as áreas da história, psicologia, educação, serviço social e sociologia, e que vêm abrindo espaços importantes dentro das instituições acadêmicas nos últimos anos.

Mary Del Priore, organizadora da obra “*História das crianças no Brasil*”,²⁷ traz justamente essas novas abordagens sobre os diferentes lugares ocupados pelas crianças ao longo do tempo, problematizando as especificidades do contexto brasileiro, representadas pelas disparidades na estratificação social herdada dos tempos coloniais, a escravidão, a escolarização precária e as profundas desigualdades sociais, o que distancia o contexto brasileiro das realidades infantis retratadas na Europa. Conforme afirma a autora, para os historiadores, as vozes das crianças aparecem como sons dissonantes por meio das palavras de pais, médicos, juristas, senhores, sanitaristas, patrões, legisladores, padres, professores:

[...] Terá sido sempre assim? O lugar da criança na sociedade brasileira terá sido sempre o mesmo? Como terá ela passado do anonimato para a condição de cidadão com direitos e deveres aparentemente reconhecidos? Numa sociedade desigual e marcada por transformações culturais, teremos recepcionado, ao longo do tempo, nossas crianças da mesma forma? O que diferencia as crianças de hoje, daquelas que as antecederam no passado?²⁸

Entre as obras que assinalam os percursos históricos da assistência e da institucionalização das crianças no Brasil, não se pode deixar de citar a obra “*A arte de governar crianças*” dos organizadores Francisco Pilotti e Irene Rizzini, lançada pelo Instituto Interamericano del Niño, em 1995 (com uma reedição pela Editora Cortez em 2009). Surgida a partir de uma proposta latino-americana de promover estudos comparados sobre políticas sociais voltadas para a infância com um enfoque histórico, e reunindo em suas páginas

²⁵ LIMA *et al*, op. cit. p. 4-5.

²⁶ *Ibidem*, p. 7.

²⁷ A primeira edição da obra data de 1991. Aqui, foi utilizada a 6ª edição, de 2007.

²⁸ DEL PRIORE, op. cit., p. 8.

diversos pesquisadores com larga experiência na temática, a obra refaz os passos percorridos pelas políticas sociais brasileiras desde os tempos coloniais, até as últimas implicações dessas políticas após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.²⁹

Durante a década de 1980, com o final da ditadura civil-militar, foram lançadas diversas obras que refletiam sobre os problemas das políticas nacionais de assistência aos “menores”, simbolizados nas atuações das FEBEMs e dos aparatos jurídico-policiais. Muitas dessas obras traziam um caráter bastante denunciante sobre a precariedade de condições e maus-tratos sofridos por essa população nas instituições de assistência do Estado.³⁰

Além disso, alguns depoimentos de “menores” que tiveram suas trajetórias atravessadas por essas instituições ficaram bastante conhecidos, como é o caso de Sandra Mara Herzer, retratado na obra de sua autoria *A queda para o alto*,³¹ de 1982, e da produção cinematográfica *Pixote – A lei do mais fraco*,³² do diretor Hector Babenco, de 1981. Outro exemplo de mobilização social foi a criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que se tornou uma entidade civil independente em 1985. Realizando encontros nacionais e congressos, esse movimento contribuiu significativamente para trazer a questão da política para a infância como debate nacional.³³

É importante notar os tempos e espaços ocupados pela produção acadêmica ao longo dessa história. Diversos estudos e pesquisas das últimas décadas pensaram e avaliaram as políticas públicas de intervenção junto à infância e à juventude, o surgimento das legislações, os contextos das instituições de atendimento, etc. Nesse processo, pesquisadores e pesquisadoras acabaram muitas vezes construindo seus lugares sociais e tomando parte na própria transformação das práticas históricas que circunscrevem a infância e a juventude, enquanto objetos históricos e sociológicos.

²⁹ Outras importantes obras de referência sobre a história das crianças no Brasil foram lançadas nos últimos vinte anos: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo Cortez Editora, 1997; MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006; RIZZINI, Irene. *A criança e a lei no Brasil - revisitando a história (1822-2000)*. Brasília, DF; Rio de Janeiro: UNICEF; USU Editora Universitária, 2000; RIZZINI, Irene. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008; RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004; RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993; RIZZINI, Irma. *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da colônia, do império e da república*. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 2000; SCHREINER, Davi. F. *et al.* *Infâncias brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.

³⁰ Algumas dessas obras serão analisadas de forma mais detida nos capítulos subsequentes.

³¹ HERZER, Sandra Mara. *A queda para o alto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

³² Filme inspirado em uma obra literária. Cf. LOUZEIRO, José. *Pixote. A infância dos mortos*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

³³ FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 80.

Ainda nesse ínterim, a obra “*O menor e a ideologia de segurança nacional*”,³⁴ fruto da dissertação de mestrado de Luiz Cavalieri Bazílio (1985), se constitui em uma das principais referências para o estudo das influências da Escola Superior de Guerra (ESG) na questão do “menor” durante a ditadura civil-militar brasileira, foco utilizado na análise proposta nesta dissertação.

Falar sobre a ditadura civil-militar é falar sobre as suas permanências em nosso presente. É procurar entender as contradições do processo brasileiro de retorno à democracia, e questionar sobre sua cidadania ainda inconclusa. Se falar em democracia remete fundamentalmente à justiça, é essencial olhar para o recente passado brasileiro e contextualizar as arbitrariedades que foram cometidas. O Estado brasileiro ainda não reconheceu plenamente sua responsabilidade na tortura, desaparecimento e assassinato de centenas de militantes políticos durante os “anos de chumbo”. Se forem incluídas nessa equação milhares de pessoas que tiveram suas perspectivas de vida seriamente prejudicadas pelo sistema econômico excludente que foi usado como modelo pelos dirigentes políticos entre 1964-1985, serão necessários ainda mais esforços políticos para reverter a dívida social herdada daquele período.³⁵

Obviamente, como será visto adiante, não foi apenas o regime civil-militar o responsável pela política de controle e contenção da infância e da juventude empobrecidas. Mas, foi nesse momento da história recente do Brasil que os “menores” foram profundamente enquadrados dentro de uma lógica perversa, que os via como agentes de desestabilização social, como potencialmente perigosos para o desenvolvimento nacional.

Essas ponderações prévias são imprescindíveis para a elucidação do problema proposto: como as políticas públicas voltadas para crianças e jovens em situação de exclusão foram organizadas em Caxias do Sul, e como se transformaram ao longo do tempo? Quais suas continuidades e descontinuidades em relação às políticas estaduais e nacionais? Quais os setores políticos e sociais implicados nessa problemática? Com essas questões em mente, procurando entrelaçar a assistência à infância, as consequências trazidas pela ditadura civil-

³⁴ BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985.

³⁵ Nesse sentido, é imprescindível citar, também, uma obra recente publicada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Governo Federal. A obra, que pertence à série “Direito à Memória e à Verdade” trata especificamente sobre as crianças e os adolescentes durante o período ditatorial brasileiro, enfatizando a questão dos “menores” e, também, das crianças e jovens que foram “desaparecidos”, torturados ou assassinados pelo Estado brasileiro. Cf. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

militar e uma preocupação com suas ramificações em nosso presente, esta pesquisa seguiu uma divisão cronológica de capítulos.

O primeiro capítulo, dividido em quatro partes, trata da trajetória histórica das práticas de institucionalização de crianças e jovens pobres no Brasil. Na primeira parte, foi focalizada a assistência religiosa praticada pela Igreja Católica e pela iniciativa privada ao longo do Brasil Colônia e Império, principalmente através da Roda dos Expostos e de práticas caritativas. Adentrou-se o período republicano a partir dos discursos e práticas de médicos, juristas e higienistas que moldaram as prerrogativas usadas pelo Estado brasileiro para tratar o “problema da infância”, no bojo do processo de modernização da sociedade, passando pela criação do Juízo de Menores, pela promulgação do Código de Menores e pela fundação do Serviço de Assistência a Menores (SAM). A segunda parte do primeiro capítulo fala um pouco da trajetória das instituições públicas e privadas de assistência à infância no Rio Grande do Sul durante o século XIX, adentrando o século XX e analisando os primeiros passos das políticas públicas voltada aos “menores” no estado, até meados da década de 1960. A terceira parte deste capítulo enfoca particularmente a criação da FUNABEM e suas relações com as questões de segurança e desenvolvimento do período da ditadura civil-militar brasileira. E, por fim, a última parte dá especial atenção à FEBEM/RS, criada em 1969, procurando analisar suas ligações com a ditadura civil-militar e a sua política voltada para os “menores”.

Saindo do plano estadual e nacional, o segundo e o terceiro capítulos falam especificamente da realidade da cidade de Caxias do Sul. Eles foram divididos de forma cronológica, tendo o ano de 1980 como delimitador temporal. Isso se justifica por duas razões: em primeiro lugar, em função da grande quantidade de fontes, sobretudo da imprensa escrita. Das cerca de 1374 reportagens, crônicas e textos de opinião inicialmente selecionados entre o hiato temporal de 1962-1992, cerca de 37% se referem às décadas de 1960 e 1970. Os outros 63% são especificamente do período 1980-1992. Além disso, grande parte dos depoimentos coletados foram de pessoas que atuaram nas políticas públicas nesse período mais recente. Como será possível perceber ao longo da leitura dos próximos capítulos, a década de 1980 foi um período de lenta e gradual mudança em termos macro-históricos, tanto política, quanto social e assistencial, o que também justifica um olhar mais pormenorizado.

Em Caxias do Sul, essas mudanças foram sentidas, com maior ou menor intensidade. Foi na década de 1980 que começaram a se gestar movimentos sociais, debates e questionamentos que, na área da infância e da juventude, levaram ao questionamento do paradigma da repressão e do assistencialismo, apontando para uma outra lógica, a da garantia

de direitos. Por esses motivos, decidiu-se dividir cronologicamente o período temporal da pesquisa em duas partes (1962-1979 e 1980-1992). É importante enfatizar que, mesmo que essa subdivisão tenha sido feita *a priori*, o rigor analítico, as permanências e mudanças presentes em um ou outro período não deixaram de ser problematizadas e analisadas nas diferentes temporalidades.

O segundo capítulo, dividido em quatro partes, inicia com a formação histórica de Caxias do Sul e as primeiras iniciativas assistenciais construídas na primeira metade do século XX. O surgimento da Comissão Nacional de Amparo à Infância (COMAI), em 1962, também foi analisado nesse item. A expressão “*perigo moral*”, presente no título dessa dissertação faz uma alusão direta à lei de fundação dessa instituição que afirma que uma de suas finalidades seria “procurar dar assistência social, educacional e clínica para os menores abandonados, transviados ou em perigo moral”.³⁶ Em seguida, foram descritos e analisados os principais setores de atendimento, os programas e ações implementadas pela COMAI, com um destaque para um levantamento quali-quantitativo do “Setor do Menor Ativo”, um dos mais importantes da instituição. Na terceira parte deste capítulo, foram analisadas as iniciativas da FEBEM/RS na cidade de Caxias do Sul e, também, as influências diretas ou indiretas dos setores militares da cidade nas políticas públicas para a infância e a juventude. Por fim, foram consideradas as propostas das políticas públicas e a opinião social sobre os “elementos desviantes” da cidade, personificados por meninos e meninas em situação de mendicância, ou que tivessem se envolvido em crimes e infrações.

O terceiro e último capítulo refere-se, também, às conjunturas caxienses, porém, o foco temporal de análise recai sobre a década de 1980 e o início da década de 1990. Seguindo uma estrutura semelhante à do capítulo anterior, dividido em quatro partes, a atuação da COMAI é analisada em um primeiro momento, com destaque para as transformações e os desafios enfrentados pela instituição em função de problemas econômicos e da mudança de paradigma que a área assistencial estava enfrentando. A atuação ambivalente da FEBEM/RS também foi analisada dentro desse contexto de transição. Os “menores delinquentes” voltam à cena, assim como as iniciativas que foram criadas para a sua contenção ou reeducação ao longo da década de 1980. O extermínio de menores, que foi apontado em nível nacional, também foi denunciado na cidade de Caxias do Sul. O capítulo se encerra com a análise do aparecimento de novos atores sociais e da criação de instâncias ligadas à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A atuação da Pastoral do Menor foi analisada na

³⁶ Segundo o art. nº 6 da Lei Municipal nº 1.200, de 29/12/1962. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-01200.pdf> Acesso em 10 abr. 2011.

medida em que confrontou e sugeriu mudanças nas políticas públicas da cidade. Por fim, foram descritos os contextos de implantação das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente na cidade, com a criação do COMDICA e do Conselho Tutelar.

Procurando, portanto, articular uma análise do contexto caxiense, relacionando-o com os desdobramentos das ações e das políticas em nível estadual e nacional, contou-se com o cotejamento entre diversos tipos de fontes, que se encontravam diluídas em arquivos de diversas instituições. Elas foram classificadas, ainda que de forma genérica, em três grupos: fontes institucionais, periódicas e orais.

Entre as fontes institucionais, foi analisado o acervo da COMAI, que se encontra no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA), em Caxias do Sul. Neste acervo, mesmo com suas descontinuidades,³⁷ é possível encontrar o levantamento estatístico sobre o “problema do menor” (utilizado como justificativa para a criação da instituição em 1962); correspondências remetidas e recebidas; fotografias; relatórios de atividades; sínteses históricas; fichas de cadastro de menores; documentos oficiais de regulamentação das atividades e convênios firmados pela instituição; atas das reuniões, entre outros.

A fim de se pensar sobre as influências da assistência praticada em Caxias do Sul, foram reunidos documentos, revistas e outros materiais produzidos pela FUNABEM. Também foram analisadas fontes pertencentes ao acervo da FEBEM/RS, instituição comprometida com a implementação das políticas de “bem-estar” do menor em nível estadual. Essas fontes, embora também descontínuas, encontram-se reunidas na Assessoria de Informação e Gestão, da Fundação Estadual de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS).

³⁷ Não foi possível estabelecer uma seriação das fontes que constam nos fundos disponíveis para consulta. No que se refere, por exemplo, aos relatórios anuais de atividades (onde são explicitadas a função e atuação de todos os setores de atendimento, a estatística de atendimentos e encaminhamentos, os programas implementados, etc.), existe apenas uma síntese histórica referente à década de 1960 (que compreende o período 1963-1967, produzida em 1977), um relatório da década de 1970 (datado de 1975) e dois relatórios da década de 1980 (dos anos de 1981 e 1984). Para a década de 1990, existem relatórios anuais (serão utilizados os referentes aos anos de 1991 e 1992, além de uma síntese histórica escrita em 1994). É possível inferir o motivo dessas descontinuidades no acervo: foram encontradas duas “Atas de registro de Incinerações”. A primeira delas, (nº 01, de 1993), dá conta de que em 27 de outubro de 1993, procedeu-se à incineração de dezenas de documentos contábeis (do período 1964-1987), “clipagens” não-especificadas de 1972-1982 e 1986-1987, fichas cadastrais de candidatos à emprego de 1988-1991, entre outros documentos e talões “em branco”. A segunda ata (nº 01, 1995) informa que em 12 de setembro de 1995, na “[...] churrasqueira e no pátio da Casa de Triagem Divina Providência”, foram incinerados documentos do Arquivo Passivo da instituição: correspondência recebida e expedida de 1963-1989, num total de vinte e sete caixas; fichas-razão de 1973-1980, num total de oito caixas; movimento de caixa de 1984-1986, num total de três caixas; prestação de contas LBA de 1979-1989, num total de 15 caixas; documentos bancários de 1974-1980, num total de sete caixas; “material antigo” em duas caixas, sem data especificada; fichas de frequência do setor de creches de 1980; relatórios de setores, “menos o geral”, de 1984-1989, num total de oito caixas; prestação de contas da Funabem de 1986-1998. Essa última ata é finalizada sem assinaturas, e sem especificar os responsáveis pela incineração, informações que constavam na ata de 1993. Cf. Livro de Atas de Registro de Incineração de Documentos. *Acervo COMAI*.

A Pastoral do Menor foi analisada a partir dos documentos disponibilizados no acervo particular mantido pelo Colégio Murialdo de Caxias do Sul – RS. Também foram utilizadas reportagens de jornal e depoimentos de seus principais membros.

Quanto às fontes periódicas, foram selecionados inicialmente cerca de 1374 documentos, entre editoriais, crônicas, notícias e reportagens publicadas em cerca de quatorze jornais caxienses, entre o período 1962-1992, que se encontram disponibilizadas no acervo digital do Centro de Memória da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul.

Por fim, fez-se uso de fontes orais, de modo a potencializar as informações e representações que estão presentes na memória de quem protagonizou os tempos e espaços da história que foi escrita nessa dissertação. Entre os entrevistados estão algumas pessoas que participaram diretamente da aplicação e execução das políticas públicas, junto à COMAI e à FEBEM/RS, participantes da Pastoral do Menor, um ex-interno da COMAI, hoje vereador da cidade, e um empresário que apoiou iniciativas de atendimento no final da década de 1980.

Nos três acervos documentais pesquisados, foi possível fotografar o material, o que facilitou a posterior transcrição, o fichamento e a análise das informações. No entanto, as fichas de cadastro do “Setor do Menor Ativo” da COMAI não puderam ser fotografadas por questões éticas, já que são permeadas por informações bastante pessoais e dados trabalhistas dos jovens que fizeram parte do setor. Nesse caso, utilizou-se a transcrição direta para tabelas eletrônicas, com o uso de siglas genéricas (F1, F2,...), de forma a resguardar a identidade das pessoas envolvidas.³⁸

Foi possível montar um corpus significativo de fontes da imprensa escrita pelo fato de ter sido organizado um acervo eletrônico facilmente acessível via internet, que conta com todos os periódicos da cidade de Caxias do Sul, do final do século XIX até o início dos anos 2000. Todos os jornais podem ser pesquisados por data ou por palavra-chave, sendo que na imensa maioria dos casos está disponível, além da digitalização do material, a transcrição dos textos de cada uma das páginas. Sem dúvida, o acervo do Centro de Memória, montado em uma parceria entre o Arquivo Histórico João Spadari Adami e o Arquivo da Câmara Municipal de Caxias do Sul, é de suma importância, e ainda será muito utilizado por historiadores, pesquisadores e gestores de diversas áreas.³⁹

³⁸ Para o acesso a essas fontes foi necessária uma autorização protocolada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e entregue ao Arquivo Histórico João Spadari Adami, onde a pesquisadora se comprometia a guardar sigilo ético sobre as informações contidas nos documentos, como forma de resguardar a identidade dos menores retratados.

³⁹ Além dos jornais, é possível pesquisar diversos documentos legislativos, produzidos pela Câmara Municipal, processos, leis, regimentos, códigos normativos, relatórios, fotografias, entre outros. O portal pode ser acessado através do site <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/site/?idConteudo=12>. Acesso em 30 set. 2012.

Mesmo sendo possível pesquisar os periódicos por palavras-chave, optou-se, em função da viabilidade do acervo, em inventariar em sua totalidade os documentos presentes em 14 periódicos da cidade que estavam em funcionamento dentro do espaço temporal da pesquisa.⁴⁰ Todas as edições disponíveis no acervo foram consultadas, página à página, em busca de imagens, crônicas, editoriais, notícias, propagandas, charges ou reportagens que envolvessem a questão dos “menores” e/ou as políticas públicas caxienses.

Os depoimentos coletados foram gravados em arquivos eletrônicos, analisados, fichados e submetidos à transcrição parcial, na medida em que foram utilizados ao longo dos capítulos. As diversas imagens utilizadas neste trabalho têm, em grande parte, uma função ilustrativa, com o intuito de contextualizar as discussões trazidas ao longo do texto.

Os itinerários investigativos dessa pesquisa foram se arquitetando ao longo do contato com as fontes. A narrativa histórica elaborada ao longo desse trabalho se construiu no intenso registro, interpretação e classificação das inúmeras “pistas” deixadas em diversos tipos de relatos, fossem eles oficiais ou informais. Assemelha-se em alguns pontos ao que Ginzburg nomeou como um “paradigma indiciário” inerente às pesquisas históricas, onde se lê em indícios imperceptíveis ou desordenados uma série coerente de eventos, dando lugar a uma sequência narrativa verossímil.⁴¹ Mesmo que este trabalho não tenha se voltado especificamente para o plano micro-histórico, os ecos do cotidiano e dos sujeitos envolvidos deixaram-se ouvir por entre as práticas e políticas narradas. Alguns personagens, mesmo quando anônimos ou descritos de forma marginal pelos discursos que os normatizavam, demarcaram seus lugares e suas vozes, entremeados pelos processos históricos que forjaram as noções sobre a infância e a juventude.

Metodologicamente, todas as fontes foram analisadas de forma rigorosa. Em um primeiro momento, ainda de forma preliminar, os documentos foram organizados em séries temáticas e cronológicas amplas. Por exemplo: todas as fontes e entrevistas que faziam referência à COMAI, ou à FEBEM/RS, ou aos jovens infratores de uma forma geral, foram colocadas em índices temáticos separados, com um pequeno resumo sobre as informações

⁴⁰ No início da pesquisa, foram encontrados 18 periódicos no período 1962-1992. Porém, quatro deles não continham nenhum material importante para a pesquisa. Por isso, os periódicos “*Aurora Jornal*” (1965), “*Ecos do Mundo*” (1962-1964); “*Jornal do Progresso*” (1970) e “*Nosso Mundo*” (1968) foram descartados. Os jornais efetivamente utilizados no levantamento inicial foram: “*A vanguarda*” (1964); “*Assessor*” (1965-1970); “*Boletim Eberle*” (1962-1965); “*Brasilino*” (1963-1964); “*Caxias Magazine*” (1962-1970); “*Correio Rio-Grandense*” (1975-1992); “*Folha de Caxias*” (1988-1989); “*Folha de Hoje*” (1989-1992); “*Folha Popular*” (1981-1982); “*Folha Regional*” (1982-1983); “*Jornal da Câmara*” (1985-1990); “*Jornal de Caxias*” (1973-1989); “*O Pellegrino*” (1987-1992) e “*Pioneiro*” (1962-1992).

⁴¹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 157.

contidas em cada documento. Em um segundo momento, foram realizadas leituras aprofundadas e fichamentos de cada tipo de fonte, onde foram destacadas as discussões ou informações mais importantes, o que levou a uma reorganização do material, segundo novos subtemas e categorias que foram emergindo dessa leitura. Nesse momento também foram descartadas muitas informações repetidas e pouco relevantes, principalmente no caso da imprensa escrita, onde vários periódicos noticiaram um mesmo evento ou acontecimento. No que se refere às Fichas de Cadastro do “Setor do Menor Ativo” da COMAI, a análise quali-quantitativa contou com o uso de tabelas com análises percentuais, que foram anexadas ao final desse trabalho.⁴²

A todo o momento foram realizados cruzamentos de informações entre fontes de diferentes tipologias, a fim de confirmar informações mais pontuais, como datas, locais, etc., e também como forma de desconstruir seus conteúdos e possibilitar uma análise através de vários vieses. No caso das fontes orais, “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”,⁴³ o que foi de extrema importância, sobretudo quando as circunstâncias analisadas não foram suficientemente descritas pelas fontes (como no caso dos extermínios de menores, acusações de tortura ou maus-tratos, injunções políticas, etc.).

Já que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”,⁴⁴ foi necessário organizar as fontes e entendê-las dentro de seu contexto, através de um olhar crítico. “Justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências”, entender as fontes em suas particularidades, fez parte dos esforços que constituíram metodologicamente este trabalho, que procurou se gestar através de uma espécie de “diálogo em três dimensões”,⁴⁵ onde se complementaram os interlocutores empíricos (nesse caso, as fontes de diferentes tipologias), os referenciais teóricos e os conhecimentos tácitos, inventariados pela problemática dessa pesquisa e perpassados pelas subjetividades da pesquisadora. Nesse diálogo, foram emergindo categorias de análise que permitiram pensar sobre as formas pelas quais as crianças e jovens

⁴² Quanto à metodologia quali-quantitativa, foi utilizada uma amostragem de cerca de 10% das Fichas, realizada da seguinte forma: se a primeira ficha analisada tivesse sido a de nº 7, a próxima seria a 17, 27, 37, e assim por diante, até chegar-se ao final da numeração dos documentos.

⁴³ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 165.

⁴⁴ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63.

⁴⁵ STECANELA, Nilda. *Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 397f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 15.

foram rotulados e nomeados pela imprensa e pelas políticas públicas, quais estratégias foram criadas para seu atendimento, e as transformações que se construíram ao longo do tempo.

Arend afirma que, para que as pesquisas sobre a história social da infância possam ser realizadas, é necessário que, em primeiro lugar, as documentações estejam disponíveis, e que elas sejam preservadas para possibilitar o acesso dos pesquisadores. Segundo a autora, um acesso democrático a esses documentos é uma questão de cidadania, e remete à transparência necessária da administração pública.⁴⁶ É possível perceber que as descontinuidades dos acervos da FEBEM/RS e da COMAI de Caxias do Sul criam lacunas na história da assistência social na cidade, lacunas estas que procuraram ser supridas com o uso e o cruzamento de informações provenientes de fontes orais e da imprensa escrita.

A ditadura civil-militar brasileira, através de cassações, torturas, assassinatos e desaparecimentos atingiu milhares de cidadãos durante suas duas décadas de duração. E, ao mesmo tempo, manteve situações de flagrante desrespeito aos direitos humanos e sociais, que atingiram milhares de crianças e jovens que, mantidos em instituições fechadas, tiveram seus futuros sonogados e enquadrados em uma noção punitiva e criminalizadora de sua própria condição social. Em meio a tudo isso, foi fomentada uma espécie de “esquecimento organizado”,⁴⁷ um esquecimento institucional imposto pela lei de anistia, por exemplo, que ainda oculta as perversidades cometidas em nossa história recente, que impede o julgamento dos culpados e que procura não estabelecer relações orgânicas entre as diversas consequências que ainda são perenes. Essa “persistente tentativa de institucionalizar o silêncio oficial” e de “suprimir a memória coletiva”⁴⁸ tornaram-se palco de batalha política.

Esta pesquisa procurou, dentro das possibilidades e das possíveis insuficiências de um trabalho pioneiro, construir uma narrativa sobre as políticas e práticas voltadas para os “menores” de Caxias do Sul. Se a infância ainda não atinge todas as crianças, não se trata meramente de denunciar, mas de contribuir para repensar. Refletir sobre esses contextos e captar os discursos que ainda permanecem fazem parte da dimensão ética desse trabalho.

⁴⁶ AREND, op. cit., p. 421.

⁴⁷ PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 37.

⁴⁸ *Ibidem*.

1 A CRIANÇA “FILHA” DA SOCIEDADE E DO ESTADO: TRAJETÓRIAS DE SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

*“Menino sem condição,
Irmão de todos os nus
Tira os olhos do chão,
Vem ver a luz”*

*(“Menino do bairro negro”,
José Afonso)*

Ao longo do tempo, a infância e a juventude em situação de exclusão foram tratadas de diversas maneiras. Muitas instituições e profissionais determinaram sua conduta, regeram seus comportamentos e incidiram sobre seus destinos. É importante, nesse sentido, analisar as trajetórias das políticas e práticas consolidadas historicamente em nosso país, a partir da contribuição de múltiplas instituições e atores sociais.

Inicia-se agora uma síntese sobre a história das iniciativas públicas e privadas de atendimento a essa população, iniciada nos percursos percorridos ao longo da era colonial e imperial, analisando-se de forma mais detalhada os contextos republicanos dessas políticas e práticas, chegando ao período que mais interessa a essa pesquisa: a ditadura civil-militar.

A primeira parte desse capítulo inicia com a criação das Rodas dos Expostos, localizadas nas Santas Casas de Misericórdia do século XVIII, passando pelas iniciativas caritativas e filantrópicas de atendimento criadas por atores privados durante o século XIX, até o século XX e o início mais efetivo da assistência pública às crianças e jovens pobres. A segunda parte busca fazer uma ponte de ligação com o que foi abordado nas seções anteriores: focalizando os contextos do estado do Rio Grande do Sul, foi analisada a trajetória das iniciativas criadas para a assistência da infância e da juventude desde o século XIX, adentrando o século XX e as primeiras iniciativas públicas voltadas para essa população até meados da década de 1960. A terceira parte desse capítulo foi dedicada inteiramente às mudanças trazidas pelo golpe civil-militar de 1964, a partir da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e suas relações com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Por fim, a última parte deste capítulo volta-se para uma análise das práticas da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Rio Grande do Sul (FEBEM/RS), fundada em 1969.

Piedade, solidariedade, violência, hipocrisia e crueldade: muitos autores apontam que a tônica das formas de atendimento à população jovem e pobre girou, historicamente, em torno de sentenças como essas. Se, olhando através da criança, podemos pensar como a

sociedade a concebe, como a trata e como se responsabiliza por ela, talvez seja possível compreender por esse viés nosso próprio país, e a herança histórica de exclusões e desigualdades que ainda nos afronta dia-a-dia.

1.1 PERCURSOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

*“Sentava bem lá no alto
Pivete olhando a cidade
Sentindo o cheiro do asfalto,
Desceu por necessidade”*

(“Com a perna no mundo”, Gonzaguinha)

Maria Luiza Marcílio divide a assistência à infância pobre no Brasil em três fases cronológicas: a primeira, que vai desde o Brasil Colônia até meados do século XIX, é caracterizada pela autora como *caritativa*, ligada principalmente às iniciativas da Igreja Católica. A segunda fase, delimitada entre a metade do século XIX até meados do século XX, é denominada como fase *filantrópica*, momento em que entram em cena sanitaristas, higienistas, juristas e legisladores, que passaram a discutir, criar e consolidar políticas públicas de assistência. Um terceiro período, denominado por Marcílio como a fase da emergência do *Estado de Bem-Estar Social*, compreende as mudanças ocorridas na assistência durante a década de 1960, com o golpe civil-militar e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.⁴⁹

Em um primeiro momento (e em ordem cronológica), foram consideradas as iniciativas caritativas existentes no Brasil durante o período colonial e imperial, traduzidas principalmente na existência das Rodas dos Expostos, instituições ligadas às Santas Casas de Misericórdia dos principais centros urbanos do país.

1.1.1 A Roda dos Expostos: da Colônia à República, uma forma comum para o abandono

Durante a era colonial havia outra forma de se conceber a infância. Não existia a “criança” enquanto uma categoria genérica e abrangente, como a entendemos hoje. Em uma sociedade clivada pela escravidão, sem pressupostos de igualdade entre as pessoas, existiam apenas categorias específicas e estigmatizantes para descrever cada ator social a partir de uma

⁴⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

série de características que se vinculavam a sua origem social, como os “filhos de família”, “meninos da terra”, “filhos dos escravos”, “órfãos”, “desvalidos”, “expostos” ou “enjeitados”; ou ainda, os “pardinhos”, os “negrinhos”, etc.

A assistência à infância no Brasil iniciou como um território de indefinições, atritos, acordos e desacordos entre o público e o privado. Adotando o modelo português, a assistência brasileira começou sendo incumbência das Câmaras Municipais. Porém, durante todo o período colonial e boa parte do período imperial, ela foi desempenhada principalmente pela iniciativa privada de cunho religioso, consubstanciada, sobretudo, na atuação das Santas Casas de Misericórdia. Um dos problemas cruciais sempre foi o financiamento das ações, que acabou ficando a cargo das municipalidades, com o auxílio de doações reais. Porém, as iniciativas de assistência acabaram sobrevivendo das doações de particulares, já que o governo nunca assumiu verdadeiramente essa tarefa.⁵⁰

Caracterizando essa fase da assistência como caritativa, Marcílio aponta que ela tinha como marca principal, além do imediatismo, o sentimento de fraternidade humana, de cunho paternalista, sem a pretensão de mudanças sociais, procurando “manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas”.⁵¹ As práticas de benemerência e de caridade serviriam para minorar o sofrimento dos desvalidos.

Em 1521, as Ordenações Manuelinas resolveram que caberia às Câmaras Municipais cuidar das crianças abandonadas que, muitas vezes nascidas fora do casamento, ou assoladas pela pobreza, estariam fadadas ao abandono, e acabariam sendo deixadas nas ruas ou nas portas das Igrejas. Apesar disso, apenas em 1726 foram anunciadas pelo Vice-Rei algumas medidas como a prática de esmolas e o recolhimento dessas crianças em asilos.

Naquele momento, foi criada a primeira Roda dos Expostos em Salvador, através de doações de nobres fidalgos e com a devida autorização real. Ligada aos hospitais das Santas Casas de Misericórdia, a Roda consistia em um “cilindro giratório na parede, que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa [...]. Tais crianças eram denominadas de enjeitados ou expostos”.⁵² Criada no período colonial, a Roda foi instalada em várias outras cidades durante o Império, sendo somente abolida no período republicano, por volta de 1950.

⁵⁰ FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 209.

⁵¹ MARCÍLIO, op. cit., p. 134.

⁵² PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: _____ (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 19.

As Rodas foram as únicas instituições para recém-nascidos abandonados durante o período colonial brasileiro, constituindo “uma prática social inscrita nas estruturas das cidades coloniais”.⁵³ No total, existiram quinze Rodas em todo o Brasil, mas autores apontam que elas foram insuficientes, e que “funcionaram precariamente, com pouca verba e na maioria dos casos em prédios improvisados, acanhados, insalubres, sem móveis, berços, água encanada, esgoto, luz, ventilação”.⁵⁴

As Rodas funcionavam a partir de uma lógica perversa: a única forma das famílias pobres conseguirem assistência para seus filhos naquele período era abandonando-os, o que acabava significando um paradoxal gesto de amor e proteção. Essas atitudes podem ser relacionadas com situações de crise familiar, pois, “ao contrário do que os letrados afirmavam, os pobres preocupavam-se com o destino os filhos e relutavam em abandoná-los. No entanto, em algumas situações, o gesto tornava-se imperioso, não podia ser evitado”.⁵⁵ Esse comportamento, inclusive incorporou-se às estratégias de sobrevivência das camadas populares brasileiras: “só um julgamento anacrônico e moralista assimilaria o gesto ao desamor das mães”.⁵⁶ Da mesma forma, muitas cativas, desconhecendo os altos índices de mortalidade a que eram submetidos os bebês, viam na Roda uma possibilidade de garantir um mundo livre para seus filhos, um complemento à sua alforria.⁵⁷

No entanto, os riscos aos quais os recém-nascidos estavam submetidos eram enormes: “além de entrarem em contato diário com doentes internados na Santa Casa, elas ficavam sujeitas à precária alimentação ministrada por enfermeiras”, e também sofriam problemas com a amamentação artificial e com descuidos higiênicos das criadeiras.⁵⁸ Entre 1852 e 1853, a mortalidade nas Rodas alcançou a impressionante cifra de 70% no estado do Rio de Janeiro.⁵⁹ A grande maioria morria no primeiro ano sob a proteção do hospital, outros já chegavam mortos.⁶⁰

Ocupando o último nível da hierarquia social, os enjeitados que sobreviviam deveriam enfrentar novos desafios: no início da criação das Rodas não havia alternativas concretas de acolhimento para as crianças maiores. Ou os expostos vinculavam-se a uma família que os

⁵³ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 46.

⁵⁴ Localizadas em Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Pelotas (RS), Desterro (SC), Campos (RJ), Cuiabá (MT), Vitória (ES), Cachoeira (Bahia), Olinda (PE), São João Del-Rey (MG) e São Luís (MA). Cf. MARCILIO, op. cit., p. 161.

⁵⁵ VENÂNCIO, op. cit., p. 73.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 82.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 83.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 53.

⁵⁹ PILOTTI; RIZZINI, op. cit., p. 20.

⁶⁰ VENÂNCIO, op. cit., p. 99.

criassem até os sete anos de idade (as amas-de-leite ou “criadeiras”, subsidiadas pelo Estado), ou arriscavam suas vidas nas ruas. Segundo Venâncio, existiam alguns destinos possíveis aos enjeitados: em casos raros, a volta à família de origem; a escravidão (mesmo que a lei não permitisse); o acolhimento em famílias, uma espécie de “adoção popular”, ou o trabalho doméstico e em outros serviços. As meninas podiam ser mandadas para recolhimentos⁶¹ e os meninos para colégios de órfãos; e, também, havia a possibilidade de serem acolhidos em locais de formação de expostos artesãos e artífices.⁶²

Com a abolição da escravidão, em 1888, e as mudanças ocorridas no início do século XX (advento do liberalismo, da urbanização e secularização da sociedade), as Rodas começam a ser repensadas e substituídas por clínicas pediátricas e orfanatos, que passaram a ser opções ao abandono. Médicos e higienistas buscaram alternativas de atendimento. As obras de beneficência foram sendo concebidas, cada vez mais, como ações de filantropia pública, e as instituições religiosas perderam sua autonomia, dependendo do financiamento público e sob o controle do Estado.

Em 1927, as Rodas foram legalmente condenadas; em 1934, foi abolida em Salvador e em 1938, no Rio de Janeiro. Mas, como aponta Venâncio, e como será possível constatar nas próximas páginas, as Rodas deixaram um legado cultural que não desapareceu junto com elas, seja ela a “perversa tradição de estigmatizar os pobres e de excluir qualquer possibilidade de implantação de uma política assistencial voltada à família, seja ela nuclear ou monoparental”.⁶³ Essas continuidades serão sentidas por muito tempo: as famílias comumente foram os principais bodes expiatórios quando se tratou do “problema da infância”.

1.1.2 Filantropia, higienismo e eugenia: pilares de um novo olhar sobre a infância

Uma segunda fase na assistência à infância pobre foi inaugurada em meados do século XIX, perdurando por boa parte do século XX. Isso ocorreu em meio a transformações estruturais que convulsionaram a sociedade brasileira, e que conformaram a forma como se percebe o Brasil contemporâneo. A queda da monarquia e o fim do regime escravocrata marcaram o início do período republicano brasileiro, trazendo em seu bojo ideias de

⁶¹ Instituições femininas de reclusão com fins devocionais, caritativos e educacionais. Criadas para resguardar a honra e a virtude das meninas pobres e desamparadas, com educação voltada para o casamento e a manutenção das virtudes. As Santas Casas, quando não conseguiam uma família na qual essas meninas se inserissem, procuravam encaminhá-las para o casamento através da distribuição de dotes. Cf. MARCÍLIO, op. cit., p. 165-167.

⁶² VENÂNCIO, op. cit., p. 123-151.

⁶³ *Ibidem*, p. 170.

modernização social e de adaptação à nova ordem econômica capitalista. A laicização da sociedade e, por conseguinte, a quebra do monopólio religioso sobre as ações assistenciais, veio acompanhada da crescente urbanização das cidades, do êxodo rural, das mudanças no mercado de trabalho (que agora contava também com a presença das mulheres), da imigração em massa e de uma verdadeira “revolução demográfica”, que aumentou em grande número a população de jovens e crianças.⁶⁴

O lema dos governos republicanos passou a ser o da “modernização” da sociedade, em busca de uma vitória da civilização sobre a barbárie e o arcaísmo que acreditavam imperar até então. Contudo, outro fenômeno surgiu em meio às mudanças trazidas com a implantação da ordem burguesa no Brasil: a pobreza aumentou na mesma proporção que o desenvolvimento econômico, tornando-se ainda mais visível nos centros urbanos, onde se multiplicaram as habitações precárias, as favelas e os cortiços nas grandes cidades.⁶⁵ Os salários foram drasticamente reduzidos, aumentando a exploração de mão-de-obra masculina, mas também feminina e infantil. No início do século XX os “deserdados da fortuna” correspondiam a 70% da população urbana.⁶⁶ Tornaram-se parte do cenário das grandes cidades as legiões de crianças maltrapilhas e desamparadas: a “questão do menor” surgia exigindo políticas públicas e iniciativas renovadas.⁶⁷

Foi nesse momento que se avançou enormemente na legislação e em medidas voltadas para a infância e a juventude, sempre justificadas frente ao quadro alarmante que se via estampado nas ruas. Essa segunda fase da assistência, caracterizada como filantrópica, pode ser evidenciada no Brasil desde o final da década de 1830, nas intervenções de profissionais sobre as Santas Casas de Misericórdia. Era em grande parte financiada e executada pela iniciativa privada, e marcada por um forte espírito evolucionista, que atraía as elites. Almejando uma sociedade harmônica, estável e feliz, a filantropia procurava “incutir sentimentos de ordem, de respeito às normas, de estímulo à família, de amor ao trabalho [...], tudo fundado na melhor ciência e no culto ao progresso ininterrupto”.⁶⁸

A filantropia pode ser caracterizada como uma “nova versão da caridade”, norteadas por métodos que se pretendiam científicos. Porém, da mesma forma como acontecia com a

⁶⁴ Em São Paulo, por exemplo, a cidade contava com 30 mil habitantes em 1870; 37 anos depois, em 1907, já contabilizava 286 mil pessoas. Cf. SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 212.

⁶⁵ MARCÍLIO, op. cit., p. 192.

⁶⁶ RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil*. Uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Santa Úrsula, 1993, p. 19.

⁶⁷ MARCÍLIO, op. cit., p. 193.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 207.

assistência religiosa, não tinha por objetivo a promoção social, mas sim o controle da população: “a luta de forças entre a caridade e a filantropia foi, antes de tudo, uma disputa política e econômica pela dominação sobre o pobre. A pobreza, até o século XIX, pertencia ao domínio absoluto da Igreja”.⁶⁹

Foi nesse momento que a criança se tornou uma questão de cunho social, político e nacionalista, tomada como a “chave para o futuro”, em um país que se queria moderno e civilizado. Nela se encontrava a promessa para o futuro da Nação. O discurso corrente pretendia fazer crer que o país seria tomado pela desordem e pela falta de moralidade caso não se olhasse para a questão da infância como um dos pilares do processo de construção nacional. Dentro da lógica evolucionista e positivista daquela época, “vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma *missão eugênica*, cuja meta é a regeneração da raça humana”.⁷⁰

Era necessário inculcar na população a moral e os bons costumes, fazendo do trabalho uma virtude, um hábito a ser adquirido. O povo, bruto e ignorante, necessitava ser lapidado. O combate à vadiagem era entendido como um ato de contenção contra um indivíduo que, não colocando sua força de trabalho à disposição da sociedade, demonstrava uma recusa em servir sua própria pátria.⁷¹ Nesse embate entre vícios e virtudes, os pobres eram vistos como uma massa única, igualmente ignorante e perigosa, sob os quais se justificava a intervenção sobre a família, a retirada do pátrio-poder e a interferência do saber médico no espaço doméstico, a partir de medidas essencialmente coercitivas e inibitórias.

Diversos atores sociais se empenharam na “causa da infância”. Médicos, juristas e legisladores contribuíram com medidas e projetos que aos poucos consolidaram um projeto eminentemente político de controle da população pobre, em busca da preservação do *status quo*. A ideia norteadora, contraditória por essência, era a de educar o povo sem, no entanto, deixar de garantir os privilégios da elite. Houve o desenvolvimento de uma política que primava pela exclusão social, sendo a educação, desde o início, vista como um antídoto à ociosidade e à criminalidade, e não como um instrumento promotor da igualdade social.

Na década de 1870, no contexto da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), ganhou força no Brasil o movimento médico-higienista. Atuando sobre a criança e sua família, o médico se tornou uma espécie de “cientista social”. A medicina passou a intervir nos assuntos do Estado, procurando fazer com que as políticas voltadas às parcelas mais

⁶⁹ RIZZINI, Irma. 1993, op. cit., p. 48.

⁷⁰ RIZZINI, Irene. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008, p. 24, grifos da autora.

⁷¹ *Ibidem*, p. 56.

desfavorecidas da população fossem as mais racionais, normatizadas, “científicas” e globais possíveis.⁷²

As ideias eugênicas também fizeram parte do arcabouço teórico dos que intercederam em prol da infância no Brasil. Teorizado em 1869 pelo inglês Francis Galton na sua obra “*Hereditary genius*”, o eugenismo consistia na ideia de que existia uma determinação hereditária não somente dos traços físicos, mas também das capacidades mentais, e que isso poderia ser determinado através de estudos estatísticos e genealógicos. Influenciado pelas descobertas evolutivas de Charles Darwin, Galton acreditava ser possível uma intervenção consciente na evolução da espécie humana, com o objetivo de aperfeiçoá-la:

A utopia eugênica de uma sociedade perfeitamente organizada e produtiva porque constituída dos melhores e mais belos exemplares da espécie precisava, para construir esse mundo limpo das degenerescências, pôr em prática princípios regeneradores para selecionar os melhores caracteres e eliminar as taras hereditárias.⁷³

Entre as medidas eugênicas *restritivas* estavam a regulamentação dos casamentos, a segregação dos indivíduos julgados doentes, e também medidas drásticas como a esterilização, a fim de impedir a procriação de pessoas que pudessem gerar filhos moral ou fisicamente doentes. Entre as medidas *construtivas* estavam a questão da educação higiênica e a propaganda dos princípios da eugenia e da hereditariedade.⁷⁴ Através de um pretenso controle dos fatores sociais, objetivava-se promover uma melhoria étnica das gerações futuras. A partir de 1880 a eugenia se tornou um movimento social e científico, sobretudo na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.⁷⁵ No Brasil, essas teorias ganharam mais força a partir da década de 1920, mas elas já permeavam o pensamento higienista desde o final do século XIX.

Não é preciso pontuar que, de forma drástica, as famílias pobres foram incluídas entre a população que deveria ser regrada e controlada de perto, como forma de conter os ímpetus naturais que poderiam levá-las a práticas desordeiras. Porém, mais do que com a eugenia, houve uma grande preocupação com a degenerescência da raça, a partir das características viciosas que se acreditava que as crianças pobres herdariam de seus pais: “as teorias da eugenia e da degenerescência justificaram o surgimento de projetos e programas de cunho

⁷² MARCÍLIO, op. cit., p. 194-195.

⁷³ LOBO, Lília Ferreira. *Os infames da história*. Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 115.

⁷⁴ MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito*: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 44.

⁷⁵ LOBO, op. cit., p. 111.

filantrópico, voltados para a prevenção, em última análise, do desvio social”.⁷⁶ Haveria, pois, uma perversidade inata e intrínseca atrelada ao desenvolvimento das crianças pobres.

Estancar a degeneração moral era uma responsabilidade coletiva: visava o bom funcionamento da sociedade. Atacando a ociosidade, prevenia-se também a futura criminalidade: “qual mãe e qual pai, por mais desnaturados que fossem, sabendo que seu filho se tornaria um criminoso, permitiria que ele crescesse no ócio?”.⁷⁷ Por isso, o controle social tinha um duplo objetivo: além de ser uma tarefa para os médicos e sanitaristas, também se configurava em uma tarefa política. Essa concepção higienista e saneadora da sociedade primava pela necessidade de se atuar sobre os focos da doença e da desordem, a fim de “moralizar a pobreza”.

No final do século XIX, os juristas também voltaram seus olhos para a causa da infância. Influenciados pelo Direito Clássico Romano, e mais especificamente pela Escola de Milão, adotaram as prerrogativas de Cesar Lombroso, cientista que acreditava que as taras hereditárias do criminoso, que começariam na família e seriam transmitidas aos descendentes, deveriam ser freadas por uma educação rígida que desviasse a tendência natural de muitas crianças ao crime.

Irene Rizzini lista as estratégias utilizadas pelos juristas no tratamento da “questão da infância”. Em um primeiro momento, era imperativo divulgar o quão alarmante era a questão da criminalidade, mostrando o perigo do seu contágio; em um segundo momento, fazia-se necessário comprovar que a origem do problema estava no lócus familiar para, num terceiro momento, indicar soluções através de legislações específicas e do controle da ação pública e privada.⁷⁸ Criava-se, aos poucos, uma visão ambivalente da criança: ao mesmo tempo em que ela significava esperança, podia ser considerada uma ameaça. Ao mesmo tempo em que estava *em perigo*, podia se transformar em um indivíduo *perigoso*. Justificou-se, assim, a criação de um vasto aparato médico-jurídico-assistencial.

Nesse contexto a infância foi dividida em duas. Essa dicotomização separou as “crianças”, aquelas advindas das classes abastadas, dos “menores” que, pobres e naturalmente propensos ao crime, deveriam ser normatizados: “o termo *menor* aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de

⁷⁶ RIZZINI, Irma. Op. cit., p. 24.

⁷⁷ RIZZINI, Irene. Op. cit., p. 54.

⁷⁸ Ibidem, p. 121-122.

polícia”.⁷⁹ Nessa conjuntura de práticas e discursos foi que o Estado, de forma mais organizada e sistemática, consolidou as bases das políticas públicas de assistência à infância pobre, que só sofreriam rupturas significativas na década de 1990.

1.1.3 Os “filhos do governo”: a consolidação da assistência pública à infância

Vicente de Paula Faleiros resume a política governamental para a infância pobre durante a República Velha em três palavras: omissão, repressão e paternalismo.⁸⁰ Substituindo o pátrio-poder pelo “pátrio-dever”, o Estado assumiu aos poucos a tutela da população mais desfavorecida. Durante os vinte primeiros anos do período republicano brasileiro, muitos projetos de atendimento e assistência foram apresentados, porém, levaria mais algum tempo para que essa questão fosse definitivamente implementada como uma política geral. Nesse momento inicial, existia uma miríade de articulações filantrópicas entre o poder público e a iniciativa privada, que se restringia à criação de alguns estabelecimentos, em iniciativas isoladas.

Dentro desse contexto surgiu o período mais profícuo da história da legislação brasileira para a infância pobre: diversas leis foram criadas, e muitos foram os discursos inflamados em sua defesa ou regulação nas Assembleias das Câmaras Estaduais e no Congresso Federal,⁸¹ discussões das quais participavam médicos, juristas, policiais e legisladores.⁸² A “descoberta” da criança, e as discussões que colocavam a infância recorrentemente na linha tênue entre “problema” e “solução” para os desígnios do Brasil, acarretaram mudanças que aos poucos foram incorporadas na legislação. Funcionaram como fator de pressão para o Estado, enfim, intervir na questão, mesmo infringindo os valores do liberalismo econômico da época.

⁷⁹ MARCÍLIO, op. cit., p. 195, grifo da autora.

⁸⁰ FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 36.

⁸¹ RIZZINI, Irene. *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 109.

⁸² Entre os atores sociais que contribuíram com o debate do “problema da infância” podemos citar o médico Carlos Artur Mancorvo Filho (1871-1944), criador do Instituto de Assistência de Proteção à Infância do Rio de Janeiro (1899); o advogado Evaristo de Moraes (1871-1939), escritor de vários livros sobre o assunto; e o deputado e senador republicano José Lopes da Silva Trovão (1848-1925), autor de inúmeros discursos sobre o tema.

A partir de uma aliança entre juristas e filantropos, e com fundamentação no debate internacional do final do século XIX,⁸³ começou a ser construído no Brasil um modelo de justiça defensivo, reparativo e preventivo para a infância, nos moldes humanitários do “Novo Direito”, num arquétipo liberal de organização e administração da justiça. A Justiça de Menores brasileira consolidou-se como um complexo tutelar, assumindo uma extraordinária dimensão monopolizadora de autoridade e controle.⁸⁴

O primeiro Juízo de Menores foi criado em 1923, no Rio de Janeiro, então capital brasileira (Decreto nº 16.272, de 20/12/1923). Surgiu como um órgão centralizador do atendimento oficial aos “menores”, criando, fiscalizando e provendo auxílios para as instituições de atendimento:

A criação do Juízo de Menores não se restringiu à necessidade concreta de organizar e ampliar a assistência oferecida à infância desvalida. O Juízo nasceu após duas décadas de discussões sobre o papel do Estado na assistência aos infelizes, de protestos contra a falta de uma assistência pública no país e de cobranças da “intervenção direta e desassomburada do Estado”, com base na “centralização e uniformização dos serviços em um órgão bem definido e bem normalizado da vida governamental de uma nação”.⁸⁵

A partir de sua criação, inaugurou-se uma política sistemática de classificação, intervenção e internação de “menores” em estabelecimentos criados ou reformados especificamente para atendê-los, quando considerados material ou moralmente abandonados, e/ou delinquentes. O principal modelo de atendimento conformado pelas iniciativas públicas da época, que perdurou por quase todo o século XX, foi o que os partidários do pensamento positivo de Auguste Comte já defendiam desde o século XIX: era necessária a separação da infância problemática em grandes *instituições totais*⁸⁶ para a correção dos seus defeitos.

Sendo as famílias consideradas incapacitadas ou despreparadas para cuidar de seus filhos, os estabelecimentos fechados eram ideais para tirar a criança do perigo das ruas, da vadiagem e da malandragem. Nas instituições totais “a criança encontraria a educação, a

⁸³ As primeiras tentativas de aplicação de medidas jurídicas de contenção de menores se deram em Boston (EUA), nos regimes de “liberdade fiscalizada” (“*probation*”). O primeiro Tribunal para Crianças (*Children’s Court*) foi criado em Chicago (EUA), em 1899. Logo em seguida, outros tribunais são criados na maior parte dos estados norte-americanos e em diversos países da Europa. Na América Latina, essa reforma judiciária se inicia nas primeiras décadas do século XX. Cf. RIZZINI, 2008, op. cit., p. 132.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 125-131.

⁸⁵ PAIVA, 1907, p. 26 *apud* RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs).. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009a, p. 246.

⁸⁶ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 11.

formação, a disciplina e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho”. Completando a maioridade, ela estaria “apta” para viver em sociedade.⁸⁷

Antes mesmo das medidas criadas pelo Juízo de Menores, a criação de asilos havia se acelerado. Surgiram, inclusive, Colônias Agrícolas e Industriais, com funções correcionais para os infratores, com o objetivo de instruí-los e capacitá-los para o mundo do trabalho, e como forma de prevenção ou regeneração da delinquência juvenil: “tal modelo era considerado o meio ideal para o desenvolvimento do hábito e do amor ao trabalho e como uma forma de preparar meninos e meninas, para serem úteis à sociedade”.⁸⁸

Em julho de 1919, o Ministério da Agricultura criou os Patronatos Agrícolas (Decreto nº 13.706, de 25/07/1919), uma versão das colônias agrícolas a ser adaptada em âmbito nacional, com vistas a formar o “novo trabalhador brasileiro”.⁸⁹ Pouco antes, no mesmo ano, em 01 de março de 1919, foi criado o Departamento da Criança no Brasil, considerada a primeira iniciativa estatal com abrangência nacional, atuando em diversas frentes, que incluíam o atendimento direto à população; a administração de cursos educativos sobre puericultura e higiene infantil; realização de campanhas de vigilância sanitárias nas escolas; e a participação em congressos nacionais e internacionais.⁹⁰

A partir de uma mobilização conjunta de diversos atores sociais, por fim o Estado brasileiro incorporou a criança na esfera do direito, sob sua tutela. Em 1927 foi criado o “Código de Menores Mello Mattos”⁹¹ (Decreto n. 17.943-A), um texto minucioso, que congregou muitas contribuições das duas décadas anteriores, finalizando com cerca de 231 artigos. Partindo de uma filosofia eminentemente higienista e correcional, o Código de Menores procurou abarcar nos mínimos detalhes as atribuições do Juiz de Menores, figura detentora de um alto grau de poder na decisão sobre o destino das crianças:

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por falta dos pais.⁹²

⁸⁷ MARCÍLIO, op. cit., p. 207.

⁸⁸ Ibidem, p. 214.

⁸⁹ Boa parte desses Patronatos foi fechada no início na década de 1930, sob a alegação de que não passavam de meros asilos para castigar a infância abandonada. Cf. RIZZINI, Irma. 2009. op. cit., p. 260.

⁹⁰ RIZZINI, Irene. 2008, op. cit., p. 61-62.

⁹¹ Uma alusão ao autor da lei, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (1864-1934).

⁹² FALEIROS, 2009, op. cit., p. 47.

A Roda dos Expostos foi abolida, e as crianças e jovens tiveram assegurada sua “proteção legal” até os 18 anos. A maioria penal foi fixada nos 18 anos, sendo que os “menores” infratores de 14 a 18 anos poderiam ser imputados a partir de um processo especial.⁹³ Porém, apesar do Código ser um marco na história da assistência à infância, ele não ressaltava claramente a fronteira entre a assistência estatal, filantrópica e caritativa. Não parecia ser intenção do Estado ocupar o lugar da beneficência privada, ou inibir esse tipo de iniciativa.

As crianças e jovens das camadas populares, oficialmente tutelados pelo Estado, eram tomados pela lei como potencialmente suspeitos de condutas antissociais mesmo quando não apresentassem nenhuma “ameaça” à sociedade:

Ao acrescentar à categorização de menor abandonado ou pervertido a frase “...ou em perigo de o ser”, abria-se a possibilidade de, em nome, da lei, enquadrar qualquer um no raio de ação do Juiz. A intenção era mais óbvia no concernente aos menores caracterizados como delinquentes. Uma simples suspeita, uma certa desconfiança, o biótipo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a que fosse sumaria e arbitrariamente apreendido.⁹⁴

A pobreza e a composição das famílias passaram a ser fatores para a compreensão da situação dos “menores”, de onde surge uma maior necessidade de assistência social. Essa preocupação, “inicialmente médica e jurídica, levará à formação de especialistas com a criação das primeiras escolas de Serviço Social no final da década de 30”, que se institucionalizaram “enquanto um saber e uma prática profissional específicos, voltados, no caso da infância, para o estudo da situação social do menor e de sua família e para o desenvolvimento de técnicas de intervenção sobre essa realidade”.⁹⁵

A história da assistência pública sempre esteve intimamente ligada ao contexto político e econômico de cada época.⁹⁶ Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder a partir da Revolução de 1930, e, mais especificamente no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o governo se tornou mais centralizador e intervencionista; as questões econômicas e sociais passaram a ser preocupações nacionais. As reformas trabalhistas, tão alardeadas pelo governo, acabaram por refletir interesses conciliatórios e corporativistas, e a educação voltou-

⁹³ É importante salientar que ocorreu um avanço na questão da imputabilidade penal do jovem infrator: durante o Império, o Código Criminal de 1830 determinava que seriam presos os infratores com mais de 14 anos. Já o Código Penal de 1890, no início do período republicano, baixou a maioria penal, estabelecendo-a aos 09 anos de idade, a partir do conceito de “discernimento” por parte da criança envolvida.

⁹⁴ RIZZINI, Irene. 2008, op. cit., p. 142.

⁹⁵ RIZZINI, Irma. 1993, op. cit., p. 40-41.

⁹⁶ RIZZINI, Irma. 2009, op. cit., p. 281.

se para a construção do patriotismo. Todos esses novos elementos sociopolíticos estavam integrados em uma política mais ampla e nítida do Estado.

A dicotomização da infância pode ser verificada de forma mais clara no início da década de 1940: o Decreto-Lei nº 2.024, de 17/02/1940 criou o Departamento Nacional da Criança (DNCr). Competia a esse órgão estudar e divulgar o problema social da maternidade, da infância e da adolescência, concedendo auxílios federais a instituições privadas, fiscalizando-as em suas ações ligadas à higiene, puericultura, aos cuidados maternos, etc. O DNCr trabalhava para manter a estabilidade dos núcleos familiares, evitando que fossem atingidos por qualquer ameaça, privilegiando o papel da mãe nesse contexto.⁹⁷

“Menor” e criança se tornaram definitivamente categorias separadas: para os primeiros, o governo reservava outra instituição, com funções bastante específicas. Em 1941, a partir do Decreto-Lei nº 3.799, de 05/11/1941, foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), o primeiro órgão cuja função seria centralizar as políticas de assistência, mas que acabou tendo um foco maior na questão da ordem social.⁹⁸

Ideologicamente, atender a infância durante o Estado Novo configurou-se em uma questão de defesa nacional: era necessário proteger as crianças dos “males do comunismo”, em defesa da pátria e da sociedade.⁹⁹ É importante lembrar que em 1935, antes mesmo do Estado Novo, já havia sido promulgada a primeira Lei de Segurança Nacional, que alardeava a necessidade anticomunista de resguardar a ordem social. A “política de menorização” articulava todos esses elementos (repressão, anticomunismo, assistência e “defesa da raça”), combinadas com a mão de ferro do governo no trato da questão.¹⁰⁰

A fim de suprir essas discontinuidades, a partir de 1944 a abrangência do SAM passou a compreender todo o território nacional.¹⁰¹ Porém, inúmeras denúncias aos poucos foram dando conta da ineficácia do órgão: articulando-se com os interesses privados, o Estado

⁹⁷ Por falta de recursos, o Departamento associou-se à Legião Brasileira de Assistência (LBA), um órgão criado pelo governo federal em 1942, presidido pela primeira-dama Darcy Vargas. A Legião originalmente tinha o objetivo de assistir às famílias dos convocados na II Guerra Mundial, mas, após 1945, assumiu com prioridade a assistência à infância e à maternidade. Era um órgão que possuía receita própria, vinda de doações salariais. Sua linha mestra de atuação manteve-se ao longo da história, apenas adaptando-se às novas tendências de cada período. Teve grande expansão nas décadas de 1970 e 1980, e um crescimento vertiginoso com o primeiro governo civil pós-ditadura (1985-1989). Acusações de corrupção no início da década de 1990 enfraqueceram o órgão, que foi definitivamente extinto pela Medida Provisória nº 813, de 01/01/1995, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Cf. RIZZINI, Irma. 2009, op. cit., p. 277-279.

⁹⁸ FALEIROS, op. cit., p. 54

⁹⁹ RIZZINI, Irma. 2009, op. cit., p. 247.

¹⁰⁰ FALEIROS, op. cit., p. 57.

¹⁰¹ Em 1941, o decreto-lei que criou o SAM determinava que sua atuação se restringiria apenas ao Distrito Federal (Rio de Janeiro). Cf. RIZZINI, Irma, 2009, p. 265.

distribuía verbas sem qualquer controle. O SAM realizava convênios com empresas particulares de forma totalmente irregular, sem vínculos contratuais formais.¹⁰²

A forma de financiamento dessas instituições era *per capita*, ou seja: cada criança atendida recebia uma quantia mensal específica do governo para seu sustento dentro da instituição. Contudo, sem a menor fiscalização, muitos foram os casos de “crianças fantasmas”, que geravam divisas públicas a serem usadas sem qualquer critério pelas instituições particulares. Além disso, muitos atores públicos buscavam legitimação junto ao setor privado em troca de favorecimentos políticos.¹⁰³

Em 1956, Paulo Nogueira Filho, que atuou como diretor do SAM entre 1954 e 1956, publicou a obra “*Sangue, corrupção e vergonha: SAM*”, onde descreveu diversas arbitrariedades, relatando também as dificuldades que enfrentou denunciando a corrupção interna do órgão e procurando reformulá-lo.¹⁰⁴ Fazia parte da dura realidade das instituições, sobretudo no Rio de Janeiro, a superlotação (como pode ser conferido na Fig. 1, p. 52), a falta de higiene, tortura e violência, como denunciou Agostinho Seixas em um artigo intitulado “*SAM: insulto à dignidade humana*”:

No SAM, todo o material de serventia para o alojamento dos menores é o que existe de mais anti-higiênico. Camas, mesas, cadeiras, vasilhas, bem como os lavatórios e outras dependências sanitárias, têm o odor da miséria bem alimentada pela incompetência, pelo descaso e, acima de tudo, pela falta de dinheiro. Biombos de madeira dividem as seções de almoxarifados, dispensas, depósitos, cozinha e refeitório, onde os ratos se confundem entre os móveis e utensílios da casa [...]. O clima, ali, é de violência e arbitrariedades, com castigos corporais que vão até as torturas. E os castigos mais em prática vão desde o jejum até o espancamento, passando pelo isolamento (celas separadas, quartos escuros) [...]. Nesse ambiente vivem os pequenos párias da sociedade, indefesos, castigados por crimes dos quais ainda não são os responsáveis diretos.¹⁰⁵

Muitas foram as metáforas criadas para descrever o órgão: “*Casa dos Horrores*”, “*Escola do Crime*”, “*Fábrica de Criminosos*”, “*Sucursal do Inferno*”, “*Fábrica de Monstros Morais*”, “*SAM – Sem Amor ao Menor*”, etc. A imprensa teve um papel importante na construção desse imaginário social, “pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos ‘bandidos’ que passaram por suas instituições de reforma”.¹⁰⁶

¹⁰² RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004, p. 34.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ RIZZINI, Irma. 2009, op cit., p. 263.

¹⁰⁵ SEIXAS, Agostinho. SAM: insulto à dignidade humana. In: LOUZEIRO, José (coord.). *Assim marcha a família*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965, p.124-125.

¹⁰⁶ RIZZINI & RIZZINI, op. cit., p. 34.

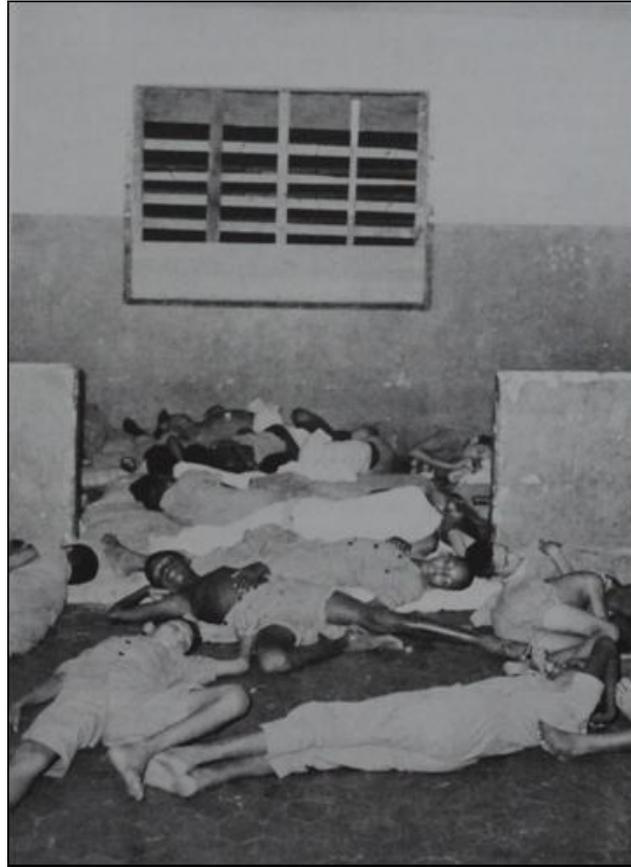


Fig. 1: Casa 3 da triagem masculina do Serviço de Assistência a Menores. Rio de Janeiro, 1964. Nessa época, o órgão estava sendo substituído pela FUNABEM. Fonte: *Revista Espaço*. FUNABEM. Edição Especial - Medalha Romão de Mattos Duarte, 1980. *Acervo FEBEM/RS*.



Fig. 2: Mário Altenfelder, presidente da FUNABEM entre 1964 e 1974. Fonte: *Revista Espaço*. FUNABEM. Edição Especial - Medalha Romão de Mattos Duarte, 1980. *Acervo FEBEM/RS*.

As estatísticas mostravam que, apesar das pretensões universalistas do órgão, a estrutura de atendimento permaneceu inalterada mesmo após uma década de atuação do Serviço.¹⁰⁷ As agências do SAM não existiam de fato, com a exceção de instituições localizadas em meia dúzia de estados; havia também o caso dos “falsos desvalidos” – crianças com posses, internadas nos melhores educandários, enquanto os “autênticos desvalidos”, que deveriam ser o alvo principal do atendimento do Serviço, seguiam sem assistência.¹⁰⁸ O fracasso do órgão deve ser entendido dentro do contexto político da época em que ele se originou:

Uma ditadura preocupada em se manter, através da ideologia da defesa nacional, onde o menor nas ruas, fora da escola e do ambiente de trabalho, representava uma ameaça à pátria. Mas também, uma clientela sem barganha, política e econômica, que era foco de investimentos pelos riscos que oferecia, mas nem tanto. O menor e o meio social a que pertencia não tinham como cobrar e muito menos exercer controle sobre as ações de um Estado ditatorial. Pela sua condição de menoridade e pobreza, ele estava nas mãos daqueles designados para “protegê-lo” ou “recuperá-lo”.¹⁰⁹

Em meio às críticas, teve início uma intensa pressão política por mudanças. Projetos foram apresentados, comissões foram criadas, debates foram promovidos por diversos setores da sociedade. Apesar de algumas discordâncias, a maior parte dessas iniciativas e discussões apontava para a necessidade de que o novo órgão fosse estruturado na forma de uma fundação, administrativa e financeiramente autônoma. O Grupo de Trabalho “*Atribuições do Ministério Público na Defesa do Menor*”, que fez parte da XI Semana de Estudos do Problema do Menor, defendia a criação de uma fundação por esta permitir uma administração vinculada, autonomia administrativa e financeira, e possibilitar a fiscalização permanente por parte do Estado, eliminando possíveis ingerências políticas.¹¹⁰

Em 01 de dezembro de 1964 foi promulgada a Lei nº 4.513, que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, um órgão de alcance nacional que substituiu e incorporou as funções e instalações do SAM. A FUNABEM nascia com autonomia e projetos para evitar as internações de “menores”, “no entanto, o projeto de segurança nacional foi incorporado na FUNABEM no sentido de manter a repressão e responsabilizar a família pelo abandono das crianças. Edificações foram feitas para internar os “marginalizados” e os “marginais”.¹¹¹

¹⁰⁷ Entre 1950-1953, foram realizadas 3.721 internações no Distrito Federal, enquanto no período 1927-1930, foram 4.085 internações. Cf. RIZZINI, Irma. 2009, op. cit., p. 267.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 266.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 281.

¹¹⁰ Desde 1948, na I Semana de Estudos do Problema do Menor, considerava-se essa hipótese. Cf. JUNQUEIRA, Lia. *Abandonados*. São Paulo: Ícone, 1986, p. 35-36.

¹¹¹ FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, nº1, outubro de 2004, p. 8.

Autores apontam que essa reestruturação da assistência pública aconteceria mesmo sem o golpe de 1964, pois houve toda uma orquestração social, institucional e partidária para a extinção do SAM, mesmo que com focos de resistência no Ministério da Justiça.¹¹² Contudo, ainda que a retórica oficial apontasse para uma inflexão da estratégia repressiva para uma estratégia de integração do menor à comunidade e à família, pretendendo se constituir como uma iniciativa “*anti-SAM*”, essa nova ordem assistencial viria marcada desde sua origem pela Doutrina de Segurança Nacional, mote ideológico do regime implantado pela ditadura civil-militar.

1.2 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL: DA CASA DOS EXPOSTOS À SOCIEDADE HUMANITÁRIA PADRE CACIQUE

*“Mas há milhões desses seres
Que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta
De onde essa gente vem?”*

(“Brejo da Cruz”, Chico Buarque)

A trajetória da assistência à infância e à juventude no Rio Grande do Sul em muito se confunde com a assistência brasileira a essas parcelas da população. Partindo do pressuposto de que a maior parte da bibliografia sobre a infância brasileira se refere à realidade do centro do país, descrevendo a institucionalização de crianças e jovens principalmente no Rio de Janeiro (capital da república até 1960) e em São Paulo, justifica-se um olhar mais pormenorizado para a realidade da assistência gaúcha.

Assim como foi realizado anteriormente, iniciou-se com uma narrativa cronológica das práticas e políticas de assistência, que tiveram início no começo do século XIX através da Roda dos Expostos, passando por iniciativas caritativo-filantrópicas ligadas a Igreja Católica e grupos da sociedade civil, para adentrar o século XX e a assistência pública à infância abandonada.

¹¹² FALEIROS, 2009, op. cit., p. 63.

1.2.1 A Casa da Roda da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

A responsabilidade da criação dos expostos gaúchos foi transferida para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre com a promulgação da Lei Provincial nº 9, de 22 de novembro de 1837.¹¹³ Sua função seria recolher, guardar e dar um destino às crianças abandonadas. Assim como ocorria com a Santa Casa de Misericórdia, as Rodas dos Expostos gaúchas observavam a legislação eclesiástica e perseguiram os princípios lisboetas de cuidado com as crianças sob sua tutela.¹¹⁴

A Roda instalada em Porto Alegre (como é possível verificar na Fig. 3, p. 56):

constituía-se em um cilindro giratório, espécie de caixa circular dividida em dois compartimentos. Localizava-se ao lado da capela Senhor dos Passos da Santa Casa, engastada em um muro alto. O recém-nascido era colocado no cilindro, que era girado, e uma sineta tocava. Geralmente era utilizada durante a madrugada, ocultando quem a utilizava. A porteira, que morava ao lado da Roda, ouvia o sino, recolhia a criança e a acomodava em um berço coberto por um pelego de ovelha. No dia seguinte, era entregue à regente da Casa da Roda e inscrita no livro de registros de expostos. Não raro, eram abandonadas crianças em precário estado de saúde; também não era incomum serem abandonados recém-nascidos, já mortos. Sem que houvessem perguntas ou explicações, eram poupadas as despesas do enterro às famílias mais pobres.¹¹⁵

Na época de sua criação, a existência da Roda era justificada por ser uma “uma urna de caridade, um escudo de grande importância contra o escândalo e o crime”, que “previne os infanticídios, evita a revelação da desonra e escândalos incalculáveis”.¹¹⁶ À semelhança do que ocorria nas outras Rodas, os expostos abandonados na Santa Casa de Porto Alegre eram em sua maioria deixados sob a tutela de “mães criadeiras” (mulheres de “honra e moral comprovadas”), que recebiam pagamento mensal e ajuda de custo para criar os expostos até os sete ou oito anos de idade. Se não fossem devolvidas à Roda, as crianças ficariam sob responsabilidade das mães até os doze anos de idade, sem auxílio financeiro. A partir dos doze anos de idade, a responsabilidade era do Juiz de Órfãos.¹¹⁷

¹¹³ A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre havia sido fundada em 1803 e inaugurada em 1826. Foi a principal instituição de assistência voltada às pessoas em situação de exclusão social, doença ou abandono (conferir Fig. 4, página 56). Cf. COHEN, Vera Regina de Aquino. Santa Casa de Misericórdia: legado social português em nosso estado. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre Vol. 11/12, 1983/1984, p. 299.

¹¹⁴ Existiram outras duas Rodas de Expostos no Rio Grande do Sul: uma na cidade de Rio Grande (1839) e outra em Pelotas (1849), ambas as cidades localizadas na região sul do Estado. A Roda dos Expostos instalada em Porto Alegre foi a 6ª Roda a ser construída no Brasil. Cf. MARCÍLIO, op. cit., p. 157.

¹¹⁵ SEVERO, Andrea Maria Duarte. Roda dos expostos II. In: *Porto & vírgula*. Porto Alegre Vol. 4, n. 29, nov. 1996, p. 37.

¹¹⁶ Justificativas da época de instalação da Roda transcritas por Mário Totta no Relatório Anual da Santa Casa, em 1934. Cf. *Ibidem*.

¹¹⁷ *Ibidem*.



Fig. 3: Desenho representando a Roda dos Expostos. Fonte: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. Centro de Documentação e Pesquisa. *Casa da roda: o abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre: guia de fontes 1815-1959*. Porto Alegre: Cedop, 1997.



Fig. 4: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Desenho de 1946. Fonte: FLORES, Moacyr. *A casa dos Expostos*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, Vol. XI, nº 2, dez. 1985.

O destino dos expostos gaúchos que sobreviviam era quase sempre adoção. Entre os que ainda estivessem na Casa por volta dos sete ou oito anos, os meninos eram enviados para o Arsenal de Guerra da Província;¹¹⁸ as meninas permaneciam na Casa trabalhando como amas-de-criação, à espera de um casamento. Os dotes para os matrimônios eram reunidos a partir de doações de particulares ou bens das expostas.¹¹⁹

Sendo insuficientes as verbas destinadas pelo governo (que procurava designar recursos para os meninos do Arsenal de Guerra e para as mães-criadeiras de expostos), o sustento e manutenção da Roda provinham de doações de particulares, de rendimentos dos bens dos expostos (que também tinham origem em doações particulares) e, se necessário, de bens da Santa Casa.¹²⁰ Algumas outras iniciativas do governo procuravam dar cabo das necessidades da assistência à infância, como a criação do Asilo Santa Leopoldina (Lei nº 367, de 04 de março de 1857). O Asilo, instalado em 07 de setembro, era voltado para o “ensino de primeiras letras, lições de costura e bordados para as expostas de mais de 8 anos e para as órfãs acima de 5 anos”.¹²¹

Também em Porto Alegre foram relatados problemas com maus-tratos e falta de higiene por parte das mães-criadeiras: expostos morriam de fome, eram mal cuidados. Elas eram acusadas de tentar iludir a fiscalização e de tratar as crianças sob sua tutela como escravos, deixando-os viver maltrapilhos, imundos e ignorantes, “ocultando em suas almas o vagabundo ou criminoso do futuro que viriam a ser no futuro”.¹²² Porém, para os administradores da Santa Casa, essas mulheres eram verdadeiras enviadas de Deus:

Anjos de abnegação, votadas ao sacrifício, tendo a caridade como única profissão; as heroínas do bem que o povo com o seu costumado bom senso denominou – irmãs da caridade, elas possuem os segredos de enfermeiras e dispõem de recursos inexauríveis de meios desconhecidos, inventados pela virtude do altruísmo; e tudo, com o desprendimento e dedicação da mulher cristã, dão os doentes, emprestam aos pobres – convencidas e certas do pagamento divino. Tratando de curar o espírito abatido pela dor e o corpo vencido pela moléstia, elas sabem ao ministrar o remédio que cura um, suavizar com carinhos maternos e palavras feitas de bondade os

¹¹⁸ O Arsenal de Guerra de Porto Alegre começou a ser construído em 1774, sendo que sua Escola de Artes Mecânicas, ligada ao Exército, foi criada em 1837. Era voltada para “crianças desvalidas” com no mínimo 10 anos de idade, que poderiam participar de oficinas para serem carpinteiros, alfaiates, ferreiros, latoeiros, pintores, coronheiros, correiros, armeiros, fogueteiros, funileiros e sapateiros. Cf. MARCÍLIO, op. cit., p. 189.

¹¹⁹ IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. Centro de Documentação e Pesquisa. *Casa da roda: o abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre: guia de fontes 1815-1959*. Porto Alegre: Cedop, 1997.

¹²⁰ Existiram casos de corrupção e desvios de verbas dentro da Casa dos Expostos, como os cometidos pelo tesoureiro Amaro da Silva Velho, em 1863. Cf. FLORES, Moacyr. *A casa dos Expostos. Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, Vol. XI, nº 2, dez. 1985, p. 53.

¹²¹ *Ibidem*, p. 52.

¹²² *Ibidem*, p. 56.

tormentos que torturam o outro. Ao moribundo – apontam os amplos braços de Cristo ressurgindo para os trabalhos da existência.¹²³

A Roda definia os papéis sociais de gênero que meninos e meninas deviam seguir: aos meninos, havia a opção de tornarem-se artífices nos Arsenais de Guerra. Aprenderiam uma profissão e tornar-se-iam úteis para a sociedade produtiva. Para as meninas, havia os trabalhos domésticos e a clausura como forma de resguardar a honra: “as recolhidas na Casa da Roda viviam isoladas, era expressamente proibida qualquer comunicação com o mundo exterior, as visitas seriam sempre em presença da regente”, sendo cuidadosamente evitadas suas aparições em público.¹²⁴ A partir de 1884, as expostas poderiam ser enviadas para casas de famílias para serem aprendizes de criadas. A ordem era que “não permaneçam na Casa da Roda depois de certa idade, dando-lhes destino compatível com a moral e os bons costumes e ensinando-lhes ofícios próprios do seu sexo”.¹²⁵

As estatísticas de atendimento revelam níveis altos de mortalidade. Entre 01 de janeiro de 1838 e 31 de maio de 1863, 1144 crianças deram entrada na Roda dos Expostos de Porto Alegre (529 meninos e 615 meninas). Deste total, 711 morreram, correspondendo a cerca de 62% das crianças admitidas na Casa dos Expostos durante o período (66,5% dos meninos e 58% das meninas).¹²⁶ Outra fonte diz que o percentual de mortalidade entre 1838 e 1890 chegou a assustadores 80%, sendo que não mais que 20% que sobreviviam aos três primeiros anos de vida e 10% os que ultrapassavam os sete ou oito anos de idade.¹²⁷

O abandono de crianças era fruto da miséria, mas também do preconceito. A Roda acabou funcionando como uma forma de “reparar a moral social ofendida”, sendo ela fruto da miséria física ou moral: “[...] a Roda servia como *depositária fiel e discreta* dos inconfessáveis segredos da comunidade, fossem eles fruto de suas misérias físicas, sociais ou morais”.¹²⁸

A Roda funcionava como uma instituição social que recebia o “problema”, afastava-o do convívio da sociedade, o reeducava e o devolvia apto a ser “útil” novamente: “cria-se uma forma de transformar uma chaga social, uma vergonha, um escândalo, um fruto da miséria, em individuo orientado para desempenhar satisfatoriamente um papel social, como classe subalterna”.¹²⁹ Assim como no resto do país, institucionalizou-se o abandono.

¹²³ Relatório de 1884, escrito pelo provedor Joaquim Pedro Salgado. Cf. FLORES, op. cit. p. 56.

¹²⁴ Ibidem, p. 57; SEVERO, op. cit., p. 38.

¹²⁵ Relatório Anual da Santa Casa, 1884. Cf. Ibidem, p. 38.

¹²⁶ FLORES, op. cit., p. 54.

¹²⁷ SEVERO, op. cit., p. 37.

¹²⁸ Ibidem, p. 37, grifos da autora.

¹²⁹ Ibidem, p. 39.

A Casa da Roda da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi desativada em 1925, e as crianças que ainda restavam sob sua jurisdição foram enviadas para asilos da cidade. Porém, a Roda ainda estava em funcionamento, mesmo que seu uso houvesse diminuído bastante. Em 1931, o médico Mário Totta (1874-1947) assumiu o cargo de mordomo da Roda dos Expostos, e liderou uma campanha para sua extinção, que veio a termo em 1940. No mesmo momento, inaugurou-se a “Maternidade Mário Totta” da Santa Casa que, sob condições mais modernas, seguiu executando um serviço semelhante ao da Roda, criando o setor de “Pupileiras”, uma espécie de escritório de recepção de recém-nascidos abandonados.¹³⁰ A sociedade modernizava-se: o início do século XX trouxe inúmeras mudanças para a sociedade gaúcha que, cada vez mais, deparava-se com a “questão social” tomando as ruas.

1.2.2 A Sociedade Humanitária Padre Cacique e o início da assistência pública à infância no Rio Grande do Sul

Ao longo do século XIX e durante boa parte do século XX, surgiram em todo o país inúmeras instituições particulares de atendimento à infância e à juventude abandonada ou delincente. Grande parte delas tinha matizes religiosos, sobretudo católicos. Fundadas sob preceitos caritativos, e muitas vezes apoiadas financeiramente por recursos do Estado, essas instituições cumpriram durante muito tempo a função de fornecer asilos e abrigos para meninos e meninas saídos da Casa dos Expostos e das ruas das cidades em crescimento, adultos considerados “alienados”, e outras pessoas atingidas pela miséria.

No Rio Grande do Sul, os primeiros estabelecimentos desse tipo surgiram em meados do século XIX. Para esta análise interessa, sobretudo, citar as instituições criadas pela Sociedade Humanitária Padre Cacique, que seriam mais tarde incorporadas aos serviços de assistência pública à infância e à juventude: o Asilo Santa Teresa para órfãs (1846), o Asilo de Mendicidade para “desprovidos” (1881) e o Asilo São Joaquim, para meninos (1932).

No ano de 1862, o padre baiano Joaquim Cacique de Barros (1831-1907) chegou à capital gaúcha e, em 1864, engajou-se na “causa do menor”. Tentou junto ao Imperador Dom Pedro II a possibilidade de unir o Asilo de Santa Leopoldina ao Colégio Santa Tereza, ainda em obras. Com a autorização do Imperador, ficou incumbido, em contrapartida, de “sustentar

¹³⁰ SEVERO, op. cit. p. 39.

e educar, no mínimo, 20 meninas indigentes, sob a inspeção do governo da Província”.¹³¹ Com inúmeras dificuldades, tendo de apelar para as esmolas da comunidade, o Pe. Cacique conseguiu finalizar as obras, sendo o Asilo Santa Leopoldina extinto e fundido com o Santa Tereza, que passou a receber verbas públicas. Em 1881, Pe. Cacique iniciou a construção do Asilo de Mendicidade. Em 12 de maio de 1892, a Sociedade Humanitária Padre Cacique foi formalmente fundada, tendo sob sua jurisdição os dois asilos supracitados e, a partir de 1932, o Asilo São Joaquim, voltado para meninos órfãos (conforme pode ser visto na Fig. 5, p. 99).

A virada do século XIX para o século XX trouxe inúmeras modificações para a sociedade brasileira. No Rio Grande do Sul, sobretudo na capital do Estado, as mudanças também foram sentidas de forma contundente. O crescimento urbano vivenciado por Porto Alegre desde a metade do século XIX caminhou a passos largos com o desordenamento urbano da cidade. Surgiram médicos, higienistas e sanitaristas que, empenhados em fazer da nascente república brasileira um bastião do mundo moderno, empreenderam uma verdadeira cruzada moralizadora sobre a população mais pobre. No decorrer desse processo, a rua se tornou objeto de um novo imaginário social, um microcosmo da transformação capitalista; ao mesmo tempo em que era um símbolo do progresso da cidade, com suas alamedas e casarões, era também um espaço de ameaças populares que deveriam ser controladas.¹³²

Existia um consenso entre as elites da época sobre a necessidade de controlar, guiar e vigiar a população pobre, mesmo que não houvesse consenso sobre quais iniciativas deveriam ser usadas.¹³³ Para as crianças e jovens “viciosos” que tomavam as ruas de assalto, pensavam-se em escolas correcionais, onde lhes seria inculcido o “valor do trabalho”, pois a rua era “uma escola funesta”, de onde saíam “ladrões e assassinos, filhos do mal e do lodo”.¹³⁴ Era hora do Estado intervir diretamente na questão.

A primeira ação efetiva do Estado para solucionar o “problema dos menores” no Rio Grande do Sul surgiu em 06 de abril de 1925, através da Lei Estadual nº 346, que em seu artigo nº 83 conferia ao 2º Juizado Distrital da Capital a Jurisdição de Menores, com a incumbência de executar medidas de proteção e assistência aos menores abandonados,

¹³¹ O Colégio Santa Tereza, cujo nome foi uma homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, foi fundado diretamente por D. Pedro II (Decreto 439, de 02/12/1845), que adquiriu terrenos para esse fim na Praia de Belas, próximo ao bairro Cristal. Por isso, a região ficou conhecida como “Morro Santa Tereza”. As obras haviam iniciado em 1846, mas até o início da década de 1860 não haviam sido finalizadas. Cf. RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. *Centro do Jovem Adulto – CJA: resgate histórico*. Porto Alegre: Corag, 2002, p. 14-16.

¹³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

¹³³ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade*. Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC / ANPUH-RS, 2004, p. 29.

¹³⁴ PESAVENTO, op. cit., p. 123.

principalmente no que se referia às medidas preventivas. Porém, essa lei estabelecia que o Juiz Distrital não teria a atribuição de destituir o pátrio-poder, nem de julgar crimes cometidos por menores de 18 anos, o que torna flagrante a sua dificuldade de ação.¹³⁵

Com a promulgação do Código de Menores de 1927 e a experiência de outras capitais com instrumentos especializados, o governo do Rio Grande do Sul criou em 1933 um órgão que centralizaria todas as funções necessárias para a execução da Justiça de Menores. O Decreto-Lei nº 5.367, de 01 de julho de 1933, criou o Juizado de Menores em Porto Alegre e, também, um Abrigo de Menores, uma Escola de Reforma, o Conselho de Assistência e Proteção a Menores, dando também outras providências para a execução do Código no resto do estado.¹³⁶

Em 01 de setembro de 1945, através do Decreto nº 890, criou-se o Serviço Social de Menores (SESME), que tinha por finalidade “prestar aos menores abandonados, transviados e pobres assistência social sob todos os aspectos”.¹³⁷ Agindo como uma sucursal do SAM no Rio Grande do Sul, foi inicialmente vinculado à Secretaria do Interior e Justiça. Com a sua criação, as instituições que faziam parte da Sociedade Humanitária Padre Cacique foram incorporadas ao Estado, integrando um Plano Geral de Assistência a Menores do Rio Grande do Sul.¹³⁸

O regulamento do SESME deixava claro que não existia por parte do poder público a intenção de retirar dos setores privados as iniciativas de criação de instituições de educação e amparo aos “menores”. Segundo o documento, suas atribuições seriam “sistematizar, orientar e articular os serviços dos estabelecimentos públicos ou particulares que internam menores abandonados, transviados e pobres”, incentivando a iniciativa privada no sentido da criação de educandários especializados, harmonizando “a ação social do Estado com as atividades das instituições particulares de amparo a menores”, através de auxílio e subvenções. Além disso, seria função do SESME “estudar as causas da miséria, do desamparo, do abandono e desvio de conduta da infância e da juventude, procurando articulação com outros serviços sociais”,

¹³⁵ ZANELLA, Ana Paula. A Administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História*, Vol. 3, nº 5, 2003, p. 3.

¹³⁶ Segundo o que previa seu artigo nº 1, o Juizado de Menores possuía “jurisdição privativa sobre menores abandonados, contraventores e delinqüentes, que tenha menos de 18 anos de idade, para assistência, proteção, defesa, processo e julgamento dos mesmos”. Cf. RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação. Departamento de Assistência Social. *Centro de Recepção e Triagem*. II Govêrno do Engº Ildo Meneghetti. DEPAS: Porto Alegre, 1965.

¹³⁷ Art. 1 da Lei nº 890, de 01/09/1945. Cf. *Ibidem*.

¹³⁸ Em 04 de novembro de 1949, através da Lei nº 713, o Asilo de Mendicidade foi devolvido à Sociedade Humanitária Padre Cacique, e o Asilo Santa Tereza foi extinto, sendo seu prédio ampliado e adaptado para menores do sexo masculino que estavam na Casa de Correção, dividindo com o Abrigo de Menores do Partenon esse tipo de atendimento. Cf. RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 20.

promovendo também o encaminhamento profissional dos egressos de acordo com suas aptidões.¹³⁹

Em 1959, após um período de relativa autonomia, o SESME foi integrado à Divisão de Assistência Social (DAS) da Secretaria do Trabalho e Habitação, no governo Leonel Brizola. O diretor do SESME passou a ser também o diretor da DAS. Com essa integração, o SESME teve seus poderes e recursos reduzidos, sendo apenas um órgão burocrático que autorizava ou desautorizava internamentos e desligamentos de menores.¹⁴⁰

Foi dentro desse contexto que a assistência pública aos “menores” foi duramente criticada. O Abrigo de Menores do Partenon foi alvo de graves denúncias de irregularidades no uso das verbas públicas, ao mesmo tempo em que os “menores” atendidos sofriam toda a sorte de privações. Em uma série de artigos dominicais publicados no jornal “O Correio do Povo”, o comissário de polícia E. W. Bergmann alertava para os problemas nas políticas de assistência, suas descontinuidades, falta de recursos e descuidos do poder público. Em um artigo intitulado “*Enquanto a cidade dorme, fervilha o charco social*”, alegava:

Mantém-se para os garotos delinquentes oficialmente um Abrigo de Menores, mas que na forma existente melhor não existisse. É antes um depósito de delinquentes menores, onde o convívio até aprimora o “aperfeiçoamento” mútuo. E para as decaídas? Para as meninas delinquentes? Para estas nada existe, nenhum amparo oficial. Não possuímos nenhum estabelecimento de recuperação de decaídas e meninas delinquentes, na realidade duplamente abandonadas, pelos pais e pela sociedade.¹⁴¹

No texto “*Em nosso meio tudo conspira contra o menor, até mesmo a Ação Pública*”, o mesmo comissário de polícia pontuou sobre o estigma social que recaía sobre os egressos dessas instituições:

Basta também ter sido alguma vez recolhido ao Abrigo, para ser execrado, abominado, detestado pela sociedade. Quem dará emprêgo a um egresso do Abrigo de Menores? É o pior dos atestados de antecedentes. E para se ter uma idéia até que ponto já chegou esta fama, plenamente justificada, basta dizer que até mesmo quando doentes continuam repelidos. A Santa Casa de há muito se nega a receber os pequenos pacientes daquele estabelecimento, por causa de sua periculosidade.¹⁴²

Em 1962, o SESME obteve novamente autonomia, passando a ser incumbência da Primeira Dama do Estado, Sra. Neuza Goulart Brizola. Nesse mesmo ano, o governador Leonel Brizola reforçou as verbas do SESME e do Juizado, encaminhando melhoramentos e reformas em prédios, e prioridade na construção de um novo Instituto de Menores masculino,

¹³⁹ Regulamento do SESME. Cf. RIO GRANDE DO SUL, 1965, op. cit..

¹⁴⁰ RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 21.

¹⁴¹ BERGMANN, E. W.. *Que será de nossos filhos?* Porto Alegre: Concórdia, 1959, p. 25.

¹⁴² BERGMANN, E. W. *Quatro problemas e um destino.* Porto Alegre: Concórdia, 1961, p. 67.

que se localizaria na Praia de Belas, junto às antigas instituições da Sociedade Humanitária Padre Cacique. Em 19 de junho de 1962 ocorreu a inauguração do Instituto Central de Menores (ICM), que deveria servir como Casa de Triagem para os casos enviados ao SESME. A obra era apontada como uma solução moderna e definitiva para o tratamento de “menores transviados”:

[...] o novo estabelecimento possuía uma área de quase 5.000 m² de construção, quatro alas de dois pavimentos e mais os pátios internos de recreação e esporte. Construído em tempo recorde, com capacidade para alojar quase 300 adolescentes do sexo masculino, em regime de seleção, transito e recuperação temporária, a unidade era dotada dos requisitos técnicos mais modernos para a recuperação de delinquentes, como: enfermaria, oficinas, salas de aula, amplos e confortáveis dormitórios, pátios para recreação, espaçosos refeitórios, celas individuais e dependências para administração.¹⁴³

Essa nova etapa, encarada como uma solução definitiva do “problema do menor” seria acompanhada da destruição do Abrigo de Menores do Partenon. Segundo análises realizadas pela Equipe de Fiscalização de Entidades de Atendimento, em 1991, o prédio que abrigaria o Instituto Central de Menores tinha fachadas internas e externas bastante simples, que causavam um aspecto árido, frio e desagradável para os habitantes, se assemelhando a uma penitenciária, “com seus extensos corredores e inúmeras salas, que roubam espaço e tornam o ambiente muito frio. O aspecto fechado do edifício, por outro lado, prejudicou a ventilação e aumentou o calor no verão”.¹⁴⁴ Porém, apesar das reivindicações sociais e da urgência pública para que a questão fosse solucionada, a unidade demorou alguns anos para entrar em funcionamento. Da mesma forma, o Abrigo do Partenon demorou a ser desativado.

Com o golpe civil-militar de 1964, o então governador Ildo Meneghetti apoiou as ações dos setores conservadores que levaram à queda do presidente João Goulart, e manteve-se no poder. As dependências do Instituto Central de Menores, ainda desativadas, foram usadas como prisão política para os presos “subversivos” em 1964, aproveitando o sistema de carceragem ali existente, segundo atestaram funcionários e presos da época do regime civil-militar:

No golpe de 64 [...] um enorme contingente de presos foi para o prédio do ICM. Foi quantidade de pessoas pra lá, deputados, professores universitários, etc. Alguns ficaram presos por muito tempo, até meses [...]. Um dos que esteve preso lá foi o Prof. Joaquim Felizardo, criador da Secretaria Cultural de Porto Alegre, falecido há 10 anos. Ele era sobrinho do Luiz Carlos Prestes.¹⁴⁵

¹⁴³ Segundo informações de diversos jornais da época. Cf. RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 29.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 27.

¹⁴⁵ Depoimento de Luís Osvaldo Leite, ex-presidente da FEBEM/RS. Cf. Ibidem, p. 34.

Segundo depoimento do professor Saul Paulo Del Fabro, João Caruso, que supervisionou as obras do ICM, também foi preso lá. Após a saída dos presos políticos o prédio teria sido reestruturado, mas, em 1969, quando o local já estava sendo usado para as suas funções originais, o tratamento dos “menores”, presos políticos ainda eram levados para as suas dependências, como atesta o depoimento de Laerte Dorneles Meliga, preso político e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que foi detido no final daquele ano, aos 17 anos de idade:

Eu fiquei preso três dias na ala onde estavam reclusos os meninos que tinham mais periculosidade. Nessa época, a instituição funcionava como uma prisão de menores, havia uma mistura muito grande. Tinha garotos pequenos, maiores e até assaltantes, era uma situação bem complicada.¹⁴⁶

Mesmo antes da criação da FUNABEM no final de 1964, Meneghetti realizou modificações administrativas na questão dos “menores”. A partir do decreto nº 16.816, de 17/09/1964, surgiu o Departamento de Assistência Social (DEPAS), vinculado à Secretaria do Trabalho e Habitação, que visava ter uma ação mais abrangente, fundindo o trabalho do SESME e da DAS. Desde 1963 vinham-se discutindo alternativas de atendimento que privilegiassem uma perspectiva de integração entre governo-comunidade, condenando a institucionalização por questões de pobreza. Porém, com o afastamento do governador Ildo Meneghetti em setembro de 1966, e sua substituição pelo militar Walter Peracchi Barcellos, os projetos voltados para o desenvolvimento e a organização das comunidades, vistos como potencialmente “subversivos” por seu caráter comunitário, foram arquivados.¹⁴⁷

A partir desse momento, todas as obras executadas com o auxílio da FUNABEM e conduzidas pela Secretaria de Justiça do Estado tiveram características fortemente prisionais. Aos poucos, foi-se concebendo a ideia de implantação de um organismo que tratasse de forma mais abrangente a situação do “menor marginalizado”, fato que se concretizaria com a criação da FEBEM/RS, instituição que será analisada ao fim desse capítulo. Faz-se necessário, nesse

¹⁴⁶ RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 35.

¹⁴⁷ Um dos projetos previa a construção de um grande Centro de Recepção e Triagem, com capacidade para cerca de 370 crianças, com a função de receber, realizar estudos diagnósticos e reencaminhar os menores para as instituições que melhor poderiam atendê-los, sempre privilegiando aspectos profiláticos e terapêuticos de tratamento. O ano de 1965 havia sido instituído pela Assembleia Legislativa do Estado como o “Ano da Criança” no Rio Grande do Sul. Em um dos artigos do decreto reconheceu-se a importância da obra para a comunidade. Porém, iniciada em 1966, a obra não chegou a ser concluída por falta de recursos e problemas relacionados ao seu funcionamento. Sua conclusão só se daria em 1973, sendo usufruída pela FEBEM/RS. O segundo projeto, tratava-se de um “Plano de Desenvolvimento e Organização de Comunidade para o Estado”, vetado por Peracchi Barcellos justamente por causa de seu caráter comunitário. Cf. *Ibidem*; p. 38-39; RIO GRANDE DO SUL, 1965, op. cit..

momento, analisar de forma mais precisa o período da ditadura civil-militar, momento em que as práticas de contenção e vigilância dos “menores” foram ampliadas e especializadas.

1.3 OS “MENORES” E A FUNABEM: INFLUÊNCIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

*“Era só mais uma dura
Resquíio de ditadura
Mostrando a mentalidade
De quem se sente autoridade
Nesse tribunal de rua”*

(“Tribunal de rua”, O Rappa)

A ditadura civil-militar¹⁴⁸ operou inúmeras mudanças na sociedade brasileira, deixando muitas consequências. Durante seus 21 anos de duração, o Brasil modificou-se política, econômica e socialmente. Além das cassações, torturas, censuras, assassinatos, desaparecimentos e outras investidas contra as liberdades democráticas, a “revolução” de 1964 centralizou e especializou as políticas voltadas para as crianças e jovens pobres brasileiros, inscrevendo-as, também, em um modelo coercitivo-repressivo. Como consequência, legou mais algumas décadas de um tratamento desumano e estigmatizante voltado às populações mais desfavorecidas que, também, por conta do desenvolvimento econômico conservador e desigual do período, tornaram-se um grupo ainda maior entre os brasileiros.

Para tentar elucidar algumas dessas questões, e compreender a forma pela qual a FUNABEM e as FEBEMs se integraram ao regime civil-militar brasileiro, e quais foram os elementos repressivos presentes em suas políticas, é importante fazer uma aproximação com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que nortearam o planejamento político e social brasileiro durante os anos autoritários. De forma inequívoca, os princípios que guiaram a FUNABEM, sintetizados na Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e na atuação das FEBEMs, podem ser relacionados com essa prática política que fez com que o Brasil se transformasse em um verdadeiro “campo de guerra” durante a segunda metade do século XX.

¹⁴⁸ “O termo civil-militar, ao invés de somente ditadura militar, serve para reforçar e lembrar a participação dos setores civis da sociedade no momento dos golpes de Estado e durante o período ditatorial”. Cf. FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 34.

1.3.1 A Doutrina de Segurança Nacional: origens e conceitos básicos

Durante as décadas de 1960 e 1980, grande parte do continente latino-americano conviveu com experiências sociopolíticas autoritárias muito semelhantes, que causaram uma verdadeira desnacionalização da vida social e política de vários países, suprimindo as peculiaridades nacionais e condenando suas populações à supressão de liberdades sociais e políticas.¹⁴⁹ No cerne dessas mudanças estava a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais”.¹⁵⁰

A difusão da DSN no Brasil tem origens no século XIX, vinculada a teorias geopolíticas, e calcada no antimarxismo e em tendências conservadoras do pensamento social católico. Durante a segunda metade do século XX, a DSN incorporou em seu ideário a noção de guerra total e do confronto inevitável entre os EUA e a URSS, vinculando-se ao contexto da Guerra Fria e da polarização do mundo após a Segunda Guerra Mundial. Seu principal pilar tornou-se, portanto, o combate que o Ocidente deveria protagonizar contra o inimigo comunista. Na América Latina, enfatizaram-se as questões de segurança interna, a possibilidade de subversão dos movimentos sociais e a guerra revolucionária. Em terras brasileiras, particularmente, o ideário da DSN voltou-se para a ligação entre desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa.¹⁵¹

No Brasil, a DSN começou a ser preparada, estudada e difundida a partir da atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), que passou a funcionar em 1949, inspirada no *National War College* estadunidense, criado três anos antes. Representando a ortodoxia no seio das Forças Armadas brasileiras, a ESG uma instituição *sui generis*:

Depende exclusivamente do Estado-Maior das Forças Armadas. Goza de uma grande independência em relação ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica. Além do mais, destina-se a formar civis e militares: uma classe de dirigentes. Depois de 1964, os mais altos postos da administração serão ocupados por ex-alunos da Escola Superior de Guerra.¹⁵²

¹⁴⁹ COMBLIN, Pe. Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 16.

¹⁵⁰ CRAHAN, M. *apud* ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985, p. 35.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 33.

¹⁵² COMBLIN, op. cit., p. 155.

Sua principal função seria resolver a questão da segurança nacional do país, como ficou expressamente declarado no primeiro artigo da Lei nº 785, de 20/08/1949, que a define como um “instituto de altos estudos [...], destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”.¹⁵³ Além disso, funcionaria como um centro permanente de estudos e pesquisas, ministrando cursos de formação a partir de necessidades instituídas pelo Poder Executivo, para civis e militares.¹⁵⁴

Formada com a assistência de consultores franceses e estadunidenses, o papel da ESG foi sendo ampliado e influenciado principalmente pela vertente personificada pelos interesses dos Estados Unidos. Por seu alto nível de formação, a Escola foi tomada como a “Sorbonne” do *stablishment* militar brasileiro.¹⁵⁵

Entre as noções básicas nas quais a teoria da DSN se fundamentava, estava a ideia de *geopolítica*, ou seja: a relação existente entre geografia e Estado. É a partir dessa “ciência do projeto nacional”, que os países situavam-se em relação aos outros. Golbery do Couto e Silva definia que:

Para nós, a Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de *espaço* e de *posição* [grifos do autor].¹⁵⁶

Caberia aos países buscarem seu lugar, usando os dados geográficos para a orientação política de seu projeto de Nação. Dentro desse esquema, num clima de guerra permanente contra o comunismo, não existiam espaços para a neutralidade, todos deviam tomar partido: a América Latina estaria claramente comprometida com os interesses dos Estados Unidos, permanecendo dentro de sua esfera de influência e controle. Mas, dentro desse “destino manifesto” legado aos latino-americanos, o Brasil deteria um lugar privilegiado, já que era um

¹⁵³ Artigo 1 da Lei nº 785, de 20/08/1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L785.htm Acesso em 6 mar. 2011.

¹⁵⁴ Para ingresso na Escola, poderiam ser admitidos “oficiais de comprovada experiência e aptidão”, pertencentes às Forças Armadas, e também “civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional”. Era permitido aos civis “de notável projeção pública na vida do país” sua participação na Junta Consultiva da ESG, um dos órgãos envolvidos em sua administração. Esse serviço prestado seria considerado um “serviço relevante prestado à Nação”. Cf. Artigos 5 e 6 da Lei nº 785, de 20/08/1949, *Ibidem*.

¹⁵⁵ Além da ESG, podemos citar outros dois institutos que se colocaram a favor do combate ao comunismo, reunindo esforços para a consecução do golpe de 1964. São eles o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, ambos financiados por empresários. Este último foi inclusive dirigido por Golbery do Couto e Silva, um dos mais proeminentes professores da ESG, e também um dos maiores artífices da ditadura civil-militar brasileira. Cf. ALVES, op. cit., p. 24.

¹⁵⁶ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, p. 64.

aspirante promissor à superpotência: “é que ao Brasil, na hora presente, só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer”.¹⁵⁷

Dessa lógica fatalista emergiria uma segunda noção que é importante enfatizar: a de *bipolaridade*. O combate irrefreável do Ocidente *versus* Comunismo pautou todas as noções de segurança nacional, justificando inclusive os objetivos geopolíticos de cada Nação envolvida. Ou seja: não existia qualquer antagonismo entre o combate ao comunismo e a busca de um Brasil-potência: esses esforços estariam ligados a uma estratégia política global do Ocidente para a contenção dos soviéticos e seus aliados.

Mas, que tipo de batalha teria de ser travada contra esse inimigo? Nesse momento toma forma a terceira e última noção básica do corpo teórico da DSN, que perpassa e é perpassada pela geopolítica e pelo maniqueísmo bem *versus* mal (nesse caso, Estados Unidos *versus* União Soviética, respectivamente). O comunismo impunha ao Ocidente uma “*guerra total*”, absoluta e generalizada, na qual estava em jogo a sobrevivência da própria civilização. Justificada dessa forma, essa guerra vinda desde Moscou pressupunha que os esforços de vitória de contenção fossem sem precedentes e, fundamentalmente, sem limites: “a guerra fria é uma guerra permanente: trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico –, porém evita o confronto armado. A segurança nacional é exatamente uma resposta a esse tipo de guerra”.¹⁵⁸ Ampliando e alargando-se o conceito de guerra tradicional, antes limitada e localizada, fez-se com que o conflito aparente fosse tomado como global e indivisível, acrescentando-se sempre a ameaça perene de uma guerra nuclear.

Os comunistas e seus aliados seriam executores de uma forma particular de guerra, caracterizada como “revolucionária”, “subversiva” ou “insurrecional”, que se estruturava a partir de conflitos internos, auxiliados do exterior, abrangendo toda iniciativa orgânica de oposição que pudesse ter força suficiente para desafiar o poder do Estado. Era sempre associada à infiltração e a ação de suas forças secretas. As “fronteiras ideológicas” tomavam o lugar das fronteiras territoriais dos países nessa guerra não-declarada, mas onipresente.¹⁵⁹ O inimigo, dentro dessa simplificação política, poderia estar em todo o lugar, e ser qualquer um dos cidadãos de uma Nação. Esse caráter oculto justificava a ênfase na segurança interna, o controle e a repressão da população em larga escala, já que todos poderiam ser considerados suspeitos.

¹⁵⁷ SILVA, op. cit., p. 62.

¹⁵⁸ COMBLIN, op. cit., p. 39.

¹⁵⁹ ALVES, op. cit., p. 37.

Tendo esse contexto e esses elementos como fundamentais e norteadores, a Doutrina de Segurança Nacional estruturou-se por quatro pontos fundamentais: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional.¹⁶⁰ Os *objetivos nacionais* eram a meta da DSN, na guerra e na política. Sendo a nação personificada em um único ser, tomada de uma única vontade e formada por um todo homogêneo que dissolvia todos os problemas e conflitos internos em questões de política externa, os objetivos nacionais giravam em torno de sentenças como integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. Ou, nas palavras de Golbery do Couto e Silva: a ciência, enquanto instrumento de ação; a democracia, enquanto forma de organização política; e o cristianismo, enquanto supremo padrão ético de convivência social.¹⁶¹ Mesmo sendo genéricos e universalistas, sua unidade se daria a partir de uma característica comum: todos esses valores, típicos das sociedades ocidentais, estariam ameaçados pelo comunismo.

A *segurança nacional* era definida como a garantia dada pelo Estado para a conquista (ou a defesa) dos objetivos nacionais. E era precisamente a sua indefinição que dava sua consistência enquanto teoria: o inimigo comunista poderia estar em toda a parte. O mesmo deveria acontecer com o Estado, que se tornaria onipresente e impiedoso contra essa ameaça. O desejo da segurança tendia a ser ilimitado, afetando todas as esferas da sociedade, sendo uma tarefa patriótica de todos os cidadãos. Num clima de insegurança crescente, onde borravam-se as fronteiras entre guerra e paz, entre diplomacia e guerra, entre violência e não-violência, entre política interna e externa, entre violência preventiva e repressiva, criavam-se as condições para que a população, cada vez mais amedrontada, se submetesse aos que lhe dizem ter em mãos as soluções.

O *poder nacional* era definido como o conjunto de poderes que envolvia todos os setores de ação do Estado. Esse poder podia ser dividido em outros quatro: o poder político (a capacidade de o Estado impor a sua vontade); o poder econômico (visando o controle da população para integrá-la no esforço de guerra); o poder psicossocial, o mais importante para essa pesquisa, em termos de análise (poder psicológico que age sobre a população e as instituições sociais como um todo); e o poder militar, exercido pelas Forças Armadas. Todos esses poderes estariam em uma *estratégia nacional* que visaria preparar e aplicar o poder nacional. Todas as ações do Estado deveriam implicar-se na consecução desses objetivos. Os civis, assim como os militares, eram parte da estratégia.

¹⁶⁰ COMBLIN, op. cit., p. 50-68.

¹⁶¹ SILVA, op. cit., p. 226.

Um quinto ponto acrescenta-se, mais particularmente, à DSN aplicada no Brasil: o binômio *segurança e desenvolvimento*. Ordem e estabilidade eram condições prévias para a segurança nacional, já que um país subdesenvolvido era tido especialmente vulnerável à estratégia indireta do inimigo comunista. Mesmo que o desenvolvimento fosse entendido como progresso econômico, social e político, ele não se relacionava necessariamente ao bem-estar da população, mas aos objetivos maiores da Nação:

O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a própria melhoria dos padrões de vida da maioria da população [...]. Outros programas voltados para necessidades básicas, como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários. Em última instância, o modelo econômico destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial. Para tais metas primordiais e relevantíssimas, segundo enfatiza o manual da ESG, pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações.¹⁶²

Dessa forma, o rápido crescimento econômico, mais do que uma forma de remediar os males da população, serviria para arregimentá-la em favor do governo. É importante enfatizar que todos esses preceitos eram afirmados dentro de uma roupagem “democrática”, que se dizia sempre em busca do bem comum dos cidadãos da Nação. A democracia era um símbolo que diferenciava o Ocidente do comunismo. Os militares latino-americanos afirmaram diversas vezes que assumiram o poder em defesa da democracia, que se encontrava solapada pela ameaça soviética. Porém, essa alegação democrática, estritamente funcional, facilmente cai por terra frente aos flagrantes desrespeitos aos direitos humanos cometidos durante aqueles negros anos.

No próximo item, será enfatizado de forma mais detalhada *o poder psicossocial*, e as possíveis implicações de seu uso como uma das formas mais eficazes de legitimação do regime civil-militar brasileiro junto à população. É nesse momento que se estabelece uma relação de proximidade entre os elementos da DSN e os “menores”: colocá-los à margem, vigiá-los, rotular suas famílias, escamotear as verdadeiras causas do aprofundamento das desigualdades sociais fazia parte da estratégia do país que queria *se desenvolver com segurança*.

¹⁶² ALVES, op. cit. p. 51.

1.3.2 A Estratégia Psicossocial: elementos de uma guerra total contra a população

Como o regime civil-militar buscou legitimação? Como já foi citado anteriormente, o crescimento econômico serviu como forma de conquistar o apoio da população. Porém, essa não foi a única maneira e, ademais, nenhum Estado legitima-se apenas com o uso da repressão. Querendo mostrar que “a sua noção de ordem social era produto dos anseios da população”,¹⁶³ buscou-se, desde 1964, outras formas de obediência, adesão e aceitabilidade para as ações do regime, num processo de convencimento constante. Foi nesse momento que a estratégia psicossocial prevista na DSN mostrou-se extremamente fértil enquanto uma tentativa de apreender a subjetividade de uma maioria de indivíduos ou de grupos sociais.

Legitimidade não significava apenas obediência ou submissão a um determinado tipo de ação, mas um processo mais complexo “[...] na medida em que se procurava construir, de maneira contínua, uma determinada ordem, em que todos aderissem, nos âmbitos objetivo e subjetivo, a uma dada forma de organização social”.¹⁶⁴ Isso se ligava, de forma estrutural, a uma concepção de mundo específica, com suas ideias e valores.

Os militares, desde a tomada do poder, declararam-se defensores da democracia, valor ocidental que estaria sendo ameaçado pelos subversivos comunistas. A busca da legitimidade, por conseguinte, deveria passar por um processo de criação e inculcação de um determinado ideário de democracia, onde a segurança nacional estivesse em primeiro plano. E, no bojo desse sistema de ideias, sobrepondo-se aos direitos políticos e individuais, estava uma série de valores ligados à preservação da família, do trabalho, da propriedade e da obediência às normas políticas e jurídicas.¹⁶⁵

Essa série de valores representava os anseios das parcelas mais conservadoras¹⁶⁶ da sociedade brasileira: nesse ínterim, a família seria o interlocutor fundamental para a exaltação de valores como a integração, a ordem, o patriotismo, a harmonia, a propriedade, o civismo e a disciplina, necessários para a integração da sociedade brasileira no esforço de guerra permanente propugnado pela DSN. A análise das consequências dessa estratégia de convencimento psicossocial revela que os braços da repressão do regime agiram de forma

¹⁶³ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 4.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 31.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 39.

¹⁶⁶ É importante ressaltar que foram essas parcelas que inequivocamente apoiaram o golpe de 1964 nas muitas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, e nas organizações católicas em defesa da Tradição, Família e Propriedade, por exemplo.

extremamente coercitiva quando não deixavam nada escapar do seu controle, travando uma verdadeira batalha cotidiana para intervir nos interstícios do tecido social.

Nessa concepção, ser “democrata” era lutar contra qualquer tipo de reforma de base, contra convicções não-cristãs, contra organizações sociais que desacreditassem principalmente as empresas privadas. Em suma: significava combater o comunismo em todas as suas possíveis manifestações. A liberdade, dentro dessa lógica, significava “fazer o que se devia”, já que “[...] era o regime militar que decidia o que os governados deveriam querer”, processo que era colocado como uma forma de interação entre o povo e o regime.¹⁶⁷

Essa busca da coesão e da integração social dava mostras do caráter autoritário do regime, evidenciando que a repressão era uma forma de garantir a sujeição de todos. Para conter os subversivos, era necessário moralizar a população. Essa relação direta entre a estratégia psicossocial e a repressão pode ser evidenciada na medida em que o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), conhecido como o período dos “Anos de Chumbo” devido à cruenta repressão sofrida pelos cidadãos, coincide com o momento em que indubitavelmente mais se procurou assentar a busca de aceitabilidade da população com o objetivo de “[...] internalizar valores de conciliação e diálogo como forma de harmonizar inclusive as relações entre as classes sociais”.¹⁶⁸

Uma das formas de buscar a conciliação social estava na divulgação de valores patrióticos, como é possível notar nos escritos de Golbery do Couto e Silva, onde o General expressava que os cidadãos deviam ter lealdade máxima com a Nação. Para ele, ser nacionalista era:

[...] sobrepor, portanto, a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções ou de grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade. Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à nação.¹⁶⁹

Ser nacionalista equivaleria a passar por cima da sua própria liberdade em favor dos objetivos da Nação, pois esses diziam respeito à batalha maior que estava sendo travada pela civilização cristã ocidental. Para isso, era necessário construir um “novo homem”, plenamente identificado com esses valores, e convencido de que a não-contestação e o não-conflito eram auxiliares dessa luta. As tentativas de “dignificação do homem” passavam, principalmente, por instituições sociais que pudessem interferir diretamente na vida da população. A

¹⁶⁷ REZENDE, op. cit., p. 87.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 117.

¹⁶⁹ SILVA, op. cit., p. 99.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, enquanto um órgão centralizador da política pública de assistência em âmbito nacional, parecia ser uma instituição ideal para o controle das populações mais jovens e pobres.

Os jovens eram reconhecidos pelos ideólogos do regime como os mais suscetíveis a serem utilizados como “massa de manobra” pelos comunistas, em função de seu idealismo, desapego e falta de maturidade: “para essa ação junto aos jovens, os agentes comunistas utilizam todos os meios, desde a chantagem e a coação psicológica até o uso de tóxicos e freqüentemente do apelo sexual, pregando e praticando o amor livre”.¹⁷⁰ Moralizá-los era, pois, uma necessidade imperiosa para o próprio futuro da Nação. Além disso, se a juventude em questão pertencesse às camadas mais desfavorecidas da população, existia um corrente risco da sua sublevação em busca de melhores condições de vida. A criação de uma instituição centralizada de políticas assistenciais poderia ser uma forma valiosa de garantir a difusão dos valores do regime, garantindo seus objetivos, além de funcionar como uma forma de legitimá-lo entre a população frente ao grave problema social dos “menores”.

1.3.3 A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor: uma instituição em harmonia com o regime civil-militar brasileiro

Nesse momento serão analisadas algumas considerações sobre o surgimento, os objetivos e a forma de funcionamento da FUNABEM, evidenciando os preceitos básicos que a nortearam (expressos na Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM), permeados com alguns relatos sobre o cotidiano de assistência nas instituições assessoradas pela Fundação. Será realizada, também, uma aproximação com a matriz teórica da Doutrina de Segurança Nacional, mais precisamente no que se refere à sua Estratégia Psicossocial de coerção e controle da população.

Em primeiro lugar, é imprescindível situar-se no contexto socioeconômico que caracteriza o início da década de 1960, e seus anos vindouros. O Brasil passava por grandes transformações: a economia se diversificava e, entre 1940 e 1970, encontrava-se em um ritmo acelerado de crescimento. As migrações internas, o êxodo rural, o aumento da população dos centros urbanos (e, conseqüentemente, o aumento das periferias e dos bolsões de miséria) eram fenômenos concomitantes, que ocorriam de forma frenética, causando uma “simultânea

¹⁷⁰ Trecho de um texto da Revista *Estratégia*, nº 24, p. 44 *apud* COMBLIN, op. cit., p. 48.

acentuação das disparidades sociais, com aprofundamento ainda maior da situação de pobreza de parcela significativa das famílias brasileiras”.¹⁷¹

Assim como ocorreu em outros momentos de nossa história, as questões sociais e, mais especificamente, o “problema do menor”, assumiram novas dimensões, e outro grau de complexidade. De forma diretamente proporcional ao crescimento da economia (e das desigualdades), houve um aumento do número de crianças e jovens que faziam das ruas seu principal lócus na busca por sobrevivência. Essas transformações demandavam novos posicionamentos da sociedade e do Estado, já que cada vez mais se tornava difícil não tomar esses novos acontecimentos como problemas políticos.¹⁷²

Numa perspectiva modernizante, onde a tônica era “reformular alguma coisa para que nada se transforme”,¹⁷³ o regime civil-militar procurou criar e aperfeiçoar instituições sociais de controle como forma de garantir a perpetuação do *status quo* e a paz social, conquistando a opinião pública.¹⁷⁴ Era necessário minimizar as tensões sociais através de medidas que compensassem as consequências da modernização conservadora da sociedade.

A comunicação social, a assistência social e a educação foram áreas que tiveram seus trabalhos redimensionados dentro dessa nova perspectiva.¹⁷⁵ Foi nesse momento que, pela primeira vez, o “problema do menor” foi equacionado como um problema social de âmbito nacional, fazendo com que o poder público agisse de forma centralizada e em novos moldes, que se pretendiam “modernos” e “científicos”. Segundo Rossato, o processo de implantação do chamado “Estado de Bem-Estar” aplicado à infância no Brasil deu-se, de forma paradoxal, em meio ao contexto ditatorial. Com a centralização do poder político, procurou-se dar segurança às transformações que ocorriam, para evitar um descontrole social que poderia ser usado a favor da subversão comunista.¹⁷⁶

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor foi criada pela Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964 como uma entidade autônoma, administrativa e financeiramente, com jurisdição em todo o território nacional, incorporando as atribuições e o patrimônio do antigo

¹⁷¹ FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 65.

¹⁷² *Ibidem*, p. 63.

¹⁷³ IANNI, 1992, p. 100 *apud* *Ibidem*, p. 63.

¹⁷⁴ BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985, p. 40-41.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 41-42.

¹⁷⁶ ROSSATO, G. E. Infância Abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninas de rua. *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, v. 20, 2008, p. 17.

SAM.¹⁷⁷ Seu objetivo maior seria formular e implantar a PNBEM, realizando estudos sobre o problema dos “menores”, planejando soluções; propiciando formação, treinamento e aperfeiçoamento de técnicos; fornecendo assistência, orientando, coordenando e fiscalizando as entidades (públicas e privadas) que executassem suas políticas através de convênios e contratos; e, também, mobilizado a opinião pública “no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor”.¹⁷⁸ As diretrizes que fundamentavam a Fundação, além daquelas fixadas em documentos internacionais de proteção à infância,¹⁷⁹ previam prioridade para programas de integração do menor junto à comunidade, internações como último recurso e respeito às necessidades regionais através do incentivo da criação de iniciativas locais.¹⁸⁰

Porém, a atuação das FEBEMs, responsáveis por aplicar nos estados as políticas fixadas nacionalmente, apontavam para outra direção, que se distanciou da retórica oficial da Fundação: somente entre 1967 e 1972, cerca de 53 mil crianças teriam sido recolhidas e internadas, em todo o Brasil.¹⁸¹ Foi nesse momento que as Fundações Estaduais começam a entrar em funcionamento, coincidindo também com o período em que o Brasil iniciava uma incursão na fase mais sangrenta da sua ditadura, com a promulgação do AI-5 (em 13 de dezembro de 1968), e o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). De qualquer forma, fazia parte das estratégias da FUNABEM preservar uma imagem de eficácia e eficiência frente ao grave “problema do menor”, evidenciado pela opinião pública através da imprensa e por políticos em discursos oficiais.

Empenhada em criar um “saber oficial” sobre o problema dos “menores”, a atuação da FUNABEM se organizava, ao menos teoricamente, em torno de dois eixos básicos: a correção e a prevenção das causas do “desajustamento do menor”, aplicando um método terapêutico-pedagógico com a finalidade de sua reeducação e reintegração a sociedade, procurando corrigir sua “conduta antissocial”. Para os ideólogos da Fundação, o processo de marginalização social era visto como uma anomalia decorrente do desenvolvimento industrial e da modernização da sociedade: o menor era visto como “vítima” desse contexto por estar afastado de um modo “normal” de desenvolvimento. Esse posicionamento revelava uma

¹⁷⁷ Lei nº 4.513, de 01/12/1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm Acesso em: 29 out. 2012.

¹⁷⁸ Cf. art. 7 da Lei nº 4.513, de 01/12/1964.

¹⁷⁹ Como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1959.

¹⁸⁰ Cf. art. 6 da Lei nº 4.513, de 01/12/1964.

¹⁸¹ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004, p. 37.

noção de comportamento social linear e funcionalista, que tomava a marginalidade como um desvio, uma disfunção “a partir da qual se discriminam os que se afastam do padrão, como grupo desviante, anômico, não integrado, em suma marginal em relação à sociedade como um todo”.¹⁸² Em outras palavras, um indivíduo que falhava na sua participação junto à sociedade produtiva. O processo de marginalização era entendido como “fruto da pobreza e da degenerescência moral que incidia sobre parte significativa da população urbana, que, dada sua suposta defasagem educacional e cultural, se mostrava incapaz de se adaptar à nova ordem econômica e social”.¹⁸³

A marginalidade representava, portanto, um fator de risco para a harmonia e o bem-estar social, o que sob o ponto de vista da DSN deveria ser evitado a todo custo, sob a pena de afastamento dos objetivos do Brasil enquanto nação-potência. A vinculação da questão do “menor” ao campo psicossocial fica explícita em um discurso do médico Mário Altenfelder,¹⁸⁴ presidente da FUNABEM e um árduo defensor da “Revolução” que teria levado os militares ao poder:

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, atuando numa área importante do campo psicossocial, reconduzindo menores marginalizados e prevenindo a marginalização de outros, contribui, significativamente, para o estabelecimento de condições reais de bem-estar social, variável representativa para a consecução dos nossos Objetivos Nacionais Permanentes.¹⁸⁵

Era também de interesse da FUNABEM utilizar a política do “menor” como propaganda do regime civil-militar, já que essa não era uma estratégia isolada, mas que fazia parte dos planos de manutenção do poder através do campo psicossocial.¹⁸⁶ A criação da Fundação era recorrentemente reivindicada como um produto do “processo revolucionário” de 1964, vinculando-se aos objetivos civis-militares de construção do “homem do amanhã”. O discurso triunfalista e ufanista do regime para com a instituição pode ser verificado nas palavras de Altenfelder:

E foi uma vitória da Revolução de 31 de Março. Não fosse essa Revolução, acredito que nunca poderia ter feito tal obra em nosso País, porque há mais de quarenta anos

¹⁸² ARRUDA *apud* RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo. A face oculta da menoridade (1964-1979)*. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 89.

¹⁸³ FRONTANA, op. cit., p. 89.

¹⁸⁴ Mário de Moraes Altenfelder Silva (1907-1993). Médico pediatra, reconhecido por sua atuação junto às crianças abandonadas, iniciando sua atuação como apoiador da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e atuando em diversos outros órgãos afins. Foi o primeiro presidente da FUNABEM, designado por Castelo Branco, permanecendo no cargo por dez anos (1964-1974). Após, tornou-se Secretário de Promoção Social de São Paulo, ajudando a fundar a FEBEM daquele estado em 1976. Verdadeiro porta-voz do regime civil-militar, tornou-se aluno da ESG em 1966. Conferir, nesse sentido, a Fig. 2, p. 52. Cf. RODRIGUES, op. cit., p. 50.

¹⁸⁵ Discurso intitulado “O menor e a segurança nacional” *apud* FRONTANA, op. cit., p. 91.

¹⁸⁶ BAZÍLIO, op. cit., p. 64.

as pessoas de bem clamavam por providências dessa profundidade, sem que ela fosse concretizada. Eram as repartições que Ministros do Supremo Tribunal chamaram de “nódoas”, “universidades do crime”, “fábrica de bandidos”? Foi a Revolução de 31 de Março que acabou com isso, elevando o tratamento do menor ao nível de problema do campo psicossocial, que merece estudos da Escola Superior de Guerra e dos excelentes cursos das Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Proclamava-se que, nessa área, o Brasil inteiro caminha certo. Em qualquer Estado se encontra uma mentalidade diferente. Uma Revolução pode não derramar sangue, mas tem de derramar ideias, tem de mudar rotinas, quebrar mentalidades retrógradas que impedem o progresso e não permitem que o desenvolvimento social se estabeleça. E isso a Revolução fez e está fazendo em diversos setores, inclusive no campo do menor.¹⁸⁷

Esse tipo de posicionamento ignorava os movimentos que vinham sendo desempenhados pela sociedade civil e política desde a década de 1950, pretendendo a renovação do setor da assistência e a remodelação do SAM. Para os entusiastas da “Revolução”, alicerçados pela ESG e a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), a FUNABEM surgia para colaborar com a manutenção dos valores morais e espirituais das “pessoas de bem”, auxiliando na busca do progresso do Brasil. Estabelecia-se um vínculo essencial entre a infância e a Nação: zelar pela criança equivaleria a promover a defesa da Nação. Os ditadores eram unânimes em reconhecer e prestigiar o trabalho da FUNABEM, como pode ser verificado nas palavras do General Médici:

Nesta manhã, vejo todo um milagre. Vejo o milagre da transmutação da “sucursal do inferno”, da “escola do crime” e da “fábrica de monstros morais”, em um centro educacional voltado para o desenvolvimento integral do menor [...]. No lugar do SAM, a Fundação; o amor ao invés do crime. Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria, pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.¹⁸⁸

Outro canal de divulgação das ideias da FUNABEM foi a revista *Brasil Jovem*, editada entre 1967 e 1978. Nas suas quarenta edições, contando com a participação de diversos profissionais e políticos ligados à área, a revista tornou-se “[...] um fórum de debate, por meio do qual a instituição procurou divulgar seus projetos em todo o território nacional. Além disso, pretendiam promover a discussão sobre as causas determinantes do abandono e da delinquência”.¹⁸⁹ Para a Fundação, os principais responsáveis pela situação dos “menores” eram eles mesmos, ou sua própria família. Fazendo parte de círculo vicioso, a família

¹⁸⁷ FRONTANA, op. cit., p. 92-93.

¹⁸⁸ Discurso proferido na FUNABEM por ocasião da Semana da Criança, em 05 de outubro de 1970 *apud* FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. *Política nacional do bem-estar do menor em ação*. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1973, p. xxv-xxix.

¹⁸⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 32.

desestruturada geraria o “menor” abandonado que, na maior parte dos casos, tornar-se-ia o “menor” infrator: a família era tomada como lócus produtor e reproduzidor da marginalidade, taxada de leviana e irresponsável na criação de seus filhos.¹⁹⁰

Rodrigues estabelece um “trinômio perfeito” sob o qual se assentavam as ações da FUNABEM: pátria, Deus e família. A *pátria* deveria ser resguardada de todos os conflitos sociais que pudessem colocar em risco seu progresso; a *família* era a instituição sobre a qual deveriam recair as maiores vigilâncias (a fim de que se resguardassem a moral e os bons costumes); e a *religiosidade* (católica, sobretudo) também era vista como um dos principais motivos para os problemas sociais, além de fazer parte da retórica oficial sobre as ações da instituição:

Não somos grandes técnicos, mas pessoas a quem Deus concedeu a graça de amar a infância e a juventude pobre, abandonada e desvalida. Quando se ama uma criança, tudo se faz em seu favor, desde os estudos mais altos, até os atos mais simples, desde o nosso apelo para que participem conosco nessa cruzada dura, mas gloriosa. Há que trabalhar e realizar. Há que planejar e fazer. Mesmo que seja pouco e ainda que se beneficie uma só criança.¹⁹¹

É possível verificar em diversos momentos metáforas religiosas e evocações bíblicas incorporadas aos discursos, bem como invocações à caridade cristã em meio ao discurso moralizante e ufanista que se pretendia, antes de tudo, “científico” e modernizador: “como órgão normativo, (a FUNABEM) tentou levar sua mensagem mista de fé e técnica a todo o território nacional”.¹⁹² Toda a linguagem e os conceitos difundidos pela FUNABEM eram nitidamente marcados por um caráter messiânico de dedicação e sacrifícios. A própria lei nº 4.513 foi “sacralizada” enquanto um símbolo político de renovação, saída de mãos redentoras preocupadas com a grave problemática dos “menores”.¹⁹³

Assim como é possível verificar dentro das matrizes teóricas da Doutrina de Segurança Nacional, a FUNABEM também se empenhava na “defesa da democracia”, em favor das virtudes cristãs e do amor ao próximo, para alcançar a tranquilidade através da ordem social:

Agora, mais do que nunca, estamos empenhados em defender a democracia e vivemos em plena revolução. Revolução que lembra ao homem a necessidade de virtudes cristãs, bondade, simpatia, justiça, caridade, e para o cultivo dessas virtudes é preciso saber que é o amor ao próximo o princípio básico da lei moral. Quando o homem perde essa virtude, quando perde a conformidade à lei moral, perderá,

¹⁹⁰ RODRIGUES, op. cit., p. 91.

¹⁹¹ Conferência pronunciada na ADESG, Rio de Janeiro, em outubro de 1969 *apud* Ibidem, p. 84.

¹⁹² BIERRENBACH, Maria Ignês R. S. *Política e planejamento social*. Brasil: 1956/1978. São Paulo: Cortez, 1987, p. 84.

¹⁹³ RODRIGUES, op. cit., p. 79-86.

também, a liberdade, o mais precioso dom que recebemos de Deus. E a liberdade só pode existir e ser vivida quando o aspecto espiritual do homem está em harmonia com outras particularidades. Físicas, intelectuais, morais e estéticas. A base da educação democrática é o conhecimento e a vivência de uma vida espiritual. Quando se fala de humanismo e só se pensa em matéria, dificilmente se pode obter Paz, o grande alvo de nossas vidas. Mas a Paz só se obtém na tranqüilidade da ordem. Na intranqüilidade da desordem nada se há de construir. A Revolução que queremos é essa – a que luta por todos os meios para existir tranqüilidade na ordem. Ordem é progresso.¹⁹⁴

Mas, o que se podia verificar na prática das instituições apoiadas e assistidas pela FUNABEM? De que forma a PNBEM foi realmente implantada? Muitos foram os relatos de profissionais (psicólogos, pedagogos, sociólogos, antropólogos e historiadores) que conviveram com os locais de atendimento financiados pela Fundação. Todos foram unânimes em apontar os profundos antagonismos entre a retórica oficial da instituição federal (atendimento humanizado, integração à comunidade e internação em último caso) e a realidade vivida pelas crianças e jovens.

Marlene Guirado, em obra editada em 1980, descreveu a realidade da FEBEM do estado de São Paulo em 1978. Para ela, o “menor” que ali era atendido era considerado um elemento desviante, que necessitava ser reintegrado à ordem, devendo ser tratado como um objeto de normalização a fim de que não se tornasse um peso incômodo e perigoso para a sociedade.¹⁹⁵ Segundo a psicóloga, os locais de socialização da instituição eram sujos, sem possibilidades de recreação e socialização, assemelhando-se muito com o ambiente prisional. O “menor”, visto como um objeto passível de transformação, era tratado de forma arbitrária, insensível e impessoal pelos profissionais. Além disso, alertou que a Fundação negava as particularidades de cada família, julgando particularmente a mãe como a responsável pelo estado de coisas que havia resultado na internação, sendo-lhe sugerida uma “mudança de hábitos”. É possível verificar nessas descrições uma tentativa de “domesticar” os internos, a fim de torná-los “corpos dóceis”. Na acepção de Foucault, dócil “é um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.¹⁹⁶

Sandra Mara Herzer (que mudou seu nome para Anderson Herzer ao assumir sua homossexualidade) foi interna de diversos departamentos da FEBEM-SP entre os 14 e 17 anos de idade. Escreveu a obra *“A queda para o alto”*, onde fala um pouco de sua história de vida em meio a narrações e poemas.¹⁹⁷ Entre as situações retratadas por Herzer, encontramos

¹⁹⁴ Discurso de Mário Altenfelder intitulado “Bem-estar e promoção social”, *apud* FRONTANA, op. cit., p. 93.

¹⁹⁵ GUIRADO, Marlene. *A criança e a Febem*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 161-162.

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 132.

¹⁹⁷ Apesar de ter sido auxiliada por Lia Junqueira e Eduardo Suplicy, que lhe conseguiram emprego e moradia, Herzer acabou se suicidando por overdose em agosto de 1982.

relatos sobre o livre acesso às drogas e entorpecentes dentro das instituições, a truculência de diretores e inspetores (esses últimos, segundo ela, muitas vezes, trabalhavam alcoolizados) e descrições de violências e torturas testemunhadas e sofridas pela jovem e por suas colegas de internação:

Paredão era a parede da sala onde ficavam encostadas todas as meninas que iam apanhar naquele dia. Chamado o nome ou ia dormir ou então, conforme o funcionário, teria que ficar no paredão e esperar o término da chamada, para apanhar e limpar o pátio. Essa fase do “paredão” foi talvez a pior de todas na FEBEM, pois qualquer rumor citando o nome de alguma menor, era certo que, à noite, esta teria que ficar no paredão [...]. Geralmente a surra era dada por dois ou três funcionários, dependendo o número de funcionários de plantão, e cada qual pegava as menores que haviam sido colocadas ali por um outro motivo.¹⁹⁸

Denunciou que esses acontecimentos eram autorizados pela direção da unidade feminina, e que as internas eram mantidas em celas pouco iluminadas, recebendo alimentação precária. Relata, ainda, que muitas jovens, mesmo sãs, eram internadas em sanatórios. Tudo isso fazia parte do cotidiano das Unidades Educacionais da FEBEM voltadas para as meninas do estado de São Paulo.

Somados aos relatos de arbitrariedades, a situação dos “menores” se agravou ainda mais na década de 1980 com os extermínios ocorridos em diversas cidades do país, como retrataram Luppi¹⁹⁹ e Dimenstein,²⁰⁰ entre outros. Não se poderia deixar de citar, nesse sentido, as publicações e atividades do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)²⁰¹ e das Pastorais do Menor,²⁰² que também se engajaram na luta contra o desrespeito aos direitos humanos das crianças e jovens pobres.

Muitos depoimentos e análises foram unânimes em afirmar o caráter de vigilância e punição que fazia parte do cotidiano da assistência dentro das unidades das FEBEMs. As crianças e jovens eram sujeitos à disciplina constante: “[...] o indivíduo que é submetido às práticas de tais instituições, tende a pensar a sociedade (realidade externa) nos moldes de sua vivência intra-institucional”.²⁰³ Era uma disciplina que visava transformar comportamentos,

¹⁹⁸ HERZER, Sandra Mara. *A queda para o alto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, p. 107.

¹⁹⁹ LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na hora de nossa morte*. O massacre do menor no Brasil. São Paulo: Ed. Debates, 1981.

²⁰⁰ DIMENSTEIN, Gilberto. *A guerra dos meninos*. Assassinatos de menores no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁰¹ Movimento articulado em 1985, organizando uma rede de pessoas engajadas em programas alternativos de atendimento a meninos e meninas de rua, com vistas à garantia da cidadania. Cf. MNMMR; IBASE; NEV-USP. *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991.

²⁰² Ação evangelizadora ligada aos setores progressistas da Igreja Católica com grande atuação junto às crianças e jovens pobres durante as décadas de 1980 e 1990. Será analisada de forma mais particularizada no terceiro capítulo, enquanto movimento social na cidade de Caxias do Sul – RS.

²⁰³ BAZÍLIO, op. cit., p. 43.

fabricando corpos submissos, estabelecendo um elo coercitivo e aumentando a dominação sobre eles.²⁰⁴ Atuando muitas vezes como meros “depósitos de internados”, essas instituições se apresentavam à sociedade como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades, oficialmente confessadas e aprovadas, numa permanente tensão entre os padrões humanitários e as metas de eficiência da instituição.²⁰⁵

É possível fazer uma analogia entre essas instituições “totais” e os regimes políticos “totalitários”, já que a sua estrutura administrativa é fortemente centralizada, e os seus internos são submetidos à vigilância constante (e também ao perigo de punições constantes), em vistas da manutenção do poder interno:

A questão da autoridade única e onipresente configura-se à medida em que todas as atividades são executadas sob a tutela da mesma equipe dirigente, e as 24 horas do dia são rigorosamente controladas, sendo registrada qualquer quebra na rotina. Dotada de modelos administrativos profundamente centralizadores, as instituições totais reproduzem esquemas de poder totalitários.²⁰⁶

A centralização e o sigilo das informações também influenciavam no reforço e manutenção do autoritarismo nessas instituições, sendo que muitas vezes os internos não eram informados ou esclarecidos das decisões quanto ao seu destino, o que se aprofunda frente à burocratização e morosidade do sistema de justiça à que são submetidos os “menores” enviados a instituições de “correção” de conduta ou de assistência ao abandono.²⁰⁷ Não obstante, a permanência de “instituições totais”, de um “Estado penal-policia”,²⁰⁸ ou mesmo de práticas autoritárias, entre as políticas públicas de atendimento a jovens infratores em períodos democráticos é um desafio para que as diretrizes de socioeducação e ressocialização do Estatuto da Criança e do Adolescente sejam efetivamente cumpridas.

Segundo avaliação de Lia Junqueira, as Fundações não atingiram seus objetivos devido à incompetência e descompromisso de suas direções, o tráfico de influências, e o uso político-partidário das instituições como “cabideiros” de empregos. Segundo ela, os internos das instituições da FEBEM eram preparados para nunca mais conseguirem viver fora de instituições fechadas; eram criados para serem dependentes, sem conhecimentos sobre como

²⁰⁴ FOUCAULT, op. cit., p. 134.

²⁰⁵ GOFFMAN, op. cit., p. 69-70.

²⁰⁶ BAZÍLIO, op. cit., p. 43.

²⁰⁷ Ibidem, p. 44.

²⁰⁸ Conceito de Wacquant (2001), que caracteriza o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social na época contemporânea, o encarceramento massivo e a criminalização da pobreza em Estados neoliberais, como os Estados Unidos. Cf. SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo, Cortez: 2007, p. 27.

gerir sua própria sobrevivência. Sobre as unidades que atendem crianças pequenas, Junqueira enfatiza que eram “campos de concentração de pequenas pessoas”,²⁰⁹ que essas crianças provavelmente se tornariam mendigos que morrem de frio debaixo das pontes, sem nem ao menos saber falar para pedir esmolas. E continua: “para proteger a Segurança Nacional muitas vidas foram prejudicadas [...]. Para garantir a Segurança Nacional, acredito que outras pessoas deveriam ter sido institucionalizadas, não nossas crianças, filhas da pobreza”.²¹⁰

A retórica oficial, apoiada no tratamento biopsicossocial, pretendia reverter o quadro da violência que tomava conta das periferias, formando jovens que fossem aptos para a vida em sociedade. Na avaliação de Edson Passetti, não se conseguiu nem uma coisa, nem outra “a não ser estigmatizar crianças e jovens da periferia como menores perigosos. [...]. As unidades da FEBEM em cada estado se mostraram lúgubres lugares de tortura e espancamentos”.²¹¹

Em 1979, foi promulgada uma atualização do Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10/12/1979), que consagrou a noção de “Situação Irregular”, reforçando a incapacidade das famílias pobres em educar os seus filhos:

A legislação menorista confirmava e reforçava a concepção da incapacidade das famílias pobres em educar os filhos. O novo Código de Menores, instaurado em 1979, criou a categoria de “menor em situação irregular”, que, não muito diferente da concepção vigente no antigo Código de 1927, expunha as famílias populares à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza. A situação irregular era caracterizada pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população.²¹²

Segundo o Código, considerava-se que um “menor” encontrava-se em “situação irregular” quando “privado de condições essenciais para sua subsistência, saúde e instrução obrigatória”, por falta, ação, omissão ou impossibilidade dos pais; quando “vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável”; quando em “perigo moral”, (novamente, a expressão escolhida para compor o título deste trabalho), quando “encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes”; quando “privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável”; quando fosse considerado como portador de “desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária”; e, enfim, quando fosse autor de infração penal.²¹³

²⁰⁹ JUNQUEIRA, op. cit., p. 24.

²¹⁰ Ibidem, p. 72.

²¹¹ PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 358.

²¹² RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004, p. 41.

²¹³ Art. 2 da Lei nº 6.697, de 10/12/1979. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm Acesso em 25 jan. 2011.

É possível verificar que as crianças poderiam ser criminalizadas pelo simples fato de encontrarem-se em situação de pobreza. Além disso, o Código previa prisões cautelares de menores pela simples “suspeita” de delitos, infrações ou comportamentos desviantes, o que os colocava em uma situação jurídica diferenciada (e desvantajosa) em relação aos adultos, posto o fato de que não eram adotados os mesmos procedimentos judiciais garantidos a esses últimos.²¹⁴

Isso pode ser verificado no artigo nº 99 do Código, que previa que “o menor de dezoito anos, a que se *atribua* autoria de infração penal, será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária” (grifo nosso). O mesmo artigo colocava ainda que, havendo necessidade de apuração das infrações cometidas pelo menor, este poderia ser mantido pela autoridade policial por cinco dias para a realização das diligências.²¹⁵ Segundo o especialista Nereu Lima, a prisão cautelar de menores era inconstitucional, além de desumana e ilegítima, já que feria diretamente a liberdade individual. Lima afirmava que o Código era discriminatório, já que era abertamente direcionado para as jovens populações pobres.²¹⁶

A lei de 1979 vinha legitimar uma postura que historicamente foi usada pelas autoridades policiais contra elementos suspeitos, que não raro eram pessoas das classes populares, rotulados de “vagabundos”, ociosos ou iminentemente “perigosos”. O estudo da história da institucionalização da infância e da juventude no Brasil demonstra o quanto esses lugares-comuns estiveram presentes, direta ou indiretamente, nas políticas e práticas direcionadas à essas populações.

Desde a metade da década de 1970, a autoridade da FUNABEM vinha sendo questionada. Em 1976, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que ficou conhecida como “CPI do Menor”, revelou números alarmantes: 25 milhões de menores estavam em estado de carência ou abandono, o que equivaleria a dizer que cerca de 1/3 da população infanto-juvenil brasileira era marginalizada.²¹⁷ Concluía, também, que a FUNABEM não possuía condições de resolver o problema, já que suas atividades efetivas de atendimento restringiam-se a um

²¹⁴ Para os adultos, ao menos juridicamente e excetuando-se os presos políticos, a prisão seria efetuada em caso de flagrante delito ou a partir de mandato judicial. Cf. LIMA *apud* JUNQUEIRA, op., cit., p. 161.

²¹⁵ Art. 99 da Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

²¹⁶ LIMA *apud* JUNQUEIRA, op. cit., p. 163-164.

²¹⁷ VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 305.

centro-piloto no Rio de Janeiro, e que as FEBEMs não possuíam recursos suficientes para enfrentar o desafio.²¹⁸

A partir da década de 1980, no compasso da abertura política e da luta pela redemocratização do país, a cultura institucional da FUNABEM passou a ser nitidamente questionada. Além da participação e reivindicação popular, alguns outros fatores contribuíram para essa discussão: o despontar de estudos sobre as consequências da institucionalização, o interesse dos profissionais de diversas áreas de conhecimento sobre a atuação nesse campo e, principalmente, o protesto e a organização de meninos e meninas de rua ou ex-internos, com denúncias e depoimentos publicados na imprensa e em livros, etc., como os que foram citados anteriormente.²¹⁹

Já em 1986, a FUNABEM iniciou uma autocrítica sobre o seu modelo de atendimento, classificando-o como “autoritário, perverso e irrelevante”, afirmando que contribuía para a produção de “novas carreiras criminosas”, analisando os efeitos desastrosos da centralização das políticas assistenciais. Em uma nova carta de intenções, em 1987, a FUNABEM divulgou que lhe caberia:

Conduzir, dentro do processo de transição política a revisão da PNBEM, antes baseada no controle da sociedade pelo Estado, para o desenvolvimento social democrático, ou seja, promovendo a defesa dos direitos básicos das crianças e jovens em situação de extremo risco pessoal e social.²²⁰

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, formou-se uma grande articulação de movimentos sociais, com a participação do UNICEF e de representantes de Ministérios da área social, que se denominou “Criança e Constituinte”. Articulado em todo o país, o movimento Criança e Constituinte apresentou ao Congresso Nacional uma emenda popular assinada por mais de um milhão de eleitores.²²¹

Foi a partir desse capítulo constitucional que se originou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que, em consonância com a legislação internacional, explicitou e regulamentou a “Doutrina de Proteção Integral”. A partir desse momento, passou-se a ver a infância e a juventude como portadoras de direitos, e não como sujeitos passíveis de criminalização (e penalização) pela situação social em que se

²¹⁸ BRASIL: Congresso. Câmara dos Deputados. CPI destinada a investigar o Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil. *A realidade brasileira do menor*; relatório. Brasília, Coordenação de Publicações, 1976.

²¹⁹ RIZZINI & RIZZINI, op. cit., p. 46.

²²⁰ VOGEL, op. cit., p. 317.

²²¹ Esta emenda foi integrada na Constituição Federal de 1988 no capítulo VII do Título VIII que proclamou o novo paradigma da criança e do adolescente como sujeitos de direitos (artigos 227 e 228). Cf. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 06 out. 2012.

encontravam. Fruto da reflexão coletiva de inúmeros movimentos sociais e da atuação de diversos atores da sociedade civil e política, a promulgação do ECA marcou de forma indelével a ruptura com um paradigma histórico de assistência e atendimento aos meninos e meninas brasileiros, dando

prioridade do direito à convivência familiar e comunitária e, conseqüentemente, o fim da política de abrigo indiscriminado; priorização das medidas de proteção sobre as socioeducativas, deixando-se de focalizar a política da infância nos abandonados e nos chamados delinquentes; integração e articulação das ações governamentais e não-governamentais na política de atendimento; garantia de devido processo legal e da defesa ao adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional; municipalização do atendimento; só para citar algumas das alterações mais relevantes.²²²

Algumas das mudanças pontuais trazidas pelo ECA romperam juridicamente com “política de menorização” que já vigorava há quase um século, moldada dentro de uma ótica repressiva de internação e confinamento. Entre essas transformações podemos citar o esforço de municipalização dos atendimentos, com a criação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICAs) e a criação dos Conselhos Tutelares (órgãos com uma função especificamente protetiva).

A medida de internação (antes aplicada arbitrariamente em muitas situações), passou a ser sugerida somente frente a um ato infracional grave, procurando obedecer aos princípios de brevidade e excepcionalidade, além de prever o caráter “socioeducativo” da reclusão. A apreensão dos jovens envolvidos em crimes passou a ser feita somente em situações de flagrante delito, ou a partir de mandato policial.

A pobreza, ao menos em lei, foi descriminalizada: a falta ou insuficiência de recursos deixou de ser um motivo para a internação de crianças e jovens. Além disso, previu-se a participação ativa da comunidade organizada na formulação das políticas e no controle das ações das instituições públicas de assistência e proteção.

Não se trata aqui de estabelecer uma visão idealizada sobre o ECA; antes disso, trata-se de apontar as profundas rupturas que essa nova legislação implicou nas raízes históricas do atendimento à infância e à juventude no Brasil, sempre tão calcadas nos modelos coercitivos/repressivos. Obviamente existem reveses e muitos desafios a serem enfrentados, mas é partindo dos instrumentos legais de pressão que a sociedade pode (e deve) participar da construção dos novos rumos dessas políticas públicas.

²²² BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: histórias de meninos e meninas marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009, p. 20.

Como forma de introduzir os capítulos subsequentes, que tratarão dos percursos das políticas públicas de assistência dentro do contexto da cidade de Caxias do Sul nesse período, é hora de concentrar-se novamente na história da assistência à infância e à juventude pobre no estado do Rio Grande do Sul, com especial ênfase para as práticas da FEBEM-RS. O destaque para essa instituição se justifica na medida em que ela serve de balizadora da relação entre as políticas públicas caxienses e a normativas nacionais construídas da FUNABEM.

1.4 A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR NO RIO GRANDE DO SUL

*“Meio-dia sol a pino
Meia-noite tiroteio
Entre a polícia e o bandido
Sempre um menino no meio”
 (“Um sinal”, Márcio Faraco)*

Em 17 de janeiro de 1969, através da Lei nº 5.747, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Rio Grande do Sul (FEBEM/RS) foi criada, vinculando-se à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, herdando o acervo de bens do Departamento de Assistência Social (DEPAS). Assim como era previsto na legislação da FUNABEM, a instituição seria responsável pela formulação e execução das políticas referentes aos “menores” no estado, possuindo autonomia administrativa e financeira, e seguindo os princípios e normas da PNBEM, observadas as peculiaridades do Rio Grande do Sul.

Suas finalidades envolveriam a conjugação de esforços entre o Poder Público e a comunidade para a solução do “problema do menor que por suas condições socioeconômicas não tem acesso aos meios normais de desenvolvimento”; cumprindo as sentenças do Juizado de Menores para os jovens que houvessem cometido crimes; realizando estudos, pesquisas, promovendo cursos, seminários e congressos e levantando dados sobre a questão em nível estadual. Além disso, procuraria promover a articulação entre entidades públicas, comunitárias e particulares voltadas ao bem-estar do menor, propiciando formação de pessoal, concedendo auxílios e subvenções, prestando assistência técnica aos municípios para que adotassem os princípios da PNBEM.²²³

²²³ Art. 4 da Lei nº 5.747, de 17/01/1969. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=39610&hTexto=&Hid_IDNorma=39610 Acesso em 08 out. 2012.

O objetivo nesse momento não é apresentar uma “história total” sobre a FEBEM/RS, mas, sim, fornecer alguns subsídios de análise sobre sua atuação ao longo das décadas de 1970 e 1980.²²⁴ Por esse motivo, o foco recairá particularmente sobre alguns eixos que se relacionam com as comparações anteriormente feitas entre a FUNABEM e a DSN. Índícios que fornecem pistas sobre as intervenções militares no atendimento da Fundação, os princípios de seus programas de atendimento, a forma como a família era analisada, a propaganda institucional, as estatísticas de atendimento, as críticas e autocríticas feitas contra e pela instituição, entre outros. As implicações mais diretas entre as políticas da FEBEM/RS e a cidade de Caxias do Sul serão analisadas nos capítulos seguintes.

É importante demarcar que, assim como a FUNABEM, a FEBEM/RS trazia em sua lei, como princípios norteadores de suas políticas, a integração do menor junto à sua comunidade, enfatizando a necessidade de mobilização da opinião pública para “solucionar o problema da infância desvalida”, colaborando com programas que tivessem por base o “fortalecimento da família e a intensificação dos trabalhos de natureza corretiva, preventiva ou promocional”, visando o bem-estar do menor.²²⁵ Da mesma forma como aconteceu com a FUNABEM e com outras unidades estaduais, a FEBEM/RS foi alvo de críticas que demonstraram sua ineficácia no atendimento aos “menores”, a permanência de grandes internatos, escassez de verbas e políticas fragmentadas. Essas críticas, muitas delas vindas da própria estrutura diretora da instituição têm espaço, sobretudo, na década de 1980, e serão analisadas ao final desse capítulo.

A estrutura inicial da FEBEM/RS, que entrou definitivamente em funcionamento no ano de 1970, era composta por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria, um Conselho Fiscal e Conselhos Municipais e Regionais. No que se refere ao seu Conselho Deliberativo, (encarregado de aprovar as diretrizes gerais de aplicação da PNBEM no estado, aprovar

²²⁴ Todo o acervo disponível sobre a FEBEM/RS, que atualmente se encontra na Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul), foi catalogado e analisado. Porém, é importante pontuar sua descontinuidade: além do relatório de 1969, foram encontrados apenas sete relatórios da década 1970 (1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976), além de um documento de 1977 sobre as Diretrizes Gerais e Normas de Ação da instituição e um Manual de estrutura e funcionamento da direção executiva, de 1979. No que se refere à década de 1980, a escassez de fontes é ainda maior: não foram encontrados relatórios anuais, apenas um relatório incompleto, sem data, que descreve algumas ações da instituição até a metade da década de 1980. Além dele, o Manual do PROMENOR (1985), o Manual de Procedimentos - Juizado de Menores POA e FEBEM-RS (1986), um Plano de Governo da instituição (1987) e um Projeto de Pesquisa sobre Crianças e jovens desaparecidos (1987). Algumas informações foram retiradas de dois informativos de governadores do Estado (Relatório do governo de Amaral de Souza, 1979-1983 e alguns dados anuais de 1969-1978, relatados em um documento sobre o governo de Jair Soares, 1983-1987). Um relatório incompleto datado de 1995 também foi utilizado, na medida em que relatava a trajetória da instituição.

²²⁵ Artigo nº 4 da Lei nº 5.747, de 17/01/1969 e o Estatuto da FEBEM. Decreto nº 19.333, de 29 de outubro de 1969 – aprova o estatuto da FEBEM. *Acervo FEBEM/RS*.

planos de trabalho e salários, e zelar pela execução das políticas da Fundação), é importante destacar os membros que faziam parte de sua composição.

Além de um representante do governo estadual (que ocupava o cargo de presidente da Fundação) e do Poder Judiciário, é possível perceber no Conselho Deliberativo da FEBEM/RS a presença de representantes de setores que historicamente se ocuparam da questão da infância, de forma direta ou indireta. São eles setores ligados às instituições religiosas, ao empresariado, à área da comunicação, da educação, da saúde, e ainda outros setores e órgãos ligados de forma mais direta à assistência social.²²⁶ A composição desse Conselho reflete a necessidade de repercussão pública da questão para que fosse possível a integração de esforços de diversos setores da sociedade, em busca de soluções para o “problema dos menores”, esforços que seriam congregados na Fundação, um “órgão líder do bem-estar do menor” no estado, como é possível perceber em alguns trechos do relatório do ano de 1969:

Mas o que nos entusiasma é a ampla repercussão da FEBEM, a aceitação por toda a comunidade de seus fins, a crescente conscientização do problema social [...]. A tônica para o ano de 1970 é a implantação de uma política de bem-estar do menor que impregne todas as ações, que sensibilize todas as camadas sociais, mobilizando recursos privados, públicos, nacionais ou internacionais, objetivando como primeira dádiva ao nosso trabalho produzir os frutos da aceitação e reintegração do menor.²²⁷

A clientela atendida pela instituição era bastante diversificada. Entre ela estavam os menores considerados abandonados, “de conduta irregular” e excepcionais, que tivessem entre zero e 18 anos, provenientes da população marginalizada, em estado de extrema pobreza (com renda de 0 a 2 salários mínimos) ou sub-integrada (renda de 3 a 5 salários mínimos). A rede própria da FEBEM, à época de sua fundação, contava com a uma estrutura de seis Institutos do tipo internato e oito Casas Lares.

De acordo com o relatório de 1970, existiam dois institutos voltados para “menores” delinquentes, infratores ou com “perturbação de conduta grave”, encaminhados pela Justiça de Menores, na faixa etária dos 12 aos 18 anos: o *Instituto Central de Menores* (ICM), voltado para o sexo masculino, e o *Instituto Santa Marta* (ISM), para o sexo feminino. Em ambos, já era prevista a construção de uma ala de contenção para os “menores” de maior periculosidade e uma Casa Lar para as meninas egressas do ISM. O *Instituto Infantil de Ipanema* (III) atendia “menores” de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 12 anos de idade, “sem perturbação de conduta ou abandonados”. As crianças de menor idade eram atendidas

²²⁶ Decreto nº 19.333, de 29 de outubro de 1969 – aprova o estatuto da FEBEM. *Acervo FEBEM/RS*.

²²⁷ Relatório FEBEM/RS 1969. *Acervo FEBEM/RS*.

em Casas Lares anexas, esperando colocação familiar. A partir de 1971, passou a atender apenas o sexo masculino. As meninas passaram a ser assistidas no *Instituto Ana Jobim* (IAJ), destinado à “menores” do sexo feminino, de 06 a 18 anos de idade, “abandonadas ou em estado de abandono”. Havia ainda o *Instituto Nehyta Martins Ramos* (INMR), para “menores” do sexo masculino entre 12 e 18 anos, com “quociente intelectual baixo ou excepcionais”, funcionando em âmbito rural; e o *Instituto Padre Cacique* (IPC), para “menores” do sexo masculino na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade, com “perturbação de conduta e capacidade para aprendizado profissional”.²²⁸

As *Casas Lares* acolhiam um número pequeno de internos, em média 10 ou 15 meninos ou meninas, principalmente adolescentes. Procurando assemelhar-se a um ambiente familiar, a assistência era dada por um casal, que dividia a casa com eles. Eram destinadas a “menores” em processo de desligamento, ou que frequentassem o ginásio, colégio, cursos técnicos ou profissionalizantes.²²⁹

Ainda em 1969, a Rede Própria da FEBEM/RS em Porto Alegre possuía cerca de 722 internos distribuídos em instituições fechadas e outros 84 em Casas Lares. Em dois casos, o número de atendidos já ultrapassava a lotação máxima da instituição, segundo nos mostram as estatísticas apresentadas no relatório de 1969:

Tabela 1: Instituições, capacidade e estatísticas de atendimento da rede própria da FEBEM/RS em 1969²³⁰

Instituição	Capacidade (nº de “menores”)	Vagas ocupadas
Instituto Ana Jobim	200	158
Instituto Central de Menores (há internos com menos de 12 anos de idade)	150	104
Instituto Infantil Ipanema	150	162
Instituto Nehyta M. Ramos	160	136
Instituto Padre Cacique	160	113
Instituto Santa Marta	40	49
Casa Lar nº 1	15	12
Casa Lar nº 2	10	07
Casa Lar nº 3	14	10
Casa Lar nº 4	10	08
Casa Lar nº 5	11	11
Casa Lar nº 6	20	13
Casa Lar nº 7	12	12
Casa Lar nº 8	20	11
TOTAL:	972	806

Já em 1970, a estrutura da FEBEM/RS contava com a *Escola de Artes e Ofícios Porto Alegre*, criada por esposas de secretários do Estado, com o apoio da comunidade e com

²²⁸ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ Relatório FEBEM/RS 1969. *Acervo FEBEM/RS*.

professoras cedidas pela Secretaria de Educação e Cultura. Era destinada a dar “aprendizado profissional, moral e cívico à menor do sexo feminino em perigo de deterioração moral e social”, segundo relatório de 1970. Segundo o mesmo documento, existia também o *HELP*, serviço de Orientação Psicológica a Jovens, uma obra pioneira criado em convênio com a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul.²³¹

As primeiras ações da Fundação visaram a elaboração de um novo organograma em função dos novos objetivos da instituição, a reformulação do quadro de pessoal e a implantação de projetos na área de atuação comunitária e na rede própria de instituições (reformas, novas construções, quadro de atividades das equipes técnicas, etc.). Durante toda a sua trajetória, a FEBEM/RS trabalhou com pequenas receitas orçamentárias frente a todos os programas que mantinha. Durante o ano de 1971, dificuldades materiais e técnicas atingiram duramente a instituição, que teve uma redução de cerca de 40% em seu orçamento, segundo relatório do mesmo ano. Para resolver o problema, a Fundação procurou mobilizar a opinião pública, realizando campanhas de doações, racionalizando os gastos e desenvolvendo programas de captação de recursos na área agrícola (criação de gado e aves, que chegou a suprir parte da demanda da instituição) e estudos técnico-administrativos enfocando a produção como meio de integração do menor no mercado de trabalho (marcenaria, serralheria, mecânica de automóveis, confecções).²³²

Apesar de não existir um espaço específico para os militares no Conselho Deliberativo, eles seguiram de perto as ações da FEBEM/RS. Durante muito tempo, o Coronel Waldomiro Adolpho Eifler (representante da Federação Espírita do Rio Grande do Sul) fez parte do Conselho Deliberativo da instituição e, no início da década de 1970, período de grande número de internamentos e ampliação de locais para contenção de menores, o presidente da Fundação foi o Major Devanir Pinto, representante do governo do Estado.

É possível notar a presença e a influência dos militares (e da Doutrina de Segurança Nacional) de forma direta e indireta. No que diz respeito diretamente aos militares, o relatório de 1970 cita a importante colaboração do III Exército e da Brigada Militar com as ações da instituição através do empréstimo de viaturas e auxílios financeiros para a Fundação. Entre os contatos mais significativos mantidos naquele ano, é citado o diálogo com o Comandante do IIIº Exército, General Breno Borges Fortes, com quem se conseguiu um prédio para

²³¹ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²³² RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 45.

funcionamento da segunda Casa OPTA (Organização do Pequeno Trabalhador Ambulante),²³³ além de orientação esportiva, cívico-moral, de primeiros socorros e de preparação para o serviço militar, atendendo, em caráter experimental, aos alunos da Escola Padre Cacique.

Os militares também faziam parte do público que participava de eventos de discussão propostos pela FEBEM/RS, como o II Encontro Regional de Juízes e Curadores de Menores e Presidentes de Fundações, realizado em 1970. Neste evento, além da participação do presidente da FUNABEM Mário Altenfelder com uma palestra sobre a PNBEM, o mesmo General Breno Borges Fortes do IIIº Exército proferiu uma fala sobre a “A Ação Cívico e Social do Exército (ACISO)”.²³⁴ Uma das recomendações do evento prescrevia a possibilidade de serem incluídos, entre os excedentes do Serviço Militar, os “menores” com qualificação profissional que estivessem empregados na época da convocação.²³⁵

O relatório de 1970 ainda informa sobre o acompanhamento e assessoramento na realização de diversos cursos de instrução militar, realizados no Quartel do 18º Regimento de Infantaria e no Instituto Padre Cacique, por oficiais e sargentos, atingindo os 110 menores daquela Instituição. São relatados os benefícios da educação moral e cívica, posto que os militares proporcionavam “sadios contatos com a vida esportiva e disciplina da Educação Física, bem como palestras de fundo cívico, freqüentando os menores do quartel do 18 RI, em turnos, durante dois meses e participando de tôdas as atividades”. Os resultados do referido curso foram “altamente positivos, numa demonstração de integração do Exército Nacional na ação comunitária em benefício do menor”.²³⁶

Em 1971, a FEBEM/RS criou um “Plano de Integração Comunidade/FEBEM”. Para a elaboração desse plano foram realizadas visitas e conferências em entidades que eram tidas como significativas ao bem-estar do menor. Entre elas, encontramos a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), além de organizações voltadas para trabalhos humanitários como o Rotary e o Lions Club, entre outros grupos ligados ao

²³³ Instituição aberta que atendia menores do sexo masculino, de 10 a 16 anos, engajados no trabalho ambulante, buscando protegê-los da exploração e da prática de “atos condenáveis”. O prédio, situado na Rua Luiz Afonso, no bairro Cidade Baixa, acabou sendo devolvido ao III Exército em 1971. Cf. Relatório FEBEM/RS 1971. *Acervo FEBEM/RS*.

²³⁴ As Ações Cívico-Sociais do Exército faziam parte de um projeto de cunho social com caráter assistencialista voltada para a conquista do apoio da população aos empreendimentos militares. Foram aplicadas, inclusive, sobre a população do Araguaia durante a segunda campanha militar para a aniquilação da guerrilha que agia na região. Tinham fortes conotações da doutrina francesa da “*guerre révolutionnaire*”. Cf. SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. Dissertação (Mestrado e História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006, p. 172.

²³⁵ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²³⁶ *Ibidem*.

empresariado e à Igreja Católica.²³⁷ Além disso, foram encontrados diversos relatos da participação dos “menores” da FEBEM/RS em desfiles cívicos, como os que acontecem na Semana da Pátria, em setembro.

Segundo a apresentação do relatório de 1970, 52% da população do Rio Grande do Sul se situava na faixa etária de 0 à 18 anos de idade e 1/3 destes estariam em “situação de desenvolvimento para a marginalização”, o que corresponderia a 1,2 milhão de “menores”. Neste documento é possível encontrar diversos elementos que remetem aos pilares ideológicos da DSN: o “desenvolvimento para a delinquência” era reconhecido, ainda segundo o relatório, como um “problema de segurança nacional”:

[que] não será contido pelo arcaico sistema de internatos, patronatos, asilos, com pessoal de mentalidade cristalizada nessas formas, válidas em determinadas circunstâncias de época, de tempo, de métodos, de problemas especiais de menores, mas incapazes de enfrentar massas inteiras de crianças a esmolar, a trabalhar prematuramente, muitas vezes explorada por adultos, caindo na escola do vício, do crime e da prostituição.²³⁸

Para resolver essa questão, seria necessário um oneroso investimento em capacitação de pessoal, que traria resultados em longo prazo “pela integração do menor do processo do Desenvolvimento Nacional”. A partir de uma ação integrada sobre as comunidades locais procurar-se-ia atingir os focos produtores e reprodutores da marginalização.²³⁹

De forma semelhante, no Termo de Referência Operacional das Diretrizes Gerais e Normas de Ação de 1977, é possível notar que a questão da “integração das populações marginais” na vida nacional voltava a ser debatida. Não é preconizado nenhum tipo de iniciativa que procure fazer uma distribuição equitativa de rendas, mas sim a possibilidade de contribuir para uma melhora das condições de vida, “mesmo com capitais escassos, através de programas de desenvolvimento de comunidade, amplamente preconizados pela ONU, hoje já seguidos pelos países empenhados em crescer harmonicamente”.²⁴⁰

Além disso, é possível encontrar uma ligação direta entre o bem-estar do menor, o desenvolvimento econômico, e a modernização da sociedade. Os organismos de bem-estar deveriam se colocar, segundo o documento, em uma linha de ação desenvolvimentista, “utilizando ao máximo o conhecimento técnico-científico que lhe deve servir de base e guia

²³⁷ Relatório FEBEM/RS 1971. *Acervo FEBEM/RS*.

²³⁸ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ Termo de Referência Operacional das Diretrizes Gerais e Normas de Ação. FEBEM/RS, 1977. *Acervo FEBEM/RS*.

para seu comportamento dentro do cenário social”, saindo do empirismo e da improvisação, e passando para o planejamento e o desenvolvimento tecnológico no campo do bem-estar.²⁴¹

A noção de marginalização empregada aqui, e na grande maioria dos documentos relativos à FEBEM/RS, apesar de relacionada a fatores socioeconômicos, reforçava a ideia de que as comunidades mais pobres eram desorganizadas e desestruturadas, imputando-lhes a culpa pelo abandono. A pobreza, nesse sentido, era entendida como decorrente do fato de que certas regiões e setores da população se encontravam desintegrados do processo de desenvolvimento e modernização pelo qual passava o país. Segundo os pressupostos básicos e operativos de ação da FEBEM/RS em 1977, aos mecanismos de bem-estar social caberia monitorar as novas situações conflituosas que surgissem, procurando facilitar os “processos de adaptação, crescimento de mudanças, capazes de ensejar desenvolvimento equilibrado e harmônico”. Ou seja: os mecanismos de bem-estar funcionariam como instrumentos de controle social. Dentro dessa lógica, o “problema do menor”, assim como qualquer outro problema social, resultaria do fato “do desenvolvimento produzir-se em certos setores da organização social e não em todos, registrando-se assim a falta de sincronia das mudanças em todas as partes da estrutura social”.²⁴²

A FEBEM/RS sempre se mostrou bastante preocupada com a situação das famílias dos “menores”, criando serviços de atendimento psico-socioeconômicos desde sua fundação, em 1969. Foi criado, inclusive, um programa de subsídios econômicos de emergência, a curto e longo prazo. Segundo estatísticas gerais da Fundação, em 1969 cerca de 228 menores foram atingidos por esse auxílio, número que cresceu aceleradamente ao longo dos anos e do estabelecimento de convênios com o resto do Estado. Entre 1975 e 1985, em média 3.342 menores foram subsidiados anualmente pelo programa, através de doações financeiras para suas famílias.²⁴³

Mas, de que tipo de família a FEBEM/RS ocupava-se? Quais as suas características? De que forma essas famílias eram caracterizadas nos documentos? O relatório do ano de 1970 define a finalidade da Fundação em dar atendimento aos casos graves de abandono, “problemas de personalidade” e delinquência, que seriam frutos da triste sina da criança que era “atirada à vida sem amor, sem compreensão, sem educação, sem saúde, sem recreação”. Essas crianças, segundo o discurso oficial da instituição, “[...] são crianças rejeitadas pelos pais, pela sociedade”. Mesmo tendo sido uma preocupação da Fundação possibilitar ao menor

²⁴¹ Termo de Referência Operacional das Diretrizes Gerais e Normas de Ação. FEBEM/RS, 1977. *Acervo FEBEM/RS*

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ Estatísticas FEBEM/RS 1969/1988. *Acervo FEBEM/RS*.

acolhido educação moral e cívica e capacitação profissional, o rendimento escolar dos internos e sua pouca escolaridade mostravam-se como obstáculos. Essas “más condições intelectuais dos menores acolhidos” eram explicadas pelo fato de que eram “oriundos de lares desfeitos e deteriorados”.²⁴⁴ A família descrita pela Fundação era desagregada e desestruturada, culpada pelo abandono de seus filhos que, por isso, viam-se confrontados com a sociedade “normal”, que não os aceitava. Fechava-se, assim, o ciclo que levava o menor à marginalização, e aos desvios de conduta.

O relatório de 1976 traz as palavras proferidas pelo Presidente da FEBEM/RS, José Francisco Sanhotene Felice durante o Encontro Estadual do Menor, cujos temas centrais referiam-se às famílias. Para ele, as “disfunções” da sociedade brasileira seriam fruto do processo de modernização pelo qual o Brasil passava. Derivados dessa situação, os grupos marginalizados, acumulando sintomas cada vez mais elásticos de desintegração com o resto da sociedade, apresentariam alguns caracteres comuns como a pobreza; a quebra de valores e padrões de comportamento; o alto índice de natalidade; o alcoolismo; a violência; a subnutrição; a promiscuidade habitacional e a mendicância. Esses estratos sociais transmitiriam para o menor “as marcas da indigência econômica, cultural e afetiva, desencadeando um processo de atividades progressivamente desintegradoras da personalidade”.²⁴⁵ Além de alinhar os problemas socioeconômicos brasileiros na noção de integração/desintegração ao todo harmônico da nação, as famílias eram perscrutadas e julgadas por seus pretensos hábitos “anormais”, que aviltavam o resto da sociedade normalizada.

A tônica do regime militar, sobretudo durante os tempos do “milagre econômico” era a modernização. Na imprensa, o Brasil era um *país que ia pra frente*, que se industrializava, que caminhava a passos largos na direção de tornar-se uma potência latino-americana. A FEBEM/RS também trabalhava sobre ideais de técnica, eficiência e modernização no trato com os “menores”. Através do emprego de métodos tomados como altamente científicos, o bem-estar do menor gaúcho estaria salvaguardado. Entre as recomendações do II Encontro Regional de Juízes e Curadores de Menores e Presidentes de Fundações ocorrido em 1970, prescrevia-se a necessidade de criar um “Instituto Científico de Alto Nível”, destinado “à pesquisa, ao estudo e à determinação de métodos e técnicas relacionados com o problema do

²⁴⁴ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁴⁵ Relatório FEBEM/RS 1976. *Acervo FEBEM/RS*.

menor, por reconhecer que ainda perdurem os processos empíricos no tratamento desse problema”.²⁴⁶

Estudos e diagnósticos serviriam de subsídios para uma ação global integrada entre as diferentes regiões do estado. No relatório de 1973 era assegurado o fato de que a FEBEM planejava suas respostas ao “problema do menor” adequando-as “a uma realidade conhecida cientificamente”. Os Planos de Ação e o orçamento empregado seriam adaptados para terem cada vez melhores resultados, a partir de uma avaliação sistemática.²⁴⁷

A sensação de que “muito falta para ser concretizado” perpassa grande parte da documentação da instituição, que afirmava estar sempre se envolvendo em esforços cada vez maiores para a contenção do “problema do menor”, como é possível notar no relatório de 1974:

A FEBEM, existindo unicamente em função da infância e juventude marginalizadas ou em vias de marginalização, através destes relatórios, quer deixar claro em sua construção histórica o que vem fazendo por esta parcela significativa de gaúchos e brasileiros. Pretende deixar documentado o esforço de um período de trabalho, onde Governo e Comunidade, juntos, construíram mais do que se isoladamente o tivessem feito. Os recursos consideráveis, de ordem humana, material, financeira e institucional foram realizados em sua capacidade total atingindo em quase 100% a plena eficiência e eficácia.

O texto do documento acrescenta que as pessoas deviam considerar o relato da instituição com “elevado espírito de desenvolvimento”, procurando compreender que “o que há de melhor em termos de prevenção, terapia e administração realmente foi posto em execução no equacionamento diário de problemas que não podiam esperar soluções por demais sofisticadas”, numa clara alusão a forma pela qual a “questão dos menores” vinha sendo tratada pelos órgãos públicos anteriores. A apresentação do relatório de 1972 trazia um discurso do então presidente Médici, referindo-se às ações da FUNABEM:

Meu Governo tem a consciência de que o problema da criança, longe de ser tão apenas assistencial, entende todo um processo de transformação cultural, sedimentado nos valores maiores de civilização, e que o exercício de uma política de bem-estar do menor se desdobra nas áreas de saúde, e da educação, da segurança social e da habitação, do trabalho e do amor, da compreensão. Só desta forma abrangente e preventiva poderemos vender o abandono, a crueldade e a corrupção de menores.²⁴⁸

É possível perceber em suas palavras a noção de que as políticas de bem-estar encaixam-se no projeto de nação civilizada que a ditadura civil-militar pretendia para o Brasil,

²⁴⁶ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁴⁷ Relatório FEBEM/RS 1973. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁴⁸ Este pronunciamento do Presidente Médici foi proferido originalmente em 1970 na FUNABEM, e publicado pela Revista Brasil Jovem nº 16. Cf. Relatório FEBEM/RS 1972. *Acervo FEBEM/RS*.

e que essas políticas deveriam ser abrangentes para fazer face ao desafio. O relatório prossegue enfatizando que as frases encorajadoras do presidente são o “coroamento de tudo aquilo que a FEBEM/RS consagrou nestes seus anos de existência”, reconhecendo-se também que “seus insucessos e dificuldades são a marca de quem realiza, ao invés da glória de quem nada constrói”.²⁴⁹

A necessidade de construir uma imagem positiva da instituição requeria o uso intenso da imprensa para divulgar as ações da Fundação, enfatizando o imenso desafio que esta teria pela frente. Já no relatório do ano de 1970 é possível encontrar a informação de que houve cerca de 286 menções da imprensa escrita sobre a recém-criada FEBEM/RS, o que permitiu “a difusão de sua obra e a configuração de uma imagem dinâmica, apoiada no trabalho de ordem científica”, em um intenso trabalho da Assessoria de Relações Públicas da instituição que procurou manter a FEBEM “constantemente em evidência”.²⁵⁰ No relatório de 1976, ano que segundo a documentação é um marco na indução do processo educativo-assistencial nas ações da instituição, a empolgação da opinião pública era vista como essencial: “a imagem da Fundação se robustece, ganhando dimensão compatível com a importância que a atual administração estadual lhe atribui”.²⁵¹

Como já foi citado diversas vezes anteriormente, uma das premissas da FEBEM/RS, ao menos em seus pronunciamentos oficiais, girava em torno do repúdio à prática de internação de menores. Segundo o relatório de 1969, a estimulação à desinternação seria dada pelo impulso de programas de regime de semi-internato, externato, colocação familiar, entre outras formas de atendimento “que não segreguem o menor de seu grupo familiar e convívio social, de acordo com a política de ação da FUNABEM”.²⁵² No relatório do ano seguinte, foi criticada a postura de internar um “menor” por motivos econômicos ou educacionais: “as instituições em regime de internato deveriam destinar-se tão somente a menores com perturbação de conduta ou delinquentes, ou ainda, aqueles que momentaneamente não apresentem condições para se adaptar à vida familiar comum”. Porém, em seguida, registram que, na falta de outros recursos, a internação seguia sendo uma alternativa em função da carência de recursos mais adequados para o atendimento de casos mais específicos.²⁵³

Uma das metas prioritárias da FEBEM/RS no início da década de 1970, era a contenção gradativa dos internamentos. Porém, logo em 1970, o relatório anual mostra que

²⁴⁹ Relatório FEBEM/RS 1972. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵⁰ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵¹ Relatório FEBEM/RS 1976. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵² Relatório FEBEM/RS 1969. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵³ *Ibidem*.

cerca de 1860 menores foram internados na rede própria da Fundação e que ocorreram cerca de 1185 evasões (que, muitas vezes, diziam respeito a fugas de um mesmo “menor” que, recapturado, fugia novamente).²⁵⁴ Em 1971, apesar de as evasões diminuïrem bastante (cerca de 259 fugas sem retorno), houveram 1316 internamentos nas instituições ligadas diretamente à FEBEM/RS.²⁵⁵ Ao longo da década de 1970, as estatísticas de internamentos seguiram altas, tanto na capital, como nas instituições sob convênio localizadas no interior.²⁵⁶ Apesar de desde o início a FEBEM/RS construir alternativas de atendimento como semi-internatos, creches, centros de cuidados diurnos, externatos, Centros de Bem-Estar do Menor (CEBEMs), os internatos seguiram sendo uma política de atendimento marcante na trajetória da instituição.

A partir das estatísticas demonstradas no relatório de 1971, cerca de 33% da população atendida em instituições particulares vivia em regime de internato. Como a própria Fundação admite, “é bem maior o número de menores em Instituições fechadas em confronto com aqueles atendidos em Creches, Centro de Cuidados Diurnos e Semi-Internatos, recursos que não afastam o menor da família”. Porém, justificavam que estavam agindo em conformidade com sua política de contenção de internações, uma vez que somente em longo prazo esses números poderão ser diminuídos. Também justificavam que mais de 50% dos internos estariam recebendo iniciação profissional, e que grande parte das internações referiam-se a casos específicos, como os “menores” excepcionais.²⁵⁷

As estatísticas do ano de 1972 mostram que na rede própria o número de internações manteve-se semelhante aos anos anteriores: em 31/12/1971, havia cerca de 876 internos. Em 31/12/1972, esse número fixava-se em 872. A Fundação evidenciava que, dentre o número total de menores que passaram por seus cuidados em 1972 (3277), a taxa de reintegração à comunidade foi 20% maior do que no ano anterior. Das cerca de 92 instituições com as quais a FEBEM/RS mantinha convênios ou subvenções no interior do Estado, 33 funcionavam em regime de internato, correspondendo a 36% do total.²⁵⁸ Essa é uma estatística que se repete ao longo dos próximos anos, apesar do aumento de vagas em Centros de Bem-Estar do Menor e outros projetos preventivos em meio aberto expandidas a partir de 1975 (as vagas nos CEBEMs nesse ano, por exemplo, chegaram a 5984, enquanto eram apenas 100 em 1974).²⁵⁹

²⁵⁴ Relatório FEBEM/RS 1970. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵⁵ Relatório FEBEM/RS 1971.

²⁵⁶ Relatórios de 1970 a 1976; Estatísticas FEBEM/RS 1969-1988. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵⁷ Relatório FEBEM/RS 1971. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵⁸ Relatório FEBEM/RS 1972. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁵⁹ Relatório FEBEM/RS 1974 e 1975. *Acervo FEBEM/RS*.

O Instituto Central de Menores, instituição para adolescentes do sexo masculino com “perturbação de conduta” ou infratores, operou com uma média diária próxima ou bastante acima de sua capacidade máxima, que era para 150 internos:

Tabela 2: Estatísticas de atendimento do Instituto Central de Menores da FEBEM/RS entre 1970 e 1980²⁶⁰

Ano	Recolhimentos	Fugas	Média diária
1970	1094	777	138
1971	981	517	179
1972	1126	622	232
1973	267	569	245
1974	301	282	158
1975	349	263	177
1976	376	305	157
1977	445	404	174
1978	361	365	191
1979	249	281	150
1980	257	242	141

Existe uma dificuldade de estabelecer dados semelhantes a esses para as outras instituições da rede própria ao longo de 1980. Além da inexistência de relatórios anuais entre o acervo da Fundação, as estatísticas gerais do período 1969-1988 não diferenciavam o total de atendimentos, a média diária de internos, evasões, etc. É possível inferir, no entanto, que as internações vão sendo diminuídas ao longo do tempo, como aconteceu no ICM. A prática de internamento, porém, seguiu sendo por muito tempo um dos “cartões de visita” da instituição.

Ao longo da década de 1980 realizaram-se diversos estudos para a implantação de uma linha mais pedagógica na instituição, consolidando o atendimento em torno de cinco programas básicos: *triagem* (diagnóstico da situação e encaminhamento), *ação comunitária* (programas preventivos), *formação para o trabalho* (orientação, profissionalização e qualificação), *ação administrativa* (interiorização e descentralização das políticas) e *educação especializada* (Unidades Educacionais, de Reeducação e de Assistência ao Excepcional). Era uma forma de reverter a visão repressiva que a instituição tinha junto à sociedade, implantando ações mais voltadas para o indivíduo e a comunidade.²⁶¹

²⁶⁰ Adaptado de SUDBRACK, Maria de Fátima Olivier. *A trajetória da criança marginalizada rumo à delinquência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Curso de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

²⁶¹ RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 46-48.



Fig. 5: Asylo São Joaquim, construído pela Sociedade Humanitária Padre Cacique em 1932. Foi Sede Administrativa da FEBEM/RS e, atualmente, é utilizado para a mesma função pela FASE/RS. Fonte: *Acervo FEBEM/RS*.



Fig. 6: Instalações do Centro do Jovem Adulto da FEBEM/RS. Criado em 1962 como Instituto Central de Menores (ICM), tornou-se Centro do Jovem Adulto em 1998. Palco de inúmeras rebeliões violentas ao longo das décadas de 1980 e 1990, em dezembro de 2002 foi desativado. Fotografia sem data, correspondendo à época da desativação. Fonte: *Acervo FEBEM/RS*.

O Instituto Central de Menores, uma das maiores instituições mantidas pela FEBEM/RS na capital gaúcha, passou por grandes mudanças dentro dessa proposta mais pedagógica de atendimento: passou a contar com uma ala de recepção, de convívio ou socialização e isolamento, e também uma unidade de semiliberdade junto ao berçário do Instituto Samir Squeff. A Escola Estadual de 1º Grau Senador Pasqualini,²⁶² que funcionava nas dependências do ICM, foi adequada na metade da década de 1980 para atender a clientela interna através de uma proposta diferenciada; os meninos seriam atendidos por níveis de conhecimento, com critérios de avaliação individualizados. As salas de aula teriam um limite máximo de 10 alunos. Depoimentos afirmam que a escola “enxergava esses guris como alunos, não como menores”.²⁶³

A implantação dessas novas diretrizes pedagógicas fez com que o ICM e as outras instituições da rede própria da FEBEM/RS passassem por um período turbulento de adaptação. No ICM, o agravamento no perfil dos internos,²⁶⁴ as mudanças na direção da unidade, a superlotação da casa em determinados períodos, as instalações precárias, a falta de recursos, a entrada de funcionários inexperientes, a constante substituição de presidentes e outras dificuldades técnico-administrativas sofridas pela FEBEM/RS como um todo criaram um clima de instabilidade e desconfiança.²⁶⁵

Ao longo de suas décadas de atuação, a Fundação empregou uma metodologia de trabalho fundamentada muito mais em aspectos sócio-assistenciais e preventivos do que pedagógicos, dando grande ênfase aos atendimentos de “menores em situação irregular”. Muitas vezes os encaminhamentos dados pela triagem da instituição não diferenciavam crianças abandonadas,²⁶⁶ ou em situação de risco, de crianças infratoras. Grande parte dos

²⁶² Criada pelo decreto nº 12.867, de 1961, funcionou inicialmente no Abrigo de Menores do Partenon, sendo posteriormente transferida para o ICM.

²⁶³ RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 60.

²⁶⁴ “Se antigamente o motivo de ingresso na instituição se constituía por vadiagem, pequenos assaltos ou até arrombamentos de residência, com o tempo, esses adolescentes passaram a apresentar causas consideradas mais graves como: homicídios, latrocínio, estupro, assalto à mão armada e furto qualificado. Fora isso, esses adolescentes passam a apresentar também, um quadro de dependência quanto ao uso de drogas” Cf. *Ibidem*, p. 56.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 75.

²⁶⁶ Cláudia Fonseca, em artigo publicado em 1987, evidenciou que de modo algum as crianças da FEBEM/RS poderiam ser consideradas como “abandonadas”, posto que elas possuíam família e que, muitas vezes, a opção pelo internamento era uma das estratégias de sobrevivência dos grupos familiares. Falar que todas as crianças pobres eram “abandonadas”, sobretudo nos veículos da imprensa, seria uma distorção, um “ato de prestidigitação que transfere a responsabilidade por esta situação do sistema econômico para os pais dos menores”, alimentando o ciclo vicioso da culpabilização da família. Cf. FONSECA, Cláudia Lee Williams. O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. *In: Temas IMESC*. São Paulo Vol. 4, n. 1, 1987, p. 35.

meninos acabava sendo levada ao ICM, que se tornou uma grande “instituição total” (conferir fotografia recente do local, Fig. 6, p. 99). A institucionalização, nesse sentido, acabava reforçando “a exclusão social que era, paradoxalmente, o motivo de entrada na FEBEM”, provocando uma crescente estigmatização da população atendida por parte da sociedade.²⁶⁷ Sudbrack, em sua dissertação de mestrado sobre os internos do ICM, concluiu que o tratamento repressivo empregado na instituição conduzia a uma “reafirmação da identidade delinquente, produzindo efeito contrário ao esperado e distanciando-se, cada vez mais, de uma identificação com os ‘normais’” e concluiu que “[...] ao invés de segregá-los, como ‘antissociais’, é preciso proporcionar o desenvolvimento de suas reais condições de socialização”.²⁶⁸

Em dois documentos escritos no final da década de 1980, finda a ditadura civil-militar brasileira e em meio às movimentações sociais que mostravam novos rumos para a assistência voltada à infância e à juventude, a FEBEM/RS fez uma autocrítica sobre sua atuação nas décadas anteriores. Em 1986, no Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor, a crítica vem no sentido de alegar que a FEBEM buscou muito mais sua autoafirmação, procurando crescer rapidamente, não se focando em traçar um plano e uma política efetiva de atendimento aos “menores”, sofrendo com a falta de autonomia e recursos:

Hoje, que a FEBEM já tem 17 anos, dobra-se sobre si mesma e dá-se conta de que assim como rapidamente cresceu, tão rapidamente também envelheceu. A crise econômica e os longos anos de regime autoritário desgastaram sua fisionomia e deixaram marcas profundas em sua identidade. Hoje, sentimos que aquela “autonomia” de que fala a Lei não passa de letra inerte; não há espaço para a FEBEM definir seus rumos, não há recursos suficientes para qualquer mudança significativa, porque eles já são previamente “receitados”, não há mais auto-determinação na escolha do quadro de funcionários. Fala-se de mudanças estruturais necessárias, mas não há forças para realizá-las. Criou-se uma dicotomia profunda entre o discurso e a prática, entre o desejável e o realizado, entre a vontade de vir a ser e a conformidade do que se é.²⁶⁹

Foram elencadas no mesmo documento algumas das razões pelas quais a atuação da Fundação pode ser considerada “compensatória”, visto que procurou abranger uma diversidade muito grande de programas, sem conseguir dar respostas satisfatórias à demanda; a política empregada não teria sido devidamente clara; os recolhimentos do Poder Judiciário teriam sido inadequados na maioria das vezes; a inexistência de uma pré-triagem fez com que muitos recolhimentos fossem indevidos; a ingerência do Juizado de Menores impedindo que a

²⁶⁷ RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p. 41.

²⁶⁸ SUDBRACK, op. cit., p. 317-318.

²⁶⁹ Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor. FEBEM/RS 1986. *Acervo FEBEM/RS*.

FEBEM executasse suas políticas com autonomia e a falta de integração entre o discurso e a prática, que previa a mobilização de recursos que nunca foram suficientes para a atuação da instituição.²⁷⁰

As Gerências Regionais e a própria Fundação teriam sofrido ingerência político-partidária, somada à falta de recursos e de articulação, provocando um desempenho fragmentado. Órgãos públicos e privados desempenhavam obras sobrepostas, muitas vezes contraditórias. As ações da FEBEM/RS foram marcadas por acertos e desacertos, por continuidades e muitas rupturas causadas por imposições políticas:

A cada gestão altera-se a filosofia de ação, desprezando-se o desenvolvimento histórico dos programas. Parte-se para novas diretrizes, enfoques, sem considerar os sucessos e/ou fracassos das experiências anteriores. A cada gestão, alteram-se os enfoques de correntes filosóficas e científicas, deixando de lado o processo histórico. A desestabilização técnico-administrativa decorre das mudanças políticas, interesses partidários e pessoais. A responsabilidade pelo fracasso é particularizado em pessoas ou cargos, sem ser considerada a trajetória histórica institucional. É neste momento que a ineficácia da gestão do sistema elege o seu ‘bode expiatório’.²⁷¹

No Plano de Governo de 1987, reconheceu-se a instituição como parte do sistema sócio-político ditatorial que vigorava no país até aquele momento. O documento trazia a informação de que muitos dos convênios firmados com outras instituições não tinham amparo legal, sendo apenas verbalmente realizados. As injunções políticas que influenciavam no plano decisório da instituição dificultando a execução de políticas mais efetivas, eram consideradas essenciais. Nesse sentido, “não interessava proposta pedagógica adequada; interessava que os menores fossem confinados e não incomodassem a Comunidade em Geral”.²⁷²

Com a promulgação da Constituição de 1988, a movimentação social em torno da causa da infância, e a posterior promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, houve a necessidade de revisão dessa trajetória, a partir de uma descentralização de políticas. A FEBEM/RS, passou a se restringir especialmente à aplicação de medidas socioeducativas para jovens autores de atos infracionais, de acordo com as delimitações jurídicas do Estatuto. O atendimento às crianças abandonadas, em situação de risco ou órfãs passou a ser oferecido pelos municípios. Como já era sinalizado no Plano de Governo de 1987, ao menos sob a pena da lei, o “menor” passaria a ser entendido como “criança”, “e ter

²⁷⁰ Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor. FEBEM/RS 1986. *Acervo FEBEM/RS*.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² Plano de Governo de 1987. *Acervo FEBEM/RS*.

respeitada sua dignidade e o direito ao resgate de sua cidadania”. Tardiamente, em 28 de maio de 2002, a partir da Lei Estadual nº 11.800, a FEBEM/RS foi substituída pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), que continua sendo o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, aplicadas aos jovens cometem atos infracionais.

As crianças e os jovens em situação de exclusão, tomados como desamparados, abandonados, órfãos ou infratores foram, durante grande parte da história do Brasil, objetos de intervenção direta ou indireta do Estado e da iniciativa privada. Durante o período colonial e imperial, as famílias pobres tinham poucas alternativas: sem assistência para a criação de seus filhos, muitas acabavam optando por deixá-los nas Rodas dos Expostos, na esperança de que fossem adotados, que aprendessem uma profissão ou que os mais debilitados, ao menos, tivessem um enterro digno. O abandono acabou sendo uma das únicas estratégias disponibilizadas pelo Estado até o século XX.

No bojo das transformações do final do século XIX e início do século XX, alastraram-se também as desigualdades sociais. A “questão dos menores”, encarada como um problema extremamente grave, foi tema de discussão entre diversos atores sociais. Seus discursos foram influenciados pelos preceitos do positivismo, do higienismo e da eugenia, permeados por conceitos médicos e jurídicos. A infância foi dividida em duas: de um lado, as “crianças”, advindas das classes abastadas, deveriam ser salvaguardadas e protegidas; do outro lado estavam os “menores” pobres que, por serem propensos naturalmente ao crime, deveriam ser normatizados.

A partir do período republicano brasileiro, a intervenção do Estado se tornou mais contundente. Dentro de uma ótica higienista e sanitarista, convinha “salvar” e “proteger” as crianças de serem levadas ao caminho da vadiagem e da delinquência, em sintonia com o objetivo político de “civilizar” a sociedade republicana. A partir disso, abriu-se caminho para a criação de órgãos públicos e parcerias com instituições privadas que executassem as ações dentro dessa problemática.

A “questão dos menores” passou então a adquirir conotações políticas: eles se tornaram objetos discursivos de diversas normas e leis que fixavam medidas e sanções cabíveis aos seus desvios de comportamento, como aconteceu, por exemplo, com a criação do Juízo de Menores em 1923, no Rio de Janeiro, então capital federal; com a promulgação do

Código de Menores de 1927; e com a primeira iniciativa de criação de um órgão nacional de atendimento, o Serviço de Assistência a Menores, durante a ditadura Vargas.

A criação da FUNABEM durante o período civil-militar brasileiro (1964-1985) fez parte de uma estratégia de “guerra interna” e da conquista do apoio da população ao regime, embasada pelos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Desenvolver o Brasil com segurança equivalia a vigiar e controlar centenas de milhares de “menores”. Nas palavras dos especialistas da instituição, essa situação era culpa das próprias famílias pobres, que, desajustadas e desintegradas do progresso da nação, encontravam-se às margens da sociedade cometendo toda a sorte de imoralidades. Indo na direção contrária de seu discurso oficial, a FUNABEM e as FEBEMs acabaram por reforçar a estigmatização e a sensação de periculosidade que historicamente se atribuiu a crianças e jovens pobres. A ditadura civil-militar optou por “educar pelo medo”, confinando milhares de crianças a “instituições totais”, muitas vezes separando-as das famílias.

No Rio Grande do Sul, a história da assistência à infância e à juventude guarda grandes semelhanças com o que aconteceu no resto do país. A grande influência da Igreja Católica nas Santas Casas de Misericórdia, nos asilos e educandários; a presença ainda tímida do Estado até o final do século XIX; e os diversos órgãos de atendimento, leis e regulamentações criadas ao longo do século XX, conformaram as políticas públicas gaúchas.

As ações da FEBEM/RS foram marcadas por intervenções militares, por um grande número de internações, por um discurso culpabilizador das famílias, que entendia a marginalização como uma disfunção. A própria autocrítica da instituição na segunda metade da década de 1980 demonstra a ingerência político-partidária no cotidiano dos centros de atendimento, a utilização apenas compensatória dos poucos recursos financeiros obtidos pela Fundação, empregados em ações fragmentadas que não proporcionaram um atendimento adequado aos “menores”.

Após percorrer todos esses (des)caminhos através da trajetórias das práticas e políticas voltadas à infância e à juventude em situação de pobreza desde o período colonial até a redemocratização brasileira, é hora de voltar os olhos para o contexto da cidade de Caxias do Sul. Como foram estruturadas e organizadas as políticas de assistência em Caxias do Sul? Quais os principais atores sociais envolvidos? Quais as causas da marginalização do “menor”? Como era caracterizada sua família? Quais as mudanças ocorridas na assistência social da cidade no contexto da redemocratização política? Os dois próximos capítulos, em ordem cronológica, procurarão abarcar de que forma o município organizou suas políticas públicas para a minoridade desde o início da década de 1960 até o início da década de 1990,

quando um novo paradigma de atendimento foi inaugurado, ao menos juridicamente, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com sua Doutrina de Proteção Integral, os “menores” saíram de cena, e as crianças e adolescentes voltaram a ocupar seu espaço como sujeitos de direitos.

2 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE DE CAXIAS DO SUL ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980

*“Niños de plástico
juegan erráticos
sueños para vivir”*

(“Niños de plástico”, Victor Heredia)

Falar da infância e da juventude pobre, abandonada ou infratora significa falar de uma conjuntura muito mais ampla. Significa falar sobre suas famílias, sobre as suas condições de sobrevivência, sobre o contexto em que nasceram e foram criados, sobre as dificuldades que enfrentaram ao longo de sua vida.

A história que é construída nessa pesquisa procurou analisar essa conjuntura em um espaço geográfico determinado: a cidade de Caxias do Sul, segundo maior município do Rio Grande do Sul e segundo polo metalomecânico do país, que teve sua origem no projeto colonizador do Império brasileiro, a partir dos 25 anos finais do século XIX. É possível que a história narrada a partir das próximas linhas seja tomada como “peculiar”, e isso por duas razões: em primeiro lugar, porque trata, sobretudo, da história recente da cidade, período ainda pouco explorado pelos pesquisadores da área histórica; em segundo lugar, porque seu objeto principal de análise, as políticas públicas para a infância e a juventude, acaba fazendo ressoar histórias que falam da pobreza e da miséria. Em uma cidade conhecida pelo seu insidioso progresso econômico, falar de desigualdades num dos momentos em que a economia mais se dinamizou e cresceu, significa reconhecer que o desenvolvimento não atingiu todas as pessoas.

As crianças, os jovens e as famílias que foram alvo da assistência social em Caxias do Sul entre as décadas de 1960 e 1990 foram, sobretudo, pessoas que buscaram a Serra Gaúcha com o objetivo de melhorar suas vidas e garantir um futuro melhor para os seus. Viram Caxias do Sul como um local próspero, onde conseguiriam emprego e melhores condições de vida. Juntamente com essa imagem, vendida em anúncios publicitários ou em propagandas das grandes empresas da região, viram diante de seus próprios olhos, no seu cotidiano, o crescimento das periferias, arrabaldes e favelas.

Este capítulo tem por objetivo falar das duas primeiras décadas da assistência pública à infância e à juventude de Caxias do Sul (1962-1979). De uma forma geral, foram utilizadas três tipos de fontes: institucionais, sobretudo aquelas que estão no acervo da Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI) no Arquivo Histórico Municipal João Spadari

Adami; periódicas, contando com um conjunto inicial de cerca de 588 reportagens, crônicas, editoriais e notícias selecionadas e categorizadas de acordo com a data e a temática (parte do total de 1374 documentos selecionados previamente para a totalidade da pesquisa); e entrevistas com agentes sociais e das políticas públicas.

A COMAI, desde os primeiros movimentos que levaram à sua fundação no final do ano de 1962, é um dos eixos centrais que ligam as subdivisões desse e do próximo capítulo. Serão percorridos seus principais setores de atendimento, os convênios firmados, os seus embates com a opinião pública e suas múltiplas atuações na cidade. Outras instituições de assistência não ligadas ao Poder Público, mas que coexistiram e até mesmo juntaram esforços com a COMAI, também foram citadas e analisadas.

A FEBEM também balizará essas análises na medida em que apoiou projetos e programas de assistência na cidade. Em que medida os preceitos nacionais da FUNABEM foram seguidos em Caxias do Sul? As estratégias e práticas da COMAI diferiam do que propunha a Fundação em nível estadual? Os militares tiveram alguma ingerência nesse processo, como aconteceu com as normativas e programas em nível nacional?

Para os “menores infratores” foi reservado um item em especial, dada a recorrência do tema nas fontes pesquisadas. Junto aos relatos de crimes cometidos, foram analisados os posicionamentos da sociedade sobre a questão, tema sempre polêmico, palco de acirradas discussões e, infelizmente, poucas soluções durante entre as décadas de 1960 e 1970.

Por fim, foram analisados os diferentes posicionamentos da sociedade sobre “o problema do menor” de Caxias do Sul, que levavam a discussões mais amplas sobre a família, a repressão, o processo de marginalização e a relação pobreza-violência. Mas, antes de iniciar propriamente a história da assistência pública caxiense é importante situar de forma sucinta a origem histórica do município, seu processo de industrialização e o aprofundamento das desigualdades na cidade.

2.1 CAXIAS DO SUL: FORMAÇÃO HISTÓRICA, PRIMEIRAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E A CRIAÇÃO DA COMAI

*“Todo está escondido
en la memoria,
refugio de la vida y de la historia”
(“La memoria”, León Gieco)*

Os percursos investigativos dessa pesquisa serão iniciados pelo estudo do processo histórico de formação da cidade de Caxias do Sul, juntamente com as primeiras iniciativas

assistenciais que surgiram ainda em meados do século XX, finalizando com a criação da COMAI e os seus primeiros passos no início da década de 1960.²⁷³

2.1.1 Colonização, industrialização, progresso e pobreza

Caxias do Sul se localiza na encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul e fez parte, a partir de 1875, da *fase de fortalecimento*²⁷⁴ do projeto imigratório, incentivado pelo Império brasileiro ao longo do século XIX e seguido pelo governo republicano até as primeiras décadas do século XX. No contexto de uma Europa expulsora, devassada por crises econômicas e sublevações sociais, a imigração parecia ser a solução para os planos políticos do país, que passava pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. Numa deliberada política de “branqueamento da população”, procurando diversificar a produção e incentivar a agricultura, estimulando a colonização através do trabalho livre, da pequena propriedade, utilizando mão-de-obra branca e familiar.²⁷⁵

A precariedade das instalações e o isolamento da Colônia Caxias dificultou a vida dos primeiros imigrantes. A divisão das terras seguiu o modelo português de ocupação do solo, dividindo a Colônia em léguas quadradas, subdivididas em travessões, linhas e pequenos lotes, formando algo como um “tabuleiro de xadrez”. Esse modelo simples, que permitia uma rápida implementação, foi escolhido por proporcionar uma melhor ocupação do terreno acidentado, seu uso para a agricultura, sem planejamentos futuros, o que veio a se constituir em um problema mais adiante.²⁷⁶

A agricultura familiar de subsistência foi a base da economia nos primeiros tempos. Aos poucos, o excedente de produção foi dando origem ao comércio. Surgiram pequenas indústrias, com características domésticas, criadas pelos imigrantes a partir de conhecimentos trazidos de seus locais de origem. A comercialização da uva e do vinho se constituiu no principal produto comercial da economia local (além do milho, trigo, feijão, linho, cevada, hortaliças, batata, oliveira, centeio, lúpulo, entre outros).

²⁷³ Como forma de auxiliar a leitura, foi colocado no Anexo D, ao final dessa dissertação, um mapa atual simplificado de Caxias do Sul, que contém os principais bairros da cidade, que serão citados ao longo deste e do próximo capítulo.

²⁷⁴ IOTTI, Luiza Horn. A política migratória brasileira e sua legislação. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 15.

²⁷⁵ MACHADO, M. A. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001, p. 37.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 69.

Em 1890 a antiga Colônia Caxias alcançou sua emancipação política e, em 01 de junho de 1910, juntamente com a chegada do trem, tornou-se um município, denominando-se Caxias do Sul. Nesse momento, saía do seu isolamento geográfico, tendo uma ligação direta com a capital do estado, o que facilitou as trocas comerciais.

Desde o início, foi-se formando uma “muralha invisível” na organização espacial da cidade, que reservou locais específicos e privilegiados para a elite, em detrimento dos grupos menos favorecidos.²⁷⁷ Exemplo disso foi uma determinação do Código Administrativo de 1927, que proibia a construção de casas de madeira no centro da cidade, claramente reservando lugar apenas para os que podiam construir casas mais elaboradas, de tijolo e concreto.²⁷⁸ Apesar da grande ampliação do perímetro urbano original ao longo dos anos, as áreas centrais e os locais menos acidentados receberam maiores investimentos de infraestrutura básica e melhorias estéticas, conformando um modelo de ocupação que ia “invadindo” a zona rural, típico de uma cidade que destina suas periferias aos pobres.²⁷⁹ Em Caxias do Sul, “[...] desde o início criou-se uma sociedade com profundas desigualdades”.²⁸⁰

Até 1910, ainda não se podia falar em processo de industrialização na região, apesar de haver alguma concentração de capital na produção agrícola, comércio e algumas fábricas.²⁸¹ A partir da década de 1930, a produção industrial cresceu rapidamente em relação à agricultura, através da expansão das indústrias têxteis, metalúrgicas, de madeira e, principalmente, alimentícia.²⁸² Em virtude desse crescimento econômico já expressivo, o centro urbano passou por modificações (pavimentação de ruas, canalização de água, esgoto, abertura de novas vias públicas). Porém, esse crescimento também provocou um aumento do número de moradores nas periferias, onde se formaram os primeiros aglomerados de operários: “Caxias cresceu movida pela agricultura inicialmente, pelo comércio e pela industrialização depois, que trouxeram consigo todos os problemas e as mudanças decorrentes do sistema capitalista”.²⁸³

Esse processo continuou nos anos seguintes, e ocorreu de forma muito rápida e desordenada, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Entre 1939 e 1945, houve um

²⁷⁷ MACHADO, op. cit., p. 90.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 27.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 93.

²⁸⁰ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. As bases de um século de desenvolvimento. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 138.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 140.

²⁸² HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A economia imigrante no desenvolvimento da cidade. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 126.

²⁸³ MACHADO, op. cit., p. 28.

significativo aumento da produtividade industrial²⁸⁴ e do comércio em geral, já que as empresas caxienses, classificadas como de “interesse militar” pelo governo federal, fizeram parte do esforço de guerra brasileiro.²⁸⁵ No período de governo do prefeito Dante Marcucci (1935-1946) a Praça Dante Alighieri foi finalizada, foi construído o trecho da BR-116 que corta a cidade, o Aeroporto Municipal e o Hospital Nossa Senhora de Pompéia, até hoje um dos principais da cidade.

A partir da década de 1950, a composição da população começou a mudar. A fisionomia da cidade, que era constituída de descendentes de italianos, de rostos, olhos e cabelos claros, sofreu uma transformação com a chegada dos “brasileiros”, de pele, cabelos e olhos mais escuros. O perfil econômico da cidade se dinamizou, dando lugar a uma indústria dinâmica e moderna, atraindo migrantes de outras cidades e estados próximos.²⁸⁶ Junto a esse processo de crescimento econômico e fluxos migratórios,²⁸⁷ o problema de falta de habitações começou a se agravar, obrigando a população mais pobre a se instalar nas zonas mais afastadas do centro urbano, induzindo o surgimento desordenado de loteamentos irregulares ou clandestinos, sem urbanização, saneamento básico ou lazer. O poder público não deu a devida atenção a esses locais, não construindo políticas para atender às suas necessidades básicas.²⁸⁸ Esse processo de crescimento industrial e demográfico,²⁸⁹ combinado com o agravamento das desigualdades sociais se intensificaria nas décadas seguintes, período temporal à que se refere essa pesquisa.

²⁸⁴ Em 1945, existiam cerca de 413 estabelecimentos industriais na cidade, que empregavam um total de 6.275 funcionários. Dentre esses estabelecimentos, 70 eram metalúrgicas, que empregavam cerca de 1556 funcionários. A indústria de alimentação contava com 88 estabelecimentos e 1425 funcionários. Cf. MACHADO, op. cit., p. 268.

²⁸⁵ Ibidem, p. 109.

²⁸⁶ Ibidem, p. 28-29.

²⁸⁷ A região foi, desde o início, um local de fluxos migratórios contínuos. O primeiro ciclo se deu com a política de colonização, no século XIX; o segundo, no momento de fortalecimento do comércio e surgimento de pequenas indústrias no início do século XX; o terceiro ciclo se deu com a saída dos trabalhadores do campo, atraídos para a cidade no momento em que esta começou a crescer de forma mais acentuada, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940. Um quarto ciclo se daria nas décadas seguintes, concomitantemente ao aparecimento das grandes indústrias. Cf. HERÉDIA, op. cit., p. 129.

²⁸⁸ MACHADO, op. cit., p. 315.

²⁸⁹ Final da década de 1940, início de 1950: a população urbana cresceu 84,3%, passando de 17.411 para 32.096 pessoas, um aumento de cerca de 6,3% ao ano, crescimento que supera o de muitas cidades europeias à época da Revolução Industrial. Cf. CALCAGNO, Nelson Vázquez; MARCHIORO, Juarez. Crescimento da cidade e legislação urbanística. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 73.

2.1.2 As primeiras iniciativas assistenciais da cidade

Antes do início da década de 1960, a cidade de Caxias do Sul não havia criado um programa ou uma instituição municipal abrangente, que se comprometesse com a questão da infância e da juventude pobre, abandonada, desamparada ou infratora em diversos âmbitos assistenciais. Existiram, porém, algumas iniciativas públicas e privadas que marcaram o início desse tipo de atendimento na cidade.

Em 1918, o governo federal criou em diversas cidades do país os Patronatos Agrícolas, um misto de parceria pública com instituições privadas, sobretudo religiosas, com o objetivo de funcionar como uma colônia correcional para crianças e jovens pobres, dando instrução profissional para os futuros “trabalhadores da Nação”. O primeiro Patronato para menores de Caxias do Sul foi inaugurado no ano de 1920, junto à Escola Industrial Elementar, que estava em funcionamento desde 1917. Chamava-se “Patronato Agrícola Pinheiro Machado”, e recebia verbas federais para sua manutenção. Com o objetivo de atender cerca de vinte “menores desvalidos”, fornecia educação primária e agrícola, aceitando alunos em modelo de externato, visando formar operários rurais.²⁹⁰

Existiu, porém, outro Patronato Agrícola, que foi instalado em 1928, fruto do esforço entre os poderes municipal, estadual e federal. Sua inauguração se deu durante o período de governo de Getúlio Vargas, no plano estadual, e do Intendente Celeste Gobatto, no plano municipal. Subvencionado pelo Ministério da Agricultura, era “destinado a receber alunos carentes, em regime de internato, que eram treinados nas atividades ligadas à agricultura e criação de animais, e uma escola de artes e ofícios com a vinda de religiosos Salesianos”.²⁹¹

Localizado na então zona rural de Caxias do Sul, hoje um bairro Marechal Floriano, o prédio do Patronato (considerado um dos mais bonitos da época, como pode ser visto na Fig. 7, p. 114) foi construído a partir da coleta de uma taxa de imposto municipal, que mobilizou a população em prol da causa, tendo sido organizada, inclusive, uma “Comissão pró-Patronato Agrícola”.²⁹² No dia 1º de agosto foram internados os primeiros doze órfãos (na Fig. 8 da página 114, é possível ver um dos grupos de internos da instituição). Nas palavras do Intendente Municipal Celeste Gobatto, ali

²⁹⁰ A Escola Industrial Elementar acabou sendo fechada em 1924. Cf. TISOTT, Ramon Victor. Os trabalhadores no foco da História local. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 177.

²⁹¹ MACHADO, op. cit., p. 213.

²⁹² TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores*. Infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008, p. 137.

[...] as crianças abandonadas encontram um teto providencial e amigo, livrando-se da via tortuosa da miséria e do vício, para colocá-las no caminho real da vida, ensinando-lhes o amanho da terra, que é pão, o cultivo do espírito, que é a consciência de si mesmos, e o amor à justiça, que as faz úteis a si e à sociedade em que vão viver.²⁹³

A instituição, apesar do amparo de verbas públicas, sofreu desde o início; problemas financeiros e de infraestrutura fizeram com que funcionasse somente até o ano de 1937. Em função disso, ao longo do tempo, o prédio foi utilizado para várias outras funções. Na administração do prefeito Dante Marcucci (1935-1947) a instituição foi entregue para uma ordem religiosa, os Josefinos, que ali instalaram uma escola de Artes e Ofícios. Também durante alguns anos foi usado como internato e colégio das Irmãs do *Sacre Coeur de Marie*. Em setembro de 1962 suas dependências serviram para o recém-criado Instituto Mário Totta, que atendia crianças excepcionais. O prefeito Vitório Trez, em 1969, doou todo o prédio ao Instituto que passou a chamar-se Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).²⁹⁴

Existiram algumas outras instituições ou grupos de assistência que atuaram na cidade desde meados do século XX, ligadas principalmente aos ideais e à ordens religiosas da Igreja Católica, realizando um trabalho voltado para a caridade e auxílio ao próximo. Uma delas, o Orfanato Santa Terezinha, nasceu simultaneamente ao Patronato de 1928, voltando-se para o atendimento das meninas carentes ou abandonadas.²⁹⁵ É importante notar que essas instituições especializadas só surgiram após a promulgação do Código de Menores de 1927, o que indica que a sociedade e o Estado estavam olhando por essa população de forma mais sistemática. Nem todas essas instituições trabalhavam exclusivamente com os “menores”; muitas ajudavam famílias inteiras com alimentação, instrução, aconselhamento, assistência médica, etc. Na tabela abaixo, é possível observar alguns dados sobre as instituições privadas ligadas à Igreja Católica que surgiram na cidade até a década de 1960:

Tabela 3: Entidades caxienses de assistência anteriores a 1960

Ano	Grupo ou instituição	Congregação ou organização religiosa	Origem e objetivos básicos
1913	Damas de Caridade ²⁹⁶	Grupo de senhoras católicas	Grupo de 26 mulheres católicas que se uniu para angariar fundos para a construção de um hospital de caridade em Caxias do Sul, que veio a se tornar o Hospital Nossa Senhora de Pompéia, instituição de referência da cidade até os dias de hoje, atendendo

²⁹³ GOBBATO, 1928, p. 97 *apud* TISOTT, 2008, op. cit., p. 138.

²⁹⁴ “Patronato Agrícola”, por Juventino Dal Bó. *Folha de Hoje*, 16.12.1989.

²⁹⁵ Atualmente é um colégio particular de Ensino Fundamental e Médio. Cf. Portal eletrônico do Colégio Madre Imilda. Disponível em: http://www.madreimilda.com.br/a_escola.php Acesso em 23 nov. 2011

²⁹⁶ “1941-1945. Associação Damas de Caridade”. *Pioneiro*, 14.02.1979; Portal Eletrônico do Hospital Pompéia. Disponível em: <http://www.pompeia.org.br/historica.php> Acesso em 23 nov. 2011.

			os usuários do Sistema Único de Saúde e convênios particulares. Auxiliaram outras obras assistenciais e de caridade da cidade.
1938	Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados (SCAN) ²⁹⁷	Sociedade São Vicente de Paulo (Vicentinos) e Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Irmãos Lassalistas)	Amparo e ajuda aos mais carentes, principalmente crianças e idosos. Sua origem remonta às “Conferências Vicentinas”, que reuniu jovens caxienses preocupados com o problema da miséria que se alastrava pela cidade durante a década de 1930.
1947	Abrigo de Menores São José ²⁹⁸	Congregação de São José – Josefinos de Murialdo	Ocupou as instalações do antigo “Tiro de Guerra 248”, subunidade militar desativada após a Segunda Guerra Mundial, cujas instalações haviam sido doadas à SCAN para a construção de um asilo, que não veio a termo. Voltado para “menores órfãos e abandonados”, atendia meninos, em modalidades de internato, semi-internato e externato, provendo instrução elementar e profissional.
1960	Instituto Bom Pastor ²⁹⁹	Irmãs de Jesus do Bom Pastor (“Pastorinhas”).	Iniciou como local de assistência à menores prostitutas, trabalho efetuado junto à zona do meretrício da cidade. Depois, se tornou um internato para menores. Por fim, transformou-se em um lar para mães solteiras, localizado no bairro Esplanada, a partir de 1981.

Como foi afirmado anteriormente, com o passar dos anos a industrialização caxiense cresceu *pari passu* às desigualdades sociais do município. Entre as décadas de 1960 e 1970, dentro dos anseios de modernização rápida e conservadora propugnado pela ditadura civil-militar, começam a surgir indústrias mais dinâmicas, com um novo perfil, nos setores mecânico, elétrico, de transportes e metalúrgico, que mudaram a feição do parque industrial da cidade.³⁰⁰ Ao mesmo tempo, esse processo atraiu cada vez mais trabalhadores de outras regiões do estado e do país, caracterizando um quarto ciclo de movimentos migratórios na cidade, e desencadeando problemas de moradia popular, falta de escolas e outros serviços básicos. A indústria da região “alterou seu perfil, passando de indústria tradicional para dinâmica, e já nos anos 70 foi classificada como Área Metalomecânica do Estado, polo de destaque industrial no País”.³⁰¹

Entre 1950 e 1980, a cidade passou de 58.600 para 220.500 habitantes, o que caracterizou um aumento de 376,43%. A população rural se manteve constante: reduziu-se de 22.800 para 20.200 habitantes, decréscimo de 10%. A população urbana cresceu de 35.800 para 200.350, um aumento de 560%.³⁰²

²⁹⁷ “SCAN – 50 anos de fraternidade”, por Jimmy Rodrigues. *O Pellegrino*, 06.1988.

²⁹⁸ DELLA GIUSTINA, Joacir; CHIESA, Bernardete (coords). *Centro Técnico Social Murialdo, 1947-2007: 60 anos educando corações*. ., Caxias do Sul, 2007.

²⁹⁹ “Instituto Bom Pastor: da assistência à menor prostituta ao lar da mãe solteira, uma trajetória de amor”. *Jornal de Caxias*, 23.07.1984.

³⁰⁰ MACHADO, op. cit., p. 320

³⁰¹ HERÉDIA, op. cit., p. 127-128.

³⁰² WEIMER, Günter. As cidades da colonização italiana no contexto da urbanização do Rio Grande do Sul. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 44.



Fig. 7: Vista do Patronato Agrícola, construído em 1928 com a finalidade de abrigar menores carentes. Caxias do Sul, 1928. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, Secretaria Municipal da Cultura. *Memórias de Caxias do Sul pelo viés do patrimônio tombado. Arte, economia, desenvolvimento urbano e religião.* Fundo Pró-Cultura de Prefeitura de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008, p. 42.



Fig. 8: Grupo de internos do Patronato Agrícola de Caxias do Sul, local que recolhia meninos órfãos da cidade. Sem data. Fonte: TISOTT, 2008, op. cit., p. 139.

O índice de urbanização no período passou de 64,9% para 90,83%. Para os “entusiastas do progresso”, essas estatísticas eram vistas como altamente positivas, mas em nível de desenvolvimento sociocultural, se tornavam preocupantes. A desintegração social foi mais que evidente, sendo que a violência urbana foi seu resultado mais eloquente. Segundo Günter Weimer:

Se, até então, a cidade era procurada por uma promessa de crescimento econômico e de melhoramento das condições de vida, agora passou a ser um reduto de mal-estar e de insegurança, no qual atos de violência podem aflorar a qualquer momento e em qualquer situação. Essa situação trouxe consigo uma completa reformulação dos modos de vida. Se, antes, a cidade se mostrava aberta, florida e ajardinada, ao fim ela se apresentou gradeada, cercada, onde até mesmo cercas eletrificadas, que no passado se constituíam em símbolo de campos de concentração, passaram a ser instaladas em nome da busca de uma pretensa garantia de integridade física. Elas passaram a ser talvez o maior indicador do comprometimento da qualidade de vida dentro dos limites urbanos.³⁰³

Foi dentro desse contexto socioeconômico que surgiu a necessidade de criar uma instituição que se comprometesse de forma mais direta com uma das parcelas da população que mais sofria impactos com o aumento da pobreza e das desigualdades: a infância e a juventude.

2.1.3 A criação da Comissão Municipal de Amparo à Infância

Em 29 de dezembro de 1962, através da Lei Municipal nº 1.200, foi criada a Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI), projeto de autoria do caxiense Pedro Jorge Simon, então vereador e líder da bancada local do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).³⁰⁴ O assunto vinha sendo discutido na cidade desde o início da década de 1960, com palestras promovidas por diversos setores e grupos da sociedade, como o Lions Club, o Rotary Club, o Centro de Psiquiatria, entre outros, com a presença de autoridades e técnicos especializados.³⁰⁵

Em novembro daquele ano, foram divulgados Projetos de Lei que levariam, pouco tempo depois, à criação da COMAI e da Cidade dos Meninos,³⁰⁶ e também o projeto de

³⁰³ WEIMER, op. cit., p. 44.

³⁰⁴ Em 1962, Pedro Simon tornou-se deputado estadual pela mesma sigla. Após o (AI-2), de 1965, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde foi reeleito para a Assembleia Legislativa gaúcha outras três vezes. Com a abertura política, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), participando de diversos pleitos. Atualmente é senador pelo mesmo partido.

³⁰⁵ “1963 – Ano da Cruzada da Redenção da Infância abandonada”. *Pioneiro*, 15.12.1962.

³⁰⁶ Esses projetos já estavam sendo encaminhados desde junho daquele ano. A “Cidade dos Meninos”, criada pela Lei Municipal nº 1.199, seria uma espécie de internato a ser gerido pela COMAI, com participação da Fundação Educacional Alberto Pasqualini (FEAP) e outras entidades. Porém, acredita-se que essa instituição não tenha sido concretizada de fato, ou tenha sido desdobrada em outros projetos semelhantes elaborados pela

realizar uma “Cruzada de Redenção da Infância para o ano de 1963”. Na opinião de Simon, a solução do problema seria difícil, dado que provinham de questões ainda não resolvidas por outras instâncias do Poder Público, como a questão da justiça social, do desenvolvimento e da produtividade econômica, mas que a cidade não poderia ficar de braços cruzados, já que, a exemplo do que já faziam algumas outras instituições caxienses, “poder-se-á orientar e salvar outras crianças do abandono e do crime”.³⁰⁷

De acordo com o texto da Lei Municipal nº 1.200,³⁰⁸ a COMAI seria composta por cinco membros: o Prefeito Municipal (que seria também o Presidente da Comissão); o Juiz de Menores; o Promotor Curador de Menores; um representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e um médico, representante da sociedade de Medicina de Caxias do Sul. As instâncias representadas nessa nominata indicam os caminhos que a assistência à infância já havia percorrido no Brasil: políticos, judiciais e clínicos. O Diretor-Executivo da entidade seria escolhido pela própria Comissão.³⁰⁹

O 6º artigo da lei enumera as finalidades essenciais da COMAI. Uma delas seria elaborar um planejamento para enfrentar o problema da infância abandonada da cidade, dentro de um plano geral de cooperação com dos órgãos especializados do Estado (à época, principalmente o Serviço Social do Menor, o SESME). Parte do título que nomeia essa pesquisa foi retirado do segundo item desse mesmo artigo da Lei nº 1.200, que indica que a COMAI também tinha a incumbência de “procurar dar assistência social, educacional e clínica para os menores abandonados, transviados ou em perigo moral”. Esse “perigo moral” trazia em si uma ambivalência que percorreu boa parte da história da assistência à infância e à juventude no Brasil: ao mesmo tempo em que as crianças pobres estavam *em perigo*, elas podiam ser consideradas socialmente *perigosas*. Esse limite, como será visto nas reflexões posteriores, é quase sempre muito tênue.

Além disso, ainda segundo suas finalidades essenciais, a COMAI deveria esforçar-se em estender a assistência a todas as crianças e adolescentes que fossem “economicamente, socialmente ou educacionalmente desajustados”, investigando e denunciando todos os fatores sociais nocivos, buscando os meios para combatê-los. É possível notar que existia um

COMAI nos anos seguintes, já que não se encontrou mais referências a ela na documentação. Cf. “Estuda-se a criação da cidade dos meninos de Caxias do Sul”. *Caxias Magazine*, 17.11.1962; Lei Municipal nº 1.199, de 29 de dezembro de 1962. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br:81/web/legislacao.nsf/1f7775b92f2120a383256f380071f9ce/1666fb059a302ff483256ee000430a6f!OpenDocument> Acesso em 27 nov. 2011

³⁰⁷ “1963 – Ano da Cruzada da Redenção da Infância abandonada”. *Pioneiro*, 15.12.1962.

³⁰⁸ Lei Municipal nº 1.200, de 29 de dezembro de 1962. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-01200.pdf> Acesso em 15 jan. 2012.

³⁰⁹ A lista de diretores da instituição no período 1962-1992 encontra-se no Anexo C ao final dessa dissertação.

pensamento já um tanto cristalizado socialmente que, depois de 1964 e da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, seria reforçado: essas crianças e jovens estariam “fora da ordem” econômica e social, desajustados do que se esperava ser o seu desempenho ou o seu comportamento, o que abriu um amplo caminho para que eles fossem culpabilizados, em alguma medida, pelo estado em que se encontravam.

Outros dos intuitos da COMAI, além de colaborar com outras obras assistenciais, seria o de procurar meios para “encaminhar a aprendizagens profissionais, bolsas de estudos ou empregos”, aos menores egressos de seus estabelecimentos assistenciais; “criar e manter um serviço permanente de colocação em famílias ou empregos para os menores abandonados ou desamparados” e “elaborar um plano de aplicação das verbas municipais de amparo à infância desamparada”, contratando ou delegando serviços administrativos ou técnicos quando necessário. Como é possível perceber, a lei que instituiu Comissão era bastante ampla quanto às suas atribuições, deixando clara a necessidade de um órgão que centralizasse (ou, ao menos, organizasse) as ações assistenciais voltadas para os “menores” da cidade.

A COMAI foi instalada definitivamente no dia 12 de março de 1963, em uma reunião solene na Câmara de Vereadores da cidade, que contou com a presença de autoridades e representantes da sociedade, “todos enaltecendo a oportunidade do empreendimento”.³¹⁰ Na mesma ocasião, foi oficializada a “I Cruzada de Assistência à Infância de Caxias do Sul”. No dia 19 de março a professora e vereadora do PTB Esther Troian Benvenuti foi confirmada como a primeira Diretora Executiva da instituição. No início de maio, a sede administrativa da COMAI já estava instalada em uma das repartições da Prefeitura Municipal.³¹¹

O Jornal Pioneiro analisou o “problema do menor” e a instalação da COMAI em um de seus editoriais. Segundo o texto, haveria uma relação direta entre o êxodo rural e as desigualdades sociais que estavam sendo verificadas na cidade. O problema não teria nascido especificamente nas ruas de Caxias do Sul, seria uma “projeção do exterior para o interior”, devido às migrações das famílias dos municípios e estados vizinhos. É interessante verificar que o crescimento econômico não era problematizado, ou seja: a precarização da mão-de-obra, que foi uma das premissas para um crescimento econômico acelerado, como se verificará anos depois durante o “milagre econômico” dos anos de chumbo da ditadura civil-militar. Reconhecendo que o “problema do menor” era de difícil solução, o editorial seguia

³¹⁰ “Comissão Municipal estudar o problema do menor abandonado”. *Caxias Magazine*, 15.03.1963.

³¹¹ Em setembro de 1967, a sede administrativa foi transferida para a Rua Pinheiro Machado, nº 2442, em espaço cedido pela Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados (SCAN). Cf. “COMAI convidou imprensa a conhecer suas novas instalações”. *Pioneiro*, 23.09.1967; “Dia da Criança na COMAI”. *Pioneiro*, 18.11.1967; “Infância abandonada”. *Pioneiro*, 04.05.1963.

afirmando que, se a COMAI ao menos mitigasse o problema, sua existência estaria justificada:

O problema do menor abandonado, em nossa cidade, apresenta-se em variada forma: temos o menor potencialmente abandonado, a quem os pais mandam esmolar pelas ruas; temos o menor efetivamente abandonado, mas que ainda não se tornou delinquente; e temos o menor abandonado e delinquente. O mais grave do problema é constituído pelas crianças dessa categoria. As medidas aí devem ser as mais urgentes, pois o menor delinquente não pode esperar, de vez que se torna elemento deletério para os outros menores. O menor abandonado precisa de urgente socorro, para que não se dirija pelo caminho do vício, E o menor potencialmente abandonado exige já uma série de medidas do mais amplo sentido, mas que escapam evidentemente ao âmbito de uma comissão municipal.³¹²

Essas tipificações deixam claras algumas noções de “menoridade”: em primeiro lugar, como já foi afirmado anteriormente, elas eram ambíguas e tênues. Um menor potencial ou efetivamente abandonado estaria sempre a um passo de tornar-se um delinquente. Essa seria uma diferenciação clara para os órgãos assistenciais e judiciais, quando abordavam as crianças e jovens nas ruas? A imagem do menor delinquente enquanto um “elemento deletério” para os outros nos dá algumas pistas sobre a noção de “patologia” que já existia entre os estudiosos e profissionais da marginalização infanto-juvenil, noção esta que foi reforçada sobremaneira após a criação da FUNABEM no final de 1964.

Desde o início, houve pressão para que o Estado, na figura do SESME, auxiliasse tecnicamente a Comissão, sendo através de palestras, de recursos financeiros ou humanos.³¹³ Até mesmo instâncias federais foram acionadas para que se sensibilizassem com a causa caxiense, como é possível verificar em uma correspondência enviada pela COMAI no dia 17 de junho de 1963 para o Diretor do Serviço Nacional dos Municípios, reivindicando uma verba de 25 milhões de cruzeiros destinado à construções imprescindíveis.³¹⁴ O Presidente da República João Goulart também recebeu uma carta da COMAI no dia 20 de dezembro de 1963, na qual a instituição também solicitava dotações orçamentárias da União. Alertando para o grave problema que acometia o município, a Comissão apelava à Goulart,

[...] tendo a mais absoluta convicção de que Vossa Excelência, Senhor Presidente, sensível a tudo o que diz respeito à criatura humana e que tão bem interpreta a magnitude do problema que nos propomos enfrentar, mercê do espírito de compreensão e patriotismo que caracterizam todos os seus atos, dará guarida à solicitação ora feita, em nome do povo de Caxias do Sul, que tantas provas de solidariedade e admiração lhe tem dado, apresentamos de antemão, nossos

³¹² “Comissão da Infância Abandonada”, editorial. *Pioneiro*, 16.03.1963.

³¹³ “Telegrama ao Diretor do SESME”. *Pioneiro*, 18.05.1963.

³¹⁴ Correspondência expedida e recebida - 1963. *Acervo COMAI*.

profundos agradecimentos, formulando votos para que Deus abençoe seus esforços e renúncias em prol do bem estar da família brasileira.³¹⁵

Entre os dias 15 e 26 de julho de 1963 foi realizado pela COMAI o I Seminário do Menor Abandonado de Caxias do Sul, uma iniciativa inédita entre os municípios do interior do estado. Com auxílio do SESME, foram realizadas palestras e um curso intensivo sobre os menores abandonados, a importância da família, as formas de assistência social mais adequadas e a importância do engajamento na comunidade na causa. A divulgação do seminário envolveu uma campanha de sensibilização para o “problema dos menores” em rádios e outros veículos de comunicação em toda a cidade, que conclamou a população para essa “campanha tão meritória”.³¹⁶ Com inscrições gratuitas e abertas a todos, o Seminário contou com a presença de mais de 300 pessoas³¹⁷ da comunidade “entre professores, estudantes, operários e donas de casa”, o que mostra o empenho da política pública em divulgar e discutir a questão, procurando levar o “problema do menor abandonado, a uma humana e justa solução”.³¹⁸

O Seminário chegou a uma síntese de 27 conclusões sobre o “problema do menor” na cidade. Essas conclusões apontavam que a raiz do problema estaria intimamente ligada à família, que deveria ser (re)educada e obrigada a tornar-se responsável pelos filhos, principalmente no que tange à sua frequência escolar. Através da mobilização de diversas instituições e dos recursos humanos do município, dever-se-ia conseguir ocupação para essas famílias e seus filhos, sobretudo nos bairros mais necessitados, incentivando a discussão comunitária dos problemas que os atingem. Citava também a necessidade de formação de pessoal técnico (sobretudo professores e recreacionistas).³¹⁹ Apesar da ênfase na necessidade de mobilização e discussão para a resolução dos problemas comunitários, já era possível perceber uma nascente noção de “culpa da família” sobre os “problemas dos menores”. Os possíveis problemas familiares decorrentes de situações sociais degradantes eram vinculados como uma relação causal, e não como um dos efeitos do aprofundamento das desigualdades.

Três itens da síntese (n^{os} 18, 19 e 20) apontavam para outro caminho: “não bastam medidas assistenciais somente. Deverão ser adotadas medidas repressivas”, para abandonados e infratores, dia e noite, através da atuação das autoridades competentes. Novamente, a linha

³¹⁵ Correspondência expedida e recebida - 1963. *Acervo COMAI*.

³¹⁶ “Um passo a frente para recuperação do menor transviado”. *Pioneiro* 15.06.1963.

³¹⁷ Os números divergem: alguns jornais citam 300 pessoas, outros 400 pessoas. O relatório síntese-histórica de 1963 à 1967, elaborado em 1977 por Esther Troian Benvenuti cita que mais de 600 pessoas participaram do evento. Cf. Relatório síntese histórica 1963 à 1967 – 1977. *Acervo COMAI*.

³¹⁸ “No Colégio São José 2^a feira, a instalação do Seminário sobre o Menor Abandonado”. *Pioneiro*, 13.07.1963; “Infância abandonada”, editorial. *Pioneiro*, 27.07.1963.

³¹⁹ “Síntese geral das conclusões do Primeiro Seminário sobre o Menor Abandonado”. *Pioneiro*, 17.08.1963.

que separava uma criança abandonada ou em situação precária de uma criança infratora parecia ser suficientemente tênue para justificar ações repressivas.

2.1.4 Um levantamento do “problema do menor” de Caxias do Sul em 1963

Outra das deliberações da I Seminário do Menor Abandonado de Caxias do Sul foi a necessidade de realização de um levantamento demográfico-social do “problema do menor” na cidade, para que fossem traçadas as estratégias de ação mais eficientes para resolver a questão. O trabalho foi dirigido pela COMAI,³²⁰ e contou com o auxílio de voluntários, mobilizando as pessoas que haviam participado do evento: “a equipe visitava casa por casa, com sol ou chuva, na maioria das vezes a pé, outras na base da carona, pois a COMAI ainda não dispunha de recursos financeiros”.³²¹

Com o resultado do levantamento em mãos, foram construídos planos de ação de curto e médio prazos. Os dados do levantamento começaram a ser publicizados pela diretoria da COMAI em dezembro de 1963.³²² Nessa ocasião, foi inaugurado um prédio que seria cedido para a COMAI pela Fundação Educacional Alberto Pasqualini, na época presidida por Pedro Simon (local que, no futuro, viria a ser a Casa de Triagem Divina Providência). Também foi realizada a entrega de um cheque no valor de cinco milhões de cruzeiros, autorizado pelo Presidente da República, utilizado para a equipagem da futura Casa de Triagem Divina Providência e para a compra de um veículo que seria utilizado pela instituição.³²³

³²⁰ Segundo a documentação pesquisada, as despesas iniciais com o levantamento (fichas, hospedagem dos técnicos, etc.), foram cobertas com o dinheiro que o então Prefeito Armando Biazus havia ganhado no programa “*Erontex*”, da Empresa Brasileira de Comércio Exportação Ltda., uma rede de lojas fundada na década de 1950 por Eronides Alves de Oliveira (Eron), que se expandiu sobretudo nos anos 1960 com a venda de carnês que sorteavam prêmios e distribuíam cortes de tecidos. Esse modelo de venda de carnês foi copiado por concorrentes, como o *Baú da Felicidade*, que existe até os dias de hoje. Cf. Relatório síntese histórica 1963 a 1967 – 1977. *Acervo COMAI*.

³²¹ *Ibidem*; “Comissão Municipal de Amparo à Infância”. *Pioneiro*, 10.08.1963.

³²² Foram publicados na íntegra por dois periódicos da cidade no início de 1964, um deles, o “*Brasilino*”, que tinha um forte cunho popular. Cf. “Tabela geral do levantamento do problema do menor realizado nos bairros da cidade”. *Pioneiro*, 11.01.1964; “O problema do menor abandonado”. *Brasilino*, 18.01.1964; “Comissão Municipal de Amparo à Infância”. *Pioneiro*, 25.01.1964.

³²³ Além destes, os outros recursos iniciais com os quais a COMAI contou foram apólices no valor de Cr\$ 1.000,00, doadas pelo Governador Ildo Meneghetti, e mais Cr\$ 1.000,00 doados pela Ferragem Travi. Cf. Relatório síntese histórica 1963 à 1967 – 1977. *Acervo COMAI*; “Convite da Comissão Municipal de Amparo à Infância”. *Pioneiro*, 28.12.1963; Relatório síntese histórica 1963 à 1967 – 1977. *Acervo COMAI*.

O levantamento foi realizado em diversos bairros da cidade, a partir de uma amostragem da população, que atingiu cerca de 3.942 famílias, num total de 21.360 pessoas.³²⁴ Desses, cerca de 11.578 tinham menos de 18 anos completos. A maior parte das famílias eram “legalmente constituídas” (79,7%), aqui entendidas como as famílias que se casaram “no civil e no religioso”. Cerca de 88,5% das famílias tinha a presença do pai e da mãe junto aos filhos, sendo que o pai era apontado como o principal responsável por elas em 88,6% dos casos. A média de pessoas por família era de 5,41. A maior parte dos filhos (72,2%) tinha entre 0 e 13 anos de idade, e cerca de 83,6% das crianças e jovens frequentavam a escola no momento da pesquisa. Quanto às atividades de lazer dos “menores”, as mais citadas foram “brincar perto de casa, fazer os temas, ajudar nos afazeres domésticos, perambular pelas ruas”.³²⁵

É importante notar que existe uma séria preocupação com a constituição das famílias (com ênfase para as legalmente constituídas e patriarcais), a frequência escolar das crianças e jovens, suas atividades de lazer (atentando para os que “perambulam pelas ruas”). Um caráter moralista, ligado a valores cristãos, perpassava a descrição dos resultados do levantamento: existia um cuidado em especificar as famílias que não eram casadas na Igreja, ou que apresentassem “vícios”. Foi criado um tipo de tabela para os grupos de famílias legalmente constituídas, e outro para as “ilegalmente” constituídas e, em outro momento, uma tabela especificava a quantidade de casais separados e de mães solteiras. Para essas últimas, era previsto um atendimento para resolver este “problema”, obedecendo a um planejamento específico, para as que desejam se “recuperar na sociedade”. Não bastava apenas tratar o “problema” das crianças e jovens, era necessário também todo um controle sobre a família, seus hábitos e comportamentos.

Em relação aos “menores”, o levantamento traz o número de famílias que necessitam de “amparo moral ou material” (343, ou 8,7% do total), o número de filhos dessas famílias, e também o número de menores que se encontravam em completo abandono (150 crianças e jovens), justificando a intervenção das ações da instituição. Outros 1.337 menores necessitavam de “medidas urgentes de proteção”.

No planejamento que dava sequência ao levantamento, novamente era grande ênfase ao “problema do menor”, atentando que esse documento visava “atacar as causas do problema

³²⁴ No censo de 1960, o IBGE revelou que Caxias do Sul possuía cerca de 102.702 habitantes. Cf. *Anuário estatístico do Brasil 1962*. Rio de Janeiro: IBGE, 23, 1962. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1962/populacao1962aeb_07_08.pdf Acesso em 27 nov. 2011.

³²⁵ Tabela geral levantamento do problema do menor realizado nos bairros da cidade – 1963-1964. *Acervo COMAI*.

que tanto preocupa a comunidade”. Entre as medidas de curto prazo, enfatizavam uma preocupação com a conservação da unidade da família frente aos perigos de sua desorganização (mesmo que os dados tenham mostrado que, ainda, não haviam se verificado graves problemas). Mas, “devido ao desenvolvimento por que passa a família, dentro da civilização moderna, devam ser organizados programas para a conservação dessa unidade dentro dos lares”.³²⁶

Outras das medidas de curto prazo referiam-se especificamente ao “menor abandonado”, para quem seria oportunizado “meios de adaptação, educação, para que se torne um homem útil à sociedade em que vive”. Essas ações dar-se-iam, privilegiadamente, através de uma cooperação com o Juizado de Menores a fim de que eles “sejam motivo de um estudo profundo sobre seu comportamento e tomadas as medidas judiciais cabíveis ao caso”. É interessante notar que não parecia haver diferenciações no atendimento dos abandonados e infratores: ambos estariam sob o atendimento de uma mesma instância jurídica, quase sempre punitiva.

Sobre o “problema do adolescente sem recuperação”, o documento versava que ele era um “problema real de nossa cidade e torna urgente uma medida no sentido de se realizar algo que o inicie numa profissão que o torne desde cedo responsável para se tornar útil à sociedade”. E, como foi comentada anteriormente, a preocupação com o “progresso” da sociedade, através de pessoas que pudessem ser pragmaticamente tornadas “úteis” era, mais uma vez, recorrente. Outras medidas apontadas pelo documento previam campanhas de registro de nascimento, promoção de cursos para “elevar o nível das famílias”, além de vacinação e erradicação de certas doenças, enfatizando um caráter sanitarista e moralizante.

2.2 A COMISSÃO MUNICIPAL DE AMPARO À INFÂNCIA E SUA ATUAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

*“No sinal fechado
Ele transa chiclete
E se chama pivete”
(“Pivete”, Chico Buarque)*

Nos próximos itens, será realizado um histórico dos primeiros passos da COMAI, seus principais setores de atendimento e as ações que foram empreendidas ou apoiadas pela instituição, direta ou indiretamente, ao longo das suas duas primeiras décadas de existência. Principal articuladora da política pública de assistência à infância e à juventude de Caxias do

³²⁶ Plano sobre as medidas a serem tomadas em relação ao Problema do Menor - 1963-1964. *Acervo COMAI*.

Sul, a COMAI nasceu no momento em que a cidade crescia de forma inexorável. De maneira semelhante, a demanda por atendimento que a Comissão via bater a sua porta diariamente também cresceu de forma exponencial, revelando, ao final da década de 1980, as dificuldades e a necessidade de transformação da instituição.

2.2.1 O difícil começo, o auxílio da comunidade e a estrutura inicial da COMAI

Partindo do diagnóstico produzido em 1963, a COMAI planejou suas ações para os anos seguintes. Uma constante na história dessa instituição, muito evidente nas duas décadas analisadas nesse capítulo, foi a busca por financiamento e verbas para seus projetos e programas. Apesar de ser uma Comissão vinculada à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, as parcerias com instituição e doadores privados (sobretudo empresários), foram lugares-comuns ao longo dos anos.³²⁷ Por outro lado, esse fato demonstra a mobilização da comunidade, já que além dos empresários, muitos estudantes, trabalhadores liberais e lideranças políticas engajaram-se nas campanhas beneficentes.

Durante o ano de 1964 a COMAI recebeu inúmeras doações, que equiparam a Casa de Triagem em seus primeiros tempos e possibilitaram o início das atividades da Comissão. Através de campanhas de divulgação por intermédio dos Rotary's e Lions Clubes da cidade, mais de 130 diferentes empresas;³²⁸ profissionais liberais (médicos, advogados, funcionários públicos, radialistas) e estudantes (individualmente ou em centros acadêmicos e grêmios estudantis) fizeram doações ou aderiram à lista dos contribuintes mensais da entidade.³²⁹ Todos eram publicamente reverenciados pela instituição pelos “edificantes gestos de

³²⁷ As doações de instituições privadas e de cidadãos da comunidade, em maior ou menor número, mantiveram-se ao longo do tempo, acrescidas às verbas que, no decorrer dos anos, a entidade conquistou junto à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e sua Câmara de Vereadores, à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao Departamento de Assistência Social (DEPAS) da Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação e, posteriormente à FEBEM/RS, depois de 1969. Porém, em inúmeros documentos que serão citados ao longo do texto, é possível inferir que a verba nunca foi suficiente para a demanda que a instituição abarcava.

³²⁸ Entre elas, madeireiras, construtoras, metalúrgicas, indústrias farmacêuticas, transportadoras, indústrias mecânicas, indústrias de móveis, eletrônicas, malharias, laboratórios, centros de atacado e varejo, indústrias alimentícias, drogarias, cooperativas vitivinícolas, ferragens, lanifícios, cervejarias, ópticas, etc.

³²⁹ “Casa de Triagem brindada com talheres”. *Pioneiro*, 20.06.1964; “Campanha – agasalho em prol do menor”. *Pioneiro*, 25.07.1964; “Apelo às Crianças de Caxias do Sul no ‘Dia do Papai’”. *Pioneiro*, 08.08.1964; “Movimenta-se a campanha pró manutenção da Casa de Triagem Divina Providência”. *Pioneiro*, 29.08.1964; “Menor abandonado”. *Pioneiro*, 26.09.1964; “Êxito na campanha da Casa de Triagem”. *Pioneiro*, 10.10.1964; “Comunidade caxiense vem aderindo à campanha do menor”. *Pioneiro*, 17.10.1964; “1ª turma de engraxates recebe fardamentos”. *Pioneiro*, 14.11.1964; “Caxienses colaborando com a COMAI”. *Pioneiro*, 28.11.1964.

solidariedade humana” e “fraternidade cristã”.³³⁰ Era comum também que escolas fizessem doações, solicitassem palestras ou auxiliassem a COMAI em diversas tarefas.

A estrutura que a COMAI construiu em seus primeiros anos de atuação manteve-se, com algumas modificações, ao longo do tempo. Com o passar dos anos, foram criadas creches, setores mais específicos para atender a demanda dos pequenos moradores de rua e para a população jovem feminina, entre outros. A instituição mantinha atendimento em instituições fechadas sobretudo para os menores considerados abandonados (“Setor do Menor Abandonado”) ou infratores.³³¹ Porém, a maior parte dos atendimentos se dava em forma de “externato”, seja através de programas de profissionalização, no “Setor do Menor Ambulante” e “Setor do Menor Ativo”, onde eram realizadas oficinas, aconselhamento e encaminhamento para o trabalho, e através de programas de atendimento direto às famílias.

Um dos primeiros setores criados foi o “Setor do Menor Abandonado”, responsável pelo “atendimento ao menor estritamente abandonado ou radicalmente impossibilitado de conviver com sua família, por razões morais ou sócio-econômicas”.³³² Fazia parte desse setor a Casa de Triagem Divina Providência, destinada a “menores” de ambos os sexos, com idades não superiores a 12 anos. A instituição começou a funcionar em 24 de abril de 1964 em um imóvel cedido pela Fundação Educacional Alberto Pasqualini, localizado no final do prolongamento da Av. Júlio de Castilhos, além da então Escola Normal Duque de Caxias.³³³

As crianças e jovens ali recolhidos eram encaminhados por determinação do Juiz de Menores, que solicitava à COMAI a elaboração de estudos sobre a sua situação sócio familiar, para serem usados nos instruções de processos. A instituição também preparava Termos de Guarda e Responsabilidade.³³⁴ Uma vez admitidos na instituição,³³⁵ seus destinos podiam ser a adoção, a colocação familiar,³³⁶ o retorno para os pais ou o abrigamento por mais tempo, até que sua situação fosse resolvida.

³³⁰ “Casa de Triagem brindada com talheres”. *Pioneiro*, 20.06.1964; “Estudantes e o problema do menor”. *Pioneiro*, 31.10.1964; “Estudantes e o problema do menor”. *Pioneiro*, 31.10.1964.

³³¹ A temática que envolve os infratores foi muito recorrente nas fontes coletadas para essa pesquisa. Em função disso, será analisada dentro de um item específico, neste e no próximo capítulo.

³³² Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³³³ “Casa de Triagem Divina Providência em atividade”. *Pioneiro*, 25.04.1964.

³³⁴ Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³³⁵ Segundo a assistente social-chefe da COMAI, Sabina Wainer, a Casa de Triagem era diferente de um internato, pois ali seriam investigadas de forma técnica as causas do abandono ou de sua delinquência. O abrigamento deveria ser provisório, enquanto seu caso estivesse sendo estudado. Posição semelhante era partilhada pelo historiador e pesquisador Mário Gardelin, que visitou a instituição nos seus primeiros tempos de atuação. Ele considerava que a instituição era “um lar, um verdadeiro lar [...]. As crianças são felizes. Eis o que mais me impressionou”. Cf. “Casa da Divina Providência”, por Mário Gardelin. *Pioneiro*, 10.04.1965; “Casa de Triagem”. *Pioneiro*, 12.09.1964.

³³⁶ Os “Lares Substitutos” ou “Casas Lares” consistiam numa espécie de “adoção temporária” de crianças pequenas, de 6 meses à 3 anos de idade, enquanto o Juiz de Menores não deliberasse sobre o seu destino

Segundo entrevista concedida por Aldo Migot, Diretor-Executivo da COMAI entre 1973 e 1976, havia grande procura pela adoção de crianças pequenas na cidade, principalmente por famílias que precisavam de mais braços para a mão-de-obra na zona rural. Na época, muitas crianças eram abandonadas nas portas das casas ou dos hospitais da cidade. Segundo ele “*criança pequena é pão quente, todo mundo quer*”,³³⁷ já o maior desafio da COMAI eram com as crianças que passavam dos 7 ou 8 anos de idade, casos em que a adoção era muito mais difícil de ocorrer. Depois dos 12 anos, as crianças que não fossem adotadas eram encaminhadas para outras instituições da cidade, como o Abrigo de Menores do Murialdo.

2.2.2 O “Setor do Menor Ambulante”

O “Setor do Menor Ambulante”, também chamado de “Setor das Abelhinhas”,³³⁸ tinha o objetivo de reunir e orientar crianças com idades que variavam entre 7 e 13 anos e que realizavam trabalhos informais na rua da cidade como jornaleiros, engraxates, bilheteiros, carregadores de malas, vendedores de bebidas e comidas, entregadores de folhetos, entre outros (alguns deles podem ser vistos nas Fig. 10 e 11, p. 128). A essas crianças, a COMAI fornecia diversos atendimentos³³⁹ e aconselhamento através de reuniões realizadas na sua Sede, procurando “educá-los para a solidariedade; voltá-los um pouco para o futuro evitando a evasão escolar; desenvolver-lhes as habilidades e oferecer-lhes um gesto de carinho e de afeição”.³⁴⁰ As primeiras turmas de engraxates fizeram um “estágio de orientação” e foram fichadas na COMAI ainda em 1964.³⁴¹

É bastante evidente a necessidade que a COMAI via em “modificar” os comportamentos dos menores que participavam do setor, como forma de “civilizá-los” para atuarem junto à sociedade. Os menores eram orientados pela instituição e acompanhados nas

definitivo. Cada família podia ter até 3 crianças, recebiam auxílios financeiros e eram fiscalizadas por funcionários da COMAI. Cf. Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 jun.2011.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ “Uma instituição que está estendendo a mão para o menor abandonado: COMAI”. *Pioneiro*, 17.06.1972.

³³⁹ Entre as atividades desenvolvidas estava o atendimento generalizado a todos os menores entre 7 e 13 anos de idade; levantamentos e estudos sócio-familiares; licença, fiscalização, concessão de carteiras de trabalho próprias da COMAI e orientação do menor enquanto cadastrado no setor para trabalhar pelas ruas e praças da cidade; reuniões quinzenais com pequenos grupos para tratar de assuntos de interesse dos menores e da “formação de bons hábitos e costumes”; controle da assiduidade e comportamento nas escolas; trabalho de artesanato e outros, dentro da sede do Setor; práticas esportivas e educação para a higiene pessoal, orientadas por um professor de educação física; e preparação do menor para passar para o Setor do Menor Ativo ao completar os 14 anos Cf. Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ “1ª turma de engraxates recebe fardamentos”. *Pioneiro*, 14.11.1964; “Caxienses colaborando com a COMAI”. *Pioneiro*, 28.11.1964.

ruas por um adulto responsável (em 1975, por exemplo, por um Comissário de Menores, ligado ao poder judicial). Nesse sentido, um documento da Comissão relata que “conseguiu-se que os menores muito melhorassem no modo de se trajar, na forma de atender o público e na forma de mutuamente se tratarem. Sem dúvida, uma centena e meia de menores (os mais assíduos) transformaram-se”. Como “corpos dóceis”, aos poucos os pequenos ambulantes tinham seu comportamento transformado e aperfeiçoado, de acordo com os hábitos e preceitos morais vigentes.³⁴²

O “menor engraxate” da COMAI foi descrito por um jornal como o “anônimo das multidões”, um herói cotidiano dos dias de chuva e sol, que contribuía com “a estética e o asseio pessoal de cada um de nós [...]”.³⁴³ Essa idealização do “pequeno herói” que vagava pelas ruas vendendo seus serviços, parece funcionar como uma forma de não dispensar maiores esforços de reflexão sobre as suas necessidades econômicas.

Em 1979, em comemoração ao “Ano Internacional da Criança”, foram instaladas doze cadeiras para o trabalho dos engraxates na Praça Rui Barbosa (hoje, Praça Dante Alighieri), ponto central da cidade. O faturamento era controlado pela COMAI: cada engraxate tinha direito a um turno diário de três horas, por no máximo um mês. O valor arrecadado era repartido entre os que haviam trabalhado ao final desse período. A colocação das cadeiras foi efetuada pela Secretaria de Ação e Habitação Social, com a ajuda da Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (CODECA) e da empresa Madezatti. Além disso, “a Prefeitura através do Gabinete Municipal de Administração e Planejamento forneceu os projetos e a assessoria para que tudo fosse feito segundo as normas da estética urbana” (as cadeiras podem ser conferidas na Fig. 9, p. 128). Para um melhor aproveitamento dessas cadeiras, foi organizada uma Associação de Menores Engraxates.³⁴⁴ No final do mês, todo o dinheiro arrecadado seria dividido igualmente entre os pequenos trabalhadores.³⁴⁵

É interessante notar que havia uma preocupação “estética” da Prefeitura com o local onde essas cadeiras seriam instaladas, na praça que é o coração e um dos cartões-postais da cidade. Em contrapartida, parecia não haver críticas quanto ao trabalho efetuado por esses menores, em muito degradante e insalubre, visto que estavam sempre expostos ao frio, à chuva ou aos dias com muito calor, além de trabalharem nas ruas, sem nenhuma segurança. Qual seria a real contribuição de uma ocupação como a de engraxate ou vendedor de balas ou

³⁴² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 132.

³⁴³ “O anônimo das multidões”. *Pioneiro*, 19.08.1978.

³⁴⁴ No próximo capítulo serão abordados alguns aspectos mais específicos sobre a atuação da Associação dos Menores Engraxates e *Jornaleiros* da COMAI, analisada a partir de fontes de reuniões internas da COMAI.

³⁴⁵ “A criança se organiza no seu Ano I”. *Pioneiro*, 25.07.1979; “COMAI cria associação de menores engraxates”. *Jornal de Caxias*, 28.07.1979.

pastéis para uma criança pobre, com 7, 8 ou 10 anos de idade? Não seria essa uma forma de estigmatizar essas populações já em muito marcadas pela sua pobreza, com uma ocupação subalterna e pouco remunerada?

Em 1975, um jornal da cidade citou em uma reportagem parte do relatório anual da COMAI de 1972. Nele, fazia-se uma crítica ao “Setor das Abelhinhas”, como também eram conhecidos os ambulantes, pois “o menor habitua-se a trabalhar, sem horário, sem receber ordens diretas, ganhar e gastar diariamente o que recebe”. Nas reuniões grupais organizadas pela COMAI muitas vezes eram “traçados planos para prática de furtos e outros atos que conduzem o menor à delinquência”.³⁴⁶ É importante notar que a crítica não se refere à natureza do serviço oferecido pela COMAI, mas aos comportamentos individuais dos menores vinculados ao Setor. No relatório de 1975, a instituição tomou outro posicionamento, dizendo que todos tinham um grande espírito de autodefesa, já que estavam prematuramente envolvidos com sua subsistência:

[...] Conhecem a rua e a praça; não temem a noite, a chuva e o frio. A vida torna-os imediatistas, preocupados com a hora presente e absorvidos pelo dia-a-dia. A integração da sociedade lhes exigirá estudo, formação e informação. Mas como poderão eles pensar no futuro, exigidos que são pelo presente?³⁴⁷

Mesmo partindo dessa leitura da realidade dos menores, a COMAI não proporcionou formação para que eles fossem adequadamente integrados à sociedade, e reconhecia esse fato:

Sabemos, todavia, que a forma ideal de atendimento [...] seria através de centros ocupacionais funcionando ao lado das próprias escolas. A feitura dos temas escolares, a recreação orientada, o desenvolvimento das habilidades e uma sadia alimentação aliada a pequenos ganhos sem a necessidade de sair à rua constituiriam uma forma de educação mais integrada e, sobretudo, uma garantia para o futuro.³⁴⁸

Oferecendo uma formação profissional não-especializada, que somente “ensina a dobrar a espinha”,³⁴⁹ a COMAI acabou reproduzindo entre os pequenos ambulantes a situação de subemprego na qual estava confinada boa parte da população pobre de Caxias do Sul, fortalecendo uma das principais causas para sua marginalização e inclusão precária na sociedade local. Além disso, acabou criando mais um mecanismo de discriminação que reforçava a já histórica dicotomia menor / criança, que separava em dois mundos a criança pobre e a criança das classes médias e altas.

³⁴⁶ “Menores: cada vez mais abandonados”. *Jornal de Caxias*, 15.03.1975.

³⁴⁷ Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁹ Crítica feita pelo político Remo Marcucci, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em uma crônica de jornal. Cf. “O problema do menor”, por Remo Marcucci. *Pioneiro*, 13.08.1975.

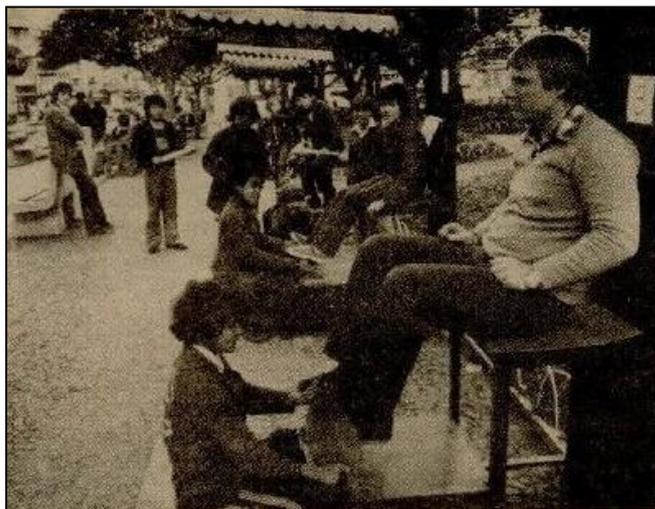


Fig. 9: Menores engraxates da COMAI em cadeiras instaladas pelo Poder Público no centro da cidade. Fonte: “COMAI cria associação de menores engraxates”. *Jornal de Caxias*, 28.07.1979.

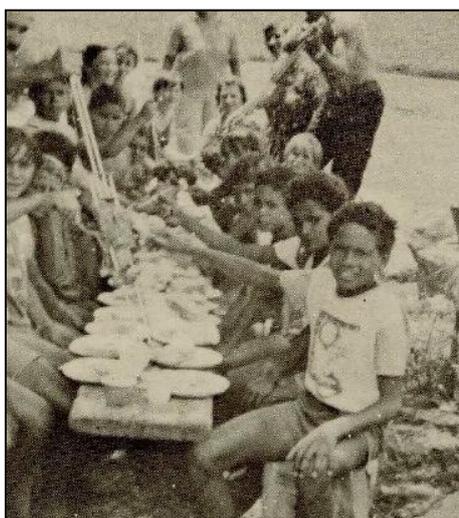


Fig. 10: Menores do “Setor do Menor Ambulante” da COMAI, durante suas férias em Lajeado Grande. Churrasco oferecido por um morador local. Fonte: “Crianças da COMAI em Lajeado Grande”, por Antônio Carlos Barth. *Pioneiro*, 19.02.1977.



Fig. 11: Menores do “Setor do Menor Ambulante” em frente à sede da COMAI. Fonte: “A criança se organiza no seu Ano I”. *Pioneiro*, 25.07.1979.

2.2.3 O “Setor do Menor Ativo”

Um dos setores que reunia o maior número de atendimentos da COMAI era o setor de trabalho, chamado de “Setor do Menor Ativo”. Organizado desde 1964, tinha como objetivo encaminhar profissionalmente meninos e meninas com idades entre 13 e 18 anos para vagas nas empresas da cidade, desde que fossem “carentes, abandonados e/ou com problemas de conduta”. Tanto para um caso, como para outro, tanto na prevenção ou na recuperação da delinquência, o trabalho era visto como um elo que garantiria a essas crianças e jovens um futuro diferente, “para evitar o vício, ao qual, quase sempre se apegam os desocupados”. A COMAI estava lhes dando uma oportunidade para que se mostrassem úteis para a sociedade.³⁵⁰

Em parceria com o Juizado de Menores local, aos menores que ingressassem como aprendizes nas empresas seriam pagas “gratificações por assiduidade educacional”, não havendo vínculo empregatício; sendo uma “medida filantrópica, de caráter transitório e de prevenção à delinquência”, a COMAI não assinaria Carteira Profissional. Era expedida apenas uma carteira de trabalho da Comissão e do Juizado de Menores, sendo que os meninos e meninas teriam direito a Previdência Social, seguro, assistência social, 13º salário e férias pagas pela COMAI a partir do dinheiro que as empresas repassavam mensalmente para a instituição, valor este que deveria ser “possivelmente, mas não necessariamente” semelhante ao do salário mínimo regional para as funções que os menores desempenhassem.³⁵¹

No Arquivo Histórico João Spadari Adami existe um acervo de 5660 fichas de cadastro desse setor, que datam de 1964 a 1983.³⁵² Essas fichas constituíram-se em uma valiosa fonte de pesquisa. Os dados são um tanto descontínuos em função de que muitos campos das fichas eram deixados em branco ou preenchidos de forma incompleta, ou pelo fato de que o modelo das fichas variou ao longo do tempo, acrescentando ou suprimindo informações anteriores. De toda forma, as informações coletadas compõem um riquíssimo panorama sobre o perfil dos “menores” e das famílias que procuravam os serviços assistenciais da COMAI, demonstrando empiricamente as faces da desigualdade social na cidade, espalhadas nos quatro cantos do município. Para efeitos desse estudo, foi analisada de forma quali-quantitativa uma amostragem de cerca de 10% dessas fichas, perfazendo uma

³⁵⁰ Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*; “COMAI & menores”, por Mansueto Serafini Filho. *Caxias Magazine*, 09.04.1966.

³⁵¹ Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³⁵² Por uma questão ética, e para salvaguardar a confidencialidade do acervo, não serão divulgados dados que levem à identificação dos menores então envolvidos. As fichas que porventura forem citadas diretamente serão referidas de acordo com uma numeração criada pela própria pesquisadora, a saber, F1, F2, etc.

amostra com 571 registros, 518 deles do período 1964-1979 e 53 deles do período 1980-1983.³⁵³ A maior parte da atividade do setor deu-se nas duas primeiras décadas de atuação da instituição, sobretudo entre os anos de 1973 e 1976, como poder ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 4: Cadastros anuais do Setor do Menor Ativo da COMAI (1964-1979)

Ano de ingresso	Meninos e meninas
1964	06
1965	09
1966	11
1967	08
1968	13
1969	15
1970	14
1971	36
1972	37
1973	90
1974	51
1975	42
1976	57
1977	22
1978	51
1979	24
Sem inf.	32
TOTAL	518

Apesar de não existir um quadro homogêneo, a partir de 1977 verificou-se uma queda significativa no número de menores cadastrados para trabalhar no setor, queda esta que será comprovada posteriormente a partir dos escassos registros encontrados na década de 1980. É possível pensar essa diminuição no número de contratações dentro do contexto econômico brasileiro, que estava em crise, e do contexto municipal que, no final da década, sofria com o desemprego e a carestia da população, aviltada com baixos salários.³⁵⁴

De qualquer forma, esse Setor gerou controvérsias desde 1964.³⁵⁵ Segundo Aldo Migot, Diretor-Executivo da COMAI entre 1973 e 1976, momento em que cresceram os encaminhamentos para empregos, a maior dificuldade era com o Sindicato dos Trabalhadores

³⁵³ Devido ao grande volume de fichas, um levantamento exaustivo de todos esses registros não se justificaria do ponto de vista metodológico. Por isso, construiu-se uma amostragem aleatória, coletada de modo sistemático, realizada do seguinte modo: levando-se em conta que o número escolhido tenha sido o 7, foram pesquisadas as fichas nº 7, 17, 27, 37, ...até a ficha nº 5657. Quando duas fichas apresentavam a mesma numeração, mas se referiam a menores diferentes, foram mantidos os dois registros. Para não tornar cansativa a leitura dos dados quantitativos, todos os resultados citados estão dispostos em tabelas completas que se encontram Anexo A, ao final dessa dissertação.

³⁵⁴ De janeiro a julho de 1979, foram preenchidas 992 fichas de inscrição para trabalho, mas somente 100 jovens foram admitidos. Cf. "A COMAI em foco, seus homens e suas atividades". *Pioneiro*, 15.08.1979.

³⁵⁵ Algumas empresas rescindiram contratos de trabalho no período de 1964-1977 pelo fato de os "menores" estarem buscando seus direitos trabalhistas junto à Justiça. Cf. "Mulher e menor: os temas dos empresários". *Jornal de Caxias*, 01.12.1980.

local, que acreditava que o menor tirava o emprego dos adultos nas fábricas. De acordo com ele, “a sociedade, de certo modo, começou a se opor a essa experiência. Acho que foi um momento de falta de compreensão”.³⁵⁶ Outro ponto muito criticado foi o fato das empresas estarem isentas do pagamento de direitos trabalhistas, o que as beneficiaria, em detrimento da exploração dos menores. Migot defende que a COMAI “estava educando”, e que as empresas também precisavam de estímulo. Segundo ele, os “custos” que uma empresa teria com a formação profissional dos menores, que não tinham nenhuma experiência, eram maiores do que os que elas teriam com um adulto já qualificado.

Essas questões trabalhistas foram debatidas ao longo do tempo dentro da própria instituição, a partir de decisões e discussões com outros órgãos competentes.³⁵⁷ Colocando-se como pioneira na organização desse tipo de convênio em termos nacionais, a direção da COMAI argumentava que a colocação no emprego era uma vantagem para as empresas, mas era uma vantagem também para esses menores que, de outra forma, não conseguiriam tais colocações profissionais por causa de sua situação de miserabilidade, defasagem educacional e outras privações sociais: “aos que afirmam que as empresas têm vantagens, ponderamos que elas também têm riscos”. Salvar os menores carentes seria não apenas uma questão de direito, “mas uma questão de justiça, de humanidade e de consciência social”.³⁵⁸ Segundo essa argumentação, os dois lados sairiam “ganhando”: as empresas conseguiriam mão-de-obra mais barata, mesmo que com riscos de alta rotatividade, e os “menores” teriam a oportunidade de profissionalização apesar de seu pouco preparo educacional.

Entre as 518 fichas cadastradas entre 1964 e 1979, a grande maioria era de meninos (417 cadastros, cerca de 80,5%), enquanto as meninas tinham 101 cadastros (cerca de 19,5%). As fontes nos indicam que somente meninos eram admitidos nos primeiros anos do setor, já que o primeiro registro cadastral de uma menina só foi encontrado em 1971. A idade mínima para ingresso nesse setor era 13 anos. Porém, tanto entre meninas e meninos, foram encontrados alguns casos de crianças com 10, 11 ou 12 anos que tiveram um ingresso precoce nesse setor,³⁵⁹ de acordo com a tabela a seguir:

³⁵⁶ Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 jun.2011.

³⁵⁷ O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Acórdão TRT – 2589/70) emitiu um documento em 18 de janeiro de 1971 que reconhecia o caráter “não-trabalhista” dos vínculos estabelecidos entre os menores trabalhadores da COMAI e as empresas da região, ressaltando os valores filantrópicos e sociais do programa. Cf. Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ Acredita-se que, em parte, esse ingresso precoce no setor deveu-se à junção, no final da década de 1970, do Setor do Menor Ativo às atividades do Setor do Menor Ambulante, já que entre os 17 casos de meninos que foram cadastrados com menos de 13 anos, pelo menos 7 deles desempenharam funções de jornalista ou engraxate. Porém, nos 10 casos restantes, parece não haver motivos impeditivos para que estes fossem

Tabela 5: Faixa-etária dos “menores” inscritos no Setor do Menor Ativo da COMAI (1964-1979):

Idade	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
10 anos	01	--	01
11 anos	05	--	05
12 anos	12	05	17
13 anos	61	08	69
14 anos	148	26	174
15 anos	99	22	121
16 anos	49	26	75
17 anos	24	06	30
Sem informação	18	08	26
TOTAL	417	101	518

Como é possível verificar, a maior parte das famílias encaminhavam seus filhos logo que estes completavam a idade mínima para entrar no Setor do Menor Ativo, entre os 13 e os 15 anos. Para ingressar no setor, os menores passavam por um estudo socioeconômico para comprovar sua condição de carenciado, que incluía entrevistas e visitas domiciliares, quando necessário. A decisão de integrar o “menor” ao setor era tomada de forma conjunta, necessitando de autorização do Juiz de Menores e do Diretor-Executivo da COMAI.³⁶⁰

Foram encontrados, ao todo, 191 “atestados de pobreza”, emitidos por diversas instituições caritativo-assistenciais e religiosas da cidade, que auxiliavam na apresentação do menor para ingresso no Setor.³⁶¹ Grande parte deles, sem a devida identificação da entidade emissora, podem ter sido emitidos pela própria COMAI, que previa visitas domiciliares para constatar a realidade das famílias.

Em alguns documentos foram encontradas justificativas eloquentes para que meninos e meninas fossem aceitos no Setor, emitidas por essas instituições caritativo-assistenciais e pela equipe da COMAI, reforçando a necessidade financeira ou a prevenção da delinquência. As necessidades financeiras das famílias ficavam evidentes. Muitos necessitavam ajudar os pais no sustento da casa. Um dos atestados citava a situação de uma família cujo pai havia ido embora e a mãe, tendo 7 filhos menores, pedia que o filho de 16 anos, fosse empregado pela COMAI (F315). Em outro atestado, a casa da família era descrita como “um rancho muito modesto, mas próprio, estão terminando o pagamento do lote. O menor estuda à noite e seria ótimo se pudesse trabalhar para ajudar a família e também para evitar a delinquência, pois estão morando na Vila Ipiranga” (F266). A Vila dos Municípios também foi citada como

cadastrados e enviados para empresas do ramo madeireiro ou metalomecânico, entre outras funções, antes da idade oficialmente divulgada pelo setor. Dos 5 casos registrados entre as meninas, em 2 deles elas foram encaminhadas para empresas; não existem informações trabalhistas nos outros três casos.

³⁶⁰ Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³⁶¹ Entre elas, a Legião Franciscana de Assistência aos Pobres (LEFAP), que se tornaria Legião Franciscana de Assistência aos Necessitados (LEFAN), a partir de 1977; a Paróquia dos Santos Apóstolos; a Paróquia Santo Antônio; a Paróquia Sagrado Coração de Jesus e a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes.

local de “malandros”, que poderiam influenciar negativamente o “menor” que estava sendo encaminhado para ser cadastrado (F318).

Em muitos casos, a procura pelo emprego era justificada porque o menor andava em más companhias, já tendo sido autuado pela polícia (F189, F259, F315). Outros eram encaminhados por estarem perambulando ou “fazendo folia” nas ruas (F238, F312), ou por estarem “pedindo (esmolas) na frente de hotéis” (F323), ou andando “em más companhias e se fazendo de MUDO para poder conseguir esmolas mais rendosas” (F248, grifo no original).

Ao analisar a procedência dos meninos e meninas cadastrados no setor, foi possível perceber que eles vinham de todos os cantos da cidade: foram listados mais de 54 bairros, vilas e distritos de Caxias do Sul. Os cinco bairros mais recorrentes foram o Rio Branco (um dos mais antigos do município, surgido em 1871, situado próximo ao centro), Cruzeiro (surgido em 1952), São Vicente (que compreende o “Burgo”, uma das mais antigas e estigmatizadas periferias da cidade e o Jardelino Ramos), o Sagrada Família e o Pioneiro (de formação recente, cerca de 1964, compreendia também a Vila dos Municipários, Vila Primavera e Vista Alegre).³⁶²

A história do São Vicente/Jardelino Ramos, ou “Burgo”, como é mais comumente conhecido, assim como a história do Beltrão de Queiróz/Marechal Floriano, ou “Zona do Cemitério”, o 6^a bairro mais citado como local de moradia nas fichas pesquisadas, são particularmente significativas no processo de criação das periferias de Caxias do Sul. Os dois locais apresentam acidentes geográficos que prejudicaram o arruamento e a urbanização nos primeiros tempos da colonização, o que fez com que suas áreas ficassem sem a devida demarcação de lotes e ruas, permanecendo na condição de terras devolutas, dando origem, não muito tempo depois, às primeiras periferias do município. Na década de 1940, o Burgo começou a ser ocupado por famílias pobres que chegavam à cidade:

“A população que ocupou o Burgo, inicialmente, era constituída quase só de mulheres, algumas mães solteiras, que vinham para Caxias em busca de trabalho e se empregavam nas casas de famílias”. Por não terem recursos, construíam os barracos de papelão e latas de azeite, passando a morar em sub-habitações. Sua condição de “miséria” não lhes permitia pagar aluguel ou adquirir um terreno para construir sua própria moradia.³⁶³

³⁶² Sobre as informações referentes às datas de criação e os nomes antigos dos bairros, Cf. CAXIAS DO SUL (RS). Secretaria Municipal de Educação e Cultura; LAZZAROTTO, Valentim Ângelo; VALENTIM, Joceli. *Vilas & bairros: a história contada pela comunidade*. Caxias do Sul, RS: SMEC, 1986.

³⁶³ Depoimento de Olintho Castilhos, serventuário da Justiça do Cartório de Registro de Imóveis da 2^a Zona de Caxias do Sul, concedido à autora em 15 de julho de 1998, *apud* MACHADO, op. cit., p. 143.

O “Burgo” foi a primeira favela da cidade de Caxias do Sul, alcunhada também pelo significativo nome de “Buraco Quente” em função do alto índice de violência que fazia parte do seu cotidiano. Nos anos seguintes, a prefeitura começou a construir em volta da área loteamentos reservados à classe média, hoje o bairro Jardim América. Por queixas dos novos moradores, que reclamavam do mau-cheiro e da falta de saneamento básico da periferia vizinha, cogitou-se sua remoção do “Burgo” para uma área mais afastada da cidade. No entanto, os numerosos moradores uniram-se e impediram a desapropriação, pressionando o poder público para que a área fosse, enfim, urbanizada e saneada. A regularização da posse dos terrenos só se finalizou em 1993, através de um processo judicial.³⁶⁴

Sobre a escolaridade das meninas e meninos cadastrados no setor, não foi possível estabelecer dados absolutos, posto que essa informação não consta na maioria das fichas pesquisadas. Porém, foi possível verificar que existia uma defasagem idade-série: tanto meninos quanto meninas estavam cursando da 4^a à 6^a série no momento do seu cadastro no setor da COMAI. Além disso, era grande o número “menores” que estavam fora da escola: 126 meninos (pelo menos 30% do total de meninos da amostra) e 49 meninas (cerca de 48,5% do total de meninas da amostra). O número de meninos e meninas que se encontravam nas séries finais do então 1^o Grau é pouco significativo, assim como quase inexitem “menores” no 2^o Grau:

Tabela 6: Escolaridade dos “menores” do “Setor do Menor Ativo” da COMAI (1964-1979):

Série / ano	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
Não-alfabetizado	01	--	01
Alfabetizado	--	01	01
1 ^a série	04	02	06
2 ^a série	12	05	17
3 ^a série	30	08	38
4 ^a série	49	10	59
5 ^a série	67	14	81
6 ^a série	36	14	50
7 ^a série	10	11	21
8 ^a série	09	02	11
1 ^o ano 2 ^o grau	02	01	03
TOTAL	220	68	288

Juntando os dados sobre o pequeno número de meninas admitidas no Setor ao longo da década de 1980 à grande defasagem educacional feminina verificada na tabela anterior, relevam-se pistas sobre os lugares que ocupavam as jovens mulheres naquele contexto social.

³⁶⁴ MACHADO, op. cit., p. 144-145.

Às mulheres ainda eram reservadas as lides domésticas, o cuidado com os filhos, irmãos e pais idosos, o que as afastava do mercado de trabalho e da busca por qualificação.

Sobre a situação trabalhista dos menores, foi possível compor um panorama onde figuram 100 empresas que admitiam menores da COMAI, pertencentes a mais de 30 setores diferentes, incluindo a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Sem dúvida, o papel mais expressivo foi desempenhado pela Madeireira Germano Pisani,³⁶⁵ que teve 112 contratações dentro da amostra coletada para essa pesquisa, seguida pela Metalúrgica Bellini, com 37 contratações, e pela Madzatti, com 35 contratações. Os setores mais expressivos, como é possível verificar a partir desses dados, foram o setor metalomecânico e madeireiro (com 198 contratações cada), ambos os setores muito presentes na formação industrial da cidade. O depoimento de Elói Frizzo, que foi um dos cadastrados do Setor do Menor Ativo da COMAI na década de 1970, é bastante elucidativo sobre as condições de trabalho na Madeireira Pisani, como já foi dito, a principal empregadora da época:

Durante o dia eu trabalhava nessa empresa pregando caixas. Eram engradados pra bebidas, pra Brahma, Pepsi-Cola, Cerveja Pérola, os que eu recordo, Pepsi, Coca-Cola. Esses engradados. E era um serviço rigoroso, neh, porque a gente trabalhava praticamente... a madeireira era aberta, especialmente no inverno era muito frio, neh. E você trabalhava pregando, em cima de um arco, a gente montava as caixas dos engradados com dois arcos, e aquilo facilmente escapava o prego da mão e de repente tu... Umás três vezes pelo menos eu fui pro ambulatório de ter martelado os dedos, escapando os pregos [...]. No inverno, assim, temperatura lá embaixo, a gente se aquecia queimando serragem, tonéis de serragem, a gente botava fogo em serragem pra se aquecer, porque era muito frio, dentro da empresa o vento cortava, passava pelas frestas da madeireira.³⁶⁶

Em média, os “menores” passavam por apenas um emprego ao longo do tempo que ficavam ligados ao Setor do Menor Ativo (45,7% dos casos). Porém, existem alguns casos de menores que passaram por 4, 5 ou até 6 empregos diferentes, o que demonstra a rotatividade existente, comprovada também pelo tempo médio que os “menores” ficavam em cada um desses empregos: cerca de 28,5% permaneciam, no máximo, 3 meses dentro da mesma empresa; apenas, 11,1% permaneciam mais de 1 ano desempenhando a mesma função.

Entre as meninas, não é possível inferir o motivo mais específico do desligamento. Em 20,2% dos casos, elas também se demitiram “por conta própria”; o mesmo percentual é encontrado nos casos em que a empresa as demitiu sem que a motivação ficasse explícita nas fichas cadastrais. Em cerca de 12,3% dos casos, as meninas passaram a trabalhar pela

³⁶⁵ Foi a partir de uma iniciativa experimental com a Madeireira Germano Pisani que a COMAI iniciou as atividades do Setor do Menor Ativo em 1964. Cf. “Comissão Municipal de Amparo à Infância intensifica as suas atividades”. *Pioneiro*, 21.11.1964.

³⁶⁶ Depoimento de Édio Elói Frizzo, concedido à autora em 02 ago. 2011.

empresa, assim como em outros 12,3% das vezes, elas foram demitidas por “não se adaptarem” à função que desempenhavam, o que pode significar falta de produção, aptidão ou uma função não adequada à compleição física ou idade.

No final da década de 1970 o modelo das fichas cadastrais foi modificado, passando a contar com mais dados sobre as pretensões profissionais dos menores que procuravam o setor. Foi possível elencar as profissões que meninos e meninas esperavam exercer, assim como os cursos de capacitação que gostariam de frequentar na COMAI. Cerca de 30 meninos e 11 meninas gostariam de exercer a função de auxiliar geral, que podia englobar inúmeros serviços, em diversos setores empresariais, sendo mais comum a função de auxiliar de produção. Outros 12 meninos e 6 meninas disseram que exerceriam “qualquer profissão” que a COMAI oferecesse. Quanto à formação profissional, 26 meninos gostariam de um curso para se tornarem torneiros mecânicos, enquanto 7 meninas gostariam de aprender datilografia. No que se refere ao conjunto de profissões e qualificações apontadas, é possível perceber uma nítida diferença de gênero: enquanto os meninos se voltavam para funções da área industrial (mecânico, metalúrgico, montador, torneiro mecânico, eletricista, etc.), as meninas buscavam funções socialmente aceitas como “mais femininas”, como balconista, secretária, auxiliar de escritório, assistente de malharia, datilógrafa, costureira, entre outras.

O auxílio assistencial e de saúde que a COMAI oferecia aos menores³⁶⁷ foram evidenciados pelos registros de inúmeros encaminhamentos para médicos e dentistas, assim como doações de material escolar, roupas para o inverno, adiantamentos de salário,³⁶⁸ entradas para o circo, presentes de Natal, medicamentos, cortes de cabelo, etc. Pelo menos 70 menores haviam sido encaminhados ao seguro, o que poderia acontecer por diversos motivos. Foi possível determinar que ao menos 6 meninos e 1 menina haviam sido encaminhados por acidentes de trabalho, normalmente por cortes (na perna ou num braço), ou por machucar o braço ou os dedos de uma mão.

Cerca de 22 meninos foram advertidos e suspensos temporariamente de suas funções. Os principais motivos eram desordens provocadas no interior da empresa, falta de interesse, “brincadeiras” em serviço, desacato de ordens superiores, falta de frequência e atrasos. Um comunicado em anexo à F126 atestava “[...] sobre o comportamento do mesmo que foi pego com brincadeiras provocando assim perda de tempo (sic) e mau exemplo para seus colegas de trabalho”. É possível perceber os liames da disciplina que envolvia esses ambientes de

³⁶⁷ Uma reportagem de 1965 já fazia menção a essa assistência. Cf. “COMAI instala mais um setor de trabalho”. *Pioneiro*, 20.11.1965.

³⁶⁸ Essa prática de adiantamento de salários foi confirmada por Aldo Migot. Cf. Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 jun.2011.

trabalho, onde o olhar hierárquico dos superiores funcionava como uma peça no funcionamento global do poder, um princípio de adestramento dos operários-mirins. Como afirma Foucault, uma “micro-penalidade repressora do tempo (atrasos, ausências, interrupções das atividades), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência)”.³⁶⁹ A vigilância se tornava uma parte integrante do processo de produção, além de ser uma engrenagem específica do poder disciplinar, tratando-se de um controle intenso, que corria ao longo do processo de trabalho, afetando não só a produção, mas o comportamento dos trabalhadores.³⁷⁰

Sobre as famílias, foi possível traçar um panorama sobre a situação dos pais, o número de filhos de cada família e a situação da moradia. Para as famílias que vieram de outras cidades para buscar novas oportunidades em Caxias do Sul, foi possível verificar um número expressivo de locais de origem, bem como o tempo em que essas pessoas já estavam no município.

Pelo menos 183 famílias das 518 pesquisadas eram migrantes (35,3%): no total, foram listadas 51 diferentes cidades de origem, que compreendem grande parte das regiões do estado, contando com cidades vizinhas da própria Serra Gaúcha e até mesmo com alguns municípios do estado vizinho de Santa Catarina. As três cidades mais expressivas nesta listagem foram Vacaria (35 casos), São Francisco de Paula (29 casos) e Bom Jesus (26 casos). Em média, essas famílias se encontravam em Caxias do Sul há cerca de 2 anos quando procuraram os serviços da COMAI (20 casos). Porém, foi possível encontrar situações de famílias que procuraram a instituição quando estavam na cidade há menos de 15 dias (03 casos), assim como famílias que já se encontravam em Caxias do Sul há mais de 15 anos (06 casos), o que permite conjecturar que, mesmo após todo esse tempo, a inserção social dessas famílias não foi facilmente alcançada, já que ainda necessitavam do apoio da COMAI e de outras instituições caritativo-assistenciais. Sobre a situação da moradia, a maior parte já possuía casa própria (178 famílias), enquanto outras 111 famílias pagavam aluguel pelo imóvel e 27 moravam em locais cedidos por familiares ou amigos (principalmente as que haviam chegado há pouco tempo na cidade).

Para as famílias mais pobres, era um alento que seus filhos pudessem trabalhar e continuar estudando, custeando seus próprios gastos e auxiliando a família. As palavras de Frizzo sobre seu emprego no “Setor do Menor Ativo” são significativas: “foi uma experiência boa, porque na realidade aquilo ali me encaminhou profissionalmente, ajudava no sustento da

³⁶⁹ FOUCAULT, op. cit., p. 171-172.

³⁷⁰ Ibidem, p. 168.

minha família”, possibilitando que continuasse seus estudos à noite, que comprasse seu uniforme escolar e custeasse parte de suas despesas com transporte”.³⁷¹ O entrevistado lembrou com nostalgia as amizades que construiu e os momentos de lazer que vivenciou com os colegas de setor, sobretudo nos jogos de futebol que eram organizados pela COMAI (uma dessas equipes pode ser conferida na Fig. 12, p. 143).³⁷² Porém, Frizzo relembra outro fato: a estigmatização dos menores da COMAI, que por ocasião dos torneios de futebol eram vistos com preconceito pelos times de outros bairros.³⁷³

Junto a esse estigma, que acabava fazendo com que aos olhos da sociedade todas as crianças pobres tivessem uma dupla significação, que oscilava entre o já conhecido *estar em perigo* e o *ser perigosa*, é preocupante evidenciar que esses meninos e meninas estavam sujeitos a empregos muitas vezes insalubres (como no caso do setor madeireiro, o grande contratante do período), acidentes de trabalho, violência, atraso no pagamento das remunerações,³⁷⁴ direitos trabalhistas incompletos, desemprego por falta de produção, entre outros fatores que levam a pensar sobre a precarização do trabalho e do emprego no “país do milagre econômico”.

Adentrar o mundo das fábricas e do trabalho significava estar sujeito, desde muito cedo, à disciplina do tempo e do corpo, a ter as brincadeiras e o jeito de ser criança interditados pela entrada precoce no mundo das preocupações dos adultos. Somando-se a isso, havia a responsabilidade de prover o sustento da sua própria família, negligenciada também em seus direitos mais fundamentais, sobrevivendo de subempregos, carecendo de falta de preparo educacional e profissional. Esse panorama, sem dúvida, evidencia a situação contraditória na qual vivia grande parte das cidades da época: ao mesmo tempo em que cresciam a olhos vistos, industrializavam-se e atraíam centenas de migrantes, essas cidades não possuíam mecanismos efetivos de promoção e inclusão social, na medida em que não proviam condições mínimas de sobrevivência para grande parte de sua população.

³⁷¹ Depoimento de Édio Elói Frizzo, concedido à autora em 02 ago. 2011.

³⁷² Foram encontradas referências sobre a autorização de formação de equipes de futebol da COMAI ainda em 1965: “Na oportunidade, o Sr. Prefeito Municipal autorizou a formação de equipes de futebol entre os menores, estando formadas até o momento, quatro equipes, recebendo os menores, bolas, camisetas e tênis, causando a mais indescritível alegria na petizada que, assim, através de uma recreação dirigida, vão adquirindo hábitos sadios”. Cf. “COMAI instala mais um setor de trabalho”. *Pioneiro*, 20.11.1965.

³⁷³ “[...] e a gente era visto com muito preconceito, porque se formavam os times dos outros bairros, vinculados aos clubes de futebol, e daí já vinha a ‘negradinha’ da COMAI”. Cf. Depoimento de Édio Elói Frizzo, concedido à autora em 02 ago. 2011.

³⁷⁴ Elói Frizzo conta que a primeira greve de que participou aconteceu quando tinha 15 anos, enquanto trabalhava na Madeireira Germano Pisani. Segundo ele, os menores, que trabalhavam “por produção”, às vezes recebiam com mais de um mês de atraso. Em uma das paralisações, liderada por Frizzo, os menores saíram em passeata da Madeireira até a sede da COMAI, durante três dias. A greve deu resultado, eles voltaram a receber suas remunerações e nenhum deles foi demitido. Cf. *Ibidem*.

2.2.4 O crescimento da instituição e os desafios frente às demandas sociais

A partir da metade da década de 1970, foi criado um novo setor dentro da COMAI, nascido principalmente da reivindicação das mães pobres e trabalhadoras da cidade: o Setor de Creches. Até 1980, a COMAI fundou 5 creches comunitárias, em bairros carentes da cidade.³⁷⁵ Além disso, a COMAI apoiou outras iniciativas semelhantes, dirigidas por instituições religiosas da cidade. Desde o início, porém, a estrutura de atendimento não conseguia suprir as necessidades da comunidade.³⁷⁶

A partir do final da década de 1960, a COMAI criou um programa de Colônia de Férias na cidade de Lajeado Grande, para onde os menores atendidos eram levados nos meses de verão (ver, nesse sentido, Fig. 10, p. 128).³⁷⁷ Essa prática já era conhecida no Rio Grande do Sul pelo menos desde 1938, quando foi instalada uma Colônia de Férias no Iate Clube da Tristeza, em Porto Alegre, voltada para crianças mais pobres dos Grupos Escolares do estado, com um caráter caritativo.³⁷⁸ A FEBEM/RS também mantinha programa semelhante, enviando meninos e meninas de seus setores de atendimento para passar as férias de verão nas praias gaúchas.³⁷⁹

A receita da COMAI provinha principalmente de uma parcela do orçamento da Prefeitura (que a partir de 1977 ficou fixada em 3% da receita municipal),³⁸⁰ mas também recebia recursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da FEBEM/RS em forma de convênio, além de doações de particulares, empresas e campanhas de arrecadação. Mesmo assim, a história da instituição esteve sempre marcada por momentos de escassez ou falta de recursos para desenvolver seus programas e setores de atendimento. Desde o início, foi necessário um grande esforço pessoal de seus funcionários para que o trabalho pudesse ser realizado da melhor forma possível.

³⁷⁵ Creche Ana Aurora do Amaral Lisboa (bairro Floresta, em 11.03.1975); Creche Pica-Pau Amarelo (“Zona do Cemitério”, em 09.10.1975); Creche Raio de Sol (“Burgo”, em 05.11.1976); Creche Vovó Lú (Vila Moderna, no bairro Rio Branco, em agosto de 1978, ver Fig. 13, p. 143) e Creche Mamã Ivone (bairro Garbin, em 20.10.1979). Cf. Lista com a data de Fundação das Creches e Casas da COMAI. *Acervo COMAI*.

³⁷⁶ Em 1977, por exemplo, existiam apenas 400 vagas, entre todas as creches da cidade. A COMAI, tentava incentivar a organização comunitária dos bairros para que construíssem novas creches, que posteriormente poderiam ser apoiadas em termos de recursos humanos pela instituição. Cf. “Embora milhares as trabalhadoras, creches atendem apenas a 400 crianças”, por Liliana Alberti. *Jornal de Caxias*, 03.12.1977.

³⁷⁷ O terreno havia sido doado pelo Prefeito Municipal do município vizinho São Francisco de Paula, Sr. Orival Ventura Maciel. Cf. “COMAI ganhou terreno de São Francisco de Paula”. *Pioneiro*, 22.11.1969.

³⁷⁸ “123 mil crianças já foram beneficiadas pelas Colônias de Férias”. *Pioneiro*, 26.02.1966.

³⁷⁹ Relatório FEBEM/RS 1969. *Acervo FEBEM/RS*.

³⁸⁰ Norma definida pela Lei Municipal nº 2.391, de 2 de dezembro de 1977. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-02391.pdf> Acesso em 23 dez. 2011.

Geni Dotto Ariotti, assistente social da instituição na segunda metade da década de 1970, relatou que, por muito tempo, a COMAI não possuía carro para transportar as crianças da Casa de Triagem para o médico “eu como estagiária ia, muitas vezes sem dinheiro, ia de ônibus, às vezes tinha urgência, deixava minha carteira profissional ou o relógio com o taxista pra pegar numa outra ocasião que pudesse pagar a corrida”. Segundo ela, existia muita “doação” por parte dos trabalhadores.³⁸¹ As inúmeras campanhas de donativos, que desde o início marcaram a história da instituição, mantiveram-se ao longo dos anos, assim como a pressão sobre representantes do Legislativo local, estadual e federal para o repasse de verbas.

Existem poucas informações sistematizadas sobre as estatísticas de atendimento e as despesas e receitas da COMAI ao longo dos anos. É possível encontrar algumas informações publicadas em diversos jornais da cidade, mas elas não compõem um panorama suficientemente completo para análise. Por esses motivos, optou-se por analisar as estatísticas e as receitas e despesas de um ano específico da instituição (1975), que conta com um relatório bastante completo.

No que se refere às estatísticas de atendimento, ao longo do ano de 1975 a COMAI contava com cerca de 31 funcionários, 25 deles contratados e pagos diretamente pela COMAI (os outros 6 eram cedidos pela Prefeitura Municipal). Nesse ano, a recepção da instituição havia atendido mais de 20.000 pessoas, entre menores e suas famílias, encaminhando-os para diversos setores ou fornecendo-lhes auxílios em geral. O atendimento pormenorizado dos setores encontra-se na tabela a seguir:

Tabela 7: atendimentos nos setores da COMAI no ano de 1975³⁸²

Setor e atividade	Nº de atendimentos
Setor do Menor Abandonado	
Visitas domiciliares	189
Entrevistas	1626
Colocações familiares definitivas	30
Preparação de Termos de Guarda e Responsabilidade para o Juizado de Menores	192
Mandados judiciais para registros	16
Estudos socioeconômicos a pedido judicial	32
Casa de Triagem	
Acolhimento de menores abandonados,	138
Menores reencaminhados para suas famílias e serem acolhidos em novas condições	74
Menores colocados definitivamente em famílias que os adotaram	14
Setor do Menor Ativo	
Atendimentos (menores na sua quase totalidade)	6.379
Encaminhamentos para o trabalho	857
Menores atuando nas empresas através de contratos de empreitada de serviços.	500
Contatos efetuados com empresas da cidade	64

³⁸¹ Depoimento de Geni Dotto Ariotti, concedido à autora em 21 jun. 2011.

³⁸² Tabela construída a partir do relatório da COMAI de 1975. Cf. Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

Setor do Menor Ambulante	
Menores que participaram do setor	775
Creches	
Total de menores atendidos pelas creches Ana Aurora e Pica-Pau-Amarelo	90
Menores transportados diariamente para outras creches da cidade	40
COMAI – FEBEM - CEBEM	
Nº de menores atendidos no Projeto CEBEM de cuidados diurnos	1300

De forma diversa a outras instituições do país, sobretudo as ligadas diretamente às FEBEMs, os atendimentos em instituições fechadas não era o foco da COMAI. Como já havia sido mencionado anteriormente, o setor de atendimento que canalizava os maiores esforços da instituição eram os que tinham como foco a profissionalização dos menores: o “Setor do Menor Ativo” e o “Setor do Menor Ambulante”. As receitas da COMAI ao longo de 1975 vieram de diversas fontes:

Tabela 8: Receitas da COMAI em 1975:³⁸³

Receitas do ano de 1975	Valor em Cr\$
Serviços Prestados a Terceiros (empresas Setor Menor Ativo) ³⁸⁴	2.358.614,81
Subvenção Prefeitura Municipal	321.524,00
Projeto – FEBEM-COMAI-CEBEM	172.500,00
FEBEM – Convênio	26.020,00
Gratificações por Assiduidade Educacional a Pagar (empresas Setor Menor Ativo)	10.711,78
L.B.A. – Convênio	9.360,00
Doações	6.798,00
Recebimentos diversos	5.686,85
MEC – Subvenção Nacional	5.000,000
Valor transferido ao Fundo Social	13.952,30
TOTAL DE RECEITAS	2.930.167,74

O total de despesas³⁸⁵ declarado pela COMAI correspondia exatamente ao mesmo valor de receitas obtidos ao longo de 1975: Cr\$ 2.930.167,74, o que nos leva a pensar na impossibilidade de COMAI em criar novos setores de atendimento ou em melhorar as instalações prévias, já seus recursos somente pareciam dar conta das despesas básicas dos setores existentes. Em 1973, o Jornal Pioneiro publicou um demonstrativo bastante

³⁸³ Tabela construída a partir do relatório da COMAI de 1975. Cf. Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

³⁸⁴ O item Serviços Prestados a Terceiros (Cr\$ 2.358.614,81) representa a quantia correspondente aos serviços prestados pelos menores nas empresas, mais a taxa administrativa (8%) cobrada pela COMAI das empresas. No entanto, dessa taxa deve-se deduzir a taxa de Seguro que a COMAI pagava ao INPS (3,66%). Em verdade, a taxa recebida pela COMAI não passa de 4,34% do total pago pelas empresas pela prestação de serviços, ou seja, Cr\$ 100.000,000, aproximadamente. Cf. *Ibidem*.

³⁸⁵ Dentro dessas despesas estavam aluguéis, atendimento hospitalar, auxílio às famílias, despesas com as creches, com os Lares Substitutos, com o Setor do Menor Ambulante, despesas de alimentação, despesas bancárias e de cartório, despesas com Comissários, despesas judiciais, gastos com correio, recreação, transportes, despesas trabalhistas, honorários, ordenados, gratificações, luz, água, material de expediente, consumo, escolar, registros de nascimento, vestuário, previdência, merenda escolar, despesas de viagem, etc. Cf. *Ibidem*.

semelhante das receitas e despesas da COMAI no ano de 1971. Naquele momento, a instituição também operava aplicando toda a sua receita na cobertura das despesas dos setores de atendimento. O total de receitas do período foi de Cr\$ 666.206,18; as despesas contabilizaram Cr\$ 666.201,18, o que deixa a instituição com um pequeno saldo positivo de Cr\$ 5,00.³⁸⁶ Mesmo que as receitas e despesas da COMAI tenham crescido cerca de 440% entre 1972 e 1975, o que por um lado demonstra um maior investimento por parte da instituição, por outro demonstra que a cidade de Caxias do Sul, que crescia acentuadamente naquele período, não tinha conseguido resolver as necessidades mais básicas de sua população, que acorriam para a assistência social de forma vertiginosa.

No final da década de 1970, durante a gestão da Diretora-Executiva Rachel Grazziotin (1977-1982), momento em que a instituição completava 15 anos de existência, foram encontrados diversos indícios do quanto a demanda social por assistência na cidade de Caxias do Sul já não podia ser suprida pelos serviços da COMAI. Nas palavras da Diretora: “infelizmente nosso trabalho atinge apenas aos que nos procuram, em número reduzido de mil pessoas, quando a necessidade em Caxias, segundo cálculos feitos em pesquisa, é de 25 mil carentes”.³⁸⁷ As causas desse não-atendimento ideal seriam falta de recursos humanos e financeiros, além da ausência de uma sede própria.³⁸⁸ Ainda nas palavras de Rachel “a COMAI não vive, mas sobrevive”, apostando na compreensão e na ajuda da comunidade caxiense, necessitando ser ampliada.³⁸⁹ No início de 1978, o Juiz de Menores Marino Kury, conhecido por sua grande atuação nesse campo assistencial, fazia constatações semelhantes: “a COMAI está praticamente atrasada 10 anos [...]. Ela necessita de maiores recursos para formar uma nova estrutura”.³⁹⁰

³⁸⁶ “Demonstrativos de contas e despesas”. *Pioneiro*, 02.06.1973.

³⁸⁷ “COMAI – 15 anos à serviço do menor carente”. *Pioneiro*, 31.12.1977.

³⁸⁸ Naquele momento, a COMAI pagava aluguel em um prédio da Rua Marquês do Herval, ao lado do Colégio Nossa Senhora do Carmo. A situação seria regularizada nos anos seguintes, quando a instituição recebeu um local próprio, anexo à Prefeitura. Cf. “A COMAI em foco, seus homens e suas atividades”. *Pioneiro*, 15.08.1979.

³⁸⁹ “COMAI – um novo alento 15 anos depois”. *Pioneiro*, 07.01.1978.

³⁹⁰ *Ibidem*.



Fig. 12: Time de futebol dos meninos da COMAI. Fonte: “A COMAI em foco, seus homens e suas atividades”. *Pioneiro*, 15.08.1979.



Fig. 13: Crianças da Creche Vovó Lu, da COMAI. Fonte: “Vovó Lu, da Vila Moderna, uma creche fruto da união”. *Pioneiro*, 28.07.1979.

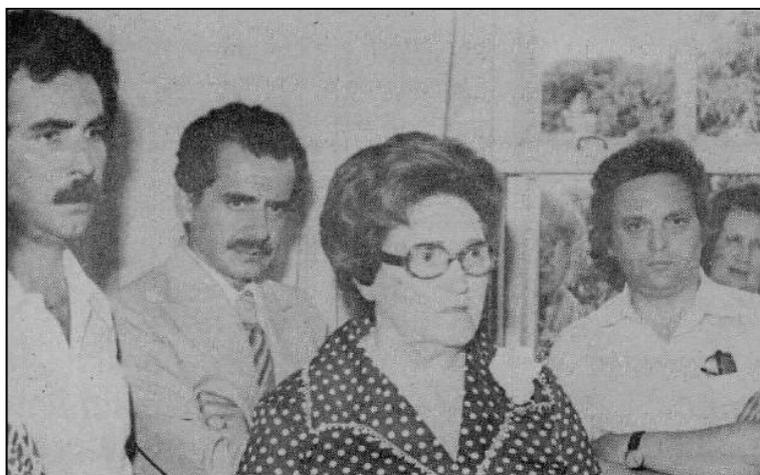


Fig. 14: Esther Troian Benvenuti, primeira Diretora-Executiva da COMAI. Ao fundo, o atual senador Pedro Simon. Fonte: “COMAI – 15 anos a serviço do menor carente”. *Pioneiro*, 31.12.1977

Esse momento de crise estrutural da COMAI combinava-se com a situação pela qual o país, e particularmente os estados e as cidades que mais haviam se desenvolvido na última década, estavam passando. A década de 1970 havia sido marcada por um desenvolvimento acelerado, incentivado pelo governo que, através do endividamento externo massivo, pretendia transformar o país numa potência econômica. Milhares de migrantes procuraram a cidade em busca de melhores condições de vida, os salários perderam seu poder de compra, já que o governo precisava usar esse dinheiro para conter a dívida que crescia diariamente. O abismo social brasileiro estava ainda mais profundo naquele momento: em 1980, os 10% mais ricos do país detinham cerca de 50% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres, não mais que 3%.³⁹¹

A COMAI confrontava-se com o momento em que via que a assistência social, por si só, não conseguiria reparar problemas estruturais de uma sociedade desigual, algo que só poderia ser feito a partir de intenções sérias de redistribuição de renda, melhorias na área da habitação e democratização de oportunidades profissionais e educacionais. Dentro desse contexto, já era possível evidenciar o início de uma mudança de postura dentro da instituição.

Grazziotin afirmava naquele momento que existia uma “falsa imagem no sentido de que o menor [...] atendido seja, quase sempre, um delinqüente ou de comportamento pré-delinquencial”, já que 90% dos atendidos pela instituição naquele momento, segundo uma pesquisa realizada pelo curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul não tinham esse perfil.³⁹² Partidária de uma visão mais “social” sobre a questão, Grazziotin sustentava que a família não era única responsável pela marginalização dos seus filhos, antes disso era necessário olhar para a própria estruturação social da sociedade que dividia os lares em classes A, B e C. As carências econômicas das famílias que se encontram na base da pirâmide social favoreciam atitudes e determinavam as condições em que os filhos poderiam ser orientados e assistidos.³⁹³

Durante o 2º Encontro de Estudos promovido pelos funcionários da COMAI em 1979, foram discutidas as dificuldades enfrentadas pela instituição. As alternativas apontadas pelos participantes do evento para que a realidade social dos “menores” da cidade fosse modificada passavam pela necessidade de uma melhor distribuição de renda, de reforma agrária, de uma

³⁹¹ ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Os despossuídos*. Crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985, p. 27.

³⁹² “COMAI – 15 anos a serviço do menor carente”. *Pioneiro*, 31.12.1977

³⁹³ “Na casa onde não tem pão, todos brigam e ninguém tem razão”. *Jornal de Caxias*, 16.09.1978.

reforma de ensino que beneficiasse toda a população escolar e de uma união de esforços efetiva da comunidade, e da própria instituição.³⁹⁴

Rachel Grazziotin, no mesmo ano, declarou à imprensa que a COMAI deveria “ir morrendo” ao longo dos anos. Na medida em que a sociedade se democratizasse socialmente, a atuação da COMAI não deveria mais ser necessária: “quando se diz que a Comai está crescendo - e ela realmente está - me parece que esse crescimento vem em demérito da sociedade caxiense”.³⁹⁵ Aclamada como uma instituição moderna³⁹⁶ e imprescindível pela comunidade caxiense, aplaudida fora dos limites municipais pelo seu pioneirismo no atendimento aos menores do interior do estado,³⁹⁷ depois 17 anos de atuação, a COMAI chegava à década de 1980 com uma estrutura debilitada, sem possibilidades de crescer sem prejudicar a qualidade do seu atendimento.

2.3 PARA ALÉM DA COMAI: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR E A PRESENÇA MILITAR EM CAXIAS DO SUL

*“Um filho no mundo
e um mundo virado,
um irmão”*

(“Léo”, Milton Nascimento)

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Rio Grande do Sul (FEBEM/RS) foi criada pela Lei nº 5.747, de 17 de janeiro de 1969. Já na metade do ano seguinte, foi possível encontrar propagandas e reportagens sobre as primeiras ações e intenções do novo órgão estadual em um dos jornais de maior circulação em Caxias do Sul,³⁹⁸ que afirmavam que a instituição estava empenhada em resolver cientificamente o grave problema dos menores no estado, que eram na época “um milhão e 300 mil crianças jogadas a própria sorte, sem qualquer perspectiva de uma situação que, pelo menos, lhes permita aspirar um futuro

³⁹⁴ “Funcionários da COMAI realizam encontro de estudos”. *Pioneiro*, 17.10.1979.

³⁹⁵ “Favelas caxienses têm cerca de 14 mil menores”. *Correio Riograndense*, 21.11.1979.

³⁹⁶ “É a moderna assistência social que está sendo aplicada: a promoção da criatura humana e a melhoria do seu meu (sic) ambiente”. Cf. “Atividades da COMAI”. *Pioneiro*, 12.10.1968.

³⁹⁷ Afirmação de uma reportagem de 1965, ocasião em que a Diretora-Executiva da COMAI Esther Benvenuti expôs as realizações da instituição na Assembleia Legislativa do Estado: “Todos os deputados presentes ficaram impressionados com às atividades da COMAI caxiense, que tem servido de modelo para a criação de entidades semelhantes em diversos municípios do Estado”. Cf. “COMAI – D. Esther expôs planos aos deputados gaúchos”. *Caxias Magazine*, 08.05.1965.

³⁹⁸ “Querem ajudar o menor”. *Pioneiro Especial Nº 15* – 2ª quinzena de julho de 1970; “FEBEM está querendo resolver o problema do menor abandonado”. *Pioneiro Especial Nº 15* – 2ª quinzena de julho de 1970; “A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – o que é e o que realiza”. *Pioneiro*, 06.11.1971; Propaganda FEBEM/RS. *Pioneiro Especial Nº 43* - 2ª quinzena, outubro 1971.

normal”.³⁹⁹ Substituindo o antigo Departamento de Assistência Social (DEPAS), e pretendendo iniciar um trabalho moderno de assistência social, a FEBEM/RS, desde o início, cristalizou a noção de que seu público-alvo era constituído por crianças e jovens abandonados, que não possuíam família, que estavam permanentemente em perigo de tornarem-se delinquentes, “crianças que crescem e se desenvolvem desajustadas, para muito cedo começarem a abarrotar as prisões”.⁴⁰⁰ Como foi verificado anos depois, o número de órfãos e/ou crianças e jovens completamente abandonados pelas suas famílias sempre foi muito reduzido dentro do número global de atendidos pela instituição.

O discurso basilar da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) era reproduzido pela instituição gaúcha: “os internamentos serão reduzidos exclusivamente a situações passageiras, e sempre procurando uma reintegração do menor às condições normais de vida, principalmente através do ensino”.⁴⁰¹ Mantendo algumas instituições próprias, sobretudo na capital e na região metropolitana de Porto Alegre, a atuação da FEBEM/RS no resto do estado era realizada através de convênios com obras assistenciais dos municípios, especialmente através do módulo de externato, uma inovação proposta pela Fundação Estadual, mas também com instituições corretivas fechadas, no que dizia respeito aos “menores com desvio de conduta”. Neste subitem serão privilegiados os contratos e convênios criados pela FEBEM/RS em Caxias do Sul para o atendimento de crianças e jovens em meio aberto, principalmente creches e centros profissionalizantes.

Além da FEBEM/RS, outras instituições particulares, sobretudo religiosas, engendraram-se na assistência à infância e à juventude de Caxias do Sul, muitas vezes de braços dados com o Poder Público Municipal. Essas instituições serão referenciadas ao longo do texto, na medida em que colaboraram com os programas e projetos elaborados e/ou apoiados pela FEBEM/RS e pela COMAI. Por fim, esse item também contempla um panorama sobre as influências dos militares nos desígnios das políticas públicas caxienses, momento em que o “perigo moral” toca a Segurança Nacional. Mesmo que essa presença não seja tão direta quanto foi em outras cidades brasileiras, nomeadamente nas capitais, é possível verificar que as forças repressivas que comandavam o Brasil estavam empenhadas em discutir e acompanhar de perto o que estava sendo feito sobre o “problema do menor”, que tanto importava para os entusiastas do binômio “segurança e desenvolvimento”.

³⁹⁹ Escrito em caixa alta no original. “FEBEM está querendo resolver o problema do menor abandonado”. *Pioneiro Especial* Nº 15 – 2ª quinzena de julho de 1970.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

2.3.1 A presença da FEBEM/RS em Caxias do Sul nas décadas de 1960 e 1970

A presença da FEBEM/RS em Caxias do Sul se deu de forma mais organizada já na metade da década de 1970, com a criação de Núcleos e Centros de Bem-Estar do Menor. Antes disso, em julho de 1973, o então governador Euclides Triches anunciou que em breve a cidade teria um Centro da Juventude, nos moldes de um que já havia sido implantado em Santa Maria, apoiado técnica e financeiramente pela FEBEM/RS.⁴⁰²

Outro programa financiado pela FEBEM/RS, e executado pela COMAI a partir de 1973, foi o “Projeto de Assistência Familiar ao Menor”,⁴⁰³ que previa a entrega de crianças de zero a 10 anos de idade, “menores sadios, que não sejam excepcionais ou possuidores de problemas de conduta, afetiva e materialmente carenciados, menores cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do pátrio poder” para famílias de operários “de conduta exemplar” e legalmente constituídas, com emprego fixo há pelo menos 2 anos, com não menos que três filhos. A idade dos pais não poderia exceder 55 anos. As famílias receberiam incentivos da FEBEM e das empresas nas quais o chefe de família trabalhasse e, depois de três anos, tendo uma avaliação positiva de seu comportamento na criação do menor, a família ganharia sua adoção definitiva. Essa medida visava “melhor integrar a criança abandonada na sociedade. Além disso, colocando-os em famílias modestas, evita-se que haja uma distância muito grande entre a situação de origem e a família adotante”.⁴⁰⁴

Pode-se perceber que as famílias escolhidas para o acolhimento desses menores deveriam ser as famílias de modelo-padrão, reconhecidas por lei como legítimas, tendo o homem no papel de principal provedor, evidenciando a presença do medo da desestruturação familiar que, na época, era invocado como principal motivo para a delinquência. Infelizmente, não foi possível encontrar maiores dados sobre o perfil das crianças e das famílias que se envolveram nesse programa de atendimento.

Mas foi a partir de 1975, durante a gestão do Diretor-Executivo Aldo Migot na COMAI, que a cidade recebe garantias de auxílio mais efetivos da FEBEM/RS na implantação de Centros Ocupacionais para jovens até 18 anos, que funcionariam na forma de externato, no turno contrário ao da escola. Eles seriam construídos nos bairros mais carentes, tendo seu foco no ensino profissionalizante. A FEBEM auxiliaria na compra de móveis e equipamentos e também distribuiria merenda. Era o início dos Centros de Bem-Estar do

⁴⁰² “Cidade terá Centro da Juventude”. *Jornal de Caxias*, 14.07.1973.

⁴⁰³ Como já citado anteriormente, a COMAI mantinha um programa semelhante: as “Casas Lares” ou “Lares Substitutos”.

⁴⁰⁴ “Município amplia Assistência ao Menor e recebe Projeto de Assistência Familiar”. *Pioneiro*, 11.10.1975.

Menor (CEBEMs) em Caxias do Sul, esforço conjunto da FEBEM, COMAI, outros órgãos da administração municipal, como a Secretaria de Habitação e Ação Social, e entidades comunitárias e beneficentes da cidade.⁴⁰⁵

A iniciativa foi bem recebida pela imprensa da cidade, que a descreveu como algo que ficará “[...] para sempre, nos anais de nossa história, pois, é preciso repetir que, o que se faz para um desses pequeninos, é de um valor absoluto”.⁴⁰⁶ A então primeira-dama, Ecléa Guazzelli,⁴⁰⁷ que esteve na cidade para a assinatura do convênio, vinculou-se à questão do menor como se fosse uma mãe caridosa, que estendia sua mão para seus filhos carentes. Isso materializava uma noção ambígua do Estado e de suas políticas sociais, que transitava entre a tutela e a caridade; entre a normatização e a benevolência.

Além desses Centros Profissionalizantes, a FEBEM/RS apoiou a criação das creches da COMAI e de outras instituições, e também núcleos de atendimento para crianças de 07 à 10 anos. Já em 1975, havia cerca de 10 instituições que formavam o complexo dos CEBEMs, apoiados de forma mais ou menos significativa pela Fundação Estadual e pela COMAI. De forma geral, a FEBEM/RS auxiliava com equipamentos e recursos de manutenção das instituições. Em contrapartida, o município fornecia os locais apropriados, recursos humanos para a execução e coordenação das ações, em parceria com instituições particulares,⁴⁰⁸ como é possível verificar na tabela abaixo:

Tabela 9: Núcleos e Centros de Bem-Estar do Menor em 1975⁴⁰⁹

Núcleo	Instituição e bairro	Características	Administração	Faixa-etária
I	Creche São José (bairro São José)	Prédio cedido pela Paroquia São José	Cáritas Paroquial São José	1 a 5 anos
II	Creche Ana Aurora do Amaral Lisboa (bairro Floresta)	Prédio da Prefeitura Municipal. Capacidade: 30 crianças	COMAI	1 a 5 anos
III	Creche Pica-Pau Amarelo (bairro Marechal Floriano, a “Zona do Cemitério”)	Prédio da Prefeitura Municipal. Capacidade: 70 crianças	COMAI	1 a 5 anos
IV	Centro Branca de Neve (bairro Rio Branco)	Sala cedida pela Paróquia Imaculada Conceição. Capacidade: 150 menores (ver	LEFAP	3 a 6 anos

⁴⁰⁵ “Centro do Bem-Estar do Menor”. *Pioneiro*, 12.04.1975.

⁴⁰⁶ “Convênio FEBEM e COMAI”, editorial. *Pioneiro*, 07.06.1975.

⁴⁰⁷ Guazzelli se tornaria presidente da FEBEM/RS no final da década de 1970.

⁴⁰⁸ Em 1978, a FEBEM/RS firma um convênio com a Universidade de Caxias do Sul para que 20 estagiárias passem a trabalhar nos CEBEMs. Cf. “Prevenção da marginalização”. *Pioneiro*, 25.10.1975; “UCS assina convênio com Centro de Bem-Estar do Menor”. *Pioneiro*, 15.07.1978.

⁴⁰⁹ Tabela construída a partir das informações do Relatório da COMAI datado de 1975. No relatório, o Setor do Menor Ambulante, o Setor do Menor Ativo e o atendimento/aconselhamento às famílias foram colocados como núcleos do CEBEM (respectivamente, Núcleos XI, XII e XIII). Entendendo que esses programas já existiam desde meados da década de 1960, quando da formação da COMAI, foram mantidas na tabela apenas as instituições criadas no contexto em que a FEBEM inicia sua ingerência na assistência social caxiense. Cf. Relatório de atividades anuais – 1975. *Acervo COMAI*.

		Fig. 16, p. 152)		
V	Centro Pequeno Príncipe (bairro Cruzeiro)	Sala foi cedida pela Paróquia Sagrado Coração de Jesus (tarde). Capacidade: 50 menores	CEBEM	4 a 7 anos
VI	Centro Nossa Senhora da Paz (bairro Marechal Floriano)	Repartições de atendimento cedidas pela Sociedade Educadora Beneficente do Sul das Irmãs Carlistas. Auxílio da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Capacidade: 50 menores	Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu – Scalabrinianas	7 a 12 anos
VII	Centro Pe. Cacique de Barros (bairro Marechal Floriano, a “Zona do Cemitério”)	Prédio da Sociedade Espírita “Amor e Caridade”. Capacidade: 40 menores (ver Fig. 15, p. 152)	CEBEM	6 a 10 anos
VIII	Centro Dante Marcucci (bairro Nossa Senhora de Fátima)	Prédio da Prefeitura Municipal. Capacidade: 40 menores.	CEBEM	7 a 14 anos
IX	Centro Pequeno Príncipe (bairro Cruzeiro)	Prédio da Paróquia Sagrado Coração de Jesus (manhã). Capacidade: 40 menores	CEBEM	10 a 14 anos
X	Centro João Batista Scalabrini (bairro Marechal Floriano, a “Zona do Cemitério”)	Prédio da Prefeitura Municipal. Capacidade: 30 menores	CEBEM	11 a 14 anos

Nos núcleos, creches e centros, crianças e jovens podiam dispor de atendimentos de saúde, alimentação, recreação, aulas de arte, higiene, música e acompanhamento das tarefas escolares.⁴¹⁰ Até o final da década de 1970, algumas outras instituições passaram a fazer parte dos CEBEMs.⁴¹¹ Além disso, a FEBEM/RS possuía um convênio com o Colégio Santa Maria Goretti, das Irmãs Murialdinas de Fazenda Souza, que mantinham uma instituição em forma de internato para meninas carentes⁴¹² e destinou, em 1979, verbas para o Instituto Bom Pastor, a Creche Tia Laura, o Lar Padre João Schiavo e a Creche Olga Festugatto.⁴¹³

Todos esses eram locais onde, segundo a imprensa, as crianças encontravam “um ambiente saudável, aliás bem mais que em suas próprias casas, pois estas crianças em sua quase totalidade provém de famílias com problemas de relacionamento”.⁴¹⁴ Era comum que a

⁴¹⁰ Apenas em 03 núcleos havia cursos profissionalizantes: no Núcleo VII (Centro Dante Marcucci), os menores trabalhavam com empalhação de cadeiras, recebendo remuneração. No Núcleo IX (Centro Pequeno Príncipe) havia cursos para trabalhar com couro, cursos de cabeleireiro, corte e costura, bordado, pintura em tecidos, crochê e tricô, o que leva a crer que fossem atendidas predominantemente meninas. No Núcleo X (Centro João Batista Scalabrini), a profissionalização se dava a partir de cursos para o manuseio de madeira, couro e artesanato em geral

⁴¹¹ Em 1976, a Creche Raio de Sol, do “Burgo”, em convênio entre LBA, a COMAI e a FEBEM/RS; em 1978, o CEBEM Santa Fé, no bairro de mesmo nome, obra coordenada pelos Irmãos Murialdinos; em 1979, o Núcleo Chapeuzinho Vermelho, do bairro Esplanada (ver Fig. 17, p. 152); a Creche Cinderela, do bairro Fátima; a Creche Maria Angélica, do bairro Pio X, que recebeu obras de ampliação; e a Creche Tancredo Feijó, do bairro Kayser. Cf. “Um Raio de Sol para as crianças do Burgo”. *Jornal de Caxias*, 06.11.1976; “Inaugurado Centro do Bem-Estar do Menor no Bairro Santa Fé”. *Correio Riograndense*, 15.11.1978; “Supervisora da FUNABEM visitou Caxias”. *Pioneiro*, 09.06.1979; “CEBEM continua campanha. Dia 12 donativos deverão ser entregues”. *Jornal de Caxias*, 27.10.1979; “Dois núcleos que atendem menores carentes”. *Pioneiro*, 24.10.1979.

⁴¹² “Meninas abandonadas”, por Mário Gardelin. *Pioneiro*, 14.04.1976.

⁴¹³ “FUNABEM destina verbas a entidades caxienses”. *Pioneiro*, 29.12.1979.

⁴¹⁴ “Apoio ao menor”. *Pioneiro*, 24.03.1976.

privação material das famílias fosse confundida com uma inexorável privação afetiva para com seus filhos.

Em 1979, com cerca de 15 núcleos espalhados pela cidade, os CEBEMs atendiam 1700 crianças e jovens até 18 anos. Semelhantemente à COMAI, os Centros estavam passando por dificuldades financeiras no final da década de 1980, visto que a quantia que recebiam da FEBEM/RS não cobria os gastos com a manutenção das instituições.⁴¹⁵

Assim como aconteceu na FEBEM em nível estadual, as ingerências políticas também marcaram espaço na atuação da Fundação em Caxias do Sul. No final de 1979, surgiram denúncias de desvios de verbas dos recursos destinados aos CEBEMs da cidade.⁴¹⁶ Os problemas internos teriam iniciado no final do mandato do vice-prefeito Mario David Vanin, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entre 1974 e 1975, quando sua esposa Vera Vanin criou a Sociedade de Atendimento ao Menor Carente (SAMEC), que tinha funções que rivalizavam com o campo de atuação da COMAI e da FEBEM em Caxias do Sul. À época, a criação desse órgão foi muito discutida, pois surgia em meio às discussões para a indicação de Vanin para o pleito do legislativo estadual, que se realizaria no ano seguinte, fato que acabou não se concretizando por divergências internas dos arenistas. Com a criação da SAMEC, as verbas que antes eram enviadas pela FEBEM/RS e controladas pela COMAI para serem aplicadas nos CEBEMs, passaram a ser manuseadas pelo novo órgão.

Em 1977, Mansueto Serafini Filho, do MDB, assumiu a Prefeitura, afastando a SAMEC da administração das verbas dos CEBEMs. No ano seguinte, alegando “não ver vantagens” no projeto, vetou o repasse de verbas da prefeitura, o que fez com que os Centros recebessem somente as verbas estaduais. O relacionamento com a COMAI também ficou prejudicado nesse processo, ainda mais depois que uma de suas funcionárias, Geni Dotto Ariotti, estava sendo cogitada para assumir a direção dos CEBEMs. Dotto era partidária do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assim como a Direção-Executiva da COMAI na época, na figura de Rachel Grazziotin, o que fez com que essa questão se traduzisse em uma disputa política MDB x ARENA, já que os Centros eram vistos como uma obra arenista. O dinheiro arrecadado com a campanha amplamente divulgada na mídia ainda não havia sido

⁴¹⁵ Tinham que contar com doações de empresas da cidade, que colaboravam com leite e outros mantimentos. Em outubro de 1979, foi realizada uma ampla campanha na cidade com o slogan "O dia 12 é o dia do filho dos outros", buscando sensibilizar a população nos principais órgãos da imprensa local. Cf. "1500 menores precisam de nós". *Pioneiro*, 22.08.1979; "Centro de Bem Estar do Menor faz campanha na próxima segunda-feira". *Jornal de Caxias*, 10.11.1979.

⁴¹⁶ As informações sobre essas divergências políticas foram retiradas de uma reportagem especial publicada na imprensa e foram confirmadas por Ariotti. Cf. "Política prejudica menor abandonado". *Jornal de Caxias*, 29.12.1979; Depoimento de Geni Dotto em Ariotti, concedido à autora em 21 de junho de 2011.

devidamente declarado no final de 1979, o que motivou o afastamento da coordenadora Edith Menegat e a abertura de sindicância no ano de 1980, procurando descobrir se havia irregularidades no uso do dinheiro recebido da FEBEM/RS em Caxias do Sul. O desenrolar dessa questão será explorado em um dos itens do próximo capítulo.

Em Caxias do Sul, a FEBEM/RS procurou trabalhar a partir de uma estrutura que já havia sido criada na cidade, desde a fundação da COMAI no final de 1962. Como foi possível perceber, boa parte das iniciativas da Fundação Estadual se deu em instituições sociais no formato de externato. Porém, a FEBEM/RS também apoiou a criação de instituições fechadas, sobretudo para jovens com “desvios de conduta” ou infratores, como será analisado no próximo item desse capítulo e no capítulo seguinte, que se refere à década de 1980.

Ao mesmo tempo em que os CEBEMs procuravam suprir as necessidades das famílias mais pobres, que não tinham onde deixar seus filhos enquanto trabalhavam, em ambos os casos, nos externatos e internatos, a visão de família que se cristalizou colocava as populações carentiadas na mira da assistência pública, reafirmando a ideia de que as crianças vindas desses “lares desajustados” estavam sempre a perigo de tornarem-se delinquentes, o que justificaria um atendimento especializado desde os mais tenros anos de vida.

Algumas outras instituições de caridade e filantropia atuaram em Caxias do Sul, muitas vezes mantendo estabelecimentos, programas de atendimento ou campanhas de doações ligadas à COMAI ou à FEBEM/RS. Entre elas, é possível citar a Fundação Caxias, fundada por empresários em 1969 e a LBA, criada originalmente em nível nacional no ano de 1942 pela primeira-dama Darcy Vargas, e que teve grande expansão de sua atuação nas décadas de 1970 e 1980. A primeira-dama caxiense, Vera Vanin, esteve à frente das instituições da Fundação Caxias e da LBA durante o mandato de seu marido Mario David Vanin (1974-1975),⁴¹⁷ o que leva a pensar sobre essa inflexão de gênero que reflete a vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade pelos problemas sociais, através da prática de caridade, pioneiramente iniciada pelas “Damas de Caridade” do início do século, também presentes em Caxias do Sul.

⁴¹⁷ Na Fundação Caxias, a primeira-dama do município Vera Vanin foi coordenadora da Comissão de Assistência Social. Na LBA, Vera foi presidente do Núcleo de Voluntariado. Cf. “Menor será bem amparado”. *Pioneiro*, 05.07.1975; “LBA confirma convênio”. *Jornal de Caxias*, 20.09.1975.



Fig. 15: Inauguração do Centro de Bem-Estar do Menor Padre Cacique. Fonte: “Município amplia Assistência ao Menor e recebe Projeto de Assistência Familiar”. *Pioneiro*, 11.10.1975.



Fig. 16: Inauguração do Centro de Bem-Estar do Menor Branca de Neve. Fonte: “Municipalidade inaugura Centros de Bem-Estar e creche”. *Jornal de Caxias*, 11.10.1975.

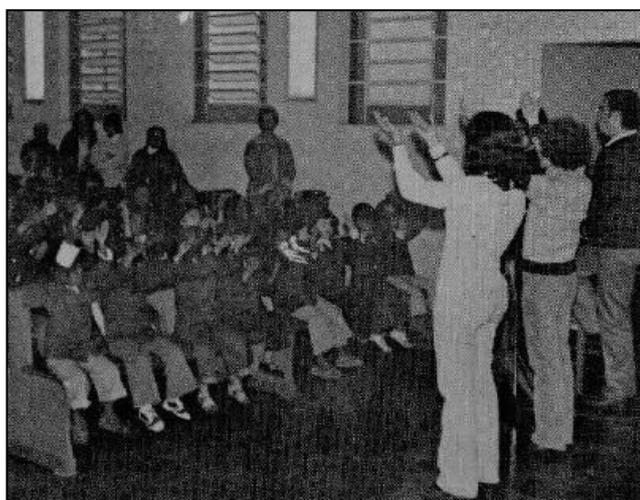


Fig. 17: Visita da FUNABEM ao Núcleo Chapeuzinho Vermelho. Fonte: “Supervisora da FUNABEM visitou Caxias”. *Pioneiro*, 09.06.1979.

Na COMAI, a presença de mulheres nas direções-executivas também reflete essa vinculação, já que entre 1962 e 1979, foram 6 diretoras e apenas 1 diretor. Às mulheres historicamente foi facultado a difusão da “missão sagrada” de estarem à frente de tarefas educativas e caridosas, no papel de mães, esposas ou donas de casa: “as mulheres são historicamente educadas a serem as responsáveis pela reprodução social”.⁴¹⁸

O empresariado caxiense também esteve, desde o início da década de 1960, implicado na “questão do menor” através da atuação de organizações de líderes empresariais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e a Câmara de Indústria e Comércio (CIC), o Rotary e o Lions Club, organizações que marcaram presença através de palestras,⁴¹⁹ doações,⁴²⁰ ou exigindo soluções, como no Caso da “Comissão Pró-Segurança”, criada em 1978, que enfocava especificamente a questão dos “menores infratores”.⁴²¹

Como é possível perceber, a assistência social para os “menores” no Brasil dessa época, apesar da centralização pretendida com a criação da FUNABEM em 1964, foi composta por uma miríade de instituições sociais e religiosas, grande parte delas ligadas à iniciativa privada e à Igreja Católica. Mário Altenfelder, o grande mentor da Política Nacional do Bem-Estar do Menor no Brasil deixava claro em suas afirmações que a iniciativa particular continuaria sendo a “principal força de trabalho em favor do menor”, posto que já desempenhava um papel preponderante que o governo não teria condições – nem gostaria – de suplantar.⁴²² Em Caxias do Sul, apesar da existência da COMAI, a desorganização e pulverização de esforços da assistência social na cidade já eram apontadas em 1975 como problemas que deveriam ser corrigidos.⁴²³ Isso reflete, de certa forma, o posicionamento dos setores dirigentes que tomaram o poder no Brasil em 1964 e que apostaram, sobretudo, na aliança com os setores privados para alavancar o crescimento acelerado que tinham como meta para transformar o Brasil em uma potência econômica.

⁴¹⁸ CISNE, Mirla. *A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero*. Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e desenvolvimento no século XXI. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007, p. 3.

⁴¹⁹ “Problema do menor abandonado”. *Pioneiro*, 02.03.1963; “Será tentada pelo Rotary a solução do problema do menor abandonado”. *Pioneiro*, 09.03.1963.

⁴²⁰ “Lions ajuda 85 meninas abandonadas”. *Pioneiro*, 07.04.1976; “Lions ajudam 85 meninas abandonadas”. *Pioneiro*, 14.04.1976.

⁴²¹ A Comissão foi extinta em maio de 1979 por divergências entre seus dirigentes. Cf. “Comissão de caxienses foi pedir mais segurança às autoridades”. *Pioneiro*, 13.12.1978; “Comissão pró-segurança de Caxias já trabalha em varias frentes”. *Pioneiro*, 16.12.1978.; “Desfeita a Comissão de Segurança”. *Jornal de Caxias*, 12.05.1979;

⁴²² “Menor – livre iniciativa é a melhor força”. *Pioneiro*, 29.07.1972.

⁴²³ “Conclusões do Seminário sobre problemas de Caxias”. *Pioneiro*, 01.11.1975.

2.3.2 Os militares e os “menores” de Caxias do Sul na década de 1970

Os setores militares estiveram presentes nas discussões em torno do “problema dos menores” em Caxias do Sul, a exemplo do que também ocorreu em nível estadual e nacional, na FEBEM/RS e FUNABEM. É importante pontuar que as considerações que serão feitas nesse sentido seriam mais completas se houvessem estudos aprofundados sobre as transformações que a ditadura civil-militar provocou em Caxias do Sul, sobretudo no que se refere à repressão social e política. Infelizmente, a historiografia regional pouco ou nada falou sobre esse período da história recente brasileira, tão importante em uma cidade que teve seu maior crescimento justamente em meio aos anos de chumbo.

Foram encontradas evidências que permitem afirmar que na década de 1970⁴²⁴ os militares, especialmente através de grupos de estudos e discussões promovidos pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), da participação de autoridades militares locais em eventos e inaugurações de instituições sociais,⁴²⁵ e das ACISOs (Ações Cívico-Sociais) do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea de Caxias do Sul (3º GAA Ae), estiveram implicados em pensar e discutir questões que envolviam os “menores”, a segurança e o desenvolvimento nacional, atuando diretamente junto à comunidade caxiense.

As ações Cívico-Sociais do Exército Brasileiro faziam parte de um projeto de cunho social com caráter assistencialista que buscava conquistar a simpatia da população com os empreendimentos militares.⁴²⁶ A pretensão de legitimidade da ditadura civil-militar brasileira não se traduzia apenas na sujeição pela repressão: ela se manifestava de forma muito mais complexa na construção de consensos junto à população, nas diversas esferas da vida social.

⁴²⁴ Na década de 1960 foi encontrada apenas uma menção à participação militar na assistência aos “menores” durante um almoço festivo oferecido pela Madeireira Germano Pisani, principal parceira da COMAI no Setor do Menor Ativo. Na ocasião foi inaugurada uma escola que ganhou o nome de General Emilio Mallet, Patrono da Artilharia Brasileira. O ato de inauguração coincidiu com as comemorações da Semana da Pátria. Cf. “Escola para os menores do Setor Ativo da COMAI”. *Pioneiro*, 10.09.1966.

⁴²⁵ O Comandante do 3º GAA Ae, Coronel Juarez Danton Vianna de Abreu Gomes, esteve presente na inauguração da Creche Pica-Pau Amarelo, em outubro de 1975. Em 1977, a esposa do então Comandante do 3º GAA Ae Coronel Eugênio de Almeida Baptista esteve entre as autoridades presentes na recepção oficial da Coordenadora dos Programas Preventivos da Fundação do Bem-Estar do Menor do Estado de Goiás, Divina da Silva Duarte. Em 1978, o Capitão Ávila do 3º GAA Ae marcou presença em um encontro do então presidente da FEBEM/RS José Sanchotene Felice com as autoridades municipais, onde foram discutidas as medidas necessárias para solucionar a questão dos menores delinquentes da cidade. Cf. “Coordenadora da FEBEM Goiás esteve em Caxias”. *Pioneiro*, 27.08.1977; “Municipalidade inaugura Centros de Bem-Estar e creche”. *Jornal de Caxias*, 11.10.1975; “Presidente da CEBEM (sic) debateu problema do menor em Caxias”. *Pioneiro*, 02.12.1978.

⁴²⁶ SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006, p. 172.

Em Caxias do Sul, foram realizadas ACISOs desde, pelo menos, 1970. De forma geral, elas forneciam atendimento médico-sanitário para as populações mais empobrecidas, formação técnico-profissional para os jovens, recuperação e reformas de escolas e prédios da comunidade, palestras e exposições de filmes sobre os princípios e atuação do Exército Brasileiro, entre outras atividades, sempre com um enfoque em ensinamentos morais e cívicos.

Realizadas três vezes ao ano, a ACISO era vista pela imprensa local como “talvez a obra social de maior relevância para a comunidade”.⁴²⁷ Entre 1970 e 1971, o 3º GAAAE promoveu uma “Colônia de Férias”, voltada para crianças entre 05 e 13 anos de idade:

[...] estão as crianças desta cidade convidadas a participar de mais esta atividade de entrosamento entre civis e militares, quando, em convívio com outras crianças de todas as classes sociais, terão reguladas o emprego de suas horas de lazer em atividades sadias de vida física, moral e social como ginástica, jogos, filmes, piqueniques, passeios, etc.⁴²⁸

O III e IV Ciclos de Estudos da ADESG realizados em Caxias do Sul tiveram a “questão dos menores” como tema de discussões. O III Ciclo, que foi realizado em 1978, trouxe um debate sobre “O Menor Abandonado e sua Influência no Processo de Segurança e Desenvolvimento do País”. Reunindo mais de 300 representantes, vindos de Porto Alegre, Caxias do Sul, São Leopoldo, Santa Maria e Passo Fundo, as discussões apontaram as principais causas para a marginalização dos menores:

[...] o pauperismo; a desarmonia e esfacelamento familiar; o subemprego; os baixos salários; a dissonância do ensino em confronto com a realidade nacional; a busca de fuga pelos tóxicos; o poluir dos costumes através dos veículos comunicadores; o êxodo rural pela moderna tecnologia e crescente atração dos recursos urbanos, bem como a falta de infra-estrutura urbana adequada à explosão demográfica. Assim, em decorrência desses males sociais, oriundos das estruturas social, política, jurídica e econômica vigentes, surgem, como marca inevitável, o furto, o roubo, as agressões, a mão armada, a prostituição, a vadiagem, o tráfico de tóxicos, a promiscuidade, o permissivismo e, enfim, a falta de substrato cultural que transforma o menor carente em fácil presa de doutrinações ideológicas, contrárias aos interesses nacionais.⁴²⁹

Apesar de enfocarem as desigualdades e a estrutura social do país como as principais causas que levariam à marginalização dos menores e de suas famílias, o texto acabava

⁴²⁷ Em 1977, o foco da ACISO foi a recuperação da Escola Rural São Caetano. Sendo uma das muitas comunidades carentes da cidade, foram feitos também esforços de vacinação e fornecidos atendimentos médicos, odontológicos e assistenciais. Cf. “Exército integrado na comunidade”. *Jornal de Caxias*, 25.08.1973; “Já começou a ACISO do Exército”. *Pioneiro*, 06.07.1977; “Comunidade foi fator de sucesso da ACISO”. *Pioneiro*, 09.07.1977.

⁴²⁸ “Colônia de Férias no 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos”. *Pioneiro*, 14.11.1970.

⁴²⁹ “A situação do menor carente, influência do problema no processo de segurança e desenvolvimento do país, providências objetivas”. *Pioneiro*, 18.11.1978.

reafirmando a noção de que essas populações, por sua falta de “substrato cultural”, poderiam ser presas fáceis da doutrinação ideológica. Essa afirmação deixa clara a intenção de colocar os menores como um problema de Segurança Nacional. A busca incessante de aceitabilidade pelos governos militares brasileiros justificava a ênfase nos fatores psicossociais, que buscavam a exaltação dos valores de integração, harmonia, ordem e disciplina, sobretudo no que dizia respeito às famílias.⁴³⁰

O IV Ciclo de Estudos aconteceu em 1979. Seu tema central foram questões que envolviam “Segurança e Desenvolvimento”. As palestras e grupos de estudos aconteceram no auditório Castelo Branco, do 3º GAAAe, entre agosto e dezembro daquele ano. No dia 26 de setembro o tema de discussão foi “O menor carente em seus diversos aspectos e problemas, papel da FUNABEM” e, no dia 25 de outubro, Ecléa Guazzelli proferiu uma palestra sobre o mesmo tema.⁴³¹

A participação dos militares ora apresentada pode ser julgada como esporádica e extremamente localizada, não sendo suficiente para interferir na política pública da cidade. Aldo Migot, Diretor-Executivo da COMAI entre 1973 e 1976, quando questionado diretamente sobre isso em uma entrevista realizada pela autora desse trabalho, respondeu que não houve nenhuma participação dos militares junto à COMAI, nem mesmo da polícia. Todos os contatos necessários eram feitos através do Juizado de Menores, na figura do seu Juiz.⁴³²

No entanto, a argumentação que norteia essa pesquisa problematiza, sobretudo, a influência que os preceitos nacionalmente divulgados pela FUNABEM e suas instituições estaduais tiveram nos rumos da assistência social e nos discursos socialmente reproduzidos sobre a marginalização e a pobreza. Encontrar indícios que sustentam a problematização do “problema dos menores” enquanto uma questão explícita de Segurança Nacional, vindos de uma instituição que parece ter sido notoriamente reconhecida com respeito pela sociedade local, leva a pensar sobre o alcance que essas ideias tiveram no imaginário social caxiense.

Em 04 de abril de 1970, o Sargento Homero Trindade discorreu longamente sobre a escalada da violência juvenil na cidade em uma crônica publicada em um jornal local. O texto, intitulado “Menor delinquente – problema sem solução”, trazia um tom alarmista, que partia da construção de um clima de completa insegurança:

Hoje, uma pessoa não pode mais transitar tranquilamente pelas ruas da cidade, em segurança, pois está propensa à ser, de um momento para outro, vítima de um

⁴³⁰ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 39.

⁴³¹ “‘Segurança e Desenvolvimento’ é o Ciclo de Estudos da ADESG”. *Pioneiro*, 29.08.1979.

⁴³² Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 jun.2011.

assalto, de um roubo, de ataques sexuais ou atentados violentos. Nossos menores delinquentes, que até então praticavam seus atos delituosos, dentro de características passivas, passaram a matar. Eis o sistema latente, de que eles agora atingem o auge de sua periculosidade. Já matam para roubar!⁴³³

Trabalhar para a solução desse problema era, segundo o militar, um “dever de patriotismo, de humanismo e de amor cívico de todo um povo. De toda uma nação que não deseja, em absoluto, ver seus filhos chafurdados na lama do crime e da perdição total”. Lançando mão de argumentos que sustentavam que a marginalização social podia muitas vezes ter como causa fatores congênitos ligados a determinadas populações, Trindade se utilizava de argumentos extremamente estigmatizantes e discriminatórios, que localizavam na família o fator de degenerescência moral dos “menores”:

Muitos desses menores poderão ser irrecuperáveis, pois trazem desde o berço aquela índole talvez adquirida de negros antepassados. Mas, a maioria ainda está em tempo de ser salva. São vítimas de meios e das condições em que vivem. Bradam por socorro. É preciso que o povo, todo o povo, conscientize-se deste verdadeiro drama, que vive determinada parcela de nossa sociedade, e a par de todos os nossos esforços conjuntos, faça um apelo superior: “DEUS, SALVAI E AMPARAI AS NOSSAS CRIANÇAS” [nota da autora: em caixa alta e entre aspas no texto original].⁴³⁴

A clara alusão aos antigos escravos brasileiros, os “negros antepassados”, denota um posicionamento preconceituoso e eugênico, que relaciona genética e o pretense “caráter criminoso irrecuperável” daqueles menores. Além disso, a evocação de Deus incorporada ao final de seu texto, com seus apelos à caridade cristã, mostram o quanto a religiosidade caminhava lado a lado com um discurso moralizante e ufanista do período da ditadura civil-militar.

Esse exemplo, assim como a relação explícita construída entre os menores e as questões de Segurança Nacional nos encontros da ADESG, citados anteriormente, demonstram que setores militares, também em Caxias do Sul, deixaram entrever a forma como concebiam a sociedade, dentro de uma lógica perversa aonde a segurança vinha muito antes (ou mesmo desacompanhada) do real desenvolvimento.

⁴³³ “Menor delinquente: problema sem solução”, por Sgt. Homero. *Pioneiro*, 04.04.1970.

⁴³⁴ *Ibidem*.

2.4 OS “ELEMENTOS DESVIANTES” EM CAXIAS DO SUL: ESMOLEIROS MIRINS, MENORES INFRATORES, CRIMINALIDADE E PRESSÃO SOCIAL

*“Chega estampado
Manchete, retrato,
Com venda nos olhos,
Legenda e as iniciais
Eu não entendo
essa gente seu moço,
Fazendo alvoroço demais”*

(“O meu guri”, Chico Buarque)

O “menor delinquente”, de “conduta antissocial” ou simplesmente o “marginal” foi um personagem que sempre balizou as políticas de controle da infância e da juventude. Foi sempre em função do seu perigo social que medidas mais ou menos arbitrárias foram criadas e implementadas. No período estudado nessa pesquisa, momento que coincide com o crescimento do autoritarismo cotidiano e a complexificação da sociedade brasileira, os “pivetes”, “pixotes”, “trombadinhas” e, mais tarde, meninos e meninas de rua, produtos de uma ordem social historicamente injusta e degradante, foram os personagens centrais, para os quais se dedicaram centenas de reportagens de jornais, discussões acaloradas e, na maioria das vezes, poucas soluções efetivas.

Nos 30 anos percorridos com essa pesquisa, os “menores infratores” figuraram em cerca de 323 reportagens coletadas inicialmente, que incluíam relatos de crimes cometidos, discursos de autoridades sobre a questão e textos de opinião de jornalistas e estudiosos. Isso corresponde a cerca de 23,5% do total de reportagens selecionadas, o que demonstra a importância fundamental desse tema no período. Considerando esses aspectos, a análise ora apresentada sobre essa temática foi dividida em quatro eixos, que enfocam a questão da mendicância juvenil; as iniciativas públicas criadas para a “recuperação” dos infratores e a atuação do Juizado de Menores na cidade; os crimes praticados por jovens caxienses e o posicionamentos de diferentes atores sociais da cidade frente à essas práticas; e, por fim, a construção de saberes sobre o “problema do menor”, com especial atenção para a análise da atuação familiar nesse processo. Mas, antes de falar sobre os “menores delinquentes” propriamente ditos, é importante fazer uma pausa para analisar outra representação social da infância, que se localiza na tênue linha que separava as crianças que sobreviviam nas ruas dos infratores: em cena, os “esmoleiros mirins” de Caxias do Sul.

2.4.1 Os esmoleiros mirins, a “triste representação da miséria” no centro da cidade

Ao longo da década de 1970, principalmente na sua primeira metade, uma representação específica da infância pobre pode ser encontrada nas páginas dos principais jornais de Caxias do Sul. O “esmoleiro mirim”, que “infestava” a cidade com suas vestes maltrapilhas e sujas, praticando pequenos assaltos ou suplicando pelo “dinheirinho” dos transeuntes, foi protagonista de acaloradas discussões sociais. Esse novo personagem desencadeou sentimentos conflitantes, que iam desde a piedade cristã até o clamor por repressão e recolhimento das ruas. Mais tarde, já na segunda metade da década de 1970, os pequenos mendigos saíram aos poucos de cena para emergirem, já mais velhos, sob uma nova representação, mais perigosa que a primeira: a de “menores delinquentes”. Em ambos os casos, a “invisibilidade do sofrimento” dessas populações só se tornava manifesta através da visibilidade adquirida através de atos violentos ou contrários à ordem social, construindo-se, em suma, uma “invisibilidade perversa”.⁴³⁵

Denunciava-se que os “mendigos mirins”, vindos dos bairros periféricos de Caxias do Sul, estavam literalmente “invadindo” o centro da cidade, promovendo desordens, “massacrando”⁴³⁶ a população em busca onde alguns trocados e maculando a imagem dos principais logradouros públicos.⁴³⁷ Uma das primeiras reportagens encontradas sobre o assunto traz em seu título uma metáfora recorrente nos registros e crônicas localizadas ao longo dos anos seguintes: “Mendigos Mirins infestam a cidade”. Onipresentes, imundos e fétidos, os esmoleiros estavam em todos os lugares, agredindo os transeuntes com a sua miséria exposta aos olhos de todos, procurando “comover a alma popular”.⁴³⁸ A representação construída nas matérias publicadas, retratava-os de forma estereotipada, através de uma imagem particularmente humilhante, potencializada simbolicamente através das metáforas utilizadas e das fotografias veiculadas, desconsiderando a prática da esmola como uma estratégia de sobrevivência precária.

Sobre o uso de imagens degradantes dos “esmoleiros mirins” nas páginas da imprensa, pode-se citar um fato particular que registra, de um lado, a ênfase na recorrência do fenômeno

⁴³⁵ SALES, Mione Apolinário. (In) *visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo, Cortez: 2007, p. 27.

⁴³⁶ “Em qualquer parte, em qualquer zona ou bairro ou em qualquer situação, as pessoas daqui, visitantes ou turistas, estão sendo ‘massacrados’ por crianças de dois anos a adultos de sessenta, sempre achacando e pedindo dinheiro”. Cf. “Esmolas & esmoleiros”, por José Machado. *Pioneiro*, 16.06.1973.

⁴³⁷ “Mendigos e crianças esmolam em Caxias”. *Pioneiro*, 23.12.1972.

⁴³⁸ “Mendigos mirins infestam a cidade”. *Pioneiro*, 29.08.2970.

da “infestação” de pedintes no centro da cidade e, de outro, a reutilização de imagens antigas para reforçar a representação de um fato do presente (cf. Figs. 18 e 19, p. 161). Em uma reportagem datada de 29 de agosto de 1970, na capa do *Jornal Pioneiro*, sob o título “Esmoleiros mirins: um problema da cidade”, aparecia uma menina em trajes precários, estendendo a mão para um adulto em busca de uma esmola, próxima a um banco da praça central de Caxias do Sul. Em 1974, a mesma imagem é novamente publicada em uma chamada de capa do mesmo jornal, referindo-se ao que acontecia naquele ano. Esse uso repetitivo e anacrônico de imagens representativas do estado de degradação dessas crianças ajudava a reforçar o sentimento de constrangimento e desconforto que aparecia de forma recorrente na imprensa, que publicou diversas reportagens e crônicas sobre essa questão ao longo da década de 1970.

As reportagens se referiam continuamente à “indústria das esmolos”,⁴³⁹ incentivada pelas famílias pobres que levavam seus filhos para as ruas em busca de dinheiro fácil através da profissionalização da mendicância: “[...] é claro que há pessoas necessitadas. Mas, é latente que já há um certo tipo de profissão, uma certa certeza de vida mansa, às custas da caridade pública”.⁴⁴⁰ Continuamente eram publicadas denúncias sobre a exploração utilizada conscientemente por famílias pobres e que coexistia com a “mendicância autêntica”, verificada sobretudo quando era praticada por idosos ou por pessoas com incapacitações físicas; nestes casos, tais mendigos já estavam “incorporados ao patrimônio das esmolos”,⁴⁴¹ e não preocupavam a população, sendo merecedores, inclusive, de todo o “respeito e compaixão, além da caridade cristã”.⁴⁴²

O ressentimento social para com essas “hordas de invasores”⁴⁴³ se localizava no fato de que os praticavam a mendicância não estariam contribuindo de forma útil para a sociedade; seu comportamento não seria digno para uma cidade que acreditava ter forjado sua identidade social sob o trabalho honesto e o esforço pessoal na busca por realização financeira. Estavam em perigo os valores dos “cidadãos de bem”, pessoas cultas que “trabalham, agem, pensam e lutam”,⁴⁴⁴ e que, feridas em seus valores morais, não podiam mais andar tranquilamente no centro da cidade.

⁴³⁹ “Esmola & Esmoleiros”, por José Machado. *Pioneiro*, 16.06.1973.

⁴⁴⁰ “Mendigos mirins infestam a cidade”. *Pioneiro*, 29.08.1970

⁴⁴¹ “Cena deprimente: crianças mendigam em nossas ruas”. *Pioneiro*, 18.12.1971.

⁴⁴² “Mendigos”, por José Machado. *Pioneiro*, 24.02.1973.

⁴⁴³ “Invasão de pivetes”, por José Machado. *Pioneiro*, 25.03.1978.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.



Fig. 18: Criança pedinte. Capa do Jornal Pioneiro em 1970. Fonte: “Esmoleiros mirins: um problema da cidade”. *Pioneiro*, 29.08.1970.



Fig. 19: Criança pedinte. Capa do Jornal Pioneiro em 1974. Fonte: “Mendicância: fato que clama por providências”. *Pioneiro*, 31.08.1974.

É bastante clara essa construção de uma oposição entre os “cidadãos corretos”, que contribuíam para o bem-comum pagando impostos, imersos nos valores cristãos da caridade;⁴⁴⁵ e os “outros”, nomeados de diversas formas, todas pejorativas, que buscavam vida fácil através do crime ou do abuso da piedade alheia. Os “pivetes”, “trombadinhas”, “esmoleiros”, “invasores”, “vagabundos” eram tomados como inúteis para a composição social na medida em que não contribuíam para a riqueza de todos.

A estigmatização desses personagens era flagrante nas páginas da imprensa, que descrevia sua inserção precária na sociedade e suas estratégias de sobrevivência através de metáforas que os destituíam de sua própria humanidade. Por mais que em alguns textos a questão econômica fosse citada como um dos motivos que poderiam levar à necessidade da mendicância; e por mais que a escolarização, a profissionalização e a assistência familiar fossem apontadas como possíveis soluções,⁴⁴⁶ isso não era analisado de forma concreta nas reportagens, que descreviam o problema de uma forma genérica, tratando-o com um caráter alarmista e nomeando-o como “insolúvel”.

O contexto sociopolítico e econômico brasileiro não era sequer referido, e o papel que Caxias do Sul, polo de atração de migrantes, tinha dentro desse processo, era mencionado apenas de forma figurativa, em um ou outro texto. O principal bode expiatório continuou sendo a família, julgada como incompetente e, em muitos casos, exploradora e gananciosa, que submetia seus filhos, sãos e deficientes, sujos e maltrapilhos, aos olhos da caridade alheia. O que parecia estar em jogo não era necessariamente a situação desumana à que essas populações haviam sido empurradas por causa da precarização dos meios de vida na cidade grande, mas antes o desconforto e a insegurança que suas imagens e práticas poderiam causar no resto da população e nos turistas que visitavam e gastavam suas expensas na cidade:

Nenhum turista pode mais parar seu carro no centro da cidade sem ser prontamente atacado por grupos de mulambentas crianças. Guris dez anos para cima rolam nas calçadas diante de quem passa, trocando sopapos, e proferindo improperios e palavras de baixo calão.⁴⁴⁷

Em 1972, às vésperas de mais uma Festa da Uva, um dos maiores símbolos da cidade e de sua repetida vocação empreendedora herdada dos imigrantes italianos, uma reportagem exortava para a necessidade de que as autoridades tomassem alguma providência para evitar

⁴⁴⁵ “[...] E quando atacam quem sai perdendo - sempre - é uma pacata pessoa da comunidade, que trabalha, que dá sua parcela para o engrandecimento comum, que paga impostos”. Cf. “Invasão de pivetes”, por José Machado. *Pioneiro*, 25.03.1978.

⁴⁴⁶ “Mendicância”, por José Machado. *Pioneiro*, 28.10.1972.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

que o espetáculo degradante da miséria e dos comportamentos desviantes em pleno centro da cidade não maculasse a imagem de Caxias do Sul: “[...] com o avizinhar-se da Festa da Uva, torna-se imprescindível uma dupla ação: minorar as causas dessa mendicância e, em casos mais flagrantes, impedi-la, ao menos no decorrer das atividades. Aqui fica de novo o alerta às autoridades”.⁴⁴⁸

A COMAI, mesmo vista como uma instituição meritória, não tinha recursos para resolver o problema, que crescia paralelamente com o desenvolvimento da cidade. As instituições de caridade, segundo os jornalistas, agindo de forma desorganizada, “cada uma tentando aparecer mais que a outra, ou para ir para a crônica social ou para merecerem o céu”, pulverizavam o dinheiro que a cidade poderia investir para sanar a questão.⁴⁴⁹

Esse drama, que se repetiu ao longo da década de 1970, trazia consigo um alerta para o futuro: o que seria dos “esmoleiros mirins”? A rua, vista historicamente como um local de amoralidades e perversões, poderia levar os pequenos mendigos a se tornarem perigosos delinquentes juvenis caso as autoridades competentes não tomassem as devidas atitudes. Era chegado o momento de “despertar para a solução deste grave problema” para não “choramos amargamente mais tarde”.⁴⁵⁰ O que seria do dia em que “estas milhares de criaturinhas chegarem aos dezoito anos sem nada, sem futuro, com urna raiva danada da comunidade que os abandonou, resolverem entrar no caminho fácil da delinquência e do crime?”.⁴⁵¹ Novamente, mais do que a inquietação com a situação dessas crianças, a maior preocupação recaía na insegurança da população. Foi nesse momento que entraram em cena os outros personagens dessa história: os perigosos “menores delinquentes” e as iniciativas públicas criadas para sua recuperação e/ou contenção.

2.4.2 O que fazer com os “menores delinquentes”? As respostas das políticas públicas nas décadas de 1960 e 1970

A COMAI, fundada no final de 1962, tinha entre suas finalidades essenciais a responsabilidade de elaborar um planejamento para enfrentar os problemas que acometiam a infância abandonada da cidade, procurando dar sua assistência aos menores “abandonados, transviados ou em perigo moral”. Dentro dessa classificação, tanto as crianças órfãs,

⁴⁴⁸ “Crianças mendigam pelas ruas de Caxias”. *Pioneiro*, 22.01.1972.

⁴⁴⁹ “Menor: problema de Alfa e Omega”, por José Machado. *Pioneiro*, 08.07.1972

⁴⁵⁰ “Mendigos (II)”, por José Machado. *Pioneiro*, 03.03.1973.

⁴⁵¹ “Mendicância”, por José Machado. *Pioneiro*, 28.10.1972.

abandonadas, carentes ou infratoras estariam incluídas, mesmo que as fronteiras entre uma ou outra tipificação aparecessem, muitas vezes, borradas. No relatório que sintetizou a atuação da instituição nos seus primeiros anos de vida, entre 1963 e 1967, foi declarado que “nada foi possível de fazer de mais real em favor do menor delinquente, face a sua complexidade”.⁴⁵² De fato, a COMAI demoraria muitos anos para dar encaminhamentos para essa questão.

Em 1967, em uma carta expedida para o prefeito Hermes João Webber, a então Diretora-Executiva da COMAI Adelia Ida Tronchini relata ter constatado *in loco* que o problema da “reeducação de menores abandonados, infratores ou portadores de graves problemas de conduta, que enfrentam periodicamente a repressão judicial e que não tem a oportunidade de se reabilitarem” era muito grave. Seu relato fala que um grupo de 10 menores, com idades entre 12 e 17 anos, que estavam sendo mantidos em uma estreita cela do Presídio Municipal, “apenas com quatro leitos e esses desprovidos de conforto”. A única atividade que realizavam diariamente era um jogo no pátio do Presídio, quando não estivesse chovendo. O toque de recolher soava às 16 horas, todos os dias.⁴⁵³

Em anexo à sua carta, vinha a requisição de compra de terrenos localizados em Fazenda Souza, na zona rural da cidade, onde poderia ser construída uma casa para que fosse desenvolvido um trabalho de “recuperação” desses jovens que, na opinião de Tronchini, por fazerem parte de famílias com condições sub-humanas de sobrevivência, voltariam a delinquir assim que o Juiz de Menores lhes concedesse liberdade.

Não foram encontradas evidências de alguma ação específica da COMAI e dos demais órgãos públicos municipais no sentido de resolver esse impasse ao longo da década de 1960. Somente em meados da década de 1970 a questão começa a ser discutida, somando-se esforços para a criação de uma “Casa do Menor”, que acabou sendo construída nas dependências do Presídio Municipal, em uma antiga capela. Nesse meio tempo, os menores infratores recolhidos pelo Juizado de Menores podiam ser enviados para o Instituto Central de Menores (ICM) da FEBEM/RS em Porto Alegre, ou mantidos na cela do Presídio Municipal, mencionada por Tronchini.

A instituição social mais atuante no tocante à delinquência juvenil em Caxias do Sul foi o Juizado de Menores, órgão jurídico criado em todo o Brasil a partir de 1923, e que detinha todas as prerrogativas para decidir o destino dos jovens que desafiassem a ordem social. O Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, que criou os Juízos de Menores, trazia em seu artigo nº 42, a diligência que criava o cargo de “Comissário de Vigilância”, que

⁴⁵² Relatório síntese histórica 1963 à 1967 – 1977. *Acervo COMAI*.

⁴⁵³ Correspondência expedida - 1967. *Acervo COMAI*.

tinha como atribuições proceder com investigações relativas aos menores, seus pais, tutores ou encarregados, de acordo com as instruções do Juiz; deter e apreender menores abandonados ou delinquentes, levando-os à presença do juiz; e vigiar os menores, que lhes fossem indicados.⁴⁵⁴

Durante o regime militar, os Comissários de Menores, como ficaram conhecidos, passaram a exercer atribuições que lhes deram um caráter de atuação policialesco, podendo autuar e recolher crianças e jovens que estivessem nas ruas ou frequentando locais de “moral duvidosa”. Os Comissários eram recrutados entre a população, não possuindo vínculo empregatício com o Poder Municipal (apesar de muitos funcionários públicos serem cedidos de outros órgãos da administração municipal, como a COMAI).⁴⁵⁵ A maior parte dos membros do Comissariado de Menores trabalhava como voluntários, sem receber ordenado, e gozavam de certas prerrogativas especiais para o desempenho do cargo, como a autorização legal para porte de arma e a liberação para abordarem menores no interior de boates, casas noturnas e prostíbulos, ou, como era referido na época, em “dancings, casas de tolerância, *rendez-vous*, casas de jogos, bilhares, *snookers*, bailes públicos” ou similares.⁴⁵⁶

No final de 1968, existiam 12 Comissários atuando na zona urbana de Caxias do Sul, todos do sexo masculino. Eles atuavam junto à Delegacia de Polícia local, nos cinemas, em casas noturnas e de entretenimento, na “Zona do Meretrício”, na Estação Rodoviária, sendo que dois deles estavam especificamente encarregados do “Setor de Vadiagem”.⁴⁵⁷ Desde o início do processo de modernização da sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, o vadio, sendo o oposto do trabalhador, era imediatamente relacionado à delinquência e aos comportamentos desviantes. O desemprego era transformado em um crime no processo de conformação da população à ideologia do trabalho.⁴⁵⁸

Na metade da década de 1970, existiam Comissários na maior parte das escolas municipais, designados entre os professores.⁴⁵⁹ Em 1975, eram 35 comissários no total, mas

⁴⁵⁴ Art. 42 do Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923. Disponível em:

http://ciespi.org.br/media/decreto_16272_20_dez_1923.pdf Acesso em 27 dez. 2011

⁴⁵⁵ Ado Migot e Geni Dotto Ariotti foram Comissários de Menores. Cf. Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 de junho de 2011; Depoimento de Geni Dotto Ariotti, concedido à autora em 21 jun. 2011.

⁴⁵⁶ “Juizado de Menores. Portaria nº 1”. *Pioneiro*, 11.12.1965.

⁴⁵⁷ “Composição dos Comissários de Menores”. *Pioneiro*, 28.12.1968.

⁴⁵⁸ TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *O vagabundo, a autoridade patriarcal e o republicano*: reflexões sobre a ideologia da vadiagem e o combate aos jogos de azar em Porto Alegre, no início do século XX. Anais do X Encontro Estadual de História - O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o Regional e o Nacional. Santa Maria - RS, 2010, p. 10.

⁴⁵⁹ Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 jun.2011.

somente 8 deles prestavam um serviço mais constante. O número total de voluntários dobrou em 1978.⁴⁶⁰ Eles tinham grande liberdade de ação, inclusive na solicitação de forças policiais:

[...] o Dr. Marino (Kury, Juiz de Menores) dava muita autoridade aos Comissários. Se eu, por exemplo, convocasse os pais de um menino que faltava a escola para dar esclarecimento, e os pais não atendessem, bastava que eu desse um telefonema ao Juiz que ele mandava dois policiais buscar o pai, estivesse onde estivesse, numa empresa, era muito rápido.⁴⁶¹

O Juizado de Menores caxiense sempre trabalhou no limite de sua capacidade, já que o Juiz de Menores também respondia pelos processos que tramitavam na 2ª Vara Criminal da cidade, desde a criação da Comarca. Havia reivindicações para a criação de uma Vara e uma Delegacia especializada para os menores, com Comissários devidamente remunerados pelo Estado,⁴⁶² o que aconteceria somente em 1996.⁴⁶³

No momento em que uma criança ou jovem eram autuados, recolhidos na rua ou retirados do convívio de seus pais por diversos motivos, eram levadas por policiais ou Comissários de Menores para o Juiz de Menores, que decidia o que devia ser feito. Os possíveis encaminhamentos iam desde advertências aos menores e a sua família, até o recolhimento em instituições fechadas (no caso dos infratores e dos encaminhados para adoções ou lares substitutos). Também havia a opção dos setores de profissionalização (como o Setor do Menor Ambulante ou o Setor do Menor Ativo da COMAI, e os CEBEMs nos bairros) e de outras medidas assistenciais, providas especialmente pela COMAI e suas instituições associadas. O depoimento de Aldo Migot revela que, durante o tempo em que foi Diretor-Executivo da COMAI, o Judiciário mantinha uma boa relação com a instituição: “a solução do menor era rápida. No dia seguinte a solução estava encaminhada”.⁴⁶⁴

A partir de meados da década de 1970, frente ao aumento do número de casos de jovens que incorriam em crimes, começam a surgir propostas para a criação de centro de contenção e recuperação de infratores. Apesar de várias idas e vindas, até o final de 1980 não haviam surgido soluções concretas para a questão.

⁴⁶⁰ “Menor: um problema que a cidade quer resolver”. *Jornal de Caxias*, 02.07.1977; “Violência: qual o caminho à seguir?”. *Pioneiro*, 13.12.1978.

⁴⁶¹ Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora em 20 jun.2011.

⁴⁶² “Câmara de Vereadores ouviu exposição do Juiz de Menores”. *Pioneiro*, 25.06.1977.

⁴⁶³ Através da Lei Estadual nº 9896, de 09 de junho de 1993, foi criado o Juizado Regional da Infância e da Juventude de Caxias do Sul, que veio a funcionar em 29 de junho de 1994, o que possibilitou a existência uma Vara Especializada para atender à infância e à juventude da cidade. Os antigos Comissários de Menores passaram por concurso público no final da década de 1980, mas os trabalhos voluntários foram mantidos até 1996. Esses foram extintos quando da promulgação da Lei Estadual nº 10.720, de 17 de janeiro de 1996, que criou oficialmente o cargo de “Oficial de Proteção da Infância e da Juventude”. Por fim, através da Lei Ordinária nº 13.146 de 08 de abril de 2009, o cargo foi renomeado para “Oficial de Justiça da Infância e da Juventude”.

⁴⁶⁴ Depoimento de Aldo Migot, concedido em 20 de junho de 2011.

Em 1975, a imprensa noticiou planos para transformar o Presídio Municipal em Centro de Recuperação de Menores, complementando a ação da COMAI. Um novo presídio para adultos, pensado nos moldes de uma colônia agrícola, seria construído na zona rural, fora do perímetro urbano da cidade.⁴⁶⁵ Tendo uma instalação específica para a contenção de menores, os delinquentes juvenis não conviveriam mais com os adultos criminosos, responsáveis por lançá-los “com mais rapidez, na senda do crime e da deformação da personalidade”.⁴⁶⁶

À frente desse movimento estavam, desde 1974, senhoras da sociedade caxiense reunidas no Movimento de Renovação Cristã, liderado pela Dona Aracy Sehbe, o que demonstra mais uma vez que a religiosidade andou *pari passu* com as iniciativas públicas de assistência e contenção de menores. Segundo a porta-voz do grupo, em 1975 havia duas mulheres adultas detidas no atual Presídio Municipal, além de 18 menores.⁴⁶⁷ Apesar da movimentação e dos planos, levados ao conhecimento do governo estadual, a ideia não se concretizou.⁴⁶⁸

Em 1976, uma solução paliativa foi apresentada através da adaptação da Capela São José, que se localizava na parte interna do Presídio Municipal (que pode ser visto na Fig. 20, p. 168). O local foi remodelado para receber a Casa do Comissário Teodósio da Rocha Netto, que funcionaria como sede do Comissariado de Menores, além de abrigar menores desamparados “para ensinar-lhes alguma coisa de bom”.⁴⁶⁹

Em 1977, Rachel Grazziotin assumiu a COMAI anunciando que entre as suas metas estava a criação de uma casa de recolhimento para o menor delinquente. Segundo os arquivos da Comissão, esta passou a dirigir a “Casa do Menor” localizada na antiga capela do presídio a partir de fevereiro de 1979,⁴⁷⁰ sendo que ali seriam tratados apenas menores recém-iniciados na delinquência, “porque com estes ainda é possível fazer uma tentativa de recuperação e recondução ao meio social”⁴⁷¹ (é possível conferir um grupos de internos na Fig. 21, p. 168).

⁴⁶⁵ “Cadeia vai servir para recuperação de menores”. *Pioneiro*, 07.05.1975.

⁴⁶⁶ “Centro de Recuperação de Menores e o novo presídio”. *Pioneiro*, 10.05.1975.

⁴⁶⁷ “Marginalização e menores delinquentes”. *Pioneiro*, 21.06.1975.

⁴⁶⁸ “Casa de Recuperação do Menor já tem terreno”. *Pioneiro*, 03.09.1975.

⁴⁶⁹ “Casa de Recuperação do menor”. *Pioneiro*, 18.09.1976; “Inaugurada a Casa do Comissário e de Recuperação do Menor”. *Pioneiro*, 09.10.1976.

⁴⁷⁰ Lista com a data de Fundação das Creches e Casas da COMAI. *Acervo COMAI*.

⁴⁷¹ Palavras de Rachel Grazziotin. Cf. “Na casa onde não tem pão, todos brigam e ninguém tem razão” *Jornal de Caxias*, 16.09.1978.

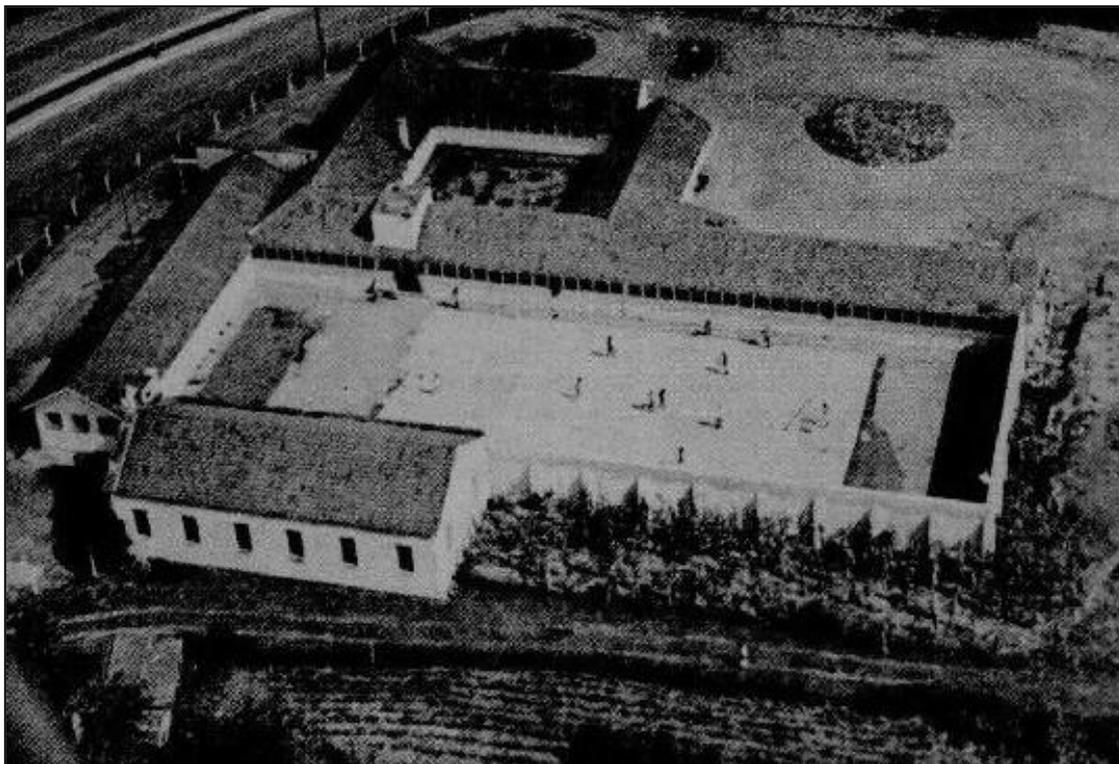


Fig. 20: Presídio Industrial de Caxias do Sul, 1978. Fonte: “Presídio de Caxias é obsoleto e não cumpre mais sua finalidade”. *Pioneiro*, 30.12.1978.

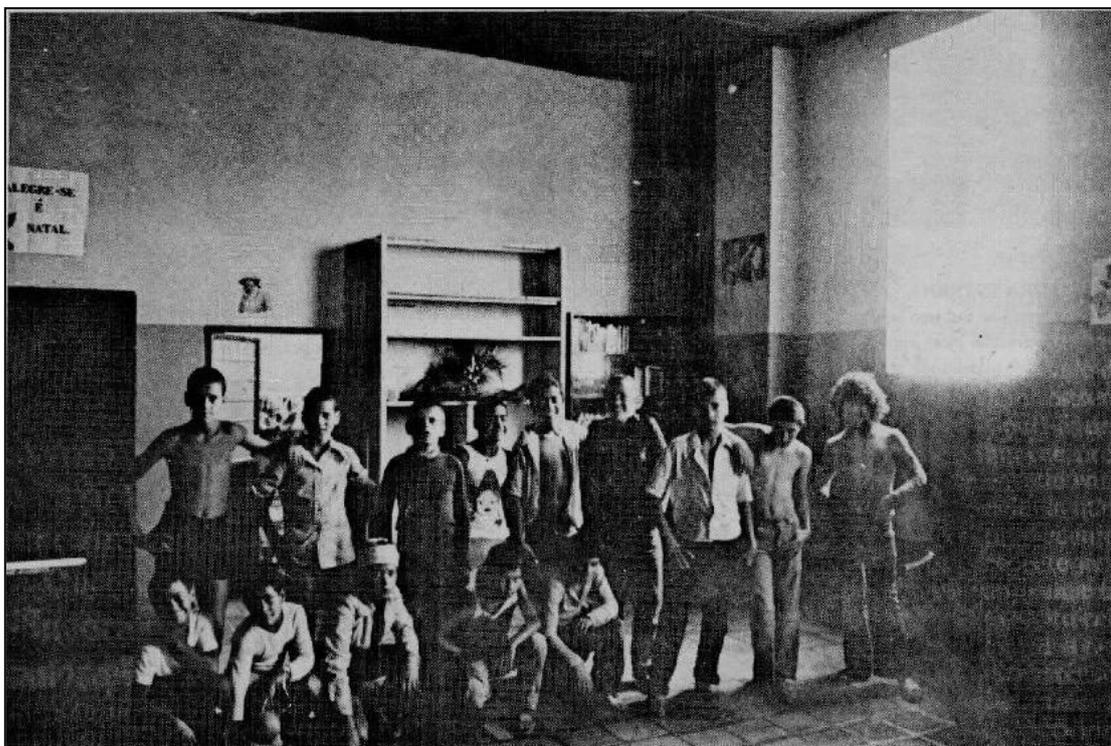


Fig. 21: Internos da “Casa do Menor” da COMAI. Fonte: “Palavras de um Menor Carente: ‘Natal é uma festa que sai do meu triste coração’”. *Pioneiro*, 22.12.1979.

Os menores “de alta periculosidade” seriam mantidos de forma provisória em uma cela do presídio até que fossem encaminhados para a FEBEM, em Porto Alegre. De qualquer forma, a solução não pareceu entusiasmar as autoridades envolvidas na “questão do menor” em Caxias do Sul. A própria Rachel Grazziotin afirmava que a Casa do Menor já havia nascido obsoleta, mas que não deixava de ser um “bom início”.⁴⁷²

As tensões entre os diferentes grupos implicados nas políticas públicas de assistência e contenção de menores em Caxias do Sul se mostravam mais evidentes quando o assunto era a criminalidade e a delinquência juvenil. Os grupos ligados ao Poder Judiciário, por exemplo, invocavam uma repressão maior para os menores infratores, chegando ao limite de afirmar que alguns eram totalmente irrecuperáveis.⁴⁷³ Foram encontradas inúmeras evidências que demonstram a construção de uma relação direta entre a pobreza e a criminalidade, seja através da imprensa ou a partir de discursos das autoridades implicada na área do “menor”. Menores carentes, desvalidos, de conduta antissocial e delinquentes eram frequentemente usados como sinônimos, o que reforçava uma falsa noção que culpabilizava a própria população pelos seus “desajustamentos” frente ao desenvolvimento econômico.

2.4.3 Os “menores delinquentes” e o que a sociedade pensava sobre eles

O que Alexandre, Arlindo (ou “Diabo Velho”), “Biguinha”, “Braguinha”, “Bugio”, Carlos, “Cem Pila”, “Chile”, “Ci”, “Ciganinho”, “Cinza” (ou “Pé Preto”), “Dandão”, Enio, “Flexa”, Gilbrair (ou “Bilo”), Itamar, Ivan, João Maria, João Paulo (ou “Cid”), José, Kick, “Leley”, “Manchinha”, “Mano”, Marcon, “Miguelzinho”, “Mirito”, “Neca”, “Niquinho”, Novello, “Pasteleiro”, “Pedrinho”, “Pelezinho”, “Pepe-Nandi”, Ronaldo, “Sabitchi”, “Sadizinho”, “Sará”, “Serginho”, “Serginho do Gabrielão”, “Tibanca”, “Vacarianinho”, “Valdomiro”, “Vale” e “Zezinho”, e outros tantos jovens menores de 18 anos tinham em comum?

Todos eles foram indiciados, presos ou procurados pela polícia caxiense, entre 1969 e 1979. Tiveram seus rostos, suas histórias, seus nomes, apelidos e sua procedência estampados nas capas e nas reportagens dos jornais da cidade. “Marginais”, aterrorizaram os moradores de Caxias do Sul, cometendo assaltos, assassinatos, estupros, furtos, latrocínios, promovendo tentativas de sequestro, usando tóxicos e “causando arruaças” pelas ruas da cidade. Alguns

⁴⁷² “Na casa onde não tem pão, todos brigam e ninguém tem razão” *Jornal de Caxias*, 16.09.1978.

⁴⁷³ Palavras do Delegado Melgaré e do médico José Belardinelli durante uma reunião realizada na Prefeitura Municipal, com a presença de José Sanchotene Felice, Presidente da FEBEM/RS. Cf. “FEBEM examina criminalidade”. *Pioneiro*, 06.12.1978.

deles, “morreram em combate”, mortos por tiros de outros jovens ou mesmo de policiais. Todos vinham de bairros pobres da cidade, como o “Burgo”, a “Zona do Cemitério”, a “Zona do Meretrício”, o “Bairro dos Braga” (hoje mais conhecido como Vila Ipê), o Esplanada, entre outros. Todos eles, também, passaram pelos circuitos possíveis das políticas públicas da época: detenção, apresentação ao Juiz de Menores, encaminhamento ao Instituto Central de Menores (da FEBEM/RS, em Porto Alegre, de onde muitos fugiam logo em seguida), detenção na Casa do Menor do Presídio Municipal, ou mesmo a simples soltura, por não existirem locais adequados para seu recolhimento.

O Código de Menores vigente na época discorria sobre as regras que a imprensa deveria seguir no tocante a reportagens e notícias que envolvessem menores de 18 anos, vedando a publicação das decisões judiciais, retratos ou quaisquer ilustrações ou informações que lhes dissesse respeito, salvo suas iniciais quando a sentença judicial já tivesse sido proferida.⁴⁷⁴ Apesar disso, a imprensa caxiense utilizou largamente a imagem e os dados pessoais de dezenas de jovens infratores, sobretudo ao longo da década de 1970. Além dos inúmeros apelidos divulgados pela imprensa, foi possível encontrar até mesmo alguns nomes completos, além da localização da residência de muitos dos “menores”. Foram encontradas fotos em que era possível visualizar o rosto dos meninos – com ou sem tarja vendando seus olhos, além de imagens bastante fortes, mostrando corpos baleados ou desfalecidos (isso pode ser verificado nas Figs. 22, p. 173; 23 e 24, p. 176). Todas as reportagens, demonstrando um explícito enlace entre violência e mídia, com “gosto pela notícia de sangue”,⁴⁷⁵ enfatizavam o teor de crueldade com que os crimes haviam sido cometidos, o “instinto de maldade” envolvido e a necessidade premente de que esses menores fossem colocados “fora de circulação”, para que não colocassem a vida de cidadãos honestos em perigo.⁴⁷⁶

Além de retratar a delinquência como uma categoria homogênea (ou seja: um delinquente é perverso e cruel, cometendo centenas de crimes, logo, todos os menores agirão dessa forma), a imprensa contribuiu para a disseminação de um sentimento difuso de medo, utilizado em discursos que clamavam socialmente por medidas drásticas que, invariavelmente, passavam pelo caminho da repressão. Além disso, reforçava um vínculo construído historicamente entre a pobreza e o recurso ao crime como única estratégia de sobrevivência. Essa associação sistemática entre pobreza, juventude e violência naturalizava o

⁴⁷⁴ Art. 89 do Decreto nº 17.943-A, de 12.10.1927. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm Acesso em 28 dez. 2012.

⁴⁷⁵ SALES, op. cit., p. 28.

⁴⁷⁶ “Menores entraram na onda do sequestro”. *Pioneiro*, 06.01.1973; “Desordeiros afugentados à bala”. *Pioneiro*, 27.01.1973.

medo despertado pela criminalidade.⁴⁷⁷ Se levarmos em conta que a grande parte dos crimes cometidos, seja por adultos ou “menores”, foram praticados contra o patrimônio e não contra a pessoa, a grande cobertura dada pela mídia em casos de homicídios, latrocínios ou estupro justificava-se somente no sentido de naturalizar essa relação juventude-violência.

Na impossibilidade de se obter dados oficiais dos processos e inquéritos do antigo Juizado de Menores,⁴⁷⁸ optou-se por citar, a título de exemplo, um levantamento divulgado por uma pesquisa acadêmica em 1982.⁴⁷⁹ De acordo com essa pesquisa, nos anos de 1978 e 1979, caracterizados pela imprensa como os anos de maior escalada de violência da época,⁴⁸⁰ foram abertos, respectivamente, 108 e 98 Inquéritos Especiais contra Menores no Foro de Caxias do Sul. Em 1978, dos 108 inquéritos, 95 tratavam de crimes contra o patrimônio e somente 8 se voltavam à violência contra a pessoa. Em 1979, a soma era semelhante: dos 98 inquéritos, 86 eram de crimes contra o patrimônio e outros 7 crimes haviam sido cometidos contra a pessoa. Além disso, se for tomado o número total de jovens de uma determinada localidade, o número de menores de 18 anos que comete crimes sempre fará parte de uma ínfima estatística.⁴⁸¹

Isso não significa dizer que os infratores juvenis devam ser ignorados, nem que este seja uma questão social de menor gravidade. A ação de reforçar esse sentimento generalizado de insegurança na sociedade, caracterizando os agentes dos crimes de forma estilizada, generalizando seus comportamentos para o grupo mais abrangente da população de acordo, sobretudo, com sua origem e classe social, não contribui para a adoção de medidas que efetivamente lhes proporcionem outras oportunidades ou mesmo a tão propalada “recuperação”. Esse sentimento difuso de receio ajudava a propagar, sobretudo nas classes mais abastadas, uma “cultura do medo”, que clamava por soluções pragmáticas, geralmente calcadas pela repressão.⁴⁸²

A trajetória de “Mirito” pode fornecer alguns elementos mais qualificados para analisar a atuação da imprensa e os meandros da justiça naquela época. Preso aos 13 anos de idade, entrevistado enquanto estava hospitalizado em decorrência de um ferimento

⁴⁷⁷ MATSUDA, Fernanda Eny. *A medida da maldade*. Periculosidade e controle social no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 106.

⁴⁷⁸ De acordo com uma funcionária contatada durante a pesquisa, os processos e mapas estatísticos do Juizado da Infância e da Juventude de Caxias do Sul foram informatizados apenas em 1995. Os mapas estatísticos manuais do antigo Juizado de Menores e anteriores a essa data foram eliminados cerca de três anos após sua expedição, não havendo registros remanescentes.

⁴⁷⁹ BORGES, Ariza de Jesus Bolzan. *A importância da escola na delinquência juvenil*. Monografia (Especialização em inspeção escolar). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1982, p. 13.

⁴⁸⁰ “Onda de crimes despertou comunidade”. *Pioneiro*, 30.12.1978.

⁴⁸¹ VOLPI, Mário (org.). *O adolescente e o ato infracional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 13.

⁴⁸² SALES, op. cit., p. 26.

autoinfligido, teve seus percursos de vida devassados pela imprensa. Citando os autos do processo que corria contra o menor, o que não era permitido pelo Código de Menores da época, o jornal relatou pormenorizadamente o que ocorreu em seguida:

No registro policial consta que no dia 14, “Mirito” e outros marginais arrombaram o armazém de propriedade de Olinda Martins de Oliveira e roubaram 2 mil cruzeiros e ainda alvejaram a dona do armazém, ferindo-a num braço. Na mesma data, à noite, “Mirito” foi preso pela Brigada Militar e com medo de que as policiais militares disparassem sobre ele — declarou que lhe colocaram o cano de um 32 no rosto — detonou o seu revólver, calibre 22, em sua própria perna direita. Ferido, o menor que é acusado da morte de “Manchinha” — foi recolhido ao Hospital Pompeia.⁴⁸³

Sem fazer maiores considerações sobre a confessa violência policial cometida contra “Mirito”, o jornal seguiu narrando sua trajetória de vida com o subtítulo “Uma história de 13 anos cheia de crimes e tiros”, citando o abandono de sua família, suas entradas e saídas da Casa de Triagem da COMAI, entre outras situações difíceis. A reportagem terminava com mais um relato de grave violência policial, sem maiores considerações sobre as graves denúncias citadas por “Mirito”:

Afirma que um tiro que levou nas costas foi disparado por uma autoridade policial, que lhe desferiu um soco no rosto e, tendo saído correndo, foi alvejado quatro vezes, sendo atingido por uma bala que lhe penetrou nas costas e saiu no peito. Medicado no hospital e levado perante o Juiz de Direito, mentiu que o disparo fora de amigos seus que tinham ido libertá-lo, visando, com isso, não complicar-se mais ainda.⁴⁸⁴

A trajetória de “menor delinquente” de Mirito se finalizou em fevereiro de 1974, ocasião em que acabou sendo preso pela polícia, quando a Brigada Militar cercou sua residência, no Burgo. A reportagem que relatava sua prisão trazia uma nova informação: dizia que “Mirito” (nomeado como Valdomiro da Silva) havia completado, há pouco, 18 anos, podendo agora ser preso pelos crimes dos quais sempre conseguiu escapar sendo “menor”, iria ficar enfim “atrás das grades para pagar por seus vários crimes”.⁴⁸⁵

Como é possível que em 1974 “Mirito” contasse com 18 anos de idade se no ano anterior, na reportagem que enfatizava justamente sua idade em um dos subtítulos, ele tinha apenas 13 anos? O erro cometido pelo Jornal de Caxias, voluntariamente ou não, reforçava a noção de periculosidade acrescida a pouca idade do infrator.

⁴⁸³ “Preso, Mirito conta o seu drama”. *Jornal de Caxias*, 17.03.1973.

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ “Perigoso bandido juvenil preso ontem em Caxias do Sul”. *Pioneiro*, 23.02.1974.



Fig. 22: Alguns jovens infratores retratados pela imprensa, década de 1970. Na ordem numérica: 01 – “Chile”, “Tibanca” e “Manchinha” (“Descobertos matadores de Facchini”. *Jornal de Caxias*, 07.09.1974); 02 – “Biguinha” (“DFR continua tirando bandidos de circulação”. *Pioneiro*, 09.12.1978); 03 – Kick e Novello (“2ª DP ‘interrogou’ menores que tentaram assaltar família paulista”. *Jornal de Caxias*, 23.12.1978); 04 – “Zezinho” (“Marginal Zezinho volta a ser preso”. *Pioneiro*, 01.11.1978); 05 – “Leley” (“Delegacia de Furtos tira de circulação uma dezena de assaltantes estupradores”. *Pioneiro*, 04.11.1978); 06 – “Tibanca” e “Adãozinho” (“Assaltantes levaram a pior”. *Jornal de Caxias*, 25.05.1979); 07 – “Cebola” (“Menor detido na 2ª DP”. *Pioneiro*, 25.07.1979); 08 – A.E.S. (“Mais malandros nas malhas da polícia”. *Pioneiro*, 04.11.1978).

É muito mais chocante, em termos de impacto social, pensar em uma criança de 13 anos cometendo atos como assassinatos e assaltos à mão armada. O caso de “Miritó” também expunha as deficiências das políticas públicas da cidade: em primeiro lugar, do Poder Público, que não garantiu condições para que a família do jovem pudesse proporcionar educação e possibilidades mínimas de sobrevivência; em segundo lugar, da COMAI, que não conseguiu impedir a posterior “carreira criminosa” do jovem, tendo-o atendido quando este ainda era um menino de rua. E, em terceiro lugar, da própria Justiça, que somente agiu de forma derradeira com a maioria de “Miritó”.

Mas, o que deveria ser feito para solucionar o problema? Qual o tratamento que a opinião pública e as autoridades entendiam como o melhor a ser dispensado? É possível encontrar algumas pistas, partindo de algumas vozes da comunidade caxiense. De forma geral, todos os indícios encontrados apontam para alguns denominadores comuns. Em primeiro lugar, a sociedade política e civil entendia que os esforços realizados na cidade não haviam sido suficientes para frear a criminalidade juvenil ao longo da década de 1970; em segundo lugar, havia a concordância de que seria através de uma instituição fechada de contenção que se “recuperaria” os menores delinquentes, ainda que com programas de educação e profissionalização.

A divergência ocorria nas discussões sobre o uso da repressão no recolhimento e na contenção dos delinquentes juvenis. Entre os que se posicionavam a favor do confinamento, muitas vezes negando até mesmo a possibilidade de “recuperação” dos infratores, estavam principalmente setores ligados às autoridades policiais do município. Isso pode ser verificado nas reuniões de discussão que se realizaram na cidade sobre o tema da segurança, envolvendo autoridades militares, políticas e civis.

Em 1977, as resoluções de uma reunião extraordinária sobre a criminalidade realizada na Câmara Municipal de Caxias do Sul apontaram o reforço do policiamento como principal medida a ser adotada para acabar com os “vadios e desocupados”.⁴⁸⁶ No mesmo encontro, o Coronel Riograndino Menezes Bonilla, Comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, anunciou uma “Operação Arrastão” nos bairros e vilas que eram frequentados por marginais, prevendo-se inclusive a revista de barracos onde se suspeitasse que pudessem estar escondidas mercadorias e tóxicos, para “impedir que mais gente se instale em favelas,

⁴⁸⁶ “Resultados práticos do foro sobre a criminalidade”. *Jornal de Caxias*, 14.05.1977.

proibindo a construção de barracos e fazendo até com que os emigrantes regressem para suas cidades de origem”.⁴⁸⁷

Em 1978, foi criada uma Comissão Pró-Segurança em Caxias do Sul, composta por seis pessoas, que representariam a cidade em reivindicações junto ao poder estadual. Cerca de 28 entidades comunitárias da cidade participaram de um encontro municipal que deliberou os encaminhamentos que seriam enviados para a Secretaria de Segurança do Estado. Assim como em 1977, boa parte das resoluções apontava a necessidade de se reforçar o policiamento, além da já tão almejada construção de um novo presídio para os adultos e para os menores. Nesse contexto, o então Delegado de Polícia Bolívar Melgaré declarou que “os menores são tumores malignos. Não acredito em reeducação porque não se educa quem não foi educado, mesmo porque os menores não entendem a linguagem da persuasão, só a linguagem da força”,⁴⁸⁸ afirmando que, com isso, não estaria defendendo a criação de um “Esquadrão da Morte”,⁴⁸⁹ mas reforçando que não era possível recuperar os jovens marginais.

Porém, a ideia de criação de uma organização policial paralela para assassinar os elementos indesejáveis da cidade era sustentada, mesmo que de forma oficiosa, por alguns setores que participaram do evento.⁴⁹⁰ Na mesma ocasião, o representante da Associação dos Médicos caxienses, José Belardinelli, afirmou que via os menores como “organicamente doentes” e, portanto, passíveis apenas de contenção, não de recuperação.⁴⁹¹

⁴⁸⁷ “Tudo o que foi discutido na Câmara sobre crime e segurança da cidade”. *Pioneiro*, 18.05.1977; “Só a união de esforços reduzirá a criminalidade”. *Jornal de Caxias*, 21.05.1977.

⁴⁸⁸ “A questão da segurança”. *Jornal de Caxias*, 08 e 09.12.1978.

⁴⁸⁹ Os “ Esquadrões da Morte” foram organizações constituídas por “policiais, ex-policiais e detetives, com a tarefa de atuar contra as diferentes organizações geradoras de violência, tais como os bandos armados, bandidos, homens perigosos, entre outros [...], agindo como verdadeiros ‘pelotões de execução’. Cf. CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S.. Extermínio: violência e banalização da vida”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), 1994, p. 209.

⁴⁹⁰ Segundo uma crônica do Frei Aldo Colombo: “Outros, ainda, que extra-oficialmente, sustentam uma posição mais radical. Seria a instituição de um tipo de ‘Esquadrão da Morte’ com a finalidade de limpar a cidade dos indesejáveis. Seria, sustentam estes, uma medida de legítima defesa da sociedade”. Cf. “Uma cidade aberta ao crime”, por Aldo Colombo. *Correio Riograndense*, 06.12.1978.

⁴⁹¹ “A questão da segurança”. *Jornal de Caxias*, 08 e 09.12.1978.



Fig. 23: “Cid”, jovem infrator detido e desfalecido, sendo carregado desfalecido por policiais. João Paulo da Silva foi preso dentro do Estádio Centenário. Ele era acusado de ter praticado um assalto nas imediações do Cemitério Municipal e acabou sendo encontrado e perseguido pelo filho da vítima durante a partida de futebol. Durante a fuga, caiu entre as arquibancadas, ficando cerca de 5 minutos desacordado, até ser socorrido (e autuado) pelos policiais. Fonte: “Menor assaltante caçado no estádio Centenário”. *Jornal de Caxias*, 12.08.1978.



Fig. 24: “Bilo”, jovem infrator assassinado. Gilbrair Alves da Silveira, o “Bilo”, menor de 16 anos, residente no bairro Santa Fé, assassinado com um tiro no peito. Os policiais concluíram que seu assassino, provavelmente, tenha sido “outro perigoso menor conhecido como Ênio”, que costumava ser seu parceiro de assaltos. Fonte: “Marginal mata companheiro”. *Jornal de Caxias*, 15.11.1978.

Mas não somente autoridades públicas se posicionaram dessa forma: a imprensa também defendeu explicitamente a necessidade de repressão em seus textos. José Machado, um dos principais cronistas do Jornal Pioneiro entre 1972 e 1979, escreveu mais de 30 textos especificamente sobre o “problema do menor” na cidade.⁴⁹² Sobre os infratores, sua defesa da repressão contra os “inimigos da sociedade” era eloquente, defendendo a construção de um presídio com “muros altos, guardas e celas”, mentindo-se para a sociedade que seria um reformatório ou casa de lazer. Afirmava de forma veemente que a grande maioria não tinha possibilidade, nem queriam ser recuperados ou reeducados: “E gente desse tipo, dessa laia, não tem outra alternativa. Cadeia. Cela”, para que não tirassem a vida ou machucassem um inocente operário.⁴⁹³

Apesar das afirmações de que Caxias do Sul estava assolada pelo crime,⁴⁹⁴ é possível colocar essa ideia em xeque através de informações divulgadas pela imprensa: em 1977, o número de “menores delinquentes” na cidade não passava de 80.⁴⁹⁵ Em 1978, o então diretor do Presídio Central de Caxias do Sul, Osvaldo Miro Moreira da Silva, afirmou que os menores não podiam ser considerados como os principais responsáveis pelos crimes na cidade, já que não passavam de 20% dos casos de criminalidade do município.⁴⁹⁶

Marino Kury, que havia sido Juiz de Menores durante a década de 1970, também defendia outro ponto de vista. Segundo ele, a proporção entre a população e a criminalidade em Caxias do Sul não era elevada, afirmando que, ao contrário do que faziam crer os jornais, os crimes contra a pessoa eram minoritários. Kury posicionava-se contra a repressão dos menores, acreditando que a questão da delinquência tinha um fundo econômico: “não adianta nos assustarmos e tentarmos resolver a golpes de código penal, com cassetete (sic) de polícia e cadeia, um problema cujas origens estão nas nascentes”.⁴⁹⁷

Posicionamentos semelhantes vinham de autoridades como Rachel Grazziotin, Diretora Executiva da COMAI no final da década de 1970,⁴⁹⁸ e o Juiz de Menores Milton

⁴⁹² José Machado trabalhou como cronista do Jornal Pioneiro entre 1971 e 1985. Bacharel em Jornalismo, Direito e Belas-Artes, atuou também junto a grupos de Escoteiros, proferiu palestras em escolas e pronunciamentos em estações de rádio da cidade. Seu interesse sobre a questão das crianças abandonadas, segundo ele, veio do fato de ter tido uma infância difícil. Na sua opinião, se uma criança for bem atendida, tiver bons exemplos, “não se perde”, e se “forem educadas hoje, elas não serão punidas amanhã”. Cf. Depoimento de José Machado, concedido à autora em 09 out. 2012.

⁴⁹³ “Voltemos ao crime”, por José Machado. *Pioneiro*, 04.11.1978.

⁴⁹⁴ Fato que justificou as alcunhas de “Capital da Delinquência”, “Metrópole do Crime”, “Chicago do Nordeste” ou “Celeiro de banditismo” para descrever a cidade, expressões usadas pelo ex-prefeito caxiense e então deputado estadual Victorio Trez. Cf. “Favelas caxienses culpadas da delinquência”. *Pioneiro*, 21.06.1975.

⁴⁹⁵ “Menor: um problema que a cidade deve resolver”. *Jornal de Caxias*, 02.07.1977.

⁴⁹⁶ “Onde nasce a criminalidade”, por Vitorino Borgheti e Heraldo Molina. *Pioneiro*, 26.07.1978.

⁴⁹⁷ “O problema do menor não se resolve com cadeia e cacetetes de polícia”. *Jornal de Caxias*, 16.09.1978.

⁴⁹⁸ “A questão da segurança”. *Jornal de Caxias*, 08 e 09.12.1978.

Martins Soares,⁴⁹⁹ que acreditavam na necessidade de um trabalho mais sério e aprofundado, mas que se viam impossibilitados de realizá-lo por falta de recursos e apoio do Poder Público. A questão da criminalidade juvenil expunha as chagas da comunidade caxiense, revelando posicionamentos e práticas que atentavam de forma flagrante contra os direitos humanos de crianças e jovens. Porém, ao final da década de 1970, já é possível vislumbrar algumas modificações na forma de se pensar o jovem, a pobreza e a violência.

“Uma sociedade que só pensa em lucro, em amontoar riqueza, que não respeita as pessoas, que não as recupera e não as levanta do charco, tem direito de gritar por segurança, de reclamar contra os crimes que ela mesma estimula obliquamente?”⁵⁰⁰ Essas palavras, escritas por um professor e publicadas em uma crônica do *Jornal de Caxias* em junho de 1979, somadas às discussões de um Simpósio sobre Criminologia, organizado na Universidade de Caxias do Sul poucos meses depois,⁵⁰¹ começaram a localizar de forma mais complexa as mudanças econômicas enquanto um dos fatores que não deveriam ser deixados de lado quando se falava em jovens e suas infrações penais.

2.4.4 A construção social de saberes: “famílias marginais”, entre a incompetência e a (inevitável) delinquência

Para finalizar o capítulo, este subitem traz algumas considerações sobre a forma com que a sociedade civil e política construíram uma gama de saberes sobre o “problema do menor” caxiense, gravitando especialmente em torno de dois temas: a família e a pobreza, e a relação de ambos com a carência, o abandono e a (inevitável) delinquência de crianças e jovens. Com maior ou menor intensidade, essas noções estiveram presentes na formulação e na prática das políticas públicas caxienses, além de endossarem as diretrizes que nacionalmente foram consagradas pela FUNABEM e suas Fundações Estaduais.

A família, tomada como instituição de nuclear importância na vida de crianças e jovens, tinha seu referencial no modelo de família normatizada, tida como “normal”: harmônica, chefiada por homens provedores com emprego fixo e estável, tendo mulheres como donas-de-casa, e filhos sadios, que frequentavam a escola e exibiam comportamento

⁴⁹⁹ “A questão da segurança”. *Jornal de Caxias*, 08 e 09.12.1978.

⁵⁰⁰ “Segurança”, pelo prof. Antônio Baggio. *Jornal de Caxias*, 02.06.1979.

⁵⁰¹ “As análises realizadas durante o I Simpósio sobre Criminologia, convergiram unanimemente para um ponto: a base de tudo está no sistema capitalista que gera divisão e conflito entre as classes, sendo sim violento em sua própria origem”. Cf. “Sociedade é violenta, pois interesses de classe estão em constante conflito”, por Liliana Alberti Henrichs, Renato Henrichs e João Cláudio Garavaglia. *Jornal de Caxias*, 20.10.1979.

exemplar. A partir do momento em que surgiram famílias que não se encaixavam com essas normas, elas eram chamadas de “desestruturadas”, com comportamentos desviantes, desajustadas ao que deveria ser o “padrão normal” de desenvolvimento de uma vida feliz. E mais: acabaram sendo referenciadas como o principal fator para a marginalização das crianças e jovens sob sua tutela.

De forma complementar, a pobreza era vista como a causadora do desajustamento da população. Era nos bairros pobres que se encontrariam a promiscuidade, a sujeira, os comportamentos levianos, a frouxidão de costumes e a leviandade sexual. Vivendo nesse ambiente pobre e desestruturado, as crianças e jovens seriam inexoravelmente levadas à delinquência por inabilidade de suas famílias, confinadas a uma espécie de “cultura da pobreza” que os impediria de seguir os rumos do desenvolvimento social brasileiro. Família, pobreza, marginalidade e delinquência, mais que substantivos isolados, foram transformados em palavras interligadas por uma ordem causal que deixava pouca margem para se pensar sobre a estrutura social responsável pelo abismo econômico do Brasil daquele período, refletido no contexto de Caxias do Sul.⁵⁰²

A população caxiense cresceu enormemente dentro do espaço temporal que compreende essa pesquisa. Em 1960, havia cerca de 102.702 habitantes. Dez anos depois, a população já havia crescido 41,7%, alcançando a cifra de 145.502 de pessoas. Em 1980, a população cresceu mais 51,6%: Caxias do Sul já contava, então, com cerca de 220.566 habitantes.⁵⁰³ Dentro desse universo, a população pobre também cresceu de forma vertiginosa, vivendo nos arrabaldes da cidade, locais que muitas vezes não possuíam a infraestrutura básica necessária para a sobrevivência das famílias. Em 1976, Caxias do Sul possuía 19 favelas, onde habitavam cerca de 2.245 famílias, que perfaziam um total de 11.225 pessoas.⁵⁰⁴ Somente o “Burgo”, a periferia mais antiga da cidade, contava com 800 famílias e cerca de 4000 pessoas vivendo em condições precárias.⁵⁰⁵

No segundo semestre do ano seguinte, em 1976, as favelas caxienses aumentaram 300%, o que levou um dos jornais da cidade a noticiarem que a população desses locais já compreendia 30 mil pessoas.⁵⁰⁶ Às portas da década de 1980, cerca de 14 mil crianças e

⁵⁰² Em 1975, por exemplo, cerca de 5% da população brasileira detinha 80% da riqueza nacional. Cf. “Menores: cada vez mais abandonados”. *Jornal de Caxias*, 15.03.1975.

⁵⁰³ A partir de *Anuário estatístico do Brasil 1962*. Rio de Janeiro: IBGE, 23, 1962. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_pdf/populacao/1962/populacao1962aeb_07_08.pdf Acesso em: 27 nov. 2011; ANDRADE, Marisa de. *O estigma da periferia*. Porto Alegre: Dacasa, 2010, p. 36.

⁵⁰⁴ “Favelas caxienses culpadas da delinquência”. *Pioneiro*, 21.06.1975.

⁵⁰⁵ “No Burgo, a favela mais antiga da cidade”, por Liliana Alberti. *Jornal de Caxias*, 28.06.1975.

⁵⁰⁶ “Agrava-se o problema das favelas na cidade”. *Jornal de Caxias*, 05.02.1977; “30.000 favelados em Caxias do Sul”. *Pioneiro*, 11.02.1976.

jovens com menos de 18 anos eram considerados “abandonados” em Caxias do Sul.⁵⁰⁷ No Rio Grande do Sul, eles eram 294 mil. No Brasil, 19 milhões. Tanto na cidade como no estado, pouco mais de 10% desses “menores” recebiam algum tipo de assistência pública ou privada.⁵⁰⁸

Em dezembro de 1978, o *Jornal Pioneiro* publicou uma reportagem sobre as discussões que estavam sendo realizadas na Câmara de Indústria e Comércio (CIC) da cidade, com o intuito de resolver o problema da criminalidade crescente em Caxias do Sul, enfocando de forma particular o problema dos menores delinquentes. Nas fotografias, crianças desamparadas focalizam diretamente os olhos do leitor, sob legendas que inquiriam: “quem vai cuidar de nós?”.

Um dos subtítulos da reportagem identificava de forma precisa a construção de uma vinculação direta entre a pobreza e a marginalidade: “Quem são os marginais que tanto apavoram Caxias?”. Para a surpresa do leitor, não figuram no texto as atrocidades cometidas por Mirito, Zezinho, ou outros delinquentes juvenis e adultos. O texto trata sobre a condição de vida nas favelas caxienses, trazendo dados da Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social sobre as famílias da periferia. Cerca de 40% era composta de migrantes; 40% eram das casas eram “barracos” ou porões improvisados; cerca de 80% dessas famílias, mesmo com a situação precária, declaravam que gostavam de residir naqueles locais; e 60% declaravam que lutariam para permanecerem ali. A reportagem ainda trazia dados sobre a renda familiar, o número de casas próprias e alugadas, entre outros dados panorâmicos. Reconhecia que a cidade estava “colhendo os frutos do seu progresso econômico” e que “o homem não nasce assassino”, havendo a necessidade de dar condições de trabalho e educação para “conter a geração marginalizada”.

O “cinturão da miséria” havia definitivamente invadido Caxias do Sul. Na “Zona do Cemitério”, imperava a prostituição e a vadiagem, havendo a necessidade de separar os bons dos maus elementos, nem que para isso fosse necessário levar os últimos para um local mais distante da cidade.⁵⁰⁹ O Frei Aldo Colombo, editor do jornal *Correio Riograndense*, listou em uma de suas crônicas de 1976 os “elementos clássicos” das favelas que estavam se proliferando em Caxias do Sul: “barracos de madeira ou lata, esgotos correndo pelas ruas

⁵⁰⁷ É necessário, porém, desestabilizar essa noção: de acordo com diversos estudos, essas crianças não eram efetivamente abandonadas pelos familiares, e sim carentes, vivendo em condições de pobreza. Cf. FONSECA, Cláudia Lee Williams. O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. In: *Temas IMESC*. São Paulo Vol. 4, n. 1, 1987, p. 35.

⁵⁰⁸ “Ano Internacional da Criança: um fracasso”. *Jornal de Caxias*, 29.12.1979.

⁵⁰⁹ Possibilidade aventada em uma crônica de 1973. Cf. “Os indesejáveis”, por José Antônio Conti. *Pioneiro*, 24.02.1973.

(seriam mesmo ruas?), menores carentes e delinquentes, prostitutas, criminosos, desempregados, analfabetos e doentes”.⁵¹⁰ Nessas regiões, “o desajuste, a miséria e a violência campeiam livremente”, dizia o cronista Antônio Baggio, falando sobre o problema em nível nacional.⁵¹¹

As reportagens e posicionamentos oficiais sobre questão da pobreza caxiense concordam em definir que ela é decorrente de fatores socioeconômicos, enfatizando o êxodo rural e a situação precária das cidades, que não conseguia suprir as demandas da população que chegava aos seus domínios. Porém, esses posicionamentos também levam a outro lugar-comum: o “marginal”, aquele que vivia às margens dos centros urbanos, em locais de inclusão precária, era visto como um indivíduo “[...] que vive à margem de duas culturas, ou em duas culturas em conflito. E mais: indigente, vadio, delinquente em potencial”,⁵¹² o que faria com que as favelas se tornassem as “universidades” onde se formam os menores carentes e delinquentes.⁵¹³

Os motivos dos recolhimentos da COMAI à Casa de Triagem e aos Lares Substitutos no ano de 1974 dão uma ideia da situação familiar que determinava a perda do pátrio-poder:

Tabela 10: Motivos de recolhimento à Casa de Triagem e Lares Substitutos da COMAI em 1974

Motivos do recolhimento	Casa de Triagem	Lares Substitutos
Determinação Judicial	53	3
Problemas financeiros ou morais	25	2
Abandono	19	3
Problemas de saúde na família	10	3
Fuga	7	--
Transferência de Lar	5	--
Devolução de colocação familiar	--	3
TOTAL	119	14

Não é possível inferir quais os motivos específicos das “determinações judiciais” para o recolhimento, mas é possível considerar que muitos desses processos poderiam fazer referência ao segundo motivo de recolhimento mais comum: problemas financeiros ou morais envolvendo as famílias dos “menores”. Segundo o Juiz de Menores Milton Martins Soares, as famílias migrantes tendiam para a desagregação em função do “choque cultural” que experimentavam ao chegar às cidades. Desagregada, encaminhar-se-iam ao desequilíbrio, “e aí, já nos deparamos com a delinquência”.⁵¹⁴

⁵¹⁰ “Assim são nossas favelas”, por Aldo Colombo. *Correio Riograndense*, 14.01.1976.

⁵¹¹ “Nossos dois milhões de menores abandonados”, por Antonio Baggio. *Correio Riograndense*, 06.10.1976.

⁵¹² “A falsa ilusão da grande cidade”, por Antônio Gilberto Mendes. *Correio Riograndense*, 14.06.1978.

⁵¹³ “Menores carentes indicam paternidade irresponsável”. *Correio Riograndense*, 10.08.1977.

⁵¹⁴ “Palestra do Dr. Milton Martins Soares no Rotary Imigrante em prol da campanha a favor do menor abandonado”. *Pioneiro*, 17.09.1975.

A “paternidade irresponsável” era apontada não como um dos fatores possíveis para a incidência da criminalidade juvenil, mas sim como o “fator decisivo deste angustiante problema”.⁵¹⁵ Se o menor era um “reflexo da família”,⁵¹⁶ lares desajustados gerariam filhos desajustados. E esses filhos desajustados, percorrendo o caminho da delinquência, colocariam em risco o futuro das “famílias normais”: “[...] existem homens desajustados. Que levam uma vida desajustada. Que constituem famílias desajustadas. Que acabam por atacar famílias ajustadas, pessoas honestas. Mulheres e crianças”.⁵¹⁷

Essa concepção de “família-problema” como causadora dos problemas sociais também foi encontrada em uma reportagem sobre a “nova imagem” que a FEBEM/RS queria construir sobre o problema dos menores do Estado, quando da administração de Ecléa Guazzelli, no final da década de 1970. Segundo o material, era necessária a revisão de posturas e práticas no campo do menor, provendo assistência também para suas famílias. Justificando que as crianças e os jovens necessitavam de carinho e atenção de seus pais para um equilíbrio emocional sadio, culpabilizavam a educação sexual errônea dada pela família, ocorrida com maior frequência em “uniões conjugais efêmeras, (com) procriação prematura e irresponsável”. Defendendo a necessidade de se pontuar as causas e não os efeitos superficiais do problema, o texto afirmava que, quando privadas de seus lares, crianças e jovens poderiam se transformar “em fontes de infecção social tão graves como podem ser os vetores da meningite ou da febre amarela”.⁵¹⁸

Mas também houve algumas (poucas) vozes que fizeram críticas à forma como eram geridas as políticas públicas da cidade. A reorganização dos terrenos da cidade e a necessidade de um plano de habitação popular estavam entre as demandas apontadas,⁵¹⁹ assim como o incremento e qualificação da mão-de-obra e a atualização do “equipamento comunitário”, como as áreas de lazer e recreação nos bairros.⁵²⁰

Em 1979 Rachel Grazziotin, novamente, fez parte dessas vozes que procuravam analisar a “questão do menor” de uma forma mais profunda. De suas palavras parecia emergir um novo posicionamento, o início da materialização de uma ideia que viria a termo, ao menos

⁵¹⁵ “Menores carentes. Paternidade irresponsável”, por Aldo Colombo. *Correio Riograndense*, 10.08.1977.

⁵¹⁶ “O menor é reflexo da família. Se a família está desorganizada, o menor sofrerá”. Cf. “Câmara de Vereadores ouviu exposição do Juiz de Menores”. *Pioneiro*, 25.06.1977.

⁵¹⁷ “Miséria e desamparo são as principais causas da delinquência”. *Jornal de Caxias*, 20.09.1975.

⁵¹⁸ “É preciso acabar com o menor abandonado”. *Pioneiro*, 28.04.1979.

⁵¹⁹ Mesmo que de forma mais conservadora, declarações na imprensa do vereador Remo Marcucci também apontavam para a necessidade de foco na questão habitacional, “erradicando as malocas” para que as crianças se sentissem amparadas em quartos “sem promiscuidade”, um “lugar de abrigo, limpo e decente”. Cf. “O problema do menor”, por Remo Marcucci. *Pioneiro*, 13.08.1975.

⁵²⁰ “Marginalização urbana: aspectos de um problema”. *Jornal de Caxias*, 19.04.1975.

de forma regulamentada, somente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Rachel falava na necessidade de uma ampla retaguarda na defesa dos direitos da criança e da possibilidade de criação de uma comissão permanente de forças da comunidade que, ouvidas de forma democrática, poderiam ajudar a traçar a política municipal para os “menores”. Grazziotin defendia que os “problemas familiares” e o “problema da criança”, tão aludidos pela sociedade eram, na verdade, problemas sociais disfarçados. Afirmou, também, que a ditadura de 1964 contribuiu para o agravamento dessas questões:

A concentração da renda, acentuada no pós 64, a desproporção crescente entre o custo de vida e o salário, em prejuízo dos assalariados, marginalizou totalmente um conjunto populacional que menos recebia, suas famílias e, conseqüentemente, seus filhos. Fica cada vez mais difícil alimentar e vestir e quase impossível dar escola e atendimento médico e recreação.⁵²¹

Nascia, aos poucos, a concepção de que a raiz do “problema do menor” encontrava-se na incapacidade do sistema econômico brasileiro de criar condições de vida digna para a maioria da população.

As Nações Unidas escolheram 1979 como o Ano Internacional da Criança. No Brasil, no mesmo ano, a legislação que zelava pelas crianças e jovens foi atualizada. O novo Código de Menores (Lei nº 6.697, promulgada em 10 de outubro), consagrou um novo paradigma para a concepção da menoridade, conhecido como “Doutrina de Situação Irregular”, que viria a legitimar em lei a percepção de que a pobreza era um fator propiciador da delinquência e, conseqüentemente, uma justificativa para uma ação coercitiva sobre os menores de 18 anos.

Naquele momento, Caxias do Sul já contava com 17 anos de políticas públicas amplas, voltadas especialmente para os “menores” da cidade. A COMAI, apesar de não reproduzir muitas das práticas pelas quais as FEBEMs foram conhecidas nacionalmente (sejam elas o recolhimento e a internação em massa de crianças e jovens), manteve e reforçou uma visão estereotipada da pobreza e das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Isso aconteceu especialmente nos programas profissionalizantes que, a despeito das boas intenções manifestas pela instituição, reproduziam a situação de subemprego que a sociedade como um todo já lhes havia reservado. De uma forma geral, as ações da COMAI apontavam muito mais

⁵²¹ “O caxiense, principalmente o rico, considera o pobre um incapaz, para não dizer vadio”. *Jornal de Caxias*, 29.07.1978.

para o assistencialismo e a caridade laica ou a filantropia, do que a formas efetivas de inclusão e mudança social para a vida das crianças e jovens que passaram pelos seus domínios.

De forma ampla, os “menores” foram recorrentemente vistos por muitas autoridades e por representantes da sociedade civil dentro de uma noção de “problema”, quase insolúvel, que crescia à olhos vistos em Caxias do Sul, em meio a seu contexto industrial-competitivo. Os saberes construídos ao longo do tempo, sobretudo transmitidos e reproduzidos pela imprensa local, transformaram as causas da marginalidade em sentenças para o julgamento dos comportamentos, reforçando a noção de que a pobreza necessariamente ligava-se aos comportamentos criminosos. Quando, em muitas fontes, se conclamava a “participação da comunidade” na resolução do problema do menor, falava-se, sobretudo em caridade, supervalorizando essas ações dentro de um espírito cristão de amor ao próximo, pouco se fazendo em termos políticos de mudança ou conscientização para o problema. Além disso, o regime militar não foi problematizado enquanto agente de modernização conservadora da sociedade brasileira.

Semelhantemente ao que ocorria na assistência em nível nacional, para os infratores, a repressão, travestida de reeducação, foi a palavra de ordem diante dos clamores sociais contra a insegurança. Também em Caxias do Sul partiu-se do princípio de que o menor era sempre o culpado, “mesmo que se provasse o contrário”.⁵²²

Em suma, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a noção de menoridade que perpassou discursos e práticas das pessoas envolvidas com a assistência em Caxias do Sul fortaleceu a noção de periculosidade da infância, ignorando que “estar em condição de marginalidade” significava não participar da cidadania de forma plena, não ter acesso aos bens básicos da vida em sociedade, e não ser um “marginal”, na concepção policialesca do termo.

Adentrava-se a década de 1980 em meio a uma aguda crise econômica, ao endividamento externo, à interrupção do propagandeado “milagre econômico”, ao aumento da inflação e às promessas de abertura política e do retorno da democracia. Os “menores” tinham pela frente mais um período em que o impasse entre a realidade social e a promessa de modernidade do “país do futuro” se tornaria ainda mais presente. O lento retorno (de parte) da democracia ainda deixaria um longo caminho a ser traçado até a garantia legal dos direitos e da cidadania das crianças e jovens brasileiros.

⁵²² BEZERRA, Jaerson Lucas *et al.* *Os impasses da cidadania*. Infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1992, p. 25.

3 A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE DE CAXIAS DO SUL ENTRE 1980 E 1992: CRISE, REDEMOCRATIZAÇÃO E CONQUISTA DE DIREITOS

*“Que nadie, nadie,
despierte al niño
déjenlo que siga soñando felicidad
destruyendo trapos de lustrar
alejándose de la maldad”*

*(“Plegaria para um niño dormido”, Luiz
Alberto Spinetta)*

A década de 1980 foi considerada como uma “década perdida” no Brasil. O “milagre econômico” da ditadura civil-militar escancarava suas consequências mais funestas, gerando uma grave crise econômica, acompanhada do congelamento de salários e dos ganhos reais dos trabalhadores, e de uma inflação crescente. Paralelamente a esse processo, o governo enfraquecia-se e tentava de todas as formas uma transição democrática “lenta, gradual e segura”, buscando a qualquer custo manter seus privilégios:

[...] o processo de liberalização política no Brasil foi, entre todos os casos recentes de transição, o mais controlado pelos dirigentes autoritários e aquele em que os membros de sua elite civil garantiram não só sua sobrevivência política como ampla participação no poder após a democratização.⁵²³

O processo de abertura brasileiro se caracterizou pelo seu caráter endógeno e gradualista, tendo sido um dos mais longos do Cone Sul: iniciou-se em 1974 com Geisel e finalizou-se (em parte) em 1985, com a indicação de Tancredo Neves para assumir o poder.⁵²⁴ Em 1979 foi promulgada uma Lei de Anistia que, assim como perdoou os crimes dos “subversivos”, deixou sem punição os agentes do Estado que sequestraram, torturaram, desapareceram e mataram centenas de pessoas.

A abertura política controlada e essa “autoanistia” de 1979 procuraram aplacar as possibilidades de reação política da maior parte da população, além de assegurarem o silêncio e a não-punição dos envolvidos com o terrorismo de Estado. A garantia de que não haveria “revanchismos” é, infelizmente, uma cláusula ainda em vigor.⁵²⁵ E, pouco mais de vinte e cinco anos após a redemocratização, restaram grandes problemas estruturais: a impunidade, a corrupção, a tortura e a violência policial são questões que tiveram um profundo agravamento

⁵²³ ARTURI, Carlos S. O Debate sobre Mudança de Regime Político à Luz do Caso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 17, nov. 2001, p. 12.

⁵²⁴ MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos R.; SÁEZ, Manuel A. *A Democracia Brasileira*. Balanço e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte, Humanitas, 2007, p. 73-105.

⁵²⁵ ARTURI, op. cit., 2001.

durante os anos de chumbo. Crianças e jovens pobres foram – e ainda são – as vítimas potenciais desse tipo de violência e desrespeito aos direitos humanos.

No que se refere às normativas jurídicas voltadas para crianças e jovens, a década de 1980 iniciou com a promulgação de um novo Código de Menores, que legitimou de fato o controle social do Estado sobre as famílias pobres. De acordo com a Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, um menor poderia ser considerado em “situação irregular” se:

- I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III – em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI – autor de infração penal.⁵²⁶

A partir da constatação da “situação irregular”, os Juízes de Menores poderiam decidir sobre o destino de crianças e jovens, confinando-os em instituições especializadas ou, até mesmo, detendo-os em prisões ou locais similares por simples “suspeita” de atos antissociais. É interessante notar que a culpabilização pela situação social dos “menores” recaia somente sobre os pais ou responsáveis, sendo omitida qualquer participação do Estado nesse processo.

Em Caxias do Sul, fechava-se mais uma década em que a COMAI, principal instituição de assistência, via-se desafiada frente ao crescimento de sua demanda de atendimento. O aumento da criminalidade infanto-juvenil era descrito em letras garrafais nos principais jornais da cidade que clamavam, junto a setores da sociedade civil e política, por alternativas repressivas.

Dentro desse processo, assim como aconteceu em nível nacional, aos poucos surgiram alternativas de atendimento que procuravam ver os “menores” enquanto sujeitos de direitos, o que mobilizou profissionais da área e ativistas de movimentos sociais para repensarem e proporem mudanças substanciais nos rumos da assistência social voltada aos meninos e meninas brasileiras. A coroação dessa mobilização foi conquistada, sobretudo, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

⁵²⁶ Código de Menores, lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm Acesso em 23 jan. 2012.

A organização desse capítulo é muito semelhante a do capítulo anterior. Em um primeiro momento, será analisada a situação da COMAI ao longo da década de 1980: as dificuldades econômicas, as greves que se sucederam, seus novos setores de atendimento, a forma como a instituição se repensou ao longo desse processo, etc. Da mesma forma, serão analisadas as ações da FEBEM/RS na cidade, assim como as influências dos militares nesse período. Em um terceiro momento, estarão em foco os “menores delinquentes”, e as alternativas criadas para seu atendimento ou contenção ao longo da década de 1980.

Por fim, serão analisadas as transformações sociais que apontavam para uma nova visão da questão dos “menores” em Caxias do Sul, passando pela atuação da Pastoral do Menor, criada na segunda metade da década de 1980. Dentro desse contexto de mudanças institucionais e legislativas, serão abordados também os movimentos em torno das discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criação do COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e do Conselho Tutelar de Caxias do Sul, no início da década de 1990, fatos que encerram o espaço temporal desse trabalho. A opinião social e a construção de discursos sobre os “menores” serão contempladas ao longo dos itens acima descritos, na medida em que deram substância para as discussões, transformações e embates vividos pela assistência na década de 1980.

De um lado, uma profunda crise econômica, o crescimento das periferias e da pobreza, e a complexificação da violência urbana; de outro, o lento retorno da democracia, dos movimentos sociais e a construção de uma transformação na área dos direitos de crianças e jovens. Como será possível verificar, Caxias do Sul participou ativamente de todos esses ambíguos contextos, muitas vezes com um papel de destaque em nível regional e nacional.

3.1 A COMAI NA DÉCADA DE 1980: GREVES, CRISES, NOVOS SETORES DE ATENDIMENTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

*“Sem ar, sem horizonte,
no infortúnio
Sem luz no fim do túnel, sem farol
Sem-terra se transformam
em sem-teto
Pivetes logo se tornam pixotes”
 (“Quadro-negro”, Lenine)*

A história da COMAI ao longo da década de 1980 e início da década de 1990 foi marcada pela grave crise financeira que atingiu a entidade; pela expansão, diversificação e

adaptação dos setores de atendimento; e por mudanças graduais na forma de se conceber a criança e o jovem atendidos pela instituição, vistos cada vez mais como seres humanos detentores de potencialidades e direitos, que deveriam ser respeitados e incentivados.⁵²⁷ Em um primeiro momento será considerada a situação financeira da entidade para, então, ser avaliada a estrutura que a instituição assumiu ao longo desses anos e, por fim, sua situação no início da década de 1990, marco final dessa pesquisa.

Ao longo da década de 1980, a situação financeira da COMAI foi extremamente deficitária, recortada por períodos de crise econômica, escassez de verbas e paralisação de funcionários. Os pedidos de suplementação de verbas para a Prefeitura Municipal, a principal mantenedora da instituição, foi constante ao longo dos anos.

Em 1980, a crise financeira pela qual atravessava a Comissão era “provocada principalmente pelos elevados custos dos alimentos e dos reajustes semestrais de salários do seu quadro funcional”, fato que se repetiu ao longo do tempo.⁵²⁸ No desfile da “Semana da Pátria” daquele ano, a instituição desfilou de luto, com tarjas pretas nas mangas das crianças e jovens, com cartazes que procuravam mobilizar a população para o problema.⁵²⁹ Em 1981, o déficit da COMAI esteve na ordem de Cr\$ 10.727.419,00. Os gastos com funcionários contratados para as unidades de atendimento representavam cerca de 65% das despesas da entidade.⁵³⁰ Desde meados da década de 1980, pensava-se em reestruturar a instituição em diversos aspectos, também como forma de resolver os problemas financeiros. Previa-se uma redução no quadro de funcionários, procurando dinamizar suas funções nos setores de atendimento, ou até mesmo a transformação da COMAI em uma secretaria, departamento ou fundação ligada à Prefeitura Municipal, fato que somente se efetivaria muito tempo depois, na segunda metade da década de 1990.⁵³¹

⁵²⁷ A Casa do Menor (ou “Setor de Apoio Integrado”), o Centro Renascer e outras iniciativas voltadas mais diretamente para os jovens infratores, serão descritas e analisadas em outro subitem mais específico, nesse mesmo capítulo.

⁵²⁸ “COMAI, com sérios problemas financeiros, pode fechar”. *Pioneiro*, 27.08.1980.

⁵²⁹ “COMAI de luto”, por José Machado. *Pioneiro*, 10.09.1980.

⁵³⁰ Em 1984, o quadro mantinha-se: as despesas com funcionários detinham 70% das receitas da entidade. Cf. Relatório histórico de 1981. *Acervo COMAI*; “Processo que dá dinheiro à COMAI volta ao Executivo para que inclua informações”. *Jornal de Caxias*, 02.07.1984.

⁵³¹ Em 1996, a COMAI foi substituída pela Fundação de Assistência Social (FAS), que absorveu suas atribuições e patrimônio. Cf. “COMAI também apela ao Prefeito em busca de verbas para manter os seus serviços”. *Pioneiro*, 25.05.1983; “Trez vai ao Governo do Estado pedir recursos para a COMAI”. *Pioneiro*, 26.05.1983; “COMAI terá recursos para manter as creches somente até o mês de abril”. *Pioneiro*, 07.02.1984.

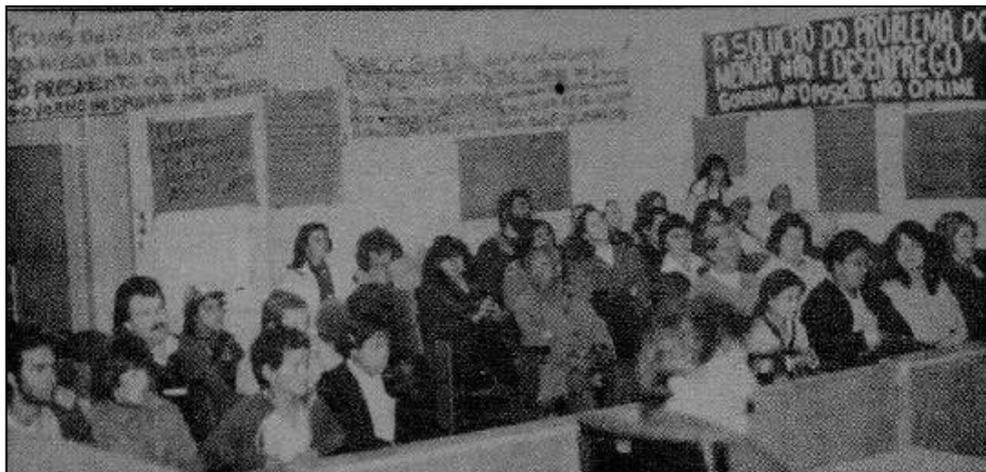


Fig. 25: Assembleia de funcionários da COMAI realizada na Câmara de Vereadores, que decidiu pela paralisação de atividades. Fonte. “Greve na COMAI”, *Pioneiro*, 08.06.1983.



Fig. 26: Greve de 1983 na COMAI. Creche Vovó Lú. Fonte: “Greve na COMAI revela divisão dentro do PMDB”. *Pioneiro*, 09.06.1983.

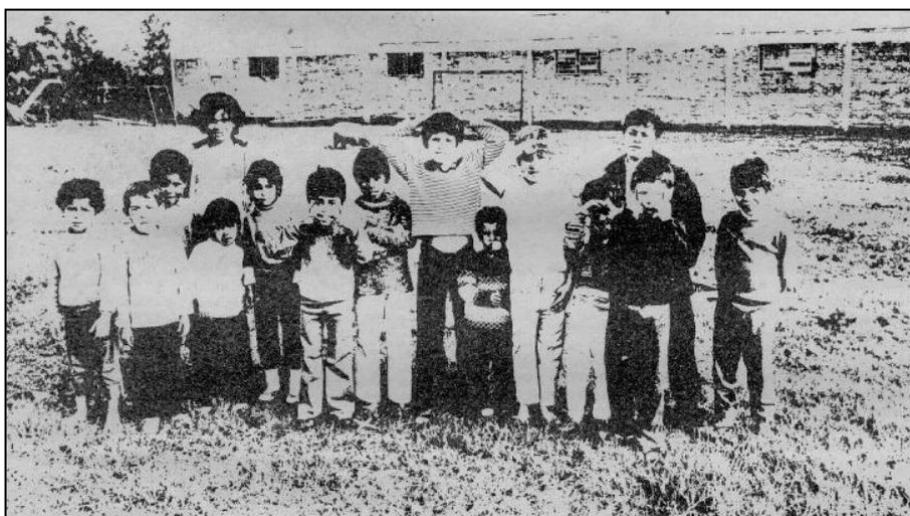


Fig. 27: Crianças da Casa de Triagem da COMAI. Fonte: “Casa de Triagem, lar provisório de crianças abandonadas”. *Pioneiro*, 27.05.1983.

Em 1983, a instituição foi caracterizada como “arruinada financeiramente”, buscando verbas junto ao governo do estado.⁵³² Foi em meio a esse contexto, e também em meio à conjuntura nacional de transição da ditadura civil-militar, que ocorreu a primeira greve de funcionários da COMAI. Em uma das faixas da Assembleia que decidiu pela paralisação podia-se ler inclusive frases que já colocavam em xeque a própria forma de se encarar o “problema do menor”: “a solução do problema do menor não é desemprego. Governo de oposição não oprime” (conforme pode ser observado na Fig. 25, p. 189). Entre 08 e 11 de junho de 1983, grande parte dos funcionários paralisou suas atividades reivindicando melhorias nos salários, respeito ao Plano de Carreira da entidade, posicionamentos quanto à demissão indiscriminada de pessoas do quadro funcional da entidade, entre outras questões trabalhistas (conferir Fig. 26, p. 189). A greve obteve apoio dos pais das crianças atendidas pela COMAI, que entendiam que essas mudanças poderiam prejudicar o atendimento de seus filhos: foram organizados mutirões para que as crianças e jovens fossem atendidos em outros locais enquanto durassem as paralisações.⁵³³

Segundo a coordenadora de uma das creches da COMAI, a greve foi a última opção frente à falta de diálogo entre a direção da instituição e os funcionários. Além disso, a entidade estava sendo acusada de demitir funcionários que não faziam parte do partido político que governava a cidade na época, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o que era negado pela sua Direção-Executiva, que dizia tratar-se apenas de “medidas administrativas”. A paralisação teve seu fim após um acordo mediado pelo então Juiz de Menores Pedro Panazzolo, tendo boa parte das reivindicações atendidas.⁵³⁴

No mês seguinte, julho de 1983, a COMAI entrava em uma situação “pré-falimentar”, apresentando déficit de 71 milhões de cruzeiros. Uma das soluções possíveis, apesar da crise pela qual passavam outros setores da administração pública, seria uma mudança na Lei Municipal nº 2.391. De acordo com essa lei, a COMAI deveria receber 3% da receita tributária anual do município.⁵³⁵ Flávia Baldisserotto, Diretora-Executiva na época, defendia a

⁵³² “A questão do menor”, editorial. *Pioneiro*, 26.05.1983; “Trez vai ao Governo do Estado pedir recursos para a COMAI”. *Pioneiro*, 26.05.1983.

⁵³³ “Funcionários da COMAI expõem situação na Câmara e entram em greve no dia de hoje”. *Pioneiro*, 08.06.1983; “Greve na COMAI - crianças não vão para as creches e pais apóiam funcionários”. *Pioneiro*, 09.06.1983; “COMAI abre creches, mas crianças não vão”. *Pioneiro*, 10.06.1983.

⁵³⁴ “Greve na COMAI - crianças não vão para as creches e pais apóiam funcionários”. *Pioneiro*, 09.06.1983; “Prefeitura e funcionários chegam a um acordo - termina a greve da COMAI”. *Pioneiro*, 11.06.1983.

⁵³⁵ Lei Municipal nº 2.391, de 02 de dezembro de 1977. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-02391.pdf> Acesso em 01 de fev. 2012.

ideia de que deveriam ser repassados 3% sobre o orçamento real da Prefeitura, não apenas pelos impostos, taxas e tributos recolhidos.⁵³⁶

Em 1984, o déficit acumulado atingiu a marca de 320 milhões de cruzeiros.⁵³⁷ Em 1987, a escolha da nova Direção-Executiva da entidade refletiu esse estado de coisas: Renato Zeni, ex-bancário sem experiência com assistência social, assumiu a COMAI com o objetivo de sanar a crise financeira da entidade.⁵³⁸ Em novembro de 1988, a fim de evitar uma nova greve de funcionários, a Prefeitura aceitou fornecer um reajuste de 40% nos salários dos funcionários.⁵³⁹

As promoções, rifas e campanhas de doações persistiram entre as ações da instituição.⁵⁴⁰ Até o final da década de 1980, a suplementação de verbas e as dificuldades financeiras fizeram parte do cotidiano da COMAI que, ao mesmo tempo, procurava a todo custo aumentar sua capacidade de atendimento, remodelando e criando novos setores.

Um círculo vicioso perverso estava instalado: a crise econômica, que causava o empobrecimento contínuo da população brasileira, fazia com que esta dependesse cada vez mais da assistência social pública para sobreviver. A procura por recursos públicos assistenciais onerava o Estado, que também sofria com a crise econômica. Não criando alternativas concretas para a democratização da renda e a melhoria dos padrões de vida dos brasileiros, ao Estado sobrava apenas prover ações mínimas de assistência, que abrangiam apenas uma parcela ínfima da população necessitada.

3.1.1 A COMAI e sua estrutura na década de 1980: caminhos para uma mudança institucional

A atuação da COMAI ao longo da década de 1980 refletiu a ambiguidade pela qual estava passando toda a estrutura brasileira de atendimento e assistência à infância e à juventude. Velhos métodos repressivos e assistencialistas estavam sendo, aos poucos, questionados, revistos e transformados em programas de atendimento que procuravam valorizar a população infanto-juvenil, condenando a violência e promovendo discussões acerca da autonomia, da necessidade da construção de uma consciência crítica e dos direitos desses segmentos sociais.

⁵³⁶ “COMAI pode paralisar serviços este mês”. *Pioneiro*, 07.07.1983.

⁵³⁷ “COMAI, novamente, ameaçada de paralisar: precisa de Cr\$ 320 milhões”. *Jornal de Caxias*, 25.06.1984.

⁵³⁸ “Ex-bancário é o novo diretor da COMAI”. *Pioneiro*, 30.04.1987.

⁵³⁹ “Funcionários da COMAI desistem da greve”. *Pioneiro*, 08.11.1988.

⁵⁴⁰ “Promoções para ajudar a COMAI”. *Pioneiro*, 04.10.1980; “COMAI necessita doações”. *Pioneiro*, 28.10.1982; “COMAI lança carnês de contribuição”. *Pioneiro*, 31.05.1983.

Desde o início da década é possível notar uma preocupação crescente da direção da entidade com a implantação de uma linha de ação conjunta, que coibisse a repressão, visto que os “menores” já suportavam “agressões e repressões excessivas no seu próprio viver”.⁵⁴¹ Isso pode ser verificado nas Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores, nas Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante, nos (poucos) relatórios anuais disponíveis e em diversas declarações e reportagens da imprensa. As reuniões de funcionários e coordenadores eram usadas como espaços de discussão, procurando fazer com que os setores dialogassem sobre suas dificuldades, na busca de soluções conjuntas. Nas palavras da Diretora-Executiva Rachel Grazziotin, entendia-se que era necessário “[...] promover o menor como construtor do seu ser e participante ativo do meio em que vive”.⁵⁴²

Uma maior aproximação com a comunidade também foi uma das preocupações da instituição no período. Evidência disso foi a criação do Grupo de Pais da COMAI em 1980, que tinha o objetivo de discutir problemas comuns, procurando soluções para o atendimento das crianças e jovens assistidos pela instituição, além de palestras e instruções para os pais sobre a melhor forma de educar e apoiar seus filhos, além dos auxílios e orientações que já eram direcionados às famílias desde a fundação da entidade.⁵⁴³

Durante uma dinâmica de reflexão em grupo entre os funcionários, que ocorreu ao longo de várias reuniões no segundo semestre de 1983, é possível encontrar mais evidências de que a percepção dos técnicos envolvidos com o atendimento dos “menores” estava passando por transformações. “Até que ponto a COMAI é reprodutora do sistema?”, questionava um dos pontos de discussão. Boa parte das respostas dos grupos de funcionários apontava para um denominador comum: muitas vezes as ações da COMAI favoreciam uma acomodação dos “menores”, deixando-os dependentes do auxílio assistencial, sem possibilidades de criar autonomia para que estes buscassem seus objetivos: “é uma instituição que proporciona chance para o menor só enquanto está aqui dentro. É paternalista, acomoda o menor. Não possui meios para estimular a autoconfiança. Não prepara para enfrentar a vida futura”. Além disso, outro grupo apontou que a instituição “[...] não tem uma estrutura para um trabalho educativo e formativo, não tem recursos financeiros para sequer manter um

⁵⁴¹ Palavras de Rachel Grazziotin, então Diretora-Executiva da instituição. Cf. “COMAI faz balanço das atividades de 80”. *Pioneiro*, 25.09.1981.

⁵⁴² Ata nº 01, de 02.06.1982. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁴³ Relatório histórico de 1981; Atas de 19.11.1983; 03.12.1983; 16.06.1984; 18.08.1984 e 17.09.1985. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.

trabalho sem muitas formalidades, quanto mais para um trabalho de alto nível”, evidenciando também as consequências da crise financeira sobre a entidade.⁵⁴⁴

Questionados sobre o papel que a COMAI deveria ter para os menores, as respostas apontavam para o caminho da conscientização: a instituição deveria ser um “veículo de transformação para o menor, para ele crescer. Ser atuante e participativo na sociedade”.⁵⁴⁵ Nesse sentido, então, o que o menor deveria esperar da COMAI? “Apoio, incentivo, valorização como ser humano, abertura ao relacionamento, oportunização de trabalho, alternativas de vida, proteção, alimentação, resposta às suas expectativas de vida”. Esperava-se, a partir dessas premissas, que o egresso da instituição fosse “um cidadão responsável, líder, consciente, capaz de agir em favor de uma mudança, conseguindo entrosar-se na sociedade como participante ativo”.⁵⁴⁶

O discurso institucional, apesar de apontar muitas vezes o “menor” como vítima do sistema social, já dava mostras de que era possível pensá-lo também como um agente de transformação social, o que demonstra uma mudança qualitativa, permitindo um espaço de questionamento às ações que desqualificavam e reprimiam crianças e jovens pobres da cidade. Até mesmo o estigmatizante termo “menor” foi, aos poucos, se transformando em “criança” ou “adolescente” nos meandros da documentação oficial da instituição, até ser praticamente abolido no início da década de 1990.⁵⁴⁷ No Relatório de 1984, o combate ao “perigo moral” que abatia os “menores” não aparecia mais entre as finalidades essenciais da COMAI, sendo substituído pela valorização de suas potencialidades, profissionalização e desenvolvimento de habilidades, com respeito por suas necessidades básicas.⁵⁴⁸

Com isso, não se quer dizer que apenas ao adentrar a década de 1980, que coincide com o lento retorno dos direitos políticos e da democracia brasileira, a COMAI mude radicalmente a sua atuação dos anos anteriores. O que se afirma aqui é que, desde o início da década, já é possível encontrar sinais qualitativos tímidos de mudanças institucionais. Evidentemente, existiram permanências. Em 1982, por exemplo, houve uma denúncia de que crianças da Casa de Triagem tinham sido amarradas e agredidas, sendo que algumas inclusive

⁵⁴⁴ Ata nº 16, de 06.09.1983. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁴⁵ Ata nº 18, de 30.09.1983. *Ibidem*.

⁵⁴⁶ Ata nº 23, de 09.11.1983; Ata nº 22, de 04.11.1983. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁴⁷ Cf. BECHER, Franciele. Conceituando a infância e a juventude: memória, esquecimento e políticas públicas de assistência em Caxias do Sul - RS. In: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; Alves, Clarissa de Lourdes Sommer; Menezes, Vanessa Tavares. (Orgs.). *IX Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - Corag, 2011, p. 302-329.

⁵⁴⁸ Relatório histórico de 1984. *Acervo COMAI*.

fugiram do local na ocasião, tendo relatado aos seus professores a violência sofrida.⁵⁴⁹ Em 1986, durante uma reunião de funcionários, relataram-se casos em que crianças das creches estavam sendo espancadas por funcionários, ao que se abriu uma discussão sobre a diferença entre “palmadas” e “espancamento” nas rotinas das casas. As opiniões dividiam-se: alguns funcionários repudiavam totalmente as agressões (postura esta refletida também pela direção da entidade na época), enquanto outros acreditavam que não havia nenhum mal em algumas palmadas, caso isso não virasse um caso de espancamento.⁵⁵⁰

Mesmo com a escassez de recursos financeiros, a COMAI procurou aumentar sua capacidade de atendimento. O Setor de Creches foi um dos que mais se expandiu nesse período: passou de 5 para 9 instituições administradas diretamente pela entidade entre 1979 e 1991, ampliando sua capacidade de atendimento para cerca de 975 crianças.⁵⁵¹ Segundo os funcionários, o serviço sofria com a precariedade das instalações, falta de funcionários, alta rotatividade, demora em contratações e, principalmente, a grande procura por vagas.⁵⁵² Havia o entendimento de que as empresas da cidade se aproveitavam do serviço prestado pela COMAI para não criarem creches para os filhos de funcionários, o que era um dos principais fatores para a superlotação: “a COMAI está assumindo a responsabilidade das empresas, em dar atendimento a filhos de funcionárias em creches, deixando de lado o verdadeiro problema, que é o menor que perambula pelas ruas”.⁵⁵³

Diversas oficinas profissionalizantes eram oferecidas na sede da COMAI, no centro da cidade, nos bairros e em outros Centros de Bem-Estar, coordenados pela COMAI e FEBEM/RS.⁵⁵⁴ É importante situar que o posicionamento dos funcionários sobre as oficinas era de que elas deveriam ser educativas, não funcionando apenas como uma forma de obter lucro com a venda dos artigos confeccionados, para que não se desvirtuasse o “[...] objetivo real, que é o aprendizado dos menores”.⁵⁵⁵

O “Setor do Menor Ativo” foi um dos mais afetados pela crise econômica da década de 1980 dentro da COMAI. Já não havia mais convênios, as vagas de emprego na cidade estavam escassas, e as empresas optavam em contratar adultos, já que esses tinham o “mesmo custo” de um menor de idade, com a vantagem de possuírem mais qualificação e experiência,

⁵⁴⁹ Ata nº 08, de 15.12.1982. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁵⁰ Ata nº 35, de 03.06.1986. *Ibidem*.

⁵⁵¹ Além disso, a COMAI passou a apoiar nesse período outras creches surgidas de iniciativas comunitárias através de convênios, atendendo indiretamente mais 870 crianças. Cf. Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁵⁵² Ata nº 07, de 17.11.1982. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁵³ Ata nº 18, de 30.09.1983. *Ibidem*; Relatório histórico de 1984. *Acervo COMAI*.

⁵⁵⁴ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁵⁵⁵ Ata de 20.07.1985. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.

o que também assegurava uma menor rotatividade. Segundo a opinião dos responsáveis pelo Setor, “as empresas são insensíveis aos problemas do menor, não o veem como ser humano. O menor é explorado pelo fato de haver excesso de oferta de mão-de-obra”. Defendia-se a realização de uma campanha agressiva de denúncia contra esses empresários, tornando públicas também as repressões sofridas pelos “menores”.⁵⁵⁶

Uma mudança de postura também pode ser verificada no que compete às questões trabalhistas: os funcionários se mostravam preocupados com a criação de oficinas terapêuticas remuneradas, porque poderiam se tornar um fator de exploração dos “menores”, por estes não estarem com seus direitos assegurados.⁵⁵⁷ Por outro lado, em 1984, a COMAI estava sendo multada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em C\$ 860 mil por não ter recolhido o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos menores do Setor do Menor Ativo, no período de 1974 a 1982. Na época, o pagamento ficava a cargo da COMAI, já que o acordo celebrado com as empresas conveniadas fazia com que essas fossem desobrigadas a pagar esse direito trabalhista, como forma de incentivar a contratação dos menores.⁵⁵⁸

Aos poucos, as atividades do Setor foram minguando, e a instituição teve de buscar novas alternativas para a qualificação profissional de seus atendidos.⁵⁵⁹ No organograma da entidade do ano de 1981, esse Setor já aparece renomeado de uma forma mais genérica como “Setor de Empregos”, onde também estava incluído o “Setor do Menor Ambulante” e as oficinas de qualificação organizadas e oferecidas pela COMAI.⁵⁶⁰

A Casa de Triagem Divina Providência continuava atendendo, em regime de internato, crianças abandonadas ou retiradas do pátrio-poder por motivos que evidenciassem sua

⁵⁵⁶ Ata nº 06, de 03.11.1982. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁵⁷ Ata nº 12, de 02.05.1983. *Ibidem*.

⁵⁵⁸ “COMAI foi multada por não recolher FGTS”. *Pioneiro*, 03.04.1984.

⁵⁵⁹ As fichas de cadastro de menores do “Setor do Menor Ativo” correspondentes à década de 1980 foram tabuladas seguindo a mesma metodologia aplicada para as fichas da década anterior, explicada no item 2.2.3. Foram tabuladas 53 fichas de cadastro, que correspondiam ao período 1980-1984. O baixo número de cadastros reflete a situação precária pela qual vinha passando o Setor, devido a falta de empregos e a decisão das empresas de dar trabalho aos maiores de 18 anos. De uma forma geral, o resultado da tabulação refletiu o que já havia sido encontrado na amostragem anterior, conforme pode ser verificado no Anexo B, ao final dessa dissertação. É possível verificar um declínio no número de cadastro ao longo dos anos e uma grande presença de meninos e meninas que não frequentavam a escola no momento em que procuraram o Setor: cerca de 66% da população total. Houve apenas 16 contratações no período, principalmente no setor metalomecânico e moveleiro, porém não foi possível inferir nem o tempo de serviço, nem os motivos de desligamento. A maioria dos meninos e meninas procurava qualquer tipo de ocupação, o que reflete possivelmente o baixo grau de formação profissional que possuíam.

⁵⁶⁰ Organograma de 1981. *Acervo COMAI*.

“situação irregular”,⁵⁶¹ onde estavam incluídos maus-tratos, problemas econômicos e habitacionais, entre outros (alguns internos da instituição podem ser vistos na Fig. 27, p. 189). A partir de dados divulgados pela imprensa, é possível afirmar que grande parte das crianças passava pouco tempo na Casa de Triagem. Em 1982, foram recolhidas cerca de 193 crianças; destas, 138 retornaram para suas famílias de origem e 18 foram colocadas em lares substitutos. No total, cerca de 179 crianças foram desligadas da instituição naquele ano.⁵⁶²

Ainda em 1982, foi divulgado na imprensa que as instalações da Casa de Triagem se encontravam em uma situação precária: “[...] vidros quebrados, *parquet* descolado, telhado com goteiras, rachadura nas paredes, banheiros com problemas, parque infantil sem brinquedos, sala de aula em péssima situação, pintura inacabada, tomadas estragadas”. Além disso, os funcionários reclamavam da falta de capacitação para o atendimento direto com os “menores”, assim como falhas de comunicação com a direção da entidade.⁵⁶³ Em 1983, os problemas persistiam: as dependências da Casa eram muito frias, o que causava pneumonias e outros problemas respiratórios nas crianças recolhidas; a sala de recreação estava cheia de goteiras, com tábuas de assoalho apodrecidas e soltas,⁵⁶⁴ como pode ser conferido na Fig. 28, p. 199. Não possuindo recursos próprios para a reforma, a COMAI pleiteou e obteve uma verba estadual para suprir parte dos reparos, que foi aprovada no início de 1982 pela Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do Estado, através do Plano de Proteção à Criança.⁵⁶⁵

No Setor de Adoções e Colocações Familiares, a grande dificuldade ainda era conseguir pais que quisessem adotar crianças com mais de 04 anos de idade. Além disso, havia muitos casos de devolução de menores adotados: “os novos pais não aguentam sequer um deslize da criança”.⁵⁶⁶ Existia uma predileção por meninas e por crianças brancas, ou que se assemelhem fisicamente com a família adotante.⁵⁶⁷

O “Setor do Menor Ambulante” canalizou grande parte da atuação da COMAI na década de 1980, reunindo crianças que trabalhavam nas ruas exercendo funções informais como forma de garantir parte da renda familiar. Assim como já vinha acontecendo desde 1964, as crianças e jovens do Setor eram orientadas sobre comportamento, higiene e educação, além de receberem alimentação e outros auxílios. Eram organizadas pelos

⁵⁶¹ “Todas as crianças encaminhadas à Casa de Triagem têm pais, mas, devido ao problema financeiro que muitas famílias enfrentam, a única solução que parece ser viável é a entrega dos filhos para estas entidades”. Cf. “Recolhidos nas ruas, abandonados pelos pais”. *Jornal de Caxias*, 09.07.1984.

⁵⁶² “Só em 1982 quase 200 crianças foram abandonadas em Caxias”. *Jornal de Caxias*, 17.01.1983.

⁵⁶³ Ata nº 04, 01.09.1982. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁶⁴ “Casa de Triagem, lar provisório de crianças abandonadas”. *Pioneiro*, 27.05.1983.

⁵⁶⁵ “Casa de Triagem da COMAI vai passar por reformas”. *Pioneiro*, 25.02.1984.

⁵⁶⁶ Ata nº 14, de 10.08.1983. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁶⁷ “Só em 1982 quase 200 crianças foram abandonadas em Caxias”. *Jornal de Caxias*, 17.01.1983.

funcionários da COMAI no exercício de serviços como o de engraxate, jornaleiro, bilheteiro, lavador de carros, vendedores de bebidas e pastéis durante a Festa da Uva, entregadores de folhetos, lavadores de saquinhos de leite, carregador de malas na Estação Rodoviária, entre outros. A idade mínima para participar do Setor era 7 anos, sendo que os “menores” só eram desligados por volta dos 18 anos, também em função das poucas oportunidades do antigo “Setor do Menor Ativo”, que anteriormente empregava os maiores de 14 anos. A COMAI distribuía “pontos” de atuação nas esquinas e recantos do centro da cidade, fiscalizando as atividades diárias.⁵⁶⁸

Segundo o relatório de 1984, o trabalho no Setor tinha o objetivo de “despertar no menor atitudes de valorização, de respeito mútuo, de conscientização social, de participação, de autopromoção e de mudança”, fundamentando-se no princípio de que “todo ser humano tem capacidade de pensar, de comunicar-se, de cooperar, de escolher seu destino, de ser estimulado e respeitado em sua individualidade”.⁵⁶⁹ Por mais que se mantivessem os trabalhos informais dos meninos ambulantes, bastante criticados na década anterior, realizados em condições adversas e sem estabilidade ou garantia de direitos, a COMAI procurava aos poucos mudar a imagem que essas crianças tinham para a sociedade, coibindo e condenando a repressão, e valorizando os aprendizados que essas crianças conseguiriam obter ao longo do processo.

É possível perceber, a partir da leitura das Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante, que existia uma preocupação com o acompanhamento das famílias, com a frequência escolar, além de uma reavaliação conjunta, entre menores, famílias e funcionários, de condutas e planejamentos das atividades do Setor, fundados em posicionamentos de não-repressão, de entendimento e diálogo. Isso acaba com outro mito que se criou acerca das crianças que atuavam nas ruas, pouco tempo depois denominadas “meninos de rua”: institucionalizados ou não, a grande maioria dessas crianças possuíam vínculos familiares mais ou menos fortalecidos. A participação dos pais no Setor do Menor Ambulante da COMAI, organizados no Grupo de Pais da COMAI, demonstra que muitas famílias acompanhavam e procuravam intervir diretamente nos rumos das políticas públicas de assistência social.

Em 1985, em uma pesquisa realizada pelas estagiárias do curso superior de Psicologia, confirmou-se que a sociedade tinha a visão de que a COMAI “amparava marginais”.⁵⁷⁰ Essa

⁵⁶⁸ Livro de Registro do Atendimento Geral do Setor do Menor Ambulante – 1983-1988. *Acervo COMAI*.

⁵⁶⁹ Relatório histórico de 1984. *Acervo COMAI*.

⁵⁷⁰ Ata de 20.07.1985. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.

discriminação, que não condizia com a realidade das crianças atendidas pela instituição, era verificada também nas empresas (que os contratavam irregularmente, em funções não adequadas), nas ruas (quando as pessoas que tinham seus sapatos engraxados não pagavam a quantia devida, simplesmente ignorando o serviço prestado pelos “menores”) e nas escolas que elas frequentavam:

Há uma verdadeira marcação e discriminação em cima deles. Aconteceu estes dias na Escola Luís Antunes um caso que até a direção teve que intervir. A discriminação faz com que eles detestem ir à aula, que achem que o suficiente é saber escrever o nome e umas mínimas contas. Alguns jornaleiros esperam para acertar as contas depois das 13h para terem desculpa e não ir à escola.⁵⁷¹

O ensino escolar regular era visto pelos funcionários como desconectado da realidade cotidiana dos “menores carentes”, o que acabava sendo mais um fator de inadaptação e evasão, juntamente com os rótulos estigmatizadores que os descreviam como delinquentes.⁵⁷² Como uma forma de mudar essa realidade, já funcionava na entidade desde 1983 um Curso Integrado, onde principalmente os jovens do “Setor do Menor Ambulante” podiam obter estudos de 1ª à 4ª séries do 1º Grau.⁵⁷³

A organização política dos participantes do Setor também era incentivada pela COMAI: no início da década de 1980 já funcionava a Associação de Menores Jornaleiros e Engraxates da COMAI (AMJEC), que na fala dos funcionários deveria se tornar “um órgão de divulgação das opressões que sofrerem os menores, onde estes possam colocar situações que ocorrem com eles, e eles organizados possam repudiar estes atos”. Seria um instrumento de conscientização sobre as contradições do sistema econômico que causavam problemas sociais enfrentados pelas crianças e jovens do Setor, pois “só organizados e conscientes da realidade é que eles poderão construir e participar de uma sociedade diferente”.⁵⁷⁴

Em 1983, foi realizada na imprensa a campanha “Empregue um menor”, visando a valorização dos meninos trabalhadores, procurando conscientizar a sociedade e, sobretudo, os empresários sobre a importância de dar uma oportunidade profissional para os jovens da cidade.

⁵⁷¹ Afirmação de monitores que trabalhavam no Setor. Cf. “Discriminação contra menores da COMAI”. *Pioneiro*, 28.05.1983.

⁵⁷² Ata de 20.07.1985. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.

⁵⁷³ Com o passar do tempo, o Curso foi transformado em uma sala de aula do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Cf. Ata nº 14, de 10.08.1983. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁵⁷⁴ Ata de 06.04.1982. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.



Fig. 28: Situação da Casa de Triagem da COMAI. Fonte: “Casa de Triagem, lar provisório de crianças abandonadas”. *Pioneiro*, 27.05.1983.

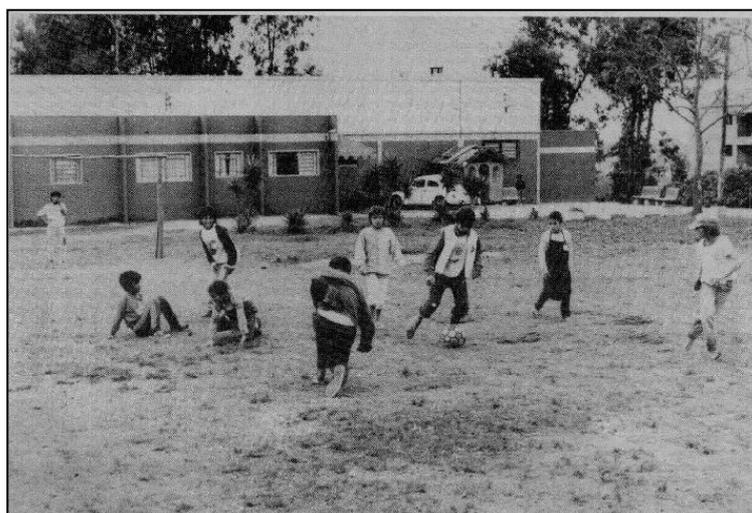


Fig. 29: Escola Aberta da COMAI. Fonte: “Escola Aberta - um novo método para aprendizado de menores”. *Pioneiro*, 19.06.1989.



Fig. 30: Sede da COMAI em 1990. Fonte: “Comissão Especial da COMAI ainda em fase de estudos”. *Pioneiro*, 27.07.1990.

Sob o lema “Se você tem um trabalho, nós temos um menino”, a COMAI procurava mudar a imagem social dos seus atendidos: “os meninos teriam maior oportunidade inclusive de mostrar que são crianças normais, têm um comportamento natural como o das outras crianças da mesma idade”.⁵⁷⁵ Em 1984, a campanha de mobilização social da COMAI foi contra as escolas, novamente enfatizando a necessidade de dar profissionalização aos “menores”.⁵⁷⁶

Um dos grandes problemas evidenciados pelo “Setor do Menor Ambulante” ao longo da década de 1980 foi o uso da cola de sapateiro como inalante, o que deixava os as crianças e jovens viciados quimicamente. Em 1983, os funcionários reclamavam por não terem uma pedagogia de trabalho para intervir nesses casos: os usuários acabavam sendo recolhidas na Casa do Menor, sem um tratamento mais específico.⁵⁷⁷ Em parceria com estagiárias do curso superior de Psicologia, optaram por usar uma linha de trabalho não-repressiva para resolver essa questão, aconselhando e advertindo os “menores” e suas famílias sobre as negatividades do vício. Porém, se não fosse possível mudar a situação, os usuários seriam desligados do grupo.⁵⁷⁸

Em 1987, através do Decreto nº 6002, foi criada a “Escola Aberta”, localizada ao lado da Casa de Triagem, uma parceria entre a COMAI e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Pensada dentro de uma proposta alternativa, a Escola oferecia ensino de 1º Grau, da 1ª à 5ª série, para “meninos de rua”, uma nova categoria sociológica que estava surgindo para conceituar a situação de vida de milhares de crianças e jovens brasileiros que faziam das ruas das cidades seu *lôcus* de trabalho e habitação (conferir Fig. 29, p. 199). A escola não possuía horários rígidos de funcionamento, nem mesmo a obrigatoriedade de que as crianças a frequentassem todos os dias:

[...] ali, a frequência não é uma coisa exigida como condição para a aprovação. As crianças podem ingressar na escola em qualquer época do ano, e aí são avaliadas. De acordo com as condições em que se encontrarem, ingressam na primeira, segunda ou terceira etapa. Se faltarem, quando voltarem o ensino é retomado do ponto onde pararam.⁵⁷⁹

⁵⁷⁵ Afirmações de Maria Helena Leitão, coordenadora do Setor do Menor Ambulante na época. Cf. “Empregue um menor é a campanha da COMAI para dar ocupação aos menores carentes”. *Jornal de Caxias*, 19.12.1983.

⁵⁷⁶ Atas de 10.03.1984 e 27.07.1984. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.

⁵⁷⁷ Ata de 08.03.1983. *Ibidem*.

⁵⁷⁸ Nos meses seguintes, foram realizadas palestras e ações conjuntas com o Juizado de Menores e a Secretaria de Saúde da cidade. Cf. Atas de 11.04.1983, 15.07.1983, 19.08.1983 e 02.10.1983. *Ibidem*.

⁵⁷⁹ “Escola Aberta - um novo método para aprendizado de menores”. *Pioneiro*, 19.06.1989.

As turmas possuíam no máximo 15 alunos. Eram oferecidos, além do ensino convencional, oficinas e cursos de capacitação e reforço escolar quando necessário. Essa é uma evidência bastante significativa do quanto a visão sobre as necessidades das crianças e dos jovens pobres estava sendo modificada. A necessidade de ensino, pensada dentro das possibilidades de cada educando, ajudava a acabar com a ideia recorrente de que essas crianças não tinham potencialidades a serem estimuladas. A Escola era vista por alunos e funcionários como um local que fugia dos métodos pedagógicos tradicionais; como um local que fornecia trabalho e orientação, acolhendo, educando, desenvolvendo e valorizando professores e alunos; e como um local onde se desenvolvia uma relação democrática e participativa, que partia da base, desenvolvendo um trabalho inovador.⁵⁸⁰

Constituindo uma importante alternativa de atendimento às crianças de rua, a Escola Aberta continuou existindo mesmo após a extinção da COMAI, passando a ser coordenada pela Fundação de Assistência Social (FAS) a partir de 1996. Sua desativação se deu em 2001, por problemas de gestão. No seu lugar foi construído um ambulatório municipal para atendimentos psiquiátricos.

3.1.2 A COMAI no início da década de 1990: tensões e novos setores de atendimento

O início da década de 1990 foi marcado pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e pela eleição do primeiro grupo do Conselho Tutelar da cidade. Na COMAI, novos setores de atendimento também refletiam essa realidade que se delineava, agora, de forma mais concreta.

Apesar de ser muito difícil estabelecer uma série de dados mensais ou anuais sobre os atendimentos da instituição, seja por escassez de fontes ou pelo fato de uma mesma criança ser atendida por mais de um setor em um curto espaço de tempo (passar do “Setor do Menor Ambulante” para o “Setor do Menor Ativo”, por exemplo), é possível inferir o largo crescimento das demandas da COMAI. Em 1984, o atendimento da entidade atingiu a cifra média de 1000 atendimentos mensais.⁵⁸¹ Em 1988, esse número já era maior que o dobro da cifra anterior: cerca de 2.342.⁵⁸² O relatório de 1991, bastante completo, possibilitou verificar que neste ano o número total de atendimentos mensais dos diversos setores da instituição foi

⁵⁸⁰ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁵⁸¹ Relatório histórico de 1984. *Acervo COMAI*.

⁵⁸² Dado correspondente ao final do ano de 1988, citado no relatório de 1992, sem nenhuma especificação setorial. Cf. Relatório de atividades do exercício de 1992. *Acervo COMAI*.

de aproximadamente 5404, número que se manteve em 1992.⁵⁸³ Em suma, entre 1984 e 1992, salvaguardadas as impossibilidades de comparação concreta devido à diferença e inconsistência na coleta de dados dos relatórios do período, é possível afirmar que o atendimento global da instituição expandiu-se em pelo menos 500%, apesar das dificuldades financeiras.

A demissão da Diretora-Executiva Maria Helena Leitão, em meados de 1991, expôs novamente as questões políticas envolvidas na indicação dos cargos dirigentes da entidade e, também, o problema histórico da COMAI no que refere às verbas destinadas pelo Poder Público Municipal para a instituição: segundo um vereador, sua exoneração repentina, a despeito do bom trabalho que vinha desempenhando, se deveu aos seus questionamentos por mais recursos, ao que o prefeito da época, Mansueto Serafini, não teria concordado. Para o seu lugar foi indicado um antigo funcionário da COMAI, Delmir Portolan.⁵⁸⁴

Foi nessa gestão que a COMAI vivenciou uma segunda greve de funcionários, no final de abril de 1991. Os funcionários reivindicavam um aumento de 107% em seus ordenados, ao que a instituição afirmava não poder fornecer mais que 25%.⁵⁸⁵ A adesão dos funcionários à greve foi total, e muitas crianças e pais também prestaram seu apoio ao movimento, participando de manifestações na Prefeitura Municipal, (conferir Fig. 31, p. 204), reivindicando um maior repasse de verbas do Poder Público.⁵⁸⁶ Depois de cerca de 14 dias de paralisação, os funcionários aceitaram os 44,76% de aumento proposto inicialmente pela COMAI, prometendo novas mobilizações em breve. E, de fato, menos de 5 meses depois, em uma nova ameaça de greve, os funcionários obtiveram mais um aumento, novamente na casa dos 40%.⁵⁸⁷

Como será visto adiante, a cidade de Caxias do Sul participou ativamente das atividades em torno da discussão e da construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tendo o seu Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e seu Conselho Tutelar montados não muito depois da promulgação da Lei Federal. Além disso, o atendimento direto municipalizado, previsto pelo Estatuto, já era praticado pelas políticas públicas caxienses através principalmente da COMAI desde 1962.

⁵⁸³ Relatório de atividades do exercício de 1991 e 1992. *Acervo COMAI*.

⁵⁸⁴ “Exoneração na COMAI acaba sendo muito mal recebida”. *Pioneiro*, 02 e 03.03.1991; “Pedetista escolhido para dirigir a COMAI”. *Pioneiro*, 02.04.1991.

⁵⁸⁵ “Funcionários da COMAI entram em greve por tempo indeterminado”. *Folha de Hoje*, 25.04.1991.

⁵⁸⁶ “COMAI - adesão à paralisação é de 100%”. *Pioneiro*, 26.04.1991; “Greve da COMAI tem adesão total e deixa menor sem assistência”. *Folha de Hoje*, 26.04.1991; “Menores e pais manifestam apoio à greve da COMAI”. *Folha de Hoje*, 27.04.1991.

⁵⁸⁷ “Afastada possibilidade de greve na COMAI”. *Folha de Hoje*, 01.10.1991; “COMAI - funcionários aceitam proposta”. *Pioneiro*, 01.10.1991.

Dentro desse contexto, a instituição participou de eventos que tinham a intenção de discutir essas novas modalidades e formas de atendimento, fundamentadas em uma nova percepção da infância.⁵⁸⁸ A COMAI vinha se reinventando, procurando acertar os rumos de seus programas de atendimento, voltados agora cada vez mais para uma perspectiva comunitária, descentralizada, envolvida na ótica dos direitos das crianças e jovens.

O relatório de 1992 deixa clara a influência do ECA, ao menos em termos conceituais: a palavra “menor” já estava praticamente extinta da documentação, sendo substituída por criança e adolescente: “[...] a Entidade caminha com um único objetivo, ou seja, a busca permanente de um atendimento integrado da criança e do adolescente, oportunizando ajustes e troca de experiências”. Da mesma forma, todo o conteúdo pejorativo, que enfatizava a condição social ou o “perigo moral” presente na vida dessa população, foi substituído pelas necessidades de atendimento de cada criança e jovem, numa perspectiva cidadã, revelando também a autocrítica realizada pela instituição: “superou-se aquela concepção inoperante de atendimento paternalista e caritativo da criança e passou-se para uma abordagem construtivista do problema, embasada em programas sólidos de resgate da cidadania da infância e juventude empobrecidos”.⁵⁸⁹

Em meados de 1991, a COMAI criou uma iniciativa especialmente voltada para a população infanto-juvenil de rua: o Projeto Criança Crescente, que tinha a especialidade de informar, atender e trazer meninos e meninas de rua para o atendimento da instituição. Em 1991, 155 crianças foram trazidas para diversos programas de atendimento: “o agravamento das condições socioeconômicas de nossa população aprofundou, significativamente, a problemática dos meninos e meninas de rua, exigindo da COMAI uma tomada de postura imediata”.⁵⁹⁰

O projeto funcionava com a atuação de educadores de rua (entre eles, assistentes sociais, professores, psicólogos, etc.), que abordavam as crianças e jovens, encaminhando e prestando atendimentos diversos diretamente nas ruas da cidade. Nesse mesmo contexto, a COMAI fortalecia uma campanha contrária à esmola, procurando conscientizar a sociedade: “a esmola não é educativa É uma situação em que o menor expõe sua dignidade. Dando esmolas, o cidadão tira de seus ombros a responsabilidade social”.⁵⁹¹

⁵⁸⁸ Relatório de atividades do exercício de 1992. *Acervo COMAI*.

⁵⁸⁹ *Ibidem*.

⁵⁹⁰ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁵⁹¹ Palavras do Diretor-Executivo Delmir Portolan. Porém, a iniciativa não foi vista sem reservas pela sociedade. Cf. “Educar os meninos de rua, um novo e difícil desafio para a COMAI”. *Folha de Hoje*, 17.08.1991. Conferir, nesse sentido, a Fig. 33, p. 204, que trata dessa mesma questão a partir de uma charge publicada em 1992.



Fig. 31: Crianças da COMAI em manifestação por mais recursos públicos. Lê-se: “2%, prioridade para a criança?” e “A greve é um direito nosso”. Fonte: “Servidores da COMAI querem audiência com o prefeito”. *Pioneiro*, 27 e 28.04.1991.

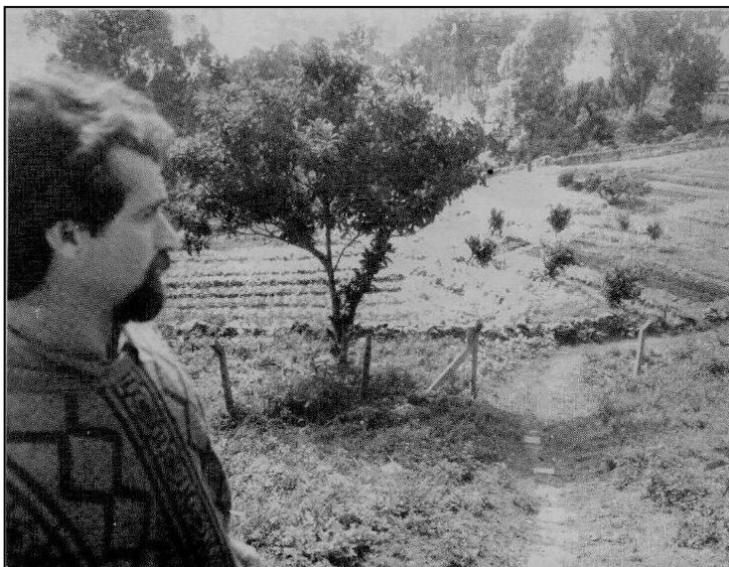


Fig. 32: Horta da COMAI. Fonte: “Projeto de hortas da COMAI garante alimentos nas creches e internatos”. *Folha de Hoje*, 29.04.1992.



Fig. 33: Charge sobre a campanha da COMAI contra a esmola. Fonte: *Pioneiro*, 23.10.1992.

Em meados de 1992, a horta da COMAI foi ampliada e reativada. Funcionando nas dependências da Casa de Triagem e da Escola Aberta, seus princípios estavam baseados na agricultura ecológica, sem a utilização de agrotóxicos. As hortaliças cultivadas eram consumidas principalmente pelas creches da instituição, sendo que o excedente era vendido na Feira de Produtores Ecologistas, pela provisoriamente chamada Associação dos Meninos Produtores (conferir Fig. 32, p. 204). O dinheiro arrecadado era revertido aos meninos que trabalhavam na terra, todos eles frequentadores das aulas da Escola Aberta. Seu currículo escolar era adaptado também para ensinamentos do projeto ecológico.⁵⁹²

As meninas de rua, que nunca haviam sido contempladas com programas de atendimento especialmente voltados para sua condição feminina, ganharam o “Lar das Meninas” em 1992, um internato mantido em parceria com a FEBEM/RS.⁵⁹³ Montado em uma casa com uma capacidade para em média 10 meninas, o desejo da coordenação regional da Fundação, agora chefiada por Rachel Grazziotin, era o de que as meninas o procurassem de forma espontânea. No final do mesmo ano, a COMAI, agora em convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criou uma oficina de malharia para meninas maiores de 14 anos, que seriam encaminhadas para o mercado de trabalho ao final do curso.⁵⁹⁴

No final de 1992, a Colônia de Férias de Lajeado Grande ganhou uma nova casa, feita em alvenaria, garantindo mais conforto para as crianças e jovens que passassem suas férias no local.⁵⁹⁵ Esse momento também foi marcado por mais um pedido de suplementação de verbas, o que demonstra que os 2% do Orçamento Municipal, destinados pela nova Lei Orgânica desde 1990, já não eram suficientes.⁵⁹⁶ A participação do Poder Público Municipal representava 95% do orçamento de instituição.⁵⁹⁷

Além disso, a COMAI estava enfrentando um impasse com o repasse de verbas do Estacionamento Rotativo Pago, coordenado pela instituição desde 1990 (Lei Municipal nº 3.560/90). Além do objetivo de tonar rotativo o estacionamento de veículos no centro da cidade, a iniciativa proporcionava uma ocupação para jovens que necessitavam de emprego, que poderiam atuar como fiscais em um turno de trabalho, cobrando pelo serviço e aplicando multas aos motoristas que estacionassem seus veículos sem registrá-los. A instituição só

⁵⁹² “Projeto beneficia os menores da Escola Aberta e da COMAI”. *Correio Riograndense*, 15 e 22.04.1992.

⁵⁹³ Relatório de atividades do exercício de 1992. *Acervo COMAI*; “Casa para atender meninas de rua”. *Folha de Hoje*, 30.03.1992.

⁵⁹⁴ “Mão-de-obra para meninas”. *Pioneiro*, 10.12.1992.

⁵⁹⁵ “COMAI abre colônia de férias”. *Pioneiro*, 29.12.1992.

⁵⁹⁶ Além de ter fixado a nova dotação orçamentária da COMAI, a Lei Orgânica determinou que as creches seriam administradas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Cf. “Comissão Especial da COMAI ainda em fase de estudos”. *Pioneiro*, 27.07.1990.

⁵⁹⁷ “COMAI pede adicional de 900 milhões”. *Folha de Hoje*, 10.12.1992.

aceitou tomar conta do estacionamento com a condição de que seus jovens pudessem estudar, pois não queriam deixar os meninos trabalhando na rua, visto que o “Setor do Menor Ambulante” vinha sendo diminuído gradualmente ao longo dos anos.⁵⁹⁸ Em 1991, cerca de 132 jovens trabalharam no programa.

O dinheiro arrecadado com as multas do Estacionamento era usado em parte para o pagamento de salários e encargos sociais dos jovens empregados no setor, além de ser usado para a ampliação dos setores de profissionalização da COMAI, a manutenção do sistema e também doação de equipamentos para a Brigada Militar da cidade.⁵⁹⁹ Porém, no início de 1992, o Delegado de Trânsito Luiz Carlos dos Santos decidiu não homologar as multas devidas à COMAI, definindo-as como ilegais. O impasse se desenrolou durante meses e, em 15 de dezembro de 1992, a COMAI decidiu por fim ao projeto até que a questão fosse resolvida, demitindo os cerca de 46 jovens que estavam trabalhando.⁶⁰⁰

Chegando ao espaço temporal final dessa dissertação, a COMAI continuava sendo a principal iniciativa pública de atendimento às crianças e jovens pobres da cidade. Cada vez mais, a instituição abandonava os trabalhos informais para centralizar suas ações em centros ocupacionais, que garantissem que as crianças e jovens não seriam explorados profissionalmente. Remodelada, repensada e transformada, a instituição seguiu concentrando esforços bastante diversos, agora com a atuação conjunta a outros órgãos da comunidade, sobretudo a Pastoral do Menor, o COMDICA, os conselheiros tutelares e outros atores privados, reconstruindo seus próprios conceitos de infância e de juventude, e sua atuação junto às políticas públicas.

3.2 A FEBEM/RS E SUA ATUAÇÃO AMBIVALENTE EM CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 1980

*“Prá vencer o medo do trovão
Sua vida aponta a contramão...”*

(“Relampiano”, Lenine)

Assim como aconteceu com a COMAI, a atuação da FEBEM/RS em Caxias do Sul foi, gradualmente, tomando novos rumos ao longo da década de 1980, privilegiando programas de atendimento que apontavam para os direitos das crianças e dos adolescentes.

⁵⁹⁸ “COMAI sem interesse pelo ERP”. *Folha de Hoje*, 16.10.1990.

⁵⁹⁹ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁶⁰⁰ “COMAI e BM ameaçam processar delegado”. *Pioneiro*, 08.01.1992; “Delegado engaveta 10 mil multas da COMAI”. *Pioneiro*, 08.01.1992; “Um breque no estacionamento pago”. *Folha de Hoje*, 08.01.1992; “COMAI oficializa o fim do ERR”. *Folha de Hoje*, 15.12.1992; “Delegado promete projeto para o serviço”. *Pioneiro*, 15.12.1992.

Porém, a ambivalência e as contradições desse processo podem ser verificadas em diversos momentos, como será visto logo adiante. Se por um lado foram criadas iniciativas que procuravam estar em sintonia com as novas questões em torno da problemática da criança e do adolescente, por outro lado práticas repressivas e/ou nocivas aos direitos e à cidadania dos “menores” foram mantidas.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que abriu caminho para a paulatina reestruturação da política nacional nessa área, marcou o coroamento das mudanças que as instituições brasileiras já vinham tentando fazer, com maior ou menor sucesso, ainda que com permanências da política assistencial-repressiva, a partir de diversos programas de atendimento.

Neste subitem será analisada a atuação da FEBEM/RS em Caxias do Sul, através de um panorama dos programas de atendimento executados e/ou apoiados na cidade. É importante pontuar que, assim como no caso da COMAI, as iniciativas mais diretamente voltadas aos “menores infratores” serão analisadas no próximo item deste capítulo. Assim como foi feito no capítulo anterior, ao final dessa parte do texto, a atuação dos militares da cidade (já praticamente inexistente) será identificada, principalmente no que se refere às Ações Cívico-Sociais que envolveram obras para os “menores” da região.

As ações da FEBEM/RS, assim como na década anterior, eram principalmente de cunho indireto, ou seja, de apoio e/ou suporte técnico, de recursos humanos e financeiros para instituições públicas e privadas, através de convênios e acordos de cooperação. Desde o início da década de 1980, existiam projetos e iniciativas de descentralização e municipalização de políticas para os “menores”, visando uma maior aproximação com a comunidade e uma melhor canalização e destinação de recursos.

Dentro desse contexto, e com o intuito de descentralizar e dinamizar a atuação da FEBEM estadual, no início da década de 1980 foram criadas Gerências Regionais no interior do Rio Grande do Sul, que coordenavam os recursos destinados às obras assistenciais de diversas cidades de uma mesma região, sob a direção de uma cidade-sede. No Rio Grande do Sul, existiam 13 gerências regionais em 1985. Denominada de “região da encosta superior do nordeste gaúcho”, a gerência cuja sede se situava em Caxias do Sul tinha sob sua jurisdição outras 16 cidades próximas.⁶⁰¹ Além de distribuir os recursos destinados às obras assistenciais que estavam sob sua competência, era da alçada das gerências regionais realizar um trabalho

⁶⁰¹ Segundo Miriam Nora (gerente regional entre 1984 e 1987), cerca de 44 municípios participavam da gerência regional da FEBEM com sede em Caxias do Sul em 1987. Cf. “FEBEM com novo sistema administrativo no interior - mais forças às regionais”. *Jornal de Caxias*, 06.05.1985; Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun.2011.

de monitoramento e avaliação dos convênios mantidos com instituições públicas e privadas. Entre as instituições que recebiam recursos da FEBEM/RS em Caxias do Sul, estavam principalmente a COMAI e a Sociedade Caxiense de Apoio aos Necessitados (SCAN).

As denúncias que ao final da década de 1970 rondaram a coordenação dos Centros de Bem-Estar do Menor da cidade, citadas no capítulo anterior, não foram de todo esclarecidas. A COMAI foi uma das instituições prejudicadas com a falta de repasse financeiro. Edith Menegat, acusada de desvios de verbas destinadas às instituições assistenciais, foi substituída por Laís Kuser em fevereiro de 1980, momento em que técnicos de Porto Alegre dariam início a uma auditoria, que deveria ser concluída em uma semana. Porém, não foram encontradas outras fontes (documentais ou da imprensa) que dessem conta dos resultados dessa processo, ou que esclarecessem a situação. Um mês depois, denúncias de notas falsas e de uso indevido dos veículos da FEBEM/RS por pessoas alheias à instituição foram lançadas nas páginas dos jornais.⁶⁰²

A escassez de recursos financeiros, problema que atingia de uma forma geral a assistência social da cidade, também atingiu as instituições conveniadas com a FEBEM. Em agosto de 1986, as entidades que dependiam da Fundação estavam há 6 meses sem receber recursos.⁶⁰³ Em 1987, verbas liberadas há dois anos pela FEBEM/RS para a construção de uma nova instituição para menores infratores haviam se desvalorizado por inércia dos outros setores envolvidos no empreendimento, nesse caso, a Prefeitura de Caxias do Sul.⁶⁰⁴

O financiamento da assistência social também era um problema em âmbito estadual, o que demonstrava a necessidade de uma política coordenada de repasse e aplicação de recursos. Isso só seria regulamentado a partir dos anos 1990, quando da criação e atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICAs) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Na década de 1980, existiam dois programas de atendimento direto coordenados pela FEBEM/RS em Caxias do Sul: os “Lares Vicinais” e o “Promenor”. Ambos foram extintos por questões trabalhistas semelhantes. Os “Lares Vicinais” (informalmente chamado de programa das “mães crecheiras”), consistiam em mães de família que cuidavam dos filhos dos trabalhadores de sua comunidade, procurando solucionar o problema de falta de creches na cidade. Cada lar podia ter, no máximo, 10 crianças. A FEBEM/RS enviava verbas per capita e

⁶⁰² “CEBEM com nova direção”. *Jornal de Caxias*, 12.01.1980; “Mergulho na contabilidade”. *Jornal de Caxias*, 01.03.1980.

⁶⁰³ “FEBEM não tem verbas para pagar convênios”. *Jornal de Caxias*, 04.08.1986.

⁶⁰⁴ “Mais de um ano após a liberação de recursos, instituição para menores nem foi iniciada”, por Solano Nascimento. *Pioneiro*, 19.04.1987.

auxílios para alimentação, recursos que ficavam sob a gerência da “mãe crecheira”. Segundo uma reportagem de jornal, existiam cerca de 15 Lares Vicinais na cidade em 1984, e eles eram escolhidos pela própria comunidade, com a obrigatoriedade de possuir espaço físico adequado.⁶⁰⁵ O programa foi extinto com o tempo porque as mães, que faziam uma espécie de “trabalho voluntário”, não recebendo uma remuneração direta pelo serviço, reivindicaram seus direitos trabalhistas.⁶⁰⁶

O “Promenor” consistia em um programa profissionalizante, que encaminhava os “menores” com idades entre 14 e 18 anos para estágios remunerados em empresas da cidade. De certa forma, é possível considerá-lo semelhante ao que a COMAI já realizava na cidade desde 1964, no “Setor do Menor Ativo”, já que ambos não criavam um vínculo empregatício real com as empresas, que estavam desobrigadas de encargos sociais com os jovens trabalhadores. No Promenor, os “estágios” duravam de 6 a 9 meses, existindo uma possibilidade de contratação definitiva depois desse período. Segundo a Fundação, que avaliava e acompanhava a trajetória dos “menores” nas empresas, essa era uma oportunidade para eles adquirirem experiência e se colocarem no mercado de trabalho, o que seria difícil sem essa capacitação. Em 1985, segundo a assessoria jurídica da instituição, o índice de contratação era de 75%.⁶⁰⁷

O “Promenor” foi motivo de polêmica em todo o Rio Grande do Sul a partir do momento em que os “menores” começaram a buscar na justiça a garantia de seus direitos básicos enquanto trabalhadores. Muitos Juízes gaúchos deram ganho de causa para a FEBEM optando pela não-existência de vínculo empregatício, justificando que o programa traria um “ganho social” maior aos “menores”.⁶⁰⁸ Em Caxias do Sul, o Promenor também foi objeto de muitas discussões quando a Oficina de Marcenaria da empresa Móveis Florense, localizada na cidade vizinha de Flores da Cunha, e que congregava muitos “menores” caxienses e da região, foi fechada a partir das mesmas alegações.

É interessante notar que o jogo de interesses nesse caso foi muito semelhante aos que eram enfrentados pela COMAI no “Setor do Menor Ativo”: por um lado, a instituição e os empresários posicionavam-se a favor do programa por tomarem os convênios como um fator

⁶⁰⁵ “FEBEM investe 40 milhões por mês pra assistir menor carente de Caxias do Sul”. *Jornal de Caxias*, 03.12.1984.

⁶⁰⁶ Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2011.

⁶⁰⁷ “FEBEM investe 40 milhões por mês pra assistir menor carente de Caxias do Sul”. *Jornal de Caxias*, 03.12.1984; “Técnicos da FEBEM preveem o término do Promenor em breve”. *Pioneiro*, 09.08.1985.

⁶⁰⁸ A FEBEM/RS provia assistência médico-hospitalar e seguro contra acidentes, porém não havia 13º salário, férias, FGTS, repasses à previdência, etc. Cf. “FEBEM diz na Câmara que a atuação do Promenor está amparada pela legislação”. *Pioneiro*, 18.10.1985.

de capacitação e integração social. A FEBEM, assim como a COMAI, acreditava que esse seria o único modo de convencer as empresas de contratarem os “menores”, já que não se “arriscariam” com essa mão-de-obra se não tivessem um retorno ou segurança financeira. Por outro lado, os que se posicionavam a favor da proibição dos convênios e estágios, enfatizavam justamente a exploração pela qual passavam esses menores, argumentando que se essas empresas cumprissem a legislação, não haveria menores nas ruas,⁶⁰⁹ e que o Estado deveria fazer cumprir os direitos dos cidadãos, e não defender os interesses empresariais.⁶¹⁰

A atuação da FEBEM/RS em Caxias do Sul pode ser considerada como ambivalente e, por vezes, contraditória, desde a década de 1970. Ao mesmo tempo em que financiava e assessorava projetos comunitários de prevenção e educação, como nos Centros de Bem-Estar do Menor, oficinas e creches, apoiou a construção do controvertido Centro Educacional Meninos de Brodowski que, como se verá adiante, consistia em um internato para onde jovens meninos eram enviados pelos motivos mais diversos, e que oscilava entre o confinamento e a intenção de educação e reintegração à sociedade. Nem sempre foi possível precisar qual população infanto-juvenil devia ser atendida em programas de prevenção, e qual devia ser encaminhada para locais de contenção. Essa dificuldade foi historicamente recorrente nas políticas assistenciais destinada aos “menores” brasileiros. Nem mesmo a prática de um delito pode ser usada como um parâmetro de compreensão, especialmente depois da consagração da “Doutrina de Situação Irregular”, que alargou a noção sociológica de culpabilidade, estendendo-a a praticamente qualquer criança pobre, dependendo da decisão sumária do Juiz.

Dentro desse panorama, no entanto, a atuação da FEBEM/RS em Caxias do Sul não pode ser caracterizada nos mesmos moldes como foi em outros locais do país, onde suas instituições eram consideradas “fábricas de horrores”, como em Porto Alegre e seu Instituto Central de Menores. Embora não seja possível fazer análises nesse sentido, é possível conjecturar que isso se deve ao fato de terem sido poucos os programas de atendimento direto executados pela FEBEM/RS em Caxias do Sul, já que a cidade possuía iniciativas centralizadas nas ações da COMAI desde o final de 1962. A interferência da FEBEM/RS nas cidades do interior não era feita de forma direta, mesmo com a descentralização implementada pela criação das gerências regionais no início dos anos 1980. A Fundação acabou funcionando muito mais como uma agência de repasse de verbas, ou como o órgão

⁶⁰⁹ Posicionamento de Rachel Grazziotin, na época vereadora pelo PDT. Cf. “FEBEM diz na Câmara que a atuação do Promenor está amparada pela legislação”. *Pioneiro*, 18.10.1985.

⁶¹⁰ Posicionamento de Édio Elói Frizzo, na época vereador pelo PMDB. Frizzo fez parte do “Setor do Menor Ativo” quando jovem. Cf. *Ibidem*.

estadual para o qual se reclamavam as necessidades mais prementes de cada instituição de atendimento.

Como foi aludido anteriormente, nos anos de 1980, diversos setores da sociedade civil e política passaram a discutir a necessidade da volta da democracia, dentro do processo de abertura política “lenta, gradual e segura” da ditadura civil-militar de 1964. Os novos rumos que aos poucos a assistência social tomava na área dos “menores” indicavam a necessidade de se discutir sobre direitos das meninas e dos meninos brasileiros, sua conscientização social e organização política. Desse grupo participavam funcionários e técnicos das FEBEMs e similares, que começaram um processo de autocrítica que repensava seus discursos e práticas institucionais.

Entre 1982 e 1983, a FUNABEM ajudou a divulgar o projeto “Alternativas de atendimento aos meninos de rua”, em uma parceria com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A ideia era mapear iniciativas positivas criadas fora do governo, em diversos locais do país, sobretudo as que tivessem um caráter comunitário e que rompessem com a lógica perversa que relacionava a infância e a juventude pobres como potencialmente perigosos e sujeitos à repressão social. Para os que procuravam mudar as faces da assistência no país, não adiantava apenas o Estado criar instituições preventivas descentralizadas nas comunidades brasileiras: era necessário permitir que as pessoas se organizassem politicamente, sem interferências. O Estado deveria fornecer subsídios para a organização comunitária, não impondo medidas e práticas para que isso acontecesse.⁶¹¹

Além de trazer em seu nome uma importante mudança em termos conceituais, “meninos de rua”, e de ajudar a disseminar essas novas experiências de atendimento, o projeto Alternativas auxiliou no fortalecimento e na organização das diversas entidades que desencadearam essas novas iniciativas. Em junho de 1985 surgiu o “Movimento Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua”, que funcionou como uma síntese e um grupo de pressão por mudanças que encaminhassem novos rumos para a área da infância e da juventude. Os meninos e meninas de rua não eram mais vistos como “menores” perigosos ou em perigo, mas como agentes políticos de sua própria história, cidadãos detentores de direitos, que não deveriam ser explorados, mas protegidos pela sociedade. Surge nesse processo a figura dos “educadores de rua”, adaptada pela COMAI no programa “Criança Crescente”, no início dos anos 1990.

⁶¹¹ Revista Retrato do Brasil. Data provável 1986. *Acervo FEBEM/RS*.

A FUNABEM foi extinta em nível nacional no início da década de 1990, pouco antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criou a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), que tinha por objetivo “formular, normatizar e coordenar a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem assim prestar assistência técnica a órgãos e entidades que executem essa política”.⁶¹² A mesma ótica de garantia de direitos foi em seguida consagrada pelo Estatuto em sua “Doutrina de Proteção Integral”. O desmantelamento das FEBEMs ainda levaria muito tempo para ser concluído: no Rio Grande do Sul, isso ocorreu somente em 2002, quando da criação da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS).⁶¹³

Em Caxias do Sul, a FEBEM/RS do começo da década de 1990 já demonstrava uma aproximação com esses novos conceitos legislativos: uma das suas grandes preocupações nesse período foi a estruturação do COMDICA e do Conselho Tutelar Caxiense, como será visto no final deste capítulo. Os “menores delinquentes” passaram a ser vistos como “adolescentes em situação de risco”, atendidos em projetos de liberdade assistida. As meninas ganharam uma casa especialmente voltada para sua condição feminina (o “Lar das Meninas”, em parceria com a COMAI, como já foi citado anteriormente).

Para finalizar esse subitem, resta analisar a influência e/ou interferência dos militares nas políticas voltadas aos “menores” ao longo da década de 1980. Foram encontradas algumas evidências esparsas, que de certa forma sugerem uma continuidade com o que esses setores já haviam desempenhado na cidade na década anterior. As Ações-Cívico Sociais (ACISOs) do Exército fizeram parte dos esforços para a reforma da Casa de Triagem da COMAI em 1984, durante a direção-executiva de Flávia Baldisserotto. Em 1991, uma nova ACISO auxiliou na construção uma creche e um Centro Ocupacional no bairro Vila Ipê, que seriam coordenados pela COMAI, além de outras obras de infraestrutura na comunidade. Os recursos não vinham das Forças Armadas: no primeiro caso, eram originários de doações de empresários; na ACISO do bairro Vila Ipê, as obras faziam parte da Secretaria de Habitação da Prefeitura.

Em 1986, surgiu um projeto da Brigada Militar para a criação de um “Pelotão-Mirim”, com o objetivo de ajudar meninos desamparados, dos 7 aos 14 anos, para que estes deixassem de “andar perambulando nas ruas”. Experiências semelhantes haviam sido implementadas em

⁶¹² Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=111267> Acesso em 13 fev. 2012.

⁶¹³ Lei nº 11.800, de 28 de maio de 2002. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=810&hTexto=&Hid_IDNorma=810 Acesso em 29 out. 2012.

outros locais do país.⁶¹⁴ A intenção em Caxias do Sul, segundo uma fonte da imprensa, seria integrar os pequenos soldados à comunidade. Além de praticar esportes, eles seriam orientados para dar informações para os turistas que visitassem a cidade. Em 1968, proposta semelhante havia sido feita pela mesma corporação, em parceria com o Grupo Escolar Presidente Vargas.⁶¹⁵ Em ambos os casos, acredita-se que os projetos não tenham sido efetivamente implantados.

Como é possível perceber, ao longo da década de 1980 a influência dos setores militares no campo assistencial parecia estar decrescendo aos poucos, a exemplo do que ocorria no meio político. Seus anseios não tinham mais eco nas novas configurações da “questão do menor”, que agora apontavam para uma demanda explícita de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

3.3 A DELINQUÊNCIA JUVENIL EM CAXIAS DO SUL ENTRE 1980 E 1992: OS CRIMES, AS INICIATIVAS CRIADAS PARA OS INFRATORES, A VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DE MENORES

*“Quem cala sobre teu corpo,
Consente na tua morte”*

(“Menino”, Milton Nascimento)

Os crimes e infrações cometidas por crianças e jovens continuaram fazendo parte do cotidiano das cidades brasileiras ao longo da década de 1980. Acompanhando a violência que se praticava contra a maior parte da população ao longo de sucessivos anos de crise econômica, os crimes entre os mais jovens se tornaram mais frequentes e mais violentos, expondo as chagas do profundo abismo social brasileiro. Mais uma vez, essas situações tomaram as páginas dos jornais, o esforço e os discursos das autoridades, que muitas vezes resumiam o “problema do menor” dentro da problemática da criminalidade, enfocando apenas suas consequências mais nefastas. Entre 1980 e 1992, as instituições assistenciais e policiais de Caxias do Sul se debateram entre alternativas mais ou menos repressivas de atendimento ou controle dessa população que, como a imprensa encarregou-se de reforçar, era majoritariamente pobre, vinda da periferia da cidade.

⁶¹⁴ Cf. SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A Guarda Mirim de Marechal Cândido Rondon e algumas de suas práticas neoliberais*. In: II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina - GEPAL - Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições, Londrina, 2006; _____. *A Guarda Mirim como instituição de educação capitalista: peculiaridades da educação informal burguesa no Oeste do Paraná* In: 6 Colóquio Internacional Marx & Engels - 10 anos, Campinas, 2009.

⁶¹⁵ “Pelotão de Polícia-Militar Mirim”. *Pioneiro*, 29.06.1968.

A resposta à morosidade e inoperância das políticas públicas caxienses, que careceram de recursos materiais e humanos ao longo de todo esse período, começavam a aparecer de uma forma extremamente cruel no final da década de 1980, assim como aconteceu em outras partes do país. Em Caxias do Sul houve denúncias (nunca de todo esclarecidas, como será explicado adiante) da ação de um grupo de extermínio voltado especialmente para a eliminação de “menores marginais” das zonas mais pobres da cidade. E, mesmo antes disso, existem sérios indícios e denúncias do abuso da força policial praticada contra crianças e jovens pobres caxienses.

Os itens desse subcapítulo seguem a seguinte organização: em um primeiro momento, junto a um panorama sobre os crimes cometidos por “menores” ao longo de 1980 e 1992, serão feitas considerações sobre a atuação da imprensa frente a esses acontecimentos, sendo evidenciada a forma pela qual se reforçou a estigmatização de alguns bairros e localidades da cidade dentro de uma lógica que confunde pobreza e marginalidade, sem discutir de forma criteriosa as históricas contradições sociais brasileiras. O uso e o comércio de drogas, fato que se fez cada vez mais presente nesse momento vivido pela cidade, também serão contemplados nesse item.

Em um segundo momento, o foco recairá sobre as políticas públicas e os discursos que foram construídos em torno da problemática dos “menores delinquentes” entre 1980 e 1992. Dentro desse panorama, a atuação do Juizado e dos Comissários de Menores serão enfatizadas, assim como a criação do Centro Educacional Meninos de Brodowski e do Centro Renascer.

O último item dará conta da violência policial e de outros agentes públicos praticada contra crianças e jovens caxienses, que envolvem relatos de tortura, abuso de autoridade, assassinatos durante operações policiais, entre outras sérias arbitrariedades, com ou sem respaldo da lei. Essa violência atingiu um estágio perturbador quando grupos de extermínio, a exemplo do que começava a acontecer em nível nacional, foram denunciados em Caxias do Sul pela Pastoral do Menor. Segundo foi apontado, esses grupos podem ter sido responsáveis por quase uma dezena de mortes e atentados contra jovens da periferia, com ou sem antecedentes criminais ou envolvimento em *gangs*.

É importante lembrar que o Brasil estava passando por uma mudança de conjuntura, marcada pelo lento e gradual processo de abertura política. Os “ares de democracia” que aos poucos retornavam ao país, e que também eram sentidos no planejamento e na execução das políticas públicas voltadas para os “menores”, tocaram de forma mais sensível e polêmica a questão dos “menores delinquentes”. Mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do

Adolescente, centenas de jovens brasileiros seguiam (e seguem) sendo vítimas da truculência estatal. Parte da sociedade, a despeito de esforços que apontavam em outra direção, seguiu reforçando discursos que privilegiavam a repressão como forma paradoxal de ressocialização.

3.3.1 A criminalidade juvenil em Caxias do Sul entre 1980 e 1992

Assim como na década anterior, as páginas dos jornais caxienses estiveram cheias de relatos sobre crimes cometidos por jovens menores de idade. Entre 1980 e 1992, foram encontradas cerca de 150 reportagens que davam conta, com detalhes, do desenrolar de cada delito, prisão ou fuga.

“Ana Rech”, “Batata”, “Boca”, “Burro Branco”, “Cabeção” (ou “Jorginho do Pompílio”), “Cafê”, “Calunga”, “Caminhão”, “Carioca”, “Carne Seca”, “Catinga”, “Ceno”, “Chopp”, “Chupa-Bico”, “Cica”, “Ciganinho”, “Coca”, “Colinha”, “Coruja”, “Corujinha”, “Cueca”, “Dani”, Davi (o “Dezessete”), “Dedé do Burgo”, “Dedê”, “Edusinho”, “Esquerdinha”, “Evo”, “Flavinho”, “Foguinho”, “Gaguinho”, “Ganso”, “Gê”, “Gringo”, “Guel”, “Gugo”, “Hayata”, Hildo (o “Tia Hilda”), Iltair (o “Airtinho” ou ainda “Sabide”), “Itaqui”, “João do Berílio”, “Joãozinho Perigoso”, “Juquinha”, “Jura”, “Kundê”, “Leite”, “Leitinho”, Lindomar (o “Las Cuequinhas”), “Lori”, “Luque”, “Macaco”, “Machão”, “Maia”, “Maradona”, Marcos (o “Alemãozinho”), “Miguelzinho”, “Mile”, “Mocha”, “Muça”, “Neco”, “Nega”, “Nego”, “Negrinho”, “Palica”, “Pato”, “Paulinho”, Pedro (o “Dilara”), “Pereirinha”, “Piá”, “Rambo”, “Raposa”, Raymundo (o “Cueca”), “Saboleski”, “Salsichone” (ou “Dentinho”), “Serginho”, “Tchertch”, “Tchuiu”, “Téio”, “Teleko”, “Tilica”, “Tilico”, “Toco”, “Tonico”, “Toninho”, “Tucho”, “Vaca Morta”, “Véio”, “Xaolin” (ou “Pé-Feio”), “Xuxa”, “Zé Moça” e “Zoreia” estavam entre os muitos jovens retratados nessas reportagens. Eles tinham entre 10 e 18 anos de idade quando cometeram os crimes, que variavam desde o consumo de “cola-de-sapateiro”, o roubo de uma bicicleta, assaltos diversos, até latrocínios, homicídios e estupros. Alguns foram presos junto a seus companheiros, em formações de quadrilhas, durante grandes operações policiais; outros, durante sua fuga do Instituto Central de Menores (ICM) da FEBEM de Porto Alegre; e, alguns deles, em suas casas, delatados pelos companheiros já detidos.

Os apelidos mudaram, os crimes se intensificaram (e se tornaram mais violentos), muitos “menores” acabaram morrendo em tiroteios ou em “briga com rivais”, crimes jamais solucionados, como se verá adiante. As iniciativas para dar conta dessa problemática também enfrentaram a morosidade do Poder Público, alternando-se entre alternativas de repressão e

pretensa reeducação. De uma forma geral, durante a maior parte da década de 1980 e início da década de 1990, os seus principais destinos desses jovens foram as celas para menores do Presídio Municipal, a Casa do Menor da COMAI, ou a transferência para o ICM porto-alegrense.

Outro fator potencializador da violência nesse período foi o uso gradualmente mais difundido de entorpecentes, sobretudo a “Cola-de-sapateiro”⁶¹⁶ e o “Cheirinho-de-Loló”;⁶¹⁷ e o consumo de maconha e de cocaína, também usadas frequentemente.⁶¹⁸ Drogas baratas e de fácil aquisição, a “Cola” e o “Loló” eram largamente utilizadas por crianças, jovens e adultos. Inalantes classificados como solventes orgânicos voláteis, tinham efeitos psicoativos que causavam sérios danos cerebrais e respiratórios, podendo levar ao óbito, quando usados por tempo prolongado.

Como já foi citado anteriormente nesse capítulo, os efeitos da “Cola” sobre os “menores” já eram sentidos pelos funcionários da COMAI ainda em 1983, quando estes procuravam discutir formas de lidar com o vício das crianças e jovens. Em 1989, as autoridades policiais evidenciaram um grande aumento no uso do produto, em comparação aos anos anteriores. Segundo uma reportagem de 1992, o “Loló” era vendido principalmente na “Zona do Meretrício”, “Zona do Cemitério”, Vila Ipê, proximidades do Aeroporto e “Burgo” (Jardelino Ramos).⁶¹⁹

A imprensa seguiu estampando capas e páginas de jornais com os retratos e detalhes sobre a vida e as circunstâncias da delinquência juvenil. A atualização do Código de Menores de 1927, promulgada em 1979, a despeito da regressão que representou a consagração da “Doutrina de Situação Irregular”, garantia no seu artigo nº 63 a proibição da divulgação de imagens ou informações sobre menores vítimas ou autores de crimes:

Art. 63. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, atos ou documentos de procedimento judicial relativo a menor.

Pena - multa de até cinquenta valores de referência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe fotografia de menor em situação irregular ou vítima de crime, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos

⁶¹⁶ Utilizada como adesivo para couros e borracha, a venda da cola foi normatizada em Caxias do Sul em 1989. Porém, a falta de fiscalização faz com que empresas e traficantes comercializassem o produto químico sem grandes restrições. Cf. “Vício da cola aumenta número de menores dependentes”. *Pioneiro*, 08.05.1989.

⁶¹⁷ No caso do “Cheirinho-de-Loló”, que consistia na mistura da “Cola” com outras substâncias como álcool etílico ou benzina, clorofórmio, tinner, querosene ou éter, a proibição tornava-se difícil, já que essas misturas variáveis eram ignoradas pela Lei de Tóxicos da época, que não tinha respaldo técnico para incriminar os traficantes. Cf. “O cheiro que o menino pobre aspira”, Thamy Spencer. *Folha de Hoje*, 26.02.1992.

⁶¹⁸ “A realidade como maior inimigo do menor delinquente”. *Folha de Hoje*, 16.11.1990.

⁶¹⁹ “Aumenta o número de menores que cheiram, furtam e assaltam”. *Pioneiro*, 14.10.1989; “Juizado revela o mapa e os pontos do tóxico”. *Folha de Hoje*, 26.02.1992.

que lhe sejam imputados, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão de publicação ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números.⁶²⁰

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990 também trazia essa restrição no seu Capítulo II, “Das Infrações Administrativas”:

Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação.⁶²¹

Porém, a imprensa, de uma forma geral, infringiu continuamente essas normativas sem nunca ser punida, já que em muitos casos foram divulgados apelidos, iniciais, idades, nomes de familiares, e até mesmo, o nome e endereço completo dos menores envolvidos nas infrações (sobretudo quando esses eram abatidos por policiais ou supostamente assassinados por seus rivais de crime), além de todos os detalhes sobre os delitos cometidos e suas providências legais. Muitas fotografias eram divulgadas nos jornais, algumas vezes sem qualquer censura sobre a imagem. Mas, mesmo quando as fotografias eram divulgadas com as tarjas pretas cobrindo os olhos, a identidade do menor envolvido no crime poderia ser facilmente reconhecida (como pode ser conferido na Fig. 34, p. 219).⁶²² Era comum, também, encontrar em algumas reportagens o nome de todos os policiais envolvidos nas capturas, como forma de mostrar que o trabalho da polícia estava sendo executado a contento.⁶²³

Exemplo desse tipo de exposição da imprensa pode ser evidenciado em uma reportagem de 1984, que relata a prisão de uma quadrilha que havia praticado um sequestro

⁶²⁰ Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm Acesso em 21 de fev. 2012.

⁶²¹ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em 21 fev. 2012.

⁶²² Após a promulgação do ECA, é possível perceber que as imagens (censuradas ou não) se tornam mais escassas. Porém, como será demonstrado a seguir, os apelidos, iniciais e nomes de menores continuavam a ser divulgados, assim como os detalhes sobre os crimes.

⁶²³ “Dez ladrões presos, um ferido”. *Pioneiro*, 08.05.1982; “Presos menores seqüestradores da garota”. *Pioneiro*, 10.10.1984.

seguido de estupro. Os jovens envolvidos apareciam com uma tarja nos olhos, mas seus endereços foram revelados, junto com seus apelidos e iniciais: “Os detidos são os menores L.R. (Xaolin ou Pé-Feio), de 14 anos, residente na Rua Ernesto Alves; M.A.L. (Catinga), de 16 anos, residente na Rua Sete de Setembro, esse envolvido em furtos de veículos e assaltos; e N.P.S. (Boca), de 17 anos”.⁶²⁴ Em 1991, outra reportagem relatou a tentativa de assalto e prisão de um jovem de 17 anos: “Dedé, que mora na Rua Barão de Santo Ângelo, 14, Burgo, não trabalha e já tem várias passagens pela Polícia, como ele mesmo diz, quase todas elas por furto”.⁶²⁵ Em outra ocasião, foi publicado o nome completo do menor Milton Rodrigues de Souza, o “Ganso”, detido por tráfico de entorpecentes em 1991.⁶²⁶

A procedência dos infratores sempre foi enfatizada pela imprensa: eles provinham majoritariamente de bairros mais empobrecidos da cidade: a “Zona do Cemitério”, o “Burgo”, o Santa Fé, Vila Ipê, entre outros. Uma série de reportagens do Jornal Pioneiro, que inaugurava a nova sessão “Pioneiro Documento” no final de 1992, foi alvo de diversas críticas de profissionais que trabalhavam com crianças e jovens da cidade. Sob o título “Os 10 locais mais perigosos de Caxias”, o jornal fez uma varredura e apontou os lugares em que o “crime compensava”, colocando em evidência regiões do centro e, novamente, as periferias e favelas da cidade: “completam o rol de regiões perigosas a Zona do Cemitério; o 1º de Maio; a Zona Norte da cidade, especialmente os bairros Belo Horizonte, Vila Ipê e Santa Fé; o bairro Aeroporto, na Zona Sul; e, por fim, a Rota do Sol”.⁶²⁷

As reações às reportagens não tardaram para aparecer. Elói Gallon, que já havia atuado na COMAI e no Centro de Promoção do Menor Santa Fé, participante da Pastoral do Menor e recém-eleito Conselheiro Tutelar do município, publicou um texto eloquente sobre o assunto, ampliando o leque de violências da cidade (que também era cometida pela polícia, e que tinha crianças e trabalhadores como alvos), condenando a postura do jornal e colocando o argumento de que esse tipo de informação só reforçaria o preconceito contra essas populações:

[...] Essa postura, longe de contribuir, acaba por discriminar bairros e pontos onde vivem pessoas humanas dignas de respeito e consideração. Muitas crianças residem nesses bairros e não merecem crescer sob as marcas da desconsideração dos adultos e das autoridades nas quais inocentemente confiam. A comunidade anseia por uma vida digna, liberta das violências de todas as formas e praticadas nas mais variadas camadas sociais.⁶²⁸

⁶²⁴ “Presos menores seqüestradores da garota”. *Pioneiro*, 10.10.1984.

⁶²⁵ “Menor é baleado por alegação de assalto”. *Pioneiro*, 01.05.1991.

⁶²⁶ “Comissários apreendem galão com 5 litros de cheirinho de loló”. *Folha de Hoje*, 15.06.1991.

⁶²⁷ “Os dez locais em que o crime compensa”, editorial. *Pioneiro*, 11.11.1992.

⁶²⁸ “Violência: por que ocorre?”, por Elói Gallon. *Pioneiro*, 25.11.1992.



Fig. 34: Alguns jovens infratores retratados pela imprensa, décadas de 1980 e 1990. Na ordem numérica: 01). A.M., 16 anos. Cf. “Quadrilha identificada”. *Jornal de Caxias*, 26.01.1980; 02). “Ciganinho”. Cf. “Comunidade respira melhor - Marginal Sady foi preso ontem”. *Pioneiro*, 28.06.1980; 03). A.S.B., 16 anos. Cf. “Ajuste de contas entre quatro marginais - na troca de tiros Teteco levou a pior”. *Pioneiro*, 12.01.1983; 04). L.R., o “Xaolin ou Pé-Feio”, 14 anos; M.A.L., o “Catinga”, 16 anos; e N.P.S., o “Boca”, 17 anos. Cf. “Presos menores seqüestradores da garota”. *Pioneiro*, 10.10.1984; 05). A.M.S., o “Gugo”, 15 anos. Cf. “Identificados assassinos do menor Pila”. *Pioneiro*, 07.08.1985; 06). AV.S., o “Negrinho”, 15 anos. Cf. “Polícia prende assaltantes e identifica motorista de taxi envolvido em crimes”. *Pioneiro*, 08.04.1986; 07). L.A.S., o “Neco”, 15 anos. Cf. “Homicídio na Zona do Cemitério começa a ser esclarecido”. *Pioneiro*, 24.02.1987; 08). J.A.S.V., o “Joãozinho Perigoso”, 16 anos. Cf. “Menor homicida é preso e conta como matou”. *Pioneiro*, 21.12.1988; 09). E.B.S., o “Rambo”, 17 anos. Cf. “Gang da praça comete assaltos no centro”. *Pioneiro*, 16.05.1989; 10). F.M.R., o “Flavinho”, 17 anos. Cf. “Matador de taxistas continua fugindo”. *Pioneiro*, 07.11.1989; 11). Na seqüência: J.A.O., o “Jura”, de 17 anos; V.A.O.L., o “Zoreia”, de 15 anos; D.B., o “Dani”, de 15 anos; e I.L.T.O., o “Chupa Bico”, de 17 anos. Cf. “Desbaratada gangue de menores assaltantes”. *Pioneiro*, 08.12.1989; 12). V.J.R., o “Xuxa”, s/ idade. Cf. “Assaltante preso ao dormir na praça”. *Pioneiro*, 29.09.1989; 13). “Colinha”, s/ idade. Cf. “Dois crimes na BR-116. O autor de um foi preso”. *Folha de Hoje*, 09.10.1990; 14). V.N.O., s/ idade. Cf. “Menor assalta armazém com arma de brinquedo”. *Pioneiro*, 25.05.1990; 15). E.P., 17 anos. Cf. “Menor foi quem matou no Mato Sartori”. *Pioneiro*, 20.06.1990.

De forma semelhante, professores e funcionários da Escola Municipal Rubem Bento Alves, do bairro Vila Ipê, mostraram sua indignação, apontando para a estigmatização dos bairros citados, e incitando as autoridades a mostrarem planos de trabalho para reverter a situação, focando nas necessidades dos locais mencionados:

[...] Mostrar à cidade os pontos perigosos sem apontar para uma perspectiva de enfrentamento do problema é, no mínimo, jogar a população num clima de "salve-se quem puder". Por último, gostaríamos de lembrar que os bairros citados são todos, coincidentemente, de moradores empobrecidos. Ninguém ignora que a população de uma cidade é distribuída pela sua condição econômica [...]. O que não se pode é confundir os moradores dos bairros mais pobres com marginais ou criminosos. Isto é colocar nestas pessoas uma marca, um estigma que eles vão carregar a vida toda [...]. Gostaríamos que o poder público, muito antes de classificar os bairros como perigosos ou não, se preocupasse com as necessidades dessas comunidades e procurasse mostrar muito mais os seus valores positivos.⁶²⁹

Imputar um estigma sobre uma pessoa ou um grupo social corresponde a afirmar que estes não estão aptos à aceitação social plena. A sociedade categoriza as pessoas, imputando-lhes determinadas características, que não fazem parte da identidade social que cada um carrega consigo. Ao impor-se um determinado atributo negativo que defina o caráter de alguém, não se considera mais a pessoa ou aquele grupo em suas potencialidades, mas segundo as expectativas que a sociedade prevê para o seu comportamento: “construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social”.⁶³⁰ A partir do momento em que um atributo identitário, ou um comportamento é previsto, estimula-se e justifica-se a adoção de medidas preventivas, para “evitar” que algo ruim (realmente) aconteça. Em suma, “o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente”.⁶³¹

O Jornal Pioneiro, no editorial da mesma edição, defendeu-se afirmando que sua intenção não havia sido estigmatizar os moradores dos bairros citados, posto que eram, “em sua enorme maioria, honrados trabalhadores. Nada há que os desmereça: ao contrário”, mas que não poderiam omitir-se na divulgação dessas informações, visto que prestavam um serviço para a comunidade caxiense, debatendo em torno de fatos concretos. Relembrou, também, como forma de fazer uma comparação, os tempos em que a imprensa sofria censura do governo militar, sem poder informar devidamente a população.⁶³²

⁶²⁹ “Comunidades marcadas”. *Pioneiro*, 25.11.1992.

⁶³⁰ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 15.

⁶³¹ SOARES, Luiz Eduardo *et al.* *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 175.

⁶³² “Omissão não torna o país melhor”, editorial. *Pioneiro*, 25.11.1992.

De fato, a população não deve estar à margem do que acontece em sua cidade em termos de segurança pública. Porém, é possível informar usando diferentes formas de abordagem do problema, que poderiam partir da realidade vivida nessas localidades, das falas dos próprios moradores que convivem com a violência, como forma de aproximar as suas histórias das histórias de outras pessoas, que vivem ou não em bairros carentes. Alertar os cidadãos para os problemas e deficiências de sua própria cidade poderia ser uma saída mais democrática para resolver a situação de maneira comunitária, além de ser uma lição de cidadania. Porém, na ânsia de informar, muitas vezes a imprensa cedeu lugar ao sensacionalismo, reforçando antigos preconceitos que, em tempos de crise econômica, tendiam a tornarem-se mais uma peça da engrenagem da reprodução da violência.

3.3.2 As alternativas criadas para a contenção e reeducação de jovens infratores entre 1980 e 1992

Em termos gerais, em comparação com os anos anteriores, pouco se modificou na situação dos infratores juvenis caxienses ao longo da década de 1980, e início da década de 1990. As celas “especiais” para menores continuaram existindo junto ao Presídio Municipal, assim como a Casa do Menor administrada pela COMAI na antiga capela da mesma penitenciária. Apesar das sucessivas críticas em torno da manutenção desses dois locais, somente no final dos anos 1980 surgiram alternativas para esse tipo de atendimento.

O Juizado de Menores seguia sendo a instância que decidia sobre o destino dos “menores em situação irregular”: carentes, infratores, abandonados, órfãos ou, simplesmente, oriundos de famílias pobres ou “desorganizadas”, que apresentavam “desvios e problemas de conduta antissocial” ou comportamentos criminosos. Essas características, que sempre se confundiram na história da assistência e/ou repressão às crianças e jovens, foram distorcidas ainda mais pela possibilidade jurídica de “prisão cautelar” de menores. Ou seja: crianças e jovens poderiam ser detidos por “suspeita” de prática de delitos, sem comprovação material, flagrante delito ou mandato policial. Segundo uma assistente social que trabalhava junto ao Juizado em 1985, a grande demanda de atendimento era dificultada pela falta de recursos materiais e humanos.⁶³³

A COMAI, em suas atas de reuniões de funcionários e “menores”, inúmeras vezes fez críticas sobre a atuação do quadro de Comissários de Menores, apontando para a falta de

⁶³³ “O lado pobre e escuro do Dia da Criança”. *Pioneiro*, 12.10.1985.

sintonia com os trabalhos da instituição, e a atitude policialesca dos voluntários do Juizado. As divergências nas linhas de ação entre a instituição e os Comissários podem ser verificadas nas reclamações que davam conta de que os “menores” recolhidos não eram encaminhados para os setores de atendimento da forma correta, sendo muitas vezes vítimas de repressão, ou mesmo utilizados pelos Comissários para descobrir locais onde estavam escondidos produtos roubados ou os responsáveis pelos delitos. Além disso, os funcionários da COMAI afirmavam que os Comissários intervinham no seu trabalho, e que seria necessário que eles também participassem das reuniões da Comissão, para que ambos pudessem agir de forma conjunta e não-repressiva.⁶³⁴

Por mais que a postura oficial do Juizado de Menores defendesse que o trabalho do Comissariado não era policial, sua atuação ficou reconhecida pelas buscas e detenções de crianças e jovens nas ruas e em estabelecimentos públicos da cidade. Segundo o Juiz Pedro Panazzollo, titular da Vara de Menores e também das Execuções Penais na década de 1980, os Comissários tinham como objetivo “proteger a criança, mas também proteger a sociedade”.⁶³⁵ Em 1989, uma crítica publicada na imprensa dava conta de que existiam muitos Comissários lotados no Juizado de Menores, mas que poucos agiam de forma cotidiana e rotineira.⁶³⁶

A Pastoral do Menor, que atuou na denúncia das arbitrariedades cometidas contra crianças e jovens caxienses a partir da segunda metade da década de 1980, era considerada como “inimiga” pelos Comissários de Menores. Segundo o Padre Joacir Della Giustina, na época coordenador da Pastoral, “havia de tudo” no quadro de Comissários, muitos apenas se aproveitavam das vantagens do cargo (o porte de arma e o livre acesso às casas noturnas), e até mesmo usavam as crianças em benefício próprio, coagindo-as a roubarem. Eles eram vistos como o “terror” das crianças. Crítica semelhante era feita pela União das Associações de Bairros, que afirmava que os Comissários tinham carteira “menos para atuar na função”, propondo que a comunidade deveria ter participação na escolha dos membros do Comissariado de Menores.⁶³⁷

No que diz respeito às instituições que de fato atendiam as crianças e jovens infratores de Caxias do Sul nesse período, é necessário começar falando da situação que se verificava junto ao Presídio Municipal. A “Casa do Menor” administrada pela COMAI, passou a se

⁶³⁴ Ata nº 12, 08.04.1983. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores; Atas de 23.03.1984; 27.04.1984; 11.05.1984; 29.03.1985 e 12.04.1985. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. *Acervo COMAI*.

⁶³⁵ “Menores delinqüentes, um problema social”. *Pioneiro*, 24.04.1985.

⁶³⁶ “Juizado de Menores tem muito trabalho”, por Laureci de La Vega. *Pioneiro*, 18.09.1989.

⁶³⁷ Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. 2011; “UAB discutiu situação do menor”. *Pioneiro*, 03.12.1990.

denominar “Setor de Apoio Integrado” a partir de 1986. Dirigia-se a meninos com idades que variavam dos 7 aos 18 anos, vindos de toda a região da Serra Gaúcha, que apresentassem problemas leves de conduta, pequenas infrações, que “perambulassem” pelas ruas, ou mesmo os que tivessem sido abandonados ou que tivessem sofrido maus-tratos dos pais. Muitos se apresentavam espontaneamente no local, que também funcionava em regime de liberdade vigiada: muitos meninos permaneciam na instituição durante o dia, voltando para suas casas à noite (conferir Fig. 35, p. 224).

A superlotação do local foi uma constante nesse período: construída para abrigar de 15 a 20 internos, era comum ter 40 meninos sob sua tutela.⁶³⁸ A Diretora-Executiva da COMAI, Rachel Grazziotin, afirmou em 1982 que procuravam transformar o ambiente em um lar, mas admitia que isso jamais seria possível já que o local, além de ser junto no Presídio, se assemelhava a uma prisão: havia falta de espaço e liberdade, a presença de portas trancadas, de espias nas portas, de monitores uniformizados, disciplina rígida, etc. As fugas e evasões eram frequentes, mesmo que muitos retornassem ao local depois de algum tempo.⁶³⁹ As salas da Casa eram “minúsculas, o prédio [estava] em ruína e a aparência interna [era] horrível”. Até 1982, era mantida uma cela de isolamento onde eram colocados os que chegassem ao extremo da agressão física.⁶⁴⁰

Os jovens considerados mais perigosos, quando não enviados para o Instituto Central de Menores da FEBEM/RS, em Porto Alegre, eram confinados em celas “especiais para menores”, dentro do Presídio Municipal. As celas eram pequenas, superlotadas e insalubres, sendo que muitos contraíam alergia ou sarna. Em sua maioria, os “menores” permaneciam presos, no ócio absoluto, já que havia poucas atividades fora de suas celas: “aqui o cara só come e dorme, acaba ficando mais vagabundo ainda”.⁶⁴¹ Só tinham contato com o sol por poucos instantes, durante o horário de visitas, nas quartas-feiras e domingos (conferir, nesse sentido, as Figs. 36 e 37, p. 224). Os que não recebiam visitas de familiares corriam o risco de passar um mês sem acesso à parte externa do Presídio.⁶⁴²

⁶³⁸ “Casa do Menor - tentativa de ressocialização”. *Pioneiro*, 26.05.1983.

⁶³⁹ “Menor delinqüente à procura de espaço”. *Jornal de Caxias*, 05.04.1982.

⁶⁴⁰ “Casa do Menor - tentativa de ressocialização”. *Pioneiro*, 26.05.1983.

⁶⁴¹ Depoimento de J. I. S. ao *Jornal Pioneiro*. Cf. “Casa em construção deverá substituir presídio”. *Pioneiro*, 13.06.1989.

⁶⁴² *Ibidem*.



Fig. 35: Casa do Menor da COMAI. Fonte: “COMAI terá recursos para manter as creches somente até o mês de abril”. *Pioneiro*, 07.02.1984.



Fig. 36: Situação dos menores detidos na cela do Presídio Municipal. Fonte: “Menores vivem situação dramática no presídio”, capa. *Pioneiro*, 13.06.1989.



Fig. 37: Menores detidos na cela do Presídio Municipal. Fonte: “Casa em construção deverá substituir presídio”. *Pioneiro*, 13.06.1989.

A larga margem de atuação do poder policial, garantida pela Doutrina de Situação Irregular e pela validade da prisão cautelar por “suspeita” de crime, fazia com que muitos jovens fossem presos sem motivo algum. O Padre Joacir Della Giustina, da Pastoral do Menor, chegou a mencionar uma situação em que um menino pobre de 11 anos de idade, que estava descalço, encarando uma vitrine no centro da cidade, foi levado ao Presídio por “suspeita” de que fosse assaltar uma loja. Foi detido no Presídio Municipal sem que sua família fosse sequer avisada. No dia seguinte, foi encontrado pela Pastoral e outros profissionais que atuavam na defesa de crianças e adolescentes, mantido em uma cela com outros 11 meninos. Era comum, segundo Della Giustina, que a maioria dos menores de idade recolhidos por crime ou “suspeita de” sequer tivessem registrado um Boletim de Ocorrência ou qualquer processo judicial, o que aumentava a margem de impunidade que os policiais tinham no desempenho de sua função.⁶⁴³

Em 1988, três meninos delinquentes mantidos em uma dessas celas quebraram a janela e ingeriram pedaços de vidro, tentando o suicídio, ao que tiveram de ser socorridos no hospital e passar por um longo tratamento de recuperação. Um deles, cujo apelido era, paradoxalmente, “Sem Esperança”, alegou que ele e seus companheiros não tinham outra alternativa frente ao desespero do confinamento.⁶⁴⁴

As meninas viviam em condições sub-humanas parecidas: detidas por estarem “perambulando” pelas ruas, uma atitude suspeita, ou mesmo por delitos, eram também mantidas em celas. Duas dessas meninas relataram a imprensa que não tinham sequer uma cama individual, tinham que dividir com outra colega de confinamento. As refeições servidas eram escassas, assim como o tempo de exposição ao sol. Contaram também um episódio em que tiveram que dormir sem colchões por terem tentando manter contato com os presos de outras celas. Na ocasião, acabaram dormindo sentadas e encolhidas no chão. Também sem atividades ao longo do dia, a principal forma de passar o tempo era dormindo.⁶⁴⁵

Existiam apenas duas casas especializadas no atendimento às meninas, ambas ligadas à instituições religiosas. O Instituto Bom Pastor, fundado ainda em 1960, e o internato apoiado pela Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados (SCAN), localizado o bairro Madureira, próximo à Escola Abramo Randon. Instalado junto ao Centro Educacional São João Bosco, o local foi inaugurado no mesmo momento que o Centro Educacional Meninos

⁶⁴³ Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. 2011.

⁶⁴⁴ “Grave o estado de saúde dos menores presidiários que ingeriram vidros”. *Pioneiro*, 15.09.1988; “Menores que ingeriram vidro deixam o hospital”, por Dirceu Soares. *Pioneiro*, 20.09.1988.

⁶⁴⁵ “Juiz está preocupado com a situação de constrangimento de menores no presídio”. *Pioneiro*, 23.02.1985; “A história de duas adolescentes no presídio”. *Pioneiro*, 21.04.1987.

de Brodowski (que será analisado logo adiante). Ambas as instituições recebiam recursos da FEBEM/RS. A primeira iniciativa totalmente pública de atendimento para as meninas, como já citado anteriormente, foi o “Lar das Meninas”, parceria entre a COMAI e a FEBEM/RS, fundado somente em 1992.

Ao longo do período de 1980 a 1992, o Poder Público, em parceria com a iniciativa privada e órgãos municipais, criou duas instituições especializadas para dar conta da problemática dos “menores delinquentes”, e procurar resolver os impasses do confinamento destes no Presídio Municipal: o Centro Educacional Meninos de Brodowski e o Centro Renascer.

O Centro Educacional Meninos de Brodowski,⁶⁴⁶ fruto de uma parceria entre a FEBEM/RS e a Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados (SCAN), começou a funcionar no final de 1984, permanecendo em funcionamento somente até agosto de 1985 (conferir as Figs. 38 à 40, p. 228). O centro foi instalado no prédio do antigo Seminário Nossa Senhora de Lourdes, propriedade da Ordem dos Franciscanos Conventuais, localizado no Distrito de São Pedro da 3ª Léguas, zona rural de Caxias do Sul, distante cerca de 10 km do centro da cidade.⁶⁴⁷ A edificação possuía “três andares, inúmeras salas, amplo dormitório, 26 banheiros, cozinha, despensas, uma enorme área verde”,⁶⁴⁸ o que possibilitava a criação de animais e a prática da agricultura, atividades educacionais que estavam previstas no cotidiano do Centro.

Segundo informações da imprensa, grande parte dos meninos que foram enviados ao Centro estavam “perambulando” pelas ruas da cidade, o que, apesar de não ser propriamente uma infração, enquadrava-se dentro do que juridicamente se conhecia por “situação irregular”. É importante frisar que, infratores ou não, nem todos os meninos enviados para o Centro eram abandonados: a internação poderia acontecer quando se verificava que a família não tinha condições (econômicas ou morais) de sustentar seus filhos, o que acontecia no caso

⁶⁴⁶ “Meninos de Brodowski” foi o nome que o pintor brasileiro Candido Portinari deu a uma série de pinturas sobre a infância em sua cidade natal (Brodowski, interior de São Paulo), produzidas em 1946. Retratavam as memórias do artista e revelavam o caráter trágico e social de boa parte de sua obra. Nas reportagens sobre o Centro Educacional, foram encontradas pelo menos três formas de grafar o nome da cidade: “Brodósqui”, “Brodowski” e “Brodóski”. Optou-se, ao longo do texto, em manter a forma “Brodowski”, por corresponder ao nome original da obra de Portinari. Nos títulos das reportagens, foram mantidas as formas de escritas usadas originalmente pelos jornais.

⁶⁴⁷ “Unidade de menores funcionará em março”. *Pioneiro*, 24.12.1983.

⁶⁴⁸ “Centro Educacional Meninos de Brodóskw: resolvendo problemas que a cidade possui”. *Jornal de Caxias*, 30.07.1984.

de famílias pobres, com pais alcoólatras, mães prostitutas, ou que praticassem algum tipo de agressão ou violação.⁶⁴⁹

Os movimentos para a inauguração da instituição iniciaram em meados de 1983. Seu objetivo era prestar assistência a meninos com idades entre 07 e 14 anos, com “leves desvios de conduta”. Funcionaria em regime de internato, (porém com a possibilidade de os internos estudarem no Colégio Estadual localizado na comunidade), com caráter preventivo. Eram previstas oficinas de capacitação, principalmente com atividades agrícolas. A seleção dos meninos enviados para o Centro ficaria a cargo do Juiz de Menores, sendo que meninos de outras cidades da região também poderiam ser atendidos.⁶⁵⁰

A intenção das autoridades era de que o local não ficasse conhecido como um “centro de repressão”, mas como uma “comunidade de menores”, onde se desencadearia um processo educacional, com objetivo de formação integral, “de forma que os menores atinjam e desenvolvam ao máximo sua capacidade criadora, de livre expressão e de responsabilidade, através de uma consciência crítica e participação social”.⁶⁵¹

Porém, os problemas do Centro Educacional Meninos de Brodowski não tardaram a aparecer: a falta de verbas e recursos dificultou sobremaneira o trabalho. O dinheiro enviado pela FEBEM não cobria todas as despesas, além de ser entregue com atraso. As outras entidades que prometeram auxílios (técnicos ou de recursos humanos) não vinham cumprindo o acordo. O déficit no quadro de funcionários era tão grande que em junho de 1985, para o atendimento de 42 internos, havia apenas três pessoas trabalhando. Naquele momento já estava sendo cogitado o fechamento da unidade.⁶⁵²

A situação se tornou ainda pior quando a comunidade de São Pedro da 3ª Léguas passou a denunciar que o Centro estava interferindo na vida da comunidade, pois os menores estavam cometendo atos de vandalismo, assaltos e agressões contra os moradores do local.⁶⁵³ Foram encontradas muitas contradições nas denúncias, e boa parte delas não foi confirmada.

⁶⁴⁹ “Centro Educacional Meninos de Brodóskw: resolvendo problemas que a cidade possui”. *Jornal de Caxias*, 30.07.1984.

⁶⁵⁰ “Inaugurado há pouco, Centro Ocupacional da 3ª Léguas sofre com a falta de verbas”. *Pioneiro*, 17.11.1984.

⁶⁵¹ “Delinqüentes - solução está à vista”. *Correio Riograndense*, 12.10.1983; “Menores de Caxias terão em breve mais duas casas para atendimento em Caxias”. *Jornal de Caxias*, 25.06.1984.

⁶⁵² “Inaugurado há pouco, Centro Ocupacional da 3ª Léguas sofre com a falta de verbas”. *Pioneiro*, 17.11.1984; “Escola de menores da 3ª Léguas pode fechar, denuncia Périco”. *Pioneiro*, 28.06.1985.

⁶⁵³ “Faltam condições para Escola Meninos de Brodoski funcionar e comunidade reclama”. *Pioneiro*, 02.07.1985.



Fig. 38: Vista panorâmica do Centro Meninos de Brodowski. Fonte: “Menino de Brodósqi - área à venda”. *Pioneiro*, 28.10.1986.



Fig. 39: Internos do Centro Meninos de Brodowski. Fonte: “Meninos de Brodowski - Juizado de Menores exercerá uma intervenção branca no local”. *Pioneiro*, 03.07.1985.

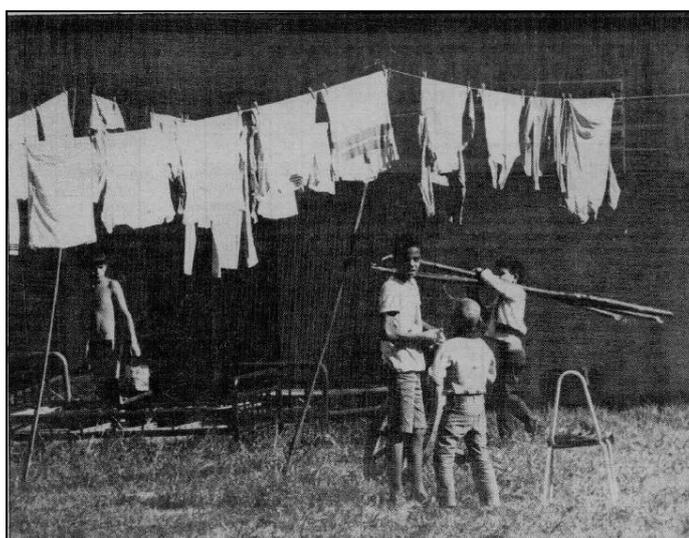


Fig. 40: Cotidiano no Centro Meninos de Brodowski. Fonte: “Inaugurado há pouco, Centro Ocupacional da 3ª Légua sofre com a falta de verbas”. *Pioneiro*, 17.11.1984.

O Juiz Pedro Panazzollo afirmava na época que teria faltado apoio da comunidade e da sociedade em geral para que o Centro funcionasse a contento, além da clara falta de recursos financeiros e humanos.⁶⁵⁴ A própria gerência da instituição acabou admitindo que alguns monitores que trabalhavam na casa não tinham qualificação, castigando os meninos por sua indisciplina, inclusive obrigando-os a dormir no milharal anexo à edificação, como forma de punição.⁶⁵⁵ O Juizado de Menores acabou, aos poucos, reavaliando os processos e incentivando que as famílias fossem buscar seus filhos, ou mesmo tratando de encontrar outros locais para acomodar as 48 crianças que ainda remanesciam no final de julho de 1985, momento em que a instituição oficialmente encerrou suas atividades.⁶⁵⁶

A falência do projeto do Centro Educacional Meninos de Brodowski pode ser analisada por alguns fatores: sem dúvida alguma, o atraso e a escassez de recursos financeiros foram decisivos para a atuação da entidade; porém, não foram encontrados maiores indícios que apontassem para uma metodologia clara de atuação, com um projeto pedagógico concreto de “reeducação” dos meninos internados. A permanência de elementos repressivos, sobretudo na atuação dos monitores, fazia com que a perspectiva de construir uma alternativa mista de atendimento (isto é, um internato que pudesse funcionar como externato também), fosse sobremaneira prejudicada. A decisão de confinar os “menores delinquentes” em locais do interior, longe do centro da cidade, retirando-os de suas comunidades de origem, também pode ter sido um fator de desagregação do serviço. Além disso, o jogo político de transferência de atribuições entre as instituições públicas e privadas, que no princípio aplaudiram e apoiaram a ideia, demonstra os interesses envolvidos no empreendimento.

Depois da efêmera experiência finalizada em 1985, os “menores delinquentes” (ou simplesmente carentes, abandonados ou com “desvios de conduta”) continuaram a ser enviados para a Casa do Menor ou para as celas do Presídio Municipal. Somente no início da década seguinte outro projeto voltado para os infratores veio a termo. O Centro Renascer tinha em sua metodologia outra forma de atendimento, que demonstrava um novo entendimento sobre a “questão do menor”.

Antes de falar especificamente sobre o Centro Renascer, é importante evidenciar que parte dessa nova consciência sobre a problemática das políticas para a infância e a juventude

⁶⁵⁴ “Meninos de Brodowski - Juizado de Menores exercerá uma intervenção branca no local”. *Pioneiro*, 03.07.1985.

⁶⁵⁵ “Meninos de Brodoski - SCAN discorda de informações e contesta denúncias feitas”. *Pioneiro*, 04.07.1985.

⁶⁵⁶ No final do mês de agosto, foram abertas negociações para que uma instituição semelhante fosse implantada em Bento Gonçalves, cidade vizinha de Caxias do Sul. Cf. “Menino de Brodóski também fecha. Mas o Juiz Panazzollo garante reabertura”. *Pioneiro*, 31.07.1985; “Ormuz - falta somente definir local para o centro de menores”. *Pioneiro*, 24.08.1985.

também pode ser verificada pela criação de um grupo de acompanhamento para jovens em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de “Liberdade Assistida”, no início dos anos 1990. Vinculados ao Serviço Social do Poder Judiciário, as pessoas envolvidas no programa faziam parte da FEBEM/RS, da COMAI, do Conselho de Direitos, entre outros voluntários ligados a entidades religiosas e outros setores sociais.⁶⁵⁷

O Centro Renascer reuniu em sua concepção e construção lideranças da Pastoral do Menor (entidade que será devidamente contextualizada mais adiante, nesse mesmo capítulo), e os empresários do Movimento Comunitário de Combate à Violência (MOCOVI).⁶⁵⁸ Porém, em essência, a ideia era constituir uma instituição mista, onde participassem a comunidade e o Poder Público, com a constituição de um conselho deliberativo e um estatuto próprio. Cerca de 15 entidades comprometeram-se com a obra (entre elas a COMAI e a FEBEM/RS), assinando um protocolo de intenções em novembro de 1988 (Decreto nº 6.518/88).⁶⁵⁹ Localizado na comunidade caxiense de São Giácomo, próximo ao loteamento popular Vale Verde, ficava em uma zona não totalmente urbanizada e de difícil acesso.⁶⁶⁰

O Centro Renascer (conferir Fig. 41 à 43, p. 231) acabou por ser inaugurado em 14 de maio de 1991. Porém, só começou a funcionar de fato em 08 de julho do mesmo ano, data da transferência dos primeiros jovens a serem abrigados.⁶⁶¹ A instituição tinha o objetivo de atender meninos com “desvio de conduta” ou considerados “de alto risco”, provenientes da cidade de Caxias do Sul.⁶⁶² Surgido de uma discussão entre profissionais que atuavam junto aos “menores” da cidade, não pretendia ser simplesmente uma substituição do que acontecia nas celas do Presídio Municipal, mas uma alternativa àquele tipo de atendimento.⁶⁶³

⁶⁵⁷ Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. 2011.

⁶⁵⁸ Raul Randon afirmou em entrevista que o grupo foi criado em agosto de 1986. A princípio, os empresários teriam se reunido para auxiliar a Brigada Militar da cidade com os gastos com combustível para as viaturas. Cf. “Casa do Menor agora é realidade”. *Folha de Caxias*, 26.11.1988; Depoimento de Raul Randon, concedido à autora em 02 ago. 2011.

⁶⁵⁹ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁶⁶⁰ “Definido o local para casa de menores”. *Pioneiro*, 03.02.1988.

⁶⁶¹ “Governador inaugura Centro Renascer”. *Pioneiro*, 15.05.1991; “Centro Renascer abriga mais seis menores”. *Folha de Hoje*, 09.07.1991; “Empresários resolvem o problema do Centro Renascer”. *Folha de Hoje*, 27.08.1991.

⁶⁶² Aceitando somente os jovens de Caxias do Sul, a instituição acreditava estar incentivando a municipalização do atendimento nas cidades vizinhas, uma das diretrizes do futuro Estatuto da Criança e do Adolescente. Cf. “Estatuto da Casa do Menor começa a ser debatido”. *Pioneiro*, 12.12.1989.

⁶⁶³ “Entidades caxienses em defesa da Casa do Menor”. *Pioneiro*, 24 e 25.06.1989.



Fig. 41: Desenho do Centro Renascer. Fonte: “Plantão do Juizado de Menores pronto em agosto”. *Pioneiro*, 19 e 20.05.1990.



Fig. 42: Porta de entrada do Centro Renascer. Fonte: “Centro Renascer - viabilidade do projeto é colocada em dúvida”, por Ana Cemin Marques. *Folha de Hoje*, 22.10.1991.



Fig. 43: Internos do Centro Renascer trabalhando na agricultura. Fonte: “Árdua missão de exterminar a delinquência”, por Thamy Spencer. *Folha de Hoje*, 28.02.1992.

Inicialmente, a ideia era abrigar os jovens por cerca de quatro meses e, depois disso, encaminhá-los para empresas caxienses. Sem a presença de celas, muros altos ou policiais armados, o Centro Renascer queria reintegrar os jovens marginalizados à sociedade, seguindo um modelo de atendimento que estava em sintonia com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre as diretrizes básicas de atendimento do Centro Renascer estavam:

a) Acolher os adolescentes empobrecidos de ambos os sexos, cujos direitos são ameaçados ou violados, conforme o Art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente; b) estudar, diagnosticar e avaliar os adolescentes acolhidos; c) encaminhar os adolescentes, de acordo com as orientações contidas no prontuário personalizado; d) oferecer aos adolescentes condições de convivência social, integrados consigo mesmo e com o mundo que os cerca, privilegiando a manutenção do convívio familiar; e) oportunizar experiências que despertem a convivência, a partilha, a fraternidade e a descoberta de valores que fundamentam a existência humana; f) proporcionar experiências vivenciadas de valores cristãos; g) proporcionar aos adolescentes ensino de 1º grau formal, oportunizando formas alternativas de aprendizagem; h) garantir a auto-realização, oferecendo-lhes iniciação profissional, aprendizagem, ou mesmo qualificação profissional, esporte e lazer, convivência a partir de experiências vivenciadas dentro e fora do Centro; i) oportunizar o ingresso dos adolescentes no mundo do trabalho; j) manter vínculo com o Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras entidades afins.⁶⁶⁴

Aos poucos, o perfil dos atendidos pelo Centro Renascer foi se delineando: em setembro de 1991, segundo informações da imprensa, 70% dos jovens eram dependentes de drogas e 100% já haviam cometido algum tipo de infração. A proibição de fotografias resguardava suas identidades e seguia os princípios do ECA.⁶⁶⁵ Ao final de 1991, no primeiro semestre de funcionamento do Centro, cerca de 60 adolescentes haviam passado pela casa, sendo que 45 destes já haviam sido desligados, restando apenas 15 em atendimento. Cerca de 58% do total de jovens atendidos haviam reincidido em suas infrações.⁶⁶⁶

A metodologia não-repressiva do Centro Renascer despertou críticas e manifestações céticas por parte da sociedade, que não acreditava na viabilidade de um ambiente de reeducação para a convivência social e para o trabalho. Em 1991, a COMAI foi acusada de não ter uma proposta clara para a reeducação dos internos, o que era confirmado pelas afirmações do seu Diretor Executivo na época, Delmir Portolan: “queremos saber se podemos contar com as pessoas que têm conhecimento de pedagogia para menores delinquentes”.⁶⁶⁷ Ao

⁶⁶⁴ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁶⁶⁵ “Menor é preparado para voltar à vida social de forma produtiva”. *Folha de Hoje*, 02.09.1991.

⁶⁶⁶ Relatório de atividades do exercício de 1991. *Acervo COMAI*.

⁶⁶⁷ “Centro Renascer - viabilidade do projeto é colocada em dúvida”, por Ana Cemin Marques. *Folha de Hoje*, 22.10.1991.

mesmo tempo, a imprensa afirmava que a comunidade faltava com o apoio que o Centro necessitava para dar certo, rotulando-o como uma instituição que “sustentava bandidinhos”.⁶⁶⁸

Havia uma grande dificuldade em aceitar que aquela estrutura, mais aberta, pudesse servir para o tratamento dos infratores. As revoltas e a agressividade de muitos jovens, em crises de abstinência pela falta do consumo de drogas, começaram a ameaçar a integridade física dos funcionários e o próprio patrimônio da casa. O retorno ao debate em torno da necessidade do confinamento fazia com que os encarregados do Renascer lembrassem os resultados infrutíferos da FEBEM. Outro fator de desconfiança era o grande número de funcionários (cerca de 20) em relação ao pequeno número de internos (em torno de 16), o que levou a COMAI a ser acusada de “cabideiro de empregos”.⁶⁶⁹

Já no início de 1992, apesar das divergências internas do grupo que compunha a direção do Renascer, já se estava cogitando a instalação de uma ala clínica de isolamento para os jovens mais agressivos. Na segunda metade do mesmo ano, os empresários do MOCOVI comprometeram-se com a sua construção. Com o tempo, algumas celas de regime fechado foram instaladas no porão da instituição.⁶⁷⁰

Em 1996, o Centro Renascer passou por uma reestruturação, sendo a partir de então administrado pela FEBEM/RS. Em 1998 houve a inauguração do Centro da Juventude (posteriormente Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE), uma instituição total coordenada pelo poder estadual, destinada a jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Pelo fato desse novo Centro ter sido construído ao lado do Renascer, as celas que existiam nessa instituição não tinham mais razão de ser, e acabaram sendo desativadas. E, em função da pequena demanda de atendimentos e da proximidade com os jovens de maior periculosidade mantidos no CASE, em 2005 o Centro Renascer foi desativado.⁶⁷¹ Hoje em dia, os jovens infratores em semiliberdade de Caxias do Sul são atendidos pelo Centro de Atendimento em Semiliberdade (CASEMI), localizado próximo ao centro da cidade.

O final da ditadura civil-militar e o lento retorno da democracia brasileira trouxeram consigo algumas mudanças legislativas importantes, expressas especialmente na “Constituição Cidadã” de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que mudaram os

⁶⁶⁸ “Árdua missão de exterminar a delinquência”, por Thamy Spencer. *Folha de Hoje*, 28.02.1992.

⁶⁶⁹ “Um desafio constante às normas da casa, onde nada impede fugas”. *Folha de Hoje*, 22.10.1992; “Centro Renascer - viabilidade do projeto é colocada em dúvida”, por Ana Cemin Marques. *Folha de Hoje*, 22.10.1991; “Centro Renascer deve sofrer reformulações”. *Folha de Hoje*, 05.11.1991.

⁶⁷⁰ “Árdua missão de exterminar a delinquência”, por Thamy Spencer. *Folha de Hoje*, 28.02.1992; “COMAI estuda instalação de nova ala no Renascer”. *Folha de Hoje*, 14.08.1992.

⁶⁷¹ Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2012.

rumos das políticas para a infância e a juventude. Porém, essas mudanças concretas parecem tornar-se apenas aparentes quando confrontadas com a realidade dos meninos e meninas do Brasil.

Segundo o ECA, aos jovens em conflito com a lei deveriam ser aplicadas medidas socioeducativas que, somente em caráter de brevidade e excepcionalidade, seriam cumpridas em regime de internação, em instituições adequadas, onde haveria a possibilidade de educação e profissionalização. Porém, em muitos locais do país, a realidade ainda é muito semelhante àquela que era regida pelos Códigos de Menores. Os infratores ainda enfrentam celas superlotadas, desrespeitos aos seus direitos fundamentais, repressões cotidianas e um clamor social não vê possibilidades de sua ressocialização.

Além disso, mesmo com o fim da ditadura civil-militar, permanências autoritárias ainda podem ser verificadas em diversos âmbitos da sociedade, principalmente quando justificadas ou legitimadas pelos próprios agentes do Estado. A mortalidade juvenil por “causas externas” (não-naturais) ou violentas vem crescendo ao longo dos anos.⁶⁷² O crescente número de homicídios cometidos contra jovens brasileiros, principalmente pobres e negros,⁶⁷³ ainda são um paradoxo da (re)nascente democracia brasileira.

3.3.3 A violência policial e os extermínios de menores em Caxias do Sul

A truculência policial praticada contra as populações empobrecidas foi especialmente voltada contra crianças e jovens em Caxias do Sul. Além das péssimas condições de atendimento que enfrentaram os pequenos infratores ao longo do tempo, foram encontradas evidências claras de torturas praticadas contra menores de idade, sobre os quais recaíam suspeitas de terem cometido algum crime. A existência da prisão cautelar, sem flagrante delito e sem mandato judicial, reforçou a noção policialesca que tomou conta da “questão do menor” durante (e mesmo depois) da ditadura civil-militar brasileira.

Se nos porões dos DOPS e DOI-CODIs foram torturados e assassinados centenas de militantes políticos, em outros porões e mesmo nas ruas das cidades brasileiras, os chamados “criminosos comuns” também sofreram com a violência estatal. Em abril de 1982, um jovem de 14 anos, mantido na Casa do Menor do Presídio Municipal, relatou à imprensa ter sido

⁶⁷² Ver, nesse sentido: WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012*. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari: São Paulo, 2011.

⁶⁷³ Em 2008, morreram proporcionalmente 111,2% mais jovens negros que brancos. Considerando a totalidade da população, o Brasil é o 6º país do mundo onde morrem mais jovens. Cf. WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011, p. 154.

torturado por policiais aos 10 anos de idade, através da prática do afogamento, que consistia na imersão do “acusado”, até o limite de suas resistências, em uma solução de água com creolina:

Quando eu tinha dez anos e ainda não tinha feito nada errado, os inspetores da polícia andavam atrás do meu irmão que estava assaltando com o Sadi Francisco. Eles me pegaram para eu contar onde ele estava, mas eu não sabia. Daí eles me levaram para a 2ª Delegacia e me botaram no afogamento [...]. Eu passei pelo afogamento três vezes já, cheguei até a desmaiar. A impressão que a gente tem é que vai morrer.⁶⁷⁴

Em março de 1982, dois jovens trabalhadores da COMAI foram espancados e torturados por cinco policiais que os acusavam de furto de automóveis. As agressões ocorreram em um matagal próximo à rodovia da Rota do Sol. Ao final, antes de os levarem ao Plantão da Polícia Civil sem qualquer evidência de suas participações nos crimes, os policiais ainda urinaram sobre eles. Foram liberados depois de seis horas da detenção. Após denunciarem o caso na COMAI, foi aberta uma sindicância para esclarecer o caso. O próximo passo seria a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM).⁶⁷⁵

Em 1983, funcionários do Setor do Menor Ambulante da COMAI também registraram queixas de agressões da Brigada Militar contra um dos jovens atendidos, fato que teria acontecido na própria residência deste.⁶⁷⁶ Já em 1992, um escrivão do Fórum da cidade torturou um menor de idade depois de tê-lo “confundido” com outro menor, que teria furtado seu automóvel. O fato ocorreu em um terreno baldio, próximo ao viaduto da BR-116, no bairro Panazzollo. O escrivão, auxiliado por mais duas pessoas, brincou de “Roleta-Russa” com o jovem, acabando por acertar-lhe um tiro, que pegou de raspão em sua cabeça.⁶⁷⁷

No que se refere aos infratores confessos ou procurados pela justiça, não raro eles eram executados pela polícia durante operações de captura. Esse foi o caso, por exemplo, de “Las Cuequinhas”, assassinado em janeiro de 1981;⁶⁷⁸ e de “Corujinha” e Cléber, mortos em tiroteios em 1990.⁶⁷⁹ É interessante notar que, nos casos em que os menores haviam sido assassinados, por policiais ou em “brigas de *gangs*”, seu nome completo era na maioria dos casos divulgado pela imprensa, assim como detalhes sobre seu endereço e circunstâncias do

⁶⁷⁴ “Menor delinqüente à procura de espaço”. *Jornal de Caxias*, 05.04.1982.

⁶⁷⁵ Não foram encontradas referências sobre a resolução do caso, o que evidencia a impunidade que marcava esse tipo de acontecimento. Cf. “Denúncia - menores espancados por PMs”. *Pioneiro*, 06.04.1982.

⁶⁷⁶ Ata de 23.09.1983. Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985; Ata nº 18, de 30.09.1983. Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. *Acervo COMAI*.

⁶⁷⁷ “Escrivão acusado de tiro em menor”. *Pioneiro*, 30.07.1992.

⁶⁷⁸ “Las Cuequinhas, 15 anos de idade, morre em tiroteio com patrulha da BM”. *Jornal de Caxias*, 05.01.1981.

⁶⁷⁹ “Tiroteios em bairros preocupam polícia civil”. *Pioneiro*, 06.03.1990; “Morto integrante de quadrilha que arrombava lojas em Caxias”. *Pioneiro*, 01.10.1990.

crime, conduta que também era proibida pelo Código de Menores vigente na época, e pelo posterior Estatuto da Criança e do Adolescente.⁶⁸⁰

Em 1982, dois assassinatos que aconteceram em circunstâncias semelhantes levantaram suspeitas sobre policiais militares. Dois meninos de 14 anos, residentes na mesma rua do bairro Esplanada, sem envolvimento confirmado em crimes, foram assassinados no mesmo dia. O primeiro jovem foi liquidado a tiros de espingarda por policiais militares. O segundo jovem, cujo cadáver só foi encontrado cerca de uma semana depois, não teve seu assassinato esclarecido. Rumores falavam de um “justiçamento” (execução).⁶⁸¹

Em setembro de 1990, um documento da Anistia Internacional denunciou o extermínio de menores no Brasil, que contava com a participação de policiais e financiamento de empresários e comerciantes.⁶⁸² Em dezembro do mesmo ano, o Governo Federal criou uma Comissão com representantes de diversas entidades envolvidas na defesa de crianças e adolescentes para fazer um diagnóstico da situação e propor ações de prevenção. O Ministro da Justiça Jarbas Passarinho afirmou na época que o problema era grave, e que o governo Collor estava comprometido a tomar as devidas providências.⁶⁸³

Um documento enviado na época ao governo, escrito por entidades que estavam apurando as denúncias, trazia sugestões para coibir os extermínios. Entre elas, estava a proibição de policiais executarem atividades paralelas às de sua corporação, uma maior fiscalização das empresas de segurança e uma revisão da política de direitos humanos nas instituições policiais, com a adoção de novos critérios no recrutamento, seleção, formação e reciclagem contínua de seus profissionais. E, se além disso, fosse possível afastar imediatamente os denunciados pela participação em grupos de extermínio, seria possível combater com grande eficácia esse tipo de ações.⁶⁸⁴

Em março de 1991, foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal de Deputados (PRC 14/91). Concluída em maio do ano seguinte, a CPI auxiliou na publicização do problema, mas alcançou poucos resultados práticos, já que grande parte dos

⁶⁸⁰ “Las Cuequinhas, 15 anos de idade, morre em tiroteio com patrulha da BM”. *Jornal de Caxias*, 05.01.1981; “Menor liquidado a tiros na Vila Esplanada”. *Pioneiro*, 08.09.1982; “Duas mortes, muitas coincidências, poucas pistas”. *Pioneiro*, 15.09.1982; “Dois assassinatos durante fim de semana”. *Jornal de Caxias*, 05.08.1985; “Continua matança na Zona do Cemitério”. *Pioneiro*, 08.09.1987; “Garoto assassinado na Zona do Cemitério”. *Pioneiro*, 10.09.1987; “Menor assassinado na Zona do Cemitério”. *Pioneiro*, 17.05.1988; “Tiroteios em bairros preocupam polícia civil”. *Pioneiro*, 06.03.1990; “Menor foi executado com cinco tiros na cabeça”. *Pioneiro*, 02 e 03.06.1990; “Morto integrante de quadrilha que arrombava lojas em Caxias”. *Pioneiro*, 01.10.1990; “Menor baleado morre no hospital”. *Pioneiro*, 16.01.1992.

⁶⁸¹ “Menor liquidado a tiros na Vila Esplanada”. *Pioneiro*, 08.09.1982; “Duas mortes, muitas coincidências, poucas pistas”. *Pioneiro*, 15.09.1982;

⁶⁸² “Brasil acusado de extermínio de meninos”. *Folha de Hoje*, 07.09.1990.

⁶⁸³ “Basta de eliminar crianças”. *Folha de Hoje*, 08.12.1990.

⁶⁸⁴ “Os grupos de extermínio estão na mira”. *Folha de Hoje*, 21.01.1991.

projetos-de-lei propostos ao seu término foram arquivados ou revogados, anos depois.⁶⁸⁵ Ainda em 1991, o Ministro da Saúde Alcení Guerra admitiu em Londres, frente à UNICEF e à Anistia Internacional, a existência de grupos de extermínio no Brasil, cujas ações eram cometidas com a conivência da polícia, que também tratava de dificultar os processos, aumentando a impunidade.⁶⁸⁶

Duas obras lançadas em 1991 foram fundamentais no debate sobre os grupos de extermínio brasileiros, servindo inclusive como provas para a CPI que estava tramitando em nível federal. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)⁶⁸⁷ publicou o documento “*Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*”, que trazia um levantamento sobre casos de morte violenta ocorridas em 1989 e noticiadas por jornais de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, concluindo que havia um caráter deliberado de extermínio que ligava os diferentes assassinatos.⁶⁸⁸

O jornalista Gilberto Dimenstein publicou um livro contundente, “*A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil*”, que denunciava grupos de extermínio que atuavam nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Pernambuco e Espírito Santo. A obra de Dimenstein, as denúncias internacionais e a denúncia anterior do livro “*Vidas em Risco*” davam conta do quanto o fenômeno tinha proporções nacionais e características muito semelhantes, como será verificado também em Caxias do Sul.

Surgidos na segunda metade da década de 1980, esses grupos paramilitares de extermínio contavam com a participação, apoio, estímulo ou conivência da polícia.⁶⁸⁹ A forma de ação dessas organizações em muito se assemelhava aos métodos dos grupos paramilitares criados na década de 1950, os chamados “Esquadrões da Morte”, pelotões de execução constituídos por policiais, ex-policiais e detetives “com a missão reservada e especial de caçar e matar bandidos considerados de alta periculosidade e irrecuperáveis”.⁶⁹⁰ Durante a ditadura civil-militar, a ação desses grupos se intensificou, se voltando para a eliminação de opositores

⁶⁸⁵ Ficha de tramitação da PRC 14/1991. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=235015> Acesso em 27 fev. 2012.

⁶⁸⁶ “Guerra admite extermínio de menores no Rio e em SP”. *Folha de Hoje*, 10.05.1991.

⁶⁸⁷ O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) surgiu como uma organização não-governamental em 1985, congregando pessoas engajadas na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, atuando na proposição de alternativas de atendimento e na denúncia da violência praticada contra essa população.

⁶⁸⁸ MNMMR; IBASE; NEV-USP. *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991.

⁶⁸⁹ DIMENSTEIN, Gilberto. *A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 14.

⁶⁹⁰ CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S.. *Extermínio: violentação e banalização da vida. Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), 1994, p. 209.

políticos do regime sem, no entanto, deixar de assassinar suspeitos ou “criminosos comuns”, entre eles crianças e jovens.

Em qualquer desses casos, o extermínio é um ato político, possui uma intencionalidade. No caso das populações empobrecidas, definidas como marginais por essência, construiu-se uma ideia de “limpeza social” e “população supérflua”, que também afeta os posicionamentos da sociedade civil:

Vai se construindo no país um senso comum de que temos um excesso de população (pobre), economicamente supérflua e socialmente sem raízes, candidata à delinquência e, portanto, sem utilidade numa sociedade competitiva que aspira às riquezas da civilização e à modernidade. Tais ideias vingam com mais intensidade nos períodos de maior desintegração social, quando os milhares de “indesejados” somam-se aos desempregados e quando a população economicamente ativa diminui sua participação no mercado, tornando-se, por sua vez, supérflua.⁶⁹¹

Dimenstein denunciou que, no início da década de 1990, estimava-se que cerca de 33% das mortes violentas de menores de 18 anos no Brasil era uma ação desses grupos de extermínio.⁶⁹² Porém, como o próprio autor afirmou, a impunidade e o descaso do Estado dificultavam a construção de uma estatística mais concreta:

Os garotos aparecem como a ponta mais frágil e reveladora dos níveis da guerra da criminalidade, na qual não se sabe quem é bandido ou mocinho. Uma guerra sem normas e poucas estatísticas. A investigação sobre o número de menores assassinados já serve como revelação da falta do interesse oficial em torno do assunto. É simplesmente impossível saber com exatidão quantas são as vítimas dos grupos de extermínio.⁶⁹³

Um dossiê preparado em Recife, capital de Pernambuco, reforçava as ligações desses grupos com o crime organizado, expondo as suas principais características: as ações criminosas iam para além dos assassinatos, envolvendo roubos, tráfico de drogas, receptação e extorsão; os crimes atingiam especialmente a população de baixa renda, seja pela vitimação direta ou pelo aliciamento de jovens ao crime; a maioria das vítimas não eram criminosos perigosos (ou sequer eram criminosos), sendo que muitos eram assassinados por interesses particulares dos integrantes do grupo; e, como os seus entusiastas queriam fazer crer, os homicídios não contribuía para diminuir a criminalidade.⁶⁹⁴

A sobrevivência da violência policial, mesmo após o fim da ditadura civil-militar, demonstra a necessidade de uma reestruturação ampla na esfera da segurança pública. O

⁶⁹¹ CRUZ-NETO, op. cit., p. 211.

⁶⁹² DIMENSTEIN, op. cit., p. 18.

⁶⁹³ Ibidem, p. 33.

⁶⁹⁴ Dossiê batizado de “Movimento pela Vida”, preparado em Recife depois do sequestro do presidente da Comissão Justiça e Paz, Luís Tenderine. Forma de pressão sobre o governador Miguel Arraes. Cf. Ibidem, p. 37.

comportamento desses agentes do Estado, o desrespeito aos direitos humanos e o uso da violência institucionalizada são continuidades autoritárias que ainda afetam diretamente a população infanto-juvenil.

Cerca de três anos antes dessas primeiras denúncias e publicações nacionais que enfatizaram a existência de “Esquadrões da Morte” que agiam contra crianças e jovens pobres, Caxias do Sul deparou-se com essa realidade. No final de 1987, a Pastoral do Menor tornou pública uma denúncia que dava conta da atuação de grupos de extermínio na cidade. Suas vítimas potenciais eram jovens pobres, moradores da “Zona do Cemitério”. Falava-se em um verdadeiro “massacre de crianças”. A primeira vítima havia sido um menino de 14 anos, assassinado no dia 08 de setembro daquele ano, quando “um desconhecido tripulante de um Chevette vermelho, com jaqueta preta e um boné cobrindo o rosto, placas cobertas, chamou-o a título de obter uma informação. Recebeu-o com um revólver e disparou, fugindo em seguida”.⁶⁹⁵ “Dézinho”, como era conhecido, morreu a caminho do hospital.

Depois disso, carros estranhos começaram a rondar o bairro. No dia 16 de setembro, uma das três pessoas que estavam em um Fiat azul-claro, com placas cobertas, desferiu seis disparos, acertando o braço e as costas de duas crianças que estavam no cruzamento de duas ruas da comunidade. Cerca de 10 dias depois, um terceiro atentado foi provocado por três desconhecidos que estavam em um Corcel vermelho, e atingiram outro jovem a tiros. Os carros continuavam circulando no bairro, amedrontando os moradores.⁶⁹⁶

Antes da morte de “Dézinho”, outros sete moradores da “Zona do Cemitério”, entre eles vários menores de idade, haviam morrido no que a polícia descreveu como “briga entre quadrilhas”, mas os moradores defendiam-se dizendo que a cidade colocava sobre o bairro a pecha de “vila de marginais”, que a verdade não seria essa.⁶⁹⁷ A Pastoral do Menor conseguiu descobrir informações que davam conta de que “Dézinho” havia sido assassinado à queima-roupa por dois policiais civis, que empreendiam uma “queima-de-arquivo”, porque o jovem teria descoberto que esses policiais eram os autores de abusos sexuais que sua irmã tinha sofrido.⁶⁹⁸

O Juiz de Menores Pedro Panazzollo, na época, acreditava que o assassinato e os atentados do mês de setembro também seriam fruto de divergências entre traficantes, apesar das afirmações da Pastoral do Menor, que sugeriam problemas mais profundos.⁶⁹⁹ Apesar

⁶⁹⁵ “Menores são eliminados na Zona do Cemitério”, por Carlos Bortolás. *Pioneiro*, 05 e 06.12.1987.

⁶⁹⁶ *Ibidem*.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

⁶⁹⁸ Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 de jun. 2011.

⁶⁹⁹ “Menores são eliminados na Zona do Cemitério”, por Carlos Bortolás. *Pioneiro*, 05 e 06.12.1987.

disso, a Pastoral conseguiu instaurar um inquérito para apurar a morte de “Dézinho” e os outros três atentados em dezembro de 1987. Depoimentos das vítimas traziam traços em comum, que poderiam levar a identificação dos culpados. Carros estranhos teriam voltado a rondar o bairro no mês de dezembro.⁷⁰⁰

O Padre Joacir Della Giustina, na época coordenador da Pastoral do Menor, relata que após a abertura de processo passou a receber telefonemas anônimos com ameaças de morte, “de ameaça pra gente calar a boca, senão íamos amanhecer com a boca cheia de formiga”. Naquele momento, o processo acabou arquivado por falta de provas, já que a testemunha ocular tinha morrido. Reaberto algum tempo depois com a ajuda de um novo Juiz, a pasta que continha o processo “sumiu” do Fórum de Caxias do Sul, ninguém mais a encontrou, o que fez com que o caso fosse definitivamente arquivado.⁷⁰¹

Elói Gallon, também da Pastoral do Menor, relatou que as pessoas denunciavam assassinatos, sabendo detalhes sobre a autoria dos mesmos, mas que o Poder Judiciário dificultava muito as denúncias: “no sistema judiciário, ali, não se tinha muito acesso, as pessoas se defendiam, sabe, a questão do poder, né? Então as crianças pobres eram assassinadas e passava por isso, ficava por isso”.⁷⁰²

A ineficiência das políticas públicas básicas, o aprofundamento das desigualdades sociais, o aparato repressivo usado livremente, sobretudo pelas forças policiais, e a cumplicidade social ante a violência cometida contra crianças e jovens pobres havia atingido um patamar insustentável. Mas havia novos atores sociais e instâncias institucionais que enfrentariam essa realidade, procurando garantir os novos direitos que a redemocratização havia trazido consigo.

3.4 NOVOS ATORES EM CENA: A PASTORAL DO MENOR, A CRIAÇÃO DO COMDICA E DO CONSELHO TUTELAR

*“A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão”
(“É”, Gonzaguinha)*

⁷⁰⁰ “Instaurado processo para apurar massacre de menores”. *Pioneiro*, 11.12.1987.

⁷⁰¹ Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. 2011.

⁷⁰² Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. 2011.

No item que fecha esse capítulo, optou-se por falar sobre os novos atores que passaram à cena nas políticas públicas de Caxias do Sul, ligados às reordenações nacionais que apontavam para uma nova ótica das políticas públicas para a infância e a juventude, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Pastoral do Menor contribuiu para a conscientização da sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes, e para a politização da população atendida, além de ter formado lideranças que atuaram na linha de frente das políticas públicas do início da década de 1990. A criação do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (COMDICA) e do Conselho Tutelar marcaram o início de uma reorganização institucional da assistência na cidade de Caxias do Sul, procurando garantir as inovações propostas pela Doutrina de Proteção Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.4.1 A atuação da Pastoral do Menor em Caxias do Sul: mobilização política e protagonismo juvenil

A Pastoral do Menor, enquanto uma ação evangelizadora da Igreja Católica, surgiu com a força de um ação comunitária organizada contra as situações de desrespeito aos direitos mais básicos de crianças e jovens, com o objetivo de promover justiça social. Sua análise, dentro do universo desta pesquisa, se justifica na medida em que teve uma atuação profícua no questionamento e na transformação das políticas públicas para a infância e a juventude pobres de Caxias do Sul. Além dos diversos encontros, ciclos de debates, palestras e manifestações ocorridas entre 1986 e 1992, muitas de suas lideranças envolveram-se (e ainda se envolvem) diretamente na formulação das iniciativas públicas e privadas de acolhimento, educação e proteção dos menores de 18 anos.⁷⁰³

Porém, para analisar a atuação e inserção da Pastoral do Menor, é importante compreender algumas das mudanças teológicas ocorridas no seio da Igreja Católica a partir da década de 1960. O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, marcou um ponto de

⁷⁰³ Para a escrita desse subcapítulo, além da pesquisa em jornais e do acervo da Pastoral do Menor mantido pelos Murialdinos, foram entrevistados três membros da Pastoral caxiense que tiveram grande importância na remodelação das políticas públicas da cidade no final da década de 1980 e início da década de 1990: o Pe. Joacir Della Giustina, que além de coordenador da Pastoral do Menor durante vários anos, foi membro do COMDICA e representante da Pastoral do Menor no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) por dois mandatos. Atualmente, está à frente de uma escola do Grupo Murialdo; Elói Gallon, que foi o Conselheiro Tutelar mais votado em 1992, quando da criação do novo órgão protetivo (conferir Fig. 48, p. 250). Atualmente, dirige uma Casa-Lar para crianças abandonadas; e Delcio Agliardi, que também fez parte do primeiro grupo de Conselheiros Tutelares, tendo sido reeleito em 1º lugar em 1995. Atualmente, dirige a Associação Criança Feliz, é professor e pesquisador da Universidade de Caxias do Sul, trabalhando com temas correlatos dentro da área da educação.

partida para uma maior aproximação da Igreja com seus fiéis, dentro de outro entendimento sobre as mudanças políticas, sociais e econômicas do mundo no pós-guerra.

Nas palavras de um dos principais artífices da Pastoral do Menor de Caxias do Sul, Pe. Joacir Della Giustina, o Concílio abriu perspectivas de ação e trouxe a certeza de que a Igreja deveria caminhar aberta ao mundo dos pobres e à justiça social.⁷⁰⁴ Além do Concílio, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada em 1968, em Medellín, na Colômbia, traçou as necessidades e as formas de ação da Igreja em solo latino-americano, em busca de transformação social. No Brasil, a Teologia da Libertação reuniu diversos estudiosos e religiosos cristãos em torno dessa visão transformadora, com um caráter eminentemente político, que teve inclusive grande participação na contestação à ditadura civil-militar brasileira.

A Igreja Católica foi, durante grande parte da história brasileira, o principal setor envolvido na assistência às crianças e jovens, sobretudo nos abrigos e institutos de reeducação, como foi verificado ao longo dessa pesquisa. Em Caxias do Sul não foi diferente: de forma mais ou menos direta, a Igreja seguiu com um papel preponderante nessa área. Porém, essas iniciativas careciam de uma postura crítica, já que as soluções religiosas partiam do pressuposto de que a ordem estabelecida não deveria ser modificada: “pobreza, miséria, crianças na rua [...] representavam uma parte da população que não tinha sabido vencer na vida”.⁷⁰⁵

É somente a partir de 1975, dentro de um contexto de transformação social, que um trabalho preventivo mais concreto se delineou dentro dos desígnios teológicos da Igreja Católica brasileira no que se refere aos “menores”. Nesse ano, realizou-se o I Encontro Nacional de Pastoral Junto ao Menor Desassistido, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O “menor” passou a ser percebido como parte de uma realidade globalizante e dialética, onde o agente da Pastoral deveria exercer uma transformação, mudando o conceito que se fazia a respeito dos menores, e ampliando a sua prática junto a essa população: “agora o seu objetivo maior não é o de transformar o menor, mas, com ele, suscitar transformações na sociedade”.⁷⁰⁶ Os “menores” são vistos como uma possibilidade de mudança, seres humanos com “direitos de ter direitos”.⁷⁰⁷

⁷⁰⁴ DELLA GIUSTINA, Joacir. *A Pastoral do Menor no Brasil, hoje*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 111.

⁷⁰⁵ HISTÓRIA da Pastoral do Menor no Brasil. Porto Alegre, RS: [s.n.], [199-], p. 2.

⁷⁰⁶ DELLA GIUSTINA, op. cit., p. 61.

⁷⁰⁷ HISTÓRIA..., op. cit., p. 10.

Em nível nacional, a Pastoral do Menor⁷⁰⁸ surgiu em 1977, incentivada por Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo na época. Seu surgimento ocorre em consonância com a ainda tímida abertura política do regime civil-militar brasileiro, momento em que diversos setores civis passaram a se reorganizar.

Entre os Critérios Pastorais da organização, para além dos seus princípios religiosos, é possível encontrar algumas das palavras-chave do novo ordenamento que estava se configurando nas políticas públicas em nível nacional: *consciência crítica* (envolvida dentro de um contexto socioeconômico, político e religioso); *ação pedagógica* (baseada na metodologia da fé e da participação); *ação libertadora* (que coloca o menor como sujeito da sua história); *ação participativa* (que envolve todos nas decisões); *ação dinâmica* (processual e não episódica); *ação comunitária* (que crie laços de solidariedade, fraternidade e comunhão); *ação sensível* aos valores da cultura popular; *ação não-institucionalizadora* (para que as famílias e as comunidades se engajem); *ação organizada* (dentro do processo de ação-reflexão-ação-revisão-ação); *ação integrada* (em uma soma de forças e esforços junto da sociedade); *ação política* (na intenção de dar vez e voz aos empobrecidos, sem injunções partidárias); *ação comprometida* (com o ser humano em sua dignidade); e uma *ação educadora e transformadora* da sociedade.⁷⁰⁹

Apesar de o grupo trazer a categoria “menor” em sua nomenclatura (categoria essa largamente classificada como estigmatizante e discriminatória), Rossato comenta sobre os motivos que levaram a Pastoral do Menor a manter a sua denominação, baseando-se nos pressupostos de seus princípios e diretrizes:

- I – a Pastoral do Menor já construiu uma identidade ao longo de sua existência;
- II – a Pastoral do Menor não entende por ‘menor’ a caracterização estigmatizante adotada pelas políticas contemporâneas ao Código de Menores, instituído pela Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979;
- III – a Pastoral do Menor quer trazer sempre viva a proposta da mística evangélica de acolhida aos pequenos, lema da Campanha da Fraternidade de 1987.⁷¹⁰

Em Caxias do Sul, a Pastoral do Menor surgiu a partir de um compromisso firmado em julho de 1986, durante o II Seminário Josefino do Menor. No mês seguinte se deu a primeira reunião do grupo, que congregava representantes de diversas entidades assistenciais

⁷⁰⁸ É importante que se diferencie a “Pastoral do Menor” da “Pastoral da Criança”. Apesar desta última também estar vinculada a CNBB, concentra seus esforços em ações de combate à fome e prevenção de doenças na primeira infância. Já a Pastoral do Menor focaliza-se na reivindicação e garantia de direitos de crianças e jovens, procurando afastar-se das ações puramente assistenciais, em vistas da transformação da realidade.

⁷⁰⁹ HISTÓRIA..., op. cit., p. 12-13

⁷¹⁰ O Lema da Campanha da Fraternidade de 1987 foi “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Cf. ROSSATO, G. E. Infância Abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. In: *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, v. 20, 2008, p. 22.

da cidade. Se caracterizando inicialmente como um “Grupo de Reflexão sobre o Menor”, tinha como objetivo “[...] ser um grupo consciente e sensibilizado, capaz de forçar as estruturas injustas da sociedade”, construindo o caminho em conjunto com as crianças, jovens e profissionais envolvidos em seus cuidados, demarcando ocupar um espaço contrário ao assistencialismo.⁷¹¹

Ao longo dos seus primeiros meses de atuação, o grupo congregou novos membros, participando de eventos em outros estados do país. Desde o início, as diferentes instituições que participavam das reuniões destacavam a importância daquele grupo de reflexão e discussão na articulação entre as diferentes ações praticadas na cidade.⁷¹² O início efetivo da movimentação e dos planejamentos de ações se deu em 1987. Naquele momento, a Pastoral caxiense contava com cerca de 30 participantes.

Aliando a espiritualidade e a ação prática, o grupo procurou propor alternativas aos problemas socioeconômicos dos “menores” a partir do Evangelho,⁷¹³ questionando a postura autoritária das autoridades competentes. As reuniões aconteciam, na maioria das vezes, no Centro Técnico Social Murialdo, e eram coordenadas pelo Padre Joacir Della Giustina. A periodicidade dos encontros foi quinzenal entre agosto de 1986 e dezembro de 1987. Entre 1988 e 1992, as reuniões passaram a ser mensais e, a partir de março de 1992, a coordenação de cada reunião coube a uma das entidades participantes.⁷¹⁴

A ação da Pastoral do Menor em Caxias do Sul se deu em várias frentes: na articulação das ações de diversas entidades envolvidas com a infância e a adolescência na cidade; na denúncia de maus-tratos, violências e omissões cometidas contra essa população; e, sobretudo, na mobilização e organização de encontros de formação e discussão sobre a temática da assistência e dos direitos das crianças e jovens da cidade, envolvendo os profissionais da área e a própria população atendida, sempre tomando a criança como “prioridade absoluta”. Foi possível inventariar cerca de dezenove ações de nível municipal promovidas pela Pastoral do Menor entre 1986 e 1992, ano que marca o espaço temporal final dessa pesquisa. Foram diversos Seminários, Encontros, Ciclos de Debates, passeatas e manifestações, que movimentaram a cidade, como pode ser conferido na tabela a seguir:

⁷¹¹ Ata nº 01/86, de 15.08.1986. Livro de Atas do Grupo de Reflexão sobre o Menor (Pastoral do Menor). *Acervo da Pastoral do Menor*.

⁷¹² Ata nº 08/86, de 21.11.1986. *Ibidem*.

⁷¹³ É importante frisar que a Pastoral admite a participação de pessoas que sejam adeptas de outros ramos do Cristianismo, dado seu caráter ecumênico.

⁷¹⁴ Ata nº 1/92, de 27.03.1992. Livro de Atas do Grupo de Reflexão sobre o Menor (Pastoral do Menor). *Acervo da Pastoral do Menor*.

Tabela 11: Ações da Pastoral do Menor em Caxias do Sul entre 1986 e 1992

1986⁷¹⁵		
Ação	Data / período de realização	Observações gerais
Seminário do Menor: “ <i>O Menor: uma exigência de ações transformadoras</i> ”	Novembro	Realizado nas dependências do Centro Técnico Social do Colégio Murialdo. Participação de 111 profissionais da área, atuantes em Caxias do Sul. Presença do Pe. Júlio Lancelotti, da Arquidiocese de São Paulo, além de representantes de Araranguá, Londrina e Rio de Janeiro, relatando suas experiências.
1987⁷¹⁶		
I Encontro de Menores de Caxias do Sul: “ <i>Quem acolhe o menor, a Mim acolhe</i> ” (conferir Fig. 44, p. 248)	25 de abril	Realizado no Distrito de Fazenda Souza. Participação de 114 crianças e jovens, delegadas de diversas instituições assistenciais da cidade. Escrita de uma “Carta aberta aos Constituintes”.
I Ciclo de Debates: “ <i>Menor, a vítima maior</i> ”	24, 26 e 28 de agosto	Realizado na Casa da Cultura. Além dos debates, foram realizadas encenações sobre a questão. Levantamentos sobre o problema em Caxias do Sul.
Manifestação e passeata na praça central da cidade (conferir Fig. 45, p. 248).	22 de outubro	Cerca de 250 participantes. Protesto contra a situação de miserabilidade de 25 mil menores da cidade. Denúncias sobre os extermínios que vinham sendo praticados na cidade.
Ocupação da Tribuna Popular da Câmara de Vereadores	30 de novembro	Lideranças da Pastoral do Menor ocuparam o espaço da Câmara de Vereadores para falar em nome das crianças desfavorecidas do país e para denunciar o massacre de menores que vinha ocorrendo na “Zona do Cemitério”.
1988⁷¹⁷		
II Ciclo de Debates: “ <i>Menor X Violência</i> ”	06, 08 e 10 de junho	Realizado nas dependências do Colégio Nossa Senhora do Carmo. Participação de crianças e jovens. Foco nas denúncias sobre os extermínios.
I Passeata “ <i>Direito de ser criança</i> ”	14 de outubro	A passeata percorreu as principais ruas do centro da cidade, contando com a participação de cerca de 500 crianças e jovens.
II Encontro de Menores de Caxias do Sul: “ <i>Menor, força de transformação</i> ”	16 de outubro	Realizado nas dependências do Centro Técnico-Social do Colégio Murialdo. Participação de cerca de 110 crianças e jovens, de diversas entidades assistenciais. Escrita de uma carta

⁷¹⁵“Menor abandonado quer ação transformadora”. *Correio Riograndense*, 19.11.1986.

⁷¹⁶“Encontro de menores reivindica atenção e justiça da sociedade”. *Jornal de Caxias*, 27.04.1987; “Menores de Caxias fazem propostas à Constituinte”. *Jornal de Caxias*, 04.05.1987; “Pastoral do Menor prepara carta para constituintes”. *Correio Riograndense*, 06.05.1987; “Seminário debate o problema do menor”. *Pioneiro*, 28.08.1987; “Menor - a vítima maior”. *Correio Riograndense*, 02.09.1987; “Menores ocupam a praça para fazer denúncias”. *Pioneiro*, 23.10.1987; “O menor não é problema, é solução”. *Correio Riograndense*, 28.10.1987; “Menores abandonados merecem maior atenção dos governantes”. *Jornal da Câmara*, 12.1987.

⁷¹⁷“Pastoral do Menor promove Ciclo de Debates”. *Correio Riograndense*, 01.06.1988; “Inicia segunda em Caxias o II Ciclo de Debates sobre o Menor”. *Pioneiro*, 04 e 05.06.1988; “Crianças protestam e apelam por direitos”. *O Pellegrino*, 10.1988; “Menores fazem passeata amanhã na Júlio”. *Pioneiro*, 13.10.1988; “Encontro busca soluções para o menor”. *Correio Riograndense*, 19.10.1988; “Menores elaboram carta aberta aos candidatos à Prefeitura de Caxias”. *Pioneiro*, 24.10.1988;

de reivindicações aos candidatos à Prefeitura de Caxias do Sul.		
1989⁷¹⁸		
III Ciclo de Debates: “Menor, verdade que comunica” (Conferir Fig. 47, p. 250)	12, 13 e 14 de junho	Realizado nas dependências da Casa da Cultura. Cerca de 200 participantes. Objetivo de sensibilizar os meios de comunicação para a causa em favor das crianças e jovens.
II Passeata: “Criança: prioridade absoluta” (conferir Figs. 46, p. 248 e 47, p. 250).	06 de outubro	Participação de cerca de 1500 crianças, que percorreram as principais ruas da cidade, procurando conscientizar a sociedade sobre a questão da infância e da juventude.
III Encontro de Menores de Caxias do Sul: “Criança: prioridade absoluta”	07 de outubro	Realizado no Distrito de Fazenda Souza. Participação de cerca de 100 crianças, representantes de diversas instituições assistenciais da cidade. Escrita de uma carta com propostas para a Lei Orgânica da cidade.
Ocupação da Tribuna Popular da Câmara de Vereadores	01 de novembro	Manifesto a favor das propostas encaminhadas para a Lei Orgânica do Município, elaboradas pelas crianças no III Encontro de Menores.
1990⁷¹⁹		
IV Ciclo de Debates: “Criança: prioridade absoluta”	21, 23 e 25 de maio	Realizado nas dependências do Colégio São José. Participação efetiva da comunidade (porém, não foi encontrado um número específico de participantes).
IV Encontro da Criança e do Adolescente	29 de setembro	Realizado no Distrito de Fazenda Souza. Carta aberta ao COMDICA, reivindicando a participação de crianças e jovens no Conselho.
III Passeata	05 de outubro	Participação de cerca de 500 crianças, que percorreram as ruas do centro da cidade em comemoração a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que logo entraria em vigor.
1991⁷²⁰		
I Seminário sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	29 de junho	Organização conjunta do COMDICA, Pastoral do Menor e Diretório Acadêmico do Curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul.
V Encontro de Crianças e Adolescentes Empobrecidos: “Os Direitos no Estatuto à luz da voz dos pequenos na Bíblia”.	05 de outubro	Realizado nas dependências da Escola São João Bosco, com a participação de cerca de 110 crianças de diversas instituições assistenciais. Reivindicação por participação direta no COMDICA e cumprimento das normas do ECA.
1992⁷²¹		
IV Passeata	15 de maio	Objetivo de mobilizar e informar a população sobre as funções e a eleição do Conselho Tutelar. Participação de cerca de 600 crianças.
VI Encontro da Criança e do Adolescente: “Criança e adolescente construindo a história”	14 de novembro	Realizado no CPMEN, do Bairro Santa Fé.

⁷¹⁸ “O menor em debate na Casa da Cultura”. *Folha de Caxias*, 10.06.1989; “Situação do menor volta a ser debatida hoje”. *Pioneiro*, 12.06.1989; “Ciclo sobre o menor levanta várias propostas”. *Pioneiro*, 16.06.1989; “Discriminados, os menores carentes contam a realidade vivida em Caxias”. *Folha de Caxias*, 01.07.1989; “Menores farão nova passeata para reclamar mais atenção”. *Pioneiro*, 30.09 e 01.10.1989; “Menores fazem nova passeata para denunciar seu abandono”. *Pioneiro*, 05.10.1989; “Menores pedem conscientização”. *Folha de Caxias*, 07.10.1989; “Crianças reclamam de seu abandono”. *Pioneiro*, 07 a 09.10.1989; “Menores têm propostas à Lei Orgânica”. *Pioneiro*, 11.10.1989; “Menores abandonados realizam manifesto hoje no Legislativo”. *Pioneiro*, 31.10.1989;

⁷¹⁹ “Pastoral fará debate sobre os menores”. *Folha de Hoje*, 10.05.1990; “Iniciam debates sobre o menor”. *Folha de Hoje*, 21.05.1990; “Direitos da criança são defendidos”. *Folha de Hoje*, 22.05.1990; “Menores elaboram carta e querem fazer parte do Conselho da Criança”. *Folha de Hoje*, 01.10.1990; “Menores protestam no Centro”. *Folha de Hoje*, 06.10.1990.

⁷²⁰ “V Encontro de Crianças e Adolescentes”. *Correio Riograndense*, 02.10.1991; “Menores querem participação direta no Comdica”. *Pioneiro*, 07.10.1991; Atas nº 02/91, de 25.03.1991; 04/91, de 27.05.1991. Livro de Atas do Grupo de Reflexão sobre o Menor. *Acervo da Pastoral do Menor*.

⁷²¹ “Crianças alertam para a eleição”. *Folha de Hoje*, 16.05.1992; Atas nº 02/92, de 30.03.1992; 07/92, de 31.08.1992. Livro de Atas do Grupo de Reflexão sobre o Menor. *Acervo da Pastoral do Menor*.

A Pastoral do Menor, portanto, enquadrou-se entre as forças da sociedade civil que fizeram franca oposição ao modelo de assistência vigente em Caxias do Sul e ao tratamento dispensado aos “menores marginalizados”, procurando ver as causas estruturais, políticas e econômicas que eram geradoras dessas situações. É importante destacar a sincronia entre os debates realizados pela Pastoral em solo caxiense com os que estavam sendo promovidos em nível nacional, o que mostra uma aproximação com as novas discussões no campo assistencial brasileiro.

Partindo sempre da realidade de Caxias do Sul, procurando estabelecer elos diretos de conexão com os contextos estaduais e nacionais, as atividades promovidas pela Pastoral enfocaram as questões sociais de formas abrangentes, sem deixar de lado os contextos históricos em que se originaram. Para o coordenador da Pastoral do Menor na época, o legado das décadas de tensão da ditadura civil-militar brasileira pode ser encontrado nos princípios autoritários que “mascaram em subterfúgios injustos e desumanos, a forma de convivência social”.⁷²²

Além disso, fazia parte do projeto político da Pastoral do Menor conscientizar as crianças e jovens, fazendo-as saber que tinham direitos, ensinando-as a reivindicá-los. A exploração trabalhista foi enfocada desde o I Encontro de Menores, em 1987.⁷²³ A “essência” do progresso industrial da cidade de Caxias do Sul, foi também questionada quando, na passeata de outubro de 1987, uma das frases entoadas afirmava categoricamente: “Menores abandonados, pequenos e mal-amados, o progresso não os adotou”.⁷²⁴

As atividades da Pastoral, além de promover discussões sobre pontos fulcrais presentes na realidade da infância e da juventude da cidade, produziam sínteses, encaminhamentos e buscavam soluções concretas para as problemáticas. As conclusões prévias do I Encontro de Menores de 1987, que abordavam temas como trabalho, habitação, saúde, lazer, família, educação, violência, drogas e fome, foram encaminhadas para as autoridades locais e também para o grupo de trabalho que estava construindo e discutindo a nova Constituição Federal, promulgada em 1988.⁷²⁵

⁷²² “Menor: réu ou vítima?”, por Joacir Della Giustina. *Correio Riograndense*, 08.04.1987.

⁷²³ Um dos cartazes dos grupos de discussão continha os dizeres: “Trabalhamos como gente grande e ganhamos como gente pequena”. Cf. “Encontro de menores reivindica atenção e justiça da sociedade”. *Jornal de Caxias*, 27.04.1987.

⁷²⁴ “Menores ocupam a praça para fazer denúncias”. *Pioneiro*, 23.10.1987.

⁷²⁵ “Encontro de menores reivindica atenção e justiça da sociedade”. *Jornal de Caxias*, 27.04.1987; “Menores de Caxias fazem propostas à Constituinte”. *Jornal de Caxias*, 04.05.1987.

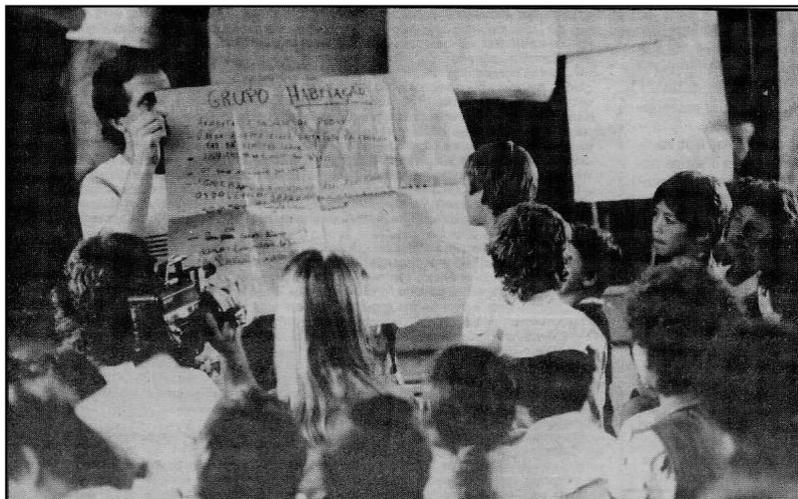


Fig. 44: Grupo de discussão sobre Habitação do I Encontro de Menores de Caxias do Sul, organizado pela Pastoral do Menor. Fonte: “Menores fazem encontro e pedem justiça social”. *Jornal de Caxias*, 27.04.1987.



Fig. 45: Passeata promovida pela Pastoral do Menor em outubro de 1987. No cartaz: “Ouve o Menor e nosso futuro será melhor”. Fonte: “Na praça o protesto dos menores”. *Pioneiro*, 23.10.1987.



Fig. 46: Passeata promovida pela Pastoral do Menor em outubro de 1989. Fonte: “Passeata marca protesto contra o abandono”. *Pioneiro*, 07 e 09.10.1989.

No ano seguinte, o II Encontro de Menores aprovou por unanimidade uma “carta aberta” aos candidatos que estavam concorrendo à Prefeitura de Caxias do Sul, também abordando diversos temas, com posturas críticas, que apontavam para a necessidade de investimento em áreas de infraestrutura básica.⁷²⁶

No ano de 1989, o foco do III Encontro de Menores foi a construção de propostas para a Lei Orgânica do município, que estava sendo formulada pelos vereadores. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que seria promulgado no ano seguinte, também foi alvo de discussões. Joacir Della Giustina afirmou na época que “as crianças de Caxias do Sul estão preocupadas não apenas com os direitos desrespeitados, mas principalmente que sejam garantidos em nível municipal durante os trabalhos da Lei Orgânica”.⁷²⁷

Em 1990, o IV Encontro da Criança e do Adolescente, já com nova nomenclatura adaptada à nova legislação, teve como produto uma “carta aberta” ao Conselho de Direitos da cidade, reivindicando a participação de crianças e jovens no Conselho e a publicização do Estatuto da Criança e do Adolescente em murais da praça central de Caxias do Sul. Como justificou na época o Pe. Joacir Della Giustina, “se houver conscientização, o documento (ECA) será respeitado”.⁷²⁸

Fazendo frente ao assistencialismo, que apenas originava dependência por parte das crianças e jovens, as ações da Pastoral do Menor em Caxias do Sul demonstravam uma maneira de conceber a questão da infância que se afasta da noção de “problema”, vendo crianças e jovens como caminhos e soluções. O protagonismo e a luta política destes seriam formas de transformação da sociedade. Isso fica bastante explícito nas diferentes atividades promovidas desde 1986 e, sobretudo, nas “linhas de atuação” do grupo, expressas desde suas primeiras reuniões: seus parâmetros se opunham frontalmente à ideia de paternalismo, enfatizando que a preocupação dos agentes da Pastoral era “possibilitar que a criança tenha condições de agir por si mesma”, ao mesmo tempo em que procuravam fazer com que a sociedade não se omitisse de seu papel nesse processo.⁷²⁹

⁷²⁶ “Menores elaboram carta aberta aos candidatos à Prefeitura de Caxias”. *Pioneiro*, 24.10.1988.

⁷²⁷ “Menores têm propostas à Lei Orgânica”. *Pioneiro*, 11.10.1989.

⁷²⁸ “Menores elaboram carta e querem fazer parte do Conselho da Criança”. *Folha de Hoje*, 01.10.1990.

⁷²⁹ “No cotidiano da Pastoral, todo dia é 12 de outubro”. *Folha de Hoje*, 12.10.1990.



Fig. 47: Cartazes de divulgação de eventos da Pastoral do Menor no ano de 1989. À esquerda, cartaz do III Ciclo de Debates “Menor: verdade que comunica”. À direita, cartaz de divulgação da II Passeata e do III Encontro de Menores de Caxias do Sul, ambos com o lema “Criança: prioridade absoluta”. Fonte: *Acervo da Pastoral do Menor*.



Fig. 48: Propaganda do candidato Elói Gallon para a eleição do Conselho Tutelar, em 1992. Fonte: *Acervo da Pastoral do Menor*.

A conscientização da sociedade, presente em todos os eventos organizados pela Pastoral, também estava presente no trabalho de denúncia e acompanhamento de casos de violência, maus-tratos, omissões e irregularidades na aplicação das leis. Exemplo disso foi o caso do grupo de extermínio da “Zona do Cemitério”, denunciado pela Pastoral em 1987, como foi possível verificar no subcapítulo anterior. Na avaliação de Delcio Agliardi, que fez parte da Pastoral do Menor desde os seus primeiros anos, o grupo teve êxito por organizar pessoas, formar lideranças chamá-las para reflexão, alertando a sociedade local para que se efetivassem os direitos que estavam sendo adquiridos pelas crianças e jovens.⁷³⁰

O Pe. Joacir Della Giustina acredita que existam “vozes” de crianças caxienses na redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, já que muitas das propostas encaminhadas a partir das sínteses dos encontros e debates caxienses têm muitas semelhanças com o texto final aprovado em julho de 1990.⁷³¹ Segundo ele, isso fez parte de uma política da consciência cidadã, do processo de politização dessas crianças e adolescentes. Além disso, muitos encaminhamentos desses encontros da Pastoral foram acolhidos por vereadores caxienses na formulação da Lei Orgânica da cidade, e dos novos órgãos protetivos para a infância e a juventude.⁷³²

Elói Gallon acredita que a Pastoral deu muita consistência, formação, possibilidade de contato com outras experiências, visitando locais graves problemas sociais (Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador). Na sua opinião, isso auxiliou no fortalecimento da luta em Caxias do Sul, mostrando que não estavam sozinhos.⁷³³ A Pastoral do Menor de Caxias do Sul teve um papel de destaque em nível municipal, que ressoou em nível estadual e nacional, pois construiu uma luta “bem atuada e organizada” com os outros grupos e órgãos da cidade. Seu grupo era requisitado para abrir e conduzir debates sobre a infância e a adolescência em simpósios e congressos, trabalhava com publicações, sistematizava conhecimento.⁷³⁴

Acolhendo e encaminhando denúncias, avaliando e discutindo novas políticas públicas e, principalmente, organizando ações concretas de conscientização, mobilização e protagonismo político, a Pastoral do Menor atuou como agente multiplicador de uma nova

⁷³⁰ Depoimento de Delcio Agliardi, concedido à autora em 14 jun. 2011.

⁷³¹ Elói Gallon citou que, por exemplo, o artigo 16, inciso I do ECA, que trata da liberdade de “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais” saiu das discussões do Rio Grande do Sul, das quais a Pastoral tomou parte, exatamente com a mesma redação. Segundo ele, isso mostrou que havia uma mobilização ampla para que o Estatuto realmente garantisse direitos. Cf. Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. de 2011.

⁷³² Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. de 2011.

⁷³³ Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. de 2011.

⁷³⁴ Depoimento de Delcio Agliardi, concedido à autora em 14 jun. 2011.

concepção de criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos. Abriu espaço para a construção de alternativas de atendimento, mantendo uma relação direta com as políticas públicas. Em suma, sua atuação foi extremamente importante para o início da construção de uma rede mais articulada e integrada de proteção e atendimento à criança e ao adolescente, rompendo com a ótica de benemerência e assistencialismo que pontuava as ações das instituições alinhadas ao velho Código de Menores, tão presentes na história de Caxias do Sul até então.

3.4.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: o início da municipalização do atendimento nos moldes da Doutrina de Proteção Integral

Uma das premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, é a progressiva municipalização do atendimento, como prevê o inciso I do seu artigo 88.⁷³⁵ Na cidade de Caxias do Sul, já em outubro de 1990, foi sancionada a Lei Municipal nº 3.551, que dispunha sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.⁷³⁶ O atendimento seria feito através de “Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária”,⁷³⁷ sendo garantida através de três órgãos principais: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes⁷³⁸ e o Conselho Tutelar. É com a história da criação do Conselho de Direitos e do Conselho Tutelar na cidade de Caxias do Sul que será finalizado este trabalho de pesquisa.

Os Conselhos Municipais de Direitos, caracterizados pelo ECA como órgãos deliberativos e controladores de ações, deveriam ser compostos por organizações representativas, com participação popular paritária. Além disso, seriam esses novos órgãos os responsáveis pela manutenção dos respectivos fundos de verbas que deveriam ser aplicados nas políticas municipais ou estaduais.⁷³⁹

⁷³⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 23 set. 2012.

⁷³⁶ Processo ainda em andamento, a efetivação da municipalização do atendimento ganhou uma nova lei no ano seguinte, mais específica e ampliada, que revogou a lei anterior e explicitou as funções dos órgãos envolvidos na garantia dos direitos das crianças e adolescentes caxienses. Cf. Lei Municipal nº 3.739, de 23 de outubro de 1991. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03739.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

⁷³⁷ Lei Municipal nº 3.551, de 09 de outubro de 1990. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03551.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

⁷³⁸ O Fundo Municipal somente foi realmente implementado em 1993. Cf. Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2011.

⁷³⁹ Art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cf. Ibidem.

No início do ano de 1980, por sugestão da então presidente da FEBEM/RS, Ecléa Guazzelli, durante uma palestra realizada na cidade em fevereiro, foi criado o Conselho Municipal dos Direitos do Menor (COMBEM),⁷⁴⁰ o que pode ser considerado como um embrião do futuro Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O COMBEM consistiu em um espaço informal de articulação das políticas públicas municipais,⁷⁴¹ sendo um agente apenas indireto de captação de recursos, já que não existia um fundo municipal de verbas que pudesse ser gerido e distribuído na época. Em um primeiro momento, cerca de onze instituições ficaram representadas entre os membros do Conselho, que seria presidido pela COMAI e pela Fundação Caxias do Sul. A atuação do grupo se daria por reuniões semanais, realizadas na Prefeitura Municipal. Em linhas gerais, o órgão teria por finalidade “incentivar a comunidade em suas iniciativas em benefício do menor, buscando uma política comum de bem-estar, prioritariamente no município de Caxias do Sul”. Entre seus objetivos específicos estavam:

[...] buscar a integração de todas as entidades, públicas ou privadas, que atuam diretamente com o menor, no município; buscar a articulação dos programas, relacionando-os ao menor, tanto a nível local e regional como estadual e federal; estruturar um sistema municipal de atenção ao menor com prioridade para a área preventiva; cadastrar as entidades sociais que se dedicam ou que promovem programas de atendimento ao menor; e receber os pedidos de auxílio enviados à Fundação Caxias, Prefeitura Municipal, FEBEM, FUNABEM, LBA e outros organismos públicos ou privados, dar parecer e encaminhá-los a seu destino.⁷⁴²

Porém, a partir de 1986, os problemas com o COMBEM se tornaram públicos e generalizados. No primeiro semestre, o órgão simplesmente esteve paralisado por estar sem diretoria. Em agosto do mesmo ano foi proposta a reformulação do órgão, acolhendo mais instituições e dando o direito de voto a todos os participantes.⁷⁴³ Uma das preocupações naquele momento passava pela necessidade de transformar o Conselho em um órgão suprapartidário, eliminando as vinculações políticas que estavam atrapalhando o andamento das suas ações. Segundo uma reportagem da imprensa, alguns grupos propositalmente esvaziavam os quóruns das reuniões, fazendo com que as deliberações não pudessem ser encaminhadas.⁷⁴⁴

Após a reformulação, o COMBEM continuou existindo nos anos seguintes, mas de uma forma diferente. Em 1987, sua nomenclatura foi modificada, passando a ser Conselho

⁷⁴⁰ “Política comum de bem-estar”. *Jornal de Caxias*, 28.06.1980.

⁷⁴¹ Depoimento de Delcio Agliardi, concedido à autora em 14 jun. 2011.

⁷⁴² “Política comum de bem-estar”. *Jornal de Caxias*, 28.06.1980.

⁷⁴³ “COMBEM realiza reunião no dia 18 para eleger diretoria e reformular estatutos”. *Pioneiro*, 14.08.1986.

⁷⁴⁴ “Reformulação do estatuto pode ser salvação do COMBEM”. *Pioneiro*, 20.08.1986.

Comunitário do Bem-Estar do Menor (a sigla manteve-se a mesma). Foi nesse momento que o debate político apareceu com mais força, com a Pastoral do Menor entre as entidades representativas do órgão, e as discussões em torno do movimento das *Diretas Já*, da construção da nova Constituição Federal e do ECA. Segundo Miriam Nora, que fazia parte do COMBEM, já se pensava em liberdade assistida e na criação de um Juizado da Infância e da Juventude.⁷⁴⁵

O COMBEM só passou a existir legalmente a partir da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 04 de abril de 1990. Apesar dessa regulamentação, foi nesse ano que se iniciou sua transição para o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (COMDICA), abrindo-se também as discussões para a formação do primeiro grupo de conselheiros tutelares da cidade, dentro da ótica da Doutrina de Proteção Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em agosto de 1990, foi criada uma comissão que seria responsável pela transição COMBEM-COMDICA.⁷⁴⁶ O primeiro anteprojeto para a nova política municipal dos direitos da criança e do adolescente foi escrito pelo COMBEM em setembro de 1990, incluindo também a criação do Conselho Tutelar da cidade.⁷⁴⁷ A redação final do projeto que deu origem à política municipal dos direitos da criança e do adolescente foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal no final do mesmo mês.⁷⁴⁸ Em 11 de dezembro de 1990, tomava posse a primeira diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caxias do Sul, que seria a partir de então composto de 12 órgãos governamentais e 12 representantes de organizações de participação popular. A presidência do órgão coube à Miriam Nora, que já havia atuado pela FEBEM/RS em Caxias do Sul, e que também fazia parte do antigo Conselho; a vice-presidência ficou a cargo de Joacir Della Giustina, coordenador da Pastoral do Menor.⁷⁴⁹

Em entrevista à imprensa na época, Miriam Nora sustentou que o COMDICA seria o “responsável pela política municipal para a criança e o adolescente, buscando articular entidades, mobilizando a comunidade em torno do problema e privilegiando as camadas de renda mais baixa”, alertando que, a partir daquele momento, “todos os projetos que envolvam a criança e o adolescente necessitam passar pelo crivo do Conselho. Além disso, ele se

⁷⁴⁵ Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2011.

⁷⁴⁶ “COMBEM estuda a criação do conselho em defesa do menor”. *Folha de Hoje*, 22.08.1990.

⁷⁴⁷ “COMBEM envia projeto que reformula estatuto”. *Folha de Hoje*, 18.09.1990; “COMBEM encaminha mudança de estatuto”. *Folha de Hoje*, 19.09.1990.

⁷⁴⁸ “Câmara aprova política do menor”. *Pioneiro*, 26.09.1990.

⁷⁴⁹ No final de 1992, ambos foram reeleitos para ficarem à frente do órgão por mais dois anos. Cf. “COMDICA empossa nova diretoria”. *Pioneiro*, 09.12.1992.

responsabilizaria pelas inscrições de entidades. Aquelas que não forem inscritas no órgão não poderão funcionar". Apesar de ser prevista a criação de um fundo municipal de verbas destinadas à área da criança e do adolescente, o COMDICA começou sem recursos previstos para o ano de 1991, ao que foi solicitado à comunidade, nos moldes do que já fazia a COMAI, doações e auxílios financeiros.⁷⁵⁰ O órgão funcionaria no Centro Administrativo da cidade, de segunda à sexta-feira.

Nos seus primeiros meses de trabalho, o COMDICA foi estabelecendo sua forma de atuação, cadastrando e procurando fiscalizar as instituições que atuavam na área da infância e da adolescência, e criando os mecanismos e propostas para a escolha do primeiro grupo de conselheiros tutelares. A eleição seria no ano seguinte.

No final de 1991, no dia 23 de novembro, o COMDICA realizou o “1º Fórum de Debates – Criança e Adolescente: o futuro de Caxias em jogo”, aberto à comunidade, visto como um espaço para elaborar de forma mais democrática as diretrizes da política municipal de atendimento. Miriam Nora afirmou, à época: “poderíamos simplesmente reunir as 24 entidades do Conselho e decidir, mas optamos por chamar a população para a tarefa”.⁷⁵¹ Reunindo mais de 150 pessoas, divididas em grupos de trabalho, os temas discutidos no evento passaram por questões como saúde, moradia, saneamento, educação, drogas, lazer, esportes, recreação, trabalho, sexualidade, convivência familiar, maus-tratos e violência. Como síntese dos debates, foi redigido um documento que seria entregue às autoridades, com reivindicações que serviriam como subsídio à política municipal dos direitos das crianças e adolescentes.⁷⁵²

O Fórum de Debates teve uma nova edição em setembro de 1992, tendo como objetivo reunir os candidatos à Prefeitura da cidade para discutir as propostas e programas de governo em relação às políticas para a infância e a juventude do Município.⁷⁵³ Segundo uma reportagem de jornal, que sintetizou as discussões do encontro, o número de crianças que ocupavam as ruas de Caxias do Sul naquele momento era alarmante, não podendo mais ser aceitos paliativos para cuidar da questão, que estava sendo vista sob uma ótica diferente das décadas anteriores. Nas palavras de Miriam Nora:

⁷⁵⁰ “Um novo Conselho para a criança”. *Pioneiro*, 11.12.1990.

⁷⁵¹ “Problema do menor em discussão”. *Pioneiro*, 13.11.1991.

⁷⁵² “COMDICA traça prioridades no atendimento à infância”. *Pioneiro*, 25.11.1991; “Fórum defende política voltada ao menor”. *Folha de Hoje*, 25.11.1991.

⁷⁵³ II Fórum de Debates – Criança e Adolescente: o futuro de Caxias em jogo. Cf. “COMDICA realiza Fórum de Debates”. *Pioneiro*, 15.09.1992.

A questão do abandono não limita-se ao menor que é órfão, mas engloba a falta de alimentação, habitação e saneamento básico. [Se antes as crianças eram instaladas em internatos], hoje o caminho não é por aí. É muito melhor criar um auxílio alimentação e conseguir um colchão, desde que a criança continue a viver numa família bem estruturada.⁷⁵⁴

A criação do Conselho marcou a entrada “oficial” da cidade de Caxias do Sul dentro da ótica das novas diretrizes fixadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que marcou um novo paradigma legal no país. O COMBEM e, posteriormente, o COMDICA, foram responsáveis pela construção de um detalhado relatório sobre a situação do atendimento aos menores de 18 anos de Caxias do Sul. Este relatório-diagnóstico, que foi nomeado como “Situação Sócio-Educacional do Menor na Área Urbana de Caxias do Sul” (SISEM), começou a ser construído em 1988.⁷⁵⁵

O COMBEM, apesar de suas deficiências, unia as forças da comunidade, procurando, sobretudo, apoio financeiro para as ações da COMAI. Serviu, inclusive, como parâmetro para a criação do novo Conselho, por já ter uma estrutura montada, e por reunir entidades representativas.⁷⁵⁶ A partir de 1990, a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente de Caxias do Sul foi repensada; o financiamento das ações passou a ser normatizado, como já previa o Estatuto; e as políticas públicas começaram a ser discutidas com os cidadãos: “quando só se enxerga um lado, fica muito limitado; quando há esse debate com a população, com a comunidade, é que se dá o crescimento”.⁷⁵⁷

Caxias do Sul teve um papel pioneiro na reestruturação das políticas públicas pós-Estatuto da Criança e do Adolescente: o Conselho de Direitos caxiense foi o primeiro a ser criado no interior do Rio Grande do Sul (o primeiro do estado foi o da capital Porto Alegre). Nas palavras de Miriam Nora, que ficou três gestões consecutivas como gestora do órgão, foi uma quebra de paradigmas em Caxias do Sul, gerando um grande trabalho em torno desse

⁷⁵⁴ “A realidade alarmante dos menores”, por Adriana Santoro. *Pioneiro*, 19 e 20.09.1992.

⁷⁵⁵ Esse levantamento serviria como um importante banco de dados para o COMDICA direcionar suas ações, além de fornecer estatísticas oficiais sobre a situação das crianças e adolescentes da cidade. O material, que levou cerca de cinco anos para ser finalizado e entregue à população, e que teve de dispor de um grande investimento de recursos computacionais para ser concluído, conta com quase 1000 páginas, organizadas em dois volumes. Não foi possível, dentro do âmbito dessa pesquisa, problematizar os resultados do SISEM. Destaca-se, contudo, a necessidade de que seja analisado por pesquisadores da área da educação, da história ou do serviço social, por ser peça importante para a compreensão das políticas públicas voltadas para as crianças e jovens caxienses, antes e depois da década de 1990. É importante destacar que a pesquisadora Letícia Borges está desenvolvendo uma pesquisa de mestrado dentro do curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul com previsão para defesa em 2013, intitulada “Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção - Caxias do Sul (1990-2011)”, onde o material será explorado em alguns pontos.

⁷⁵⁶ Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. 2011.

⁷⁵⁷ Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. 2011.

novo entendimento da questão da infância e da juventude: “tinham que saber conversar com as instâncias políticas partidárias sem se envolver politicamente”.⁷⁵⁸

Os ares da “Proteção Integral” chegaram à Caxias do Sul mexendo com os alicerces da política municipal, incluindo direitos e criando instâncias que procuravam garantir a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente para além da teoria jurídica. A criação do Conselho Tutelar foi parte importante desse processo, como será visto a seguir.

3.4.3 A criação do Conselho Tutelar ou a democracia direta em ação

Os movimentos para a criação do Conselho Tutelar em Caxias do Sul começaram desde a posse do COMDICA, no final de 1990. Porém, foi somente em 1992 que foi organizado o pleito eleitoral que escolheu o primeiro grupo de conselheiros caxienses, que seria selecionado pelos eleitores da cidade por voto seria direto, secreto e facultativo. Para se candidatar à eleição, o candidato deveria se encaixar entre os seguintes critérios:

- a) reconhecida idoneidade moral; b) idade superior a 21 anos; c) residir no município; d) escolaridade mínima: 2º Grau Completo; e) reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente; f) ser apresentado por entidade inscrita ou entidade conselheira do COMDICA.⁷⁵⁹

O Conselho Tutelar, segundo o ECA, deve ser um órgão “permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.⁷⁶⁰ Portanto, a atribuição do Conselho não se refere à julgar ou processar menores de 18 anos ou seus agressores, mas sim atender, fiscalizar e encaminhar denúncias para auxiliar a justiça e o cumprimento da Doutrina de Proteção Integral, defendida no Estatuto. Em Caxias do Sul, 29 pessoas concorreram a 5 vagas de Conselheiros, e mais 10 vagas de suplência, por um mandato de três anos, que poderia ser prorrogado por igual período, através de nova eleição.⁷⁶¹ A Pastoral do Menor organizou uma passeata de mobilização na véspera da eleição (conferir Fig. 50, p. 258). Jornais da cidade deram destaque à escolha, através de reportagens, propagandas (conferir Fig. 49, p. 258), chamadas de capa e editoriais.

⁷⁵⁸ Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2011.

⁷⁵⁹ Edital para escolha do Conselho Tutelar. Cf. *Pioneiro*, 12.03.1992.

⁷⁶⁰ Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 22 set. 2012.

⁷⁶¹ A partir de informações veiculadas pela imprensa, foi possível verificar que a maioria dos candidatos eram mulheres (69%), e que boa parte atuava na área da educação (47%). Órgãos públicos ligados à área da educação, instituições religiosas e sindicatos estavam entre as organizações que apoiavam os candidatos. Cf. “Conselho Tutelar. Eleição é nesse domingo”. *Pioneiro*, 16 e 17.05.1992.



Fig. 49: Chamada para eleição do Conselho Tutelar. Propaganda de página inteira veiculada na imprensa. Fonte: *Folha de Hoje*, 09.05.1992.



Fig. 50: Passeata de mobilização da Pastoral do Menor para a eleição do Conselho Tutelar, 1992. Fonte: “Crianças convocam para eleição do Conselho”. *Pioneiro*, 16.05.1992.

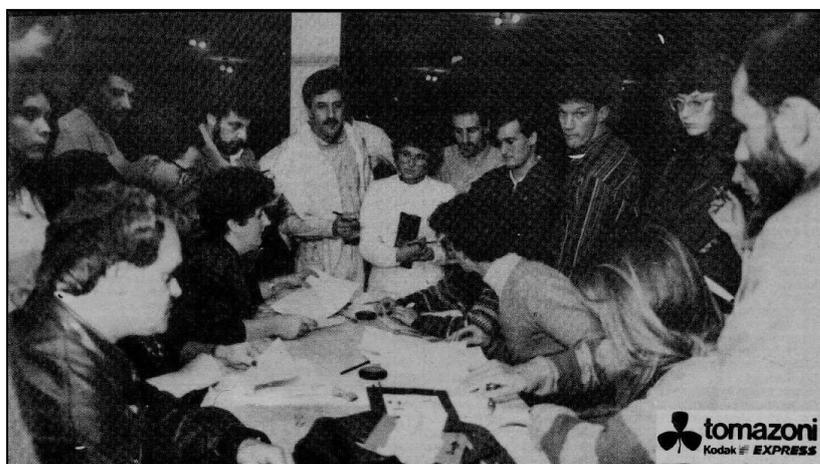


Fig. 51: Apuração dos votos da eleição do Conselho Tutelar. Fonte: “6,7% dos eleitores elegem o Conselho Tutelar”. *Pioneiro*, 18.05.1992.

O Jornal Pioneiro afirmou em seu editorial de 14 de maio de 1992 que “[...] comparecer às urnas e votar no Conselho Tutelar pode ser um gesto simples, porém representativo. O voto é uma manifestação soberana do povo. Quanto mais votos forem registrados nesta eleição, maior será a responsabilidade dos escolhidos”.⁷⁶² O COMDICA esperava que pelo menos 30 mil dos 186 mil eleitores caxienses participassem da eleição, que ficou marcada para 17 de maio de 1992, mesmo dia que Porto Alegre e outras seis cidades do estado.⁷⁶³

Após a apuração dos votos (conferir Fig. 51, p. 258), foi verificado que cerca de 6,7% dos eleitores caxienses compareceram às urnas, perfazendo 12.484 votos. Respectivamente, os cinco membros do primeiro Conselho Tutelar Caxiense foram Elói Gallon, da Pastoral do Menor; Rachel Grazziotin, da COMAI e Centro Espírita Alunos do Bem; Delcio Antônio Agliardi, do Centro de Proteção do Menor Santa Fé; Eneda Garbin, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; e Jolui Ventura Ramos, da Câmara de Indústria e Comércio e Câmara de Dirigentes Lojistas.⁷⁶⁴

Oficialmente, o Conselho Tutelar de Caxias do Sul começou a operar em 1º de junho de 1992. Em apenas três dias de funcionamento, já contava cerca de 100 processos judiciais envolvendo menores sob seu encargo, o que demonstra a necessidade de um órgão mais específico para auxiliar a Justiça nessa problemática.⁷⁶⁵ Em cerca de 100 dias de funcionamento, foram registrados 235 comunicados de atos infracionais ou maus-tratos contra menores de 18 anos, que chegaram ao Conselho através de telefone, carta ou mesmo pessoalmente.⁷⁶⁶

O Ministério Público Estadual promoveu nessa época um curso de formação em Porto Alegre, juntamente com os conselheiros eleitos na capital. Segundo Elói Gallon, essa formação foi muito importante, pois forneceu uma base teórica para a atuação dos conselheiros caxienses que, sendo pioneiros no estado, não tinham onde buscar informações sobre como realmente funcionava essa nova instituição.⁷⁶⁷ Na opinião do conselheiro tutelar Delcio Agliardi:

⁷⁶² “Importância do voto ao Conselho Tutelar”. *Pioneiro*, 14.05.1992.

⁷⁶³ “COMDICA espera atrair 30 mil eleitores”. *Folha de Hoje*, 12.05.1992; “Conselho Tutelar. Eleição é nesse domingo”. *Pioneiro*, 16 e 17.05.1992.

⁷⁶⁴ “Apuração vai até 3h20 e define os cinco titulares”. *Pioneiro*, 18.05.1992.

⁷⁶⁵ “Oficializado o início do CT”. *Pioneiro*, 02.06.1992; “Em dois dias Conselho Tutelar recebe quase 100 processos”. *Folha de Hoje*, 04.06.1992.

⁷⁶⁶ “Conselho Tutelar. Garantindo os direitos da criança”. *Pioneiro*, 14.10.1992.

⁷⁶⁷ Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. 2011.

[...] nem todos os que se elegeram para o Conselho Tutelar tinham uma visão histórica das políticas da infância, ou da sua inexistência, ou de como os direitos puderam ser travados numa lei específica. Muitos não conheciam o texto do ECA. Uma das tarefas no CT nos primeiros anos foi de capacitar os próprios pares e interagir com a sociedade para dizer o que podia e não podia ser feito. Por exemplo: que não prendia e não podia processar; que era um órgão administrativo. Que não era “filho” do COMDICA, mas um órgão da prefeitura, composto por representantes da sociedade, eleitos para um mandato de três anos.⁷⁶⁸

Esse desentendimento, que perpassava a própria atuação de alguns conselheiros, também fazia parte de um desentendimento social sobre aquela nova instância. Na opinião de Agliardi, a população depositou todas as suas esperanças na atuação do Conselho Tutelar, achando que ele resolveria todos os problemas da infância, mesmo eles sendo graves e históricos. Na medida em que isso não acontecia, a esperança da população na instituição foi sendo enfraquecida. Além disso, projetou-se uma ideia errônea de que o Estatuto somente dava direitos para as crianças e adolescentes, sem deveres em troca.⁷⁶⁹ A nova lei, amparada por uma visão democrática e de garantia de direitos, que rompia drasticamente com a tradição assistencialista e repressiva consagrada na história brasileira, encontrou (e ainda encontra) resistências sociais.

Outra dificuldade enfrentada pelo Conselho Tutelar imediatamente após a sua criação dizia respeito à infraestrutura para a atuação da nova instituição. No início, uma sala da COMAI, anteriormente ocupada pela FEBEM/RS, foi cedida temporariamente.⁷⁷⁰ Somente no final do mês de outubro de 1992, quase 5 meses após o início das atividades do Conselho Tutelar, a Prefeitura alugou uma casa, situada no centro da cidade (Rua Flores da Cunha, 1757), que seria usada exclusivamente para a atuação dos conselheiros.⁷⁷¹

Apesar da precariedade, o Conselho Tutelar surgiu como um marco da luta para a implantação de um novo paradigma na área da infância em Caxias do Sul, que garantisse efetivamente os direitos das crianças e adolescentes a partir dos parâmetros legais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi um lugar de “muitos debates, de um grande idealismo [...], um lugar democrático e absolutamente aberto pra discutir com os três poderes, com a rede de proteção à infância”, que estava se formando.⁷⁷² Houve, aos poucos, uma “desjudicialização” e “despolicialização” do atendimento, sobretudo quando se tratava de denúncias de maus-

⁷⁶⁸ Depoimento de Delcio Agliardi, concedido à autora em 14 jun. 2011.

⁷⁶⁹ Ibidem.

⁷⁷⁰ “Sem sede e recursos, Conselho Tutelar é tomado pelo desânimo”. *Folha de Hoje*, 04.08.1992; “Conselho Tutelar ainda sem estrutura”. *Folha de Hoje*, 10.10.1992.

⁷⁷¹ Porém, em função da necessidade de aparelho telefônico instalado, (e também de móveis, cadeiras, máquinas de escrever...), o Conselho só se mudou definitivamente para o local no mês de novembro. Cf. “Conselho Tutelar aluga casa no centro”. *Folha de Hoje*, 27.10.1992; “Conselho Tutelar recebe promessa de estrutura”. *Folha de Hoje*, 12.11.1992.

⁷⁷² Depoimento de Delcio Agliardi, concedido à autora em 14 jun. 2011.

tratos contra menores de 18 anos: “antes, tudo batia na porta da Polícia e do Juizado”. Ganhou-se, também, “autoridade” para discutir as questões: “o Conselho Tutelar se tornou um instrumento no qual podiam pautar questões que não era possível antes”.⁷⁷³

Em 1997, foi criado um segundo Conselho Tutelar em Caxias do Sul, que agora conta com um total de 10 conselheiros, divididos entre zona norte e sul. Desde 2005, em uma iniciativa inédita em território nacional, foi criado um cartório dentro do Conselho Tutelar caxiense, estrutura funcional de suporte técnico e administrativo que facilitou o encaminhamento burocrático dos procedimentos de trabalho.⁷⁷⁴

A década de 1990 se revelou como uma década de intensas mudanças na área da assistência social caxiense. Em 1996, surgiu a Fundação de Assistência Social,⁷⁷⁵ que tomaria o lugar da COMAI,⁷⁷⁶ ampliando sua assistência aos demais setores empobrecidos da sociedade. Aos poucos, foi se constituindo uma rede de entidades que procuravam discutir ações e alternativas comuns para a área da infância e da juventude, resultando em um reordenamento das instituições da cidade.

A iniciativa se tornou oficial em 1998, quando se constituiu a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul (RECRIA), que procurava fortalecer os vínculos entre as entidades participantes (fossem elas de atendimento direto ou indireto), a fim de proporcionar um atendimento mais efetivo e dinâmico. A criação de um banco de dados informatizado, que colocasse as diversas instituições em comunicação permanente, foi efetivada no início dos anos 2000, com a criação do *site* da Rede de Proteção,⁷⁷⁷ e da implantação de um aplicativo com os primeiros cadastros familiares.⁷⁷⁸

A década de 1980, em meio ao retorno dos movimentos sociais, da abertura política e do enfraquecimento da ditadura civil-militar, foi também um tempo de intensa crise econômica e social, momento em que as parcelas mais empobrecidas da sociedade sofreram sobremaneira, e viram sua já precária sobrevivência se tornar ainda mais difícil. Ao lado do

⁷⁷³ Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. 2011.

⁷⁷⁴ Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2011.

⁷⁷⁵ Criada através da Lei Municipal nº 4.419, de 04 de janeiro de 1996. Disponível em: http://fas.caxias.rs.gov.br/site/uploads/lei_4419.doc Acesso em 23 set. 2012.

⁷⁷⁶ Extinta formalmente pela Lei Municipal nº 5.465, de 11 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-05465.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

⁷⁷⁷ Endereço eletrônico da RECRIA. Disponível em: <http://www.recria.org.br> Acesso em 23 set. 2012.

⁷⁷⁸ Regimento Interno da RECRIA. Disponível em: <http://www.recria.org.br/uploads/files/regimento%20recria.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

desmantelamento das estruturas historicamente repressivas de controle e contenção da infância e da juventude, surgia uma Constituição e um Estatuto que garantiam direitos plenos, que apontavam para a cidadania. Mas, em meio a esse movimento, o extermínio flagrante de meninos e meninas de rua lembrava que as dívidas com o passado (ou mesmo o continuísmo das práticas repressivas ditatoriais), marcariam de sangue os primeiros anos da nova era democrática brasileira.

A cidade de Caxias do Sul foi marcada por cada um desses contextos nacionais, de forma mais ou menos significativa. A COMAI, enfrentando graves crises econômicas e paradigmáticas, teve de lutar e se reinventar para continuar atuando em prol das crianças e jovens caxienses. Novos setores foram criados, outros foram remodelados. O posicionamento de seus funcionários, a criação do projeto “Criança Crescente”, voltado especialmente para meninos e meninas de rua, e a participação na criação do Centro Renascer demonstram que a Comissão, que completou 30 anos de existência em 1992, aos poucos deixava de lado a omissão e o retrocesso dos Códigos de Menores, para começar a trilhar o caminho da garantia de direitos.

A FEBEM/RS, de forma semelhante, teve uma atuação controversa em Caxias do Sul entre os anos 1980 e 1990: ao mesmo tempo em que incentivava a criação de programas alternativos de atendimento (como a descentralização garantida pelos Centros de Bem-Estar do Menor, ou o apoio à criação do Centro Renascer), sustentou projetos que se mostraram alinhados às práticas historicamente repressivas que vinham sendo revistas em nível nacional, como ocorreu com o efêmero Centro Educacional Meninos de Brodowski.

O extermínio de menores, denunciado em diversas regiões do Brasil, também teve sua edição em solo caxiense. As vítimas foram jovens das periferias da cidade, com ou sem envolvimento com a criminalidade. Infelizmente, como continua acontecendo em casos semelhantes, os processos judiciais nunca foram concluídos. Antes dos extermínios, a imprensa e a COMAI denunciaram situações de tortura cometidas por agentes públicos contra crianças e jovens. Em ambos os casos, fortes evidências da participação de forças policiais apontam para permanências do aparato repressivo construído pela ditadura civil-militar. Nas periferias, a ordem estava acima da lei, e os direitos humanos ainda pareciam apenas partes de uma história ainda distante.

Aos “menores delinquentes”, pouco foi feito até o final da década de 1980 para transformar a forma desumana e repressiva de atendimento. Celas superlotadas, insalubres e coerções faziam parte do cotidiano de meninos e meninas mantidos nas celas adjacentes ao Presídio Municipal de Caxias do Sul. Todavia, através de iniciativas como a do Centro

Renascer, aos poucos o entendimento sobre a importância da cidadania e da educação no âmbito dos jovens em conflito com a lei foram sendo incorporadas pelas políticas públicas municipais.

Em meio a esse cenário caótico, novos atores entraram em cena, para denunciar e garantir que novas políticas públicas fossem realmente implantadas. A atuação da Pastoral do Menor, um grupo engajado politicamente, que mobilizou o cenário assistencial da cidade; e a criação imediata de órgãos como o COMDICA e o Conselho Tutelar, colocaram Caxias do Sul na rota nacional de discussão sobre a Doutrina de Proteção Integral, garantida em lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O retorno da democracia não se traduzia apenas na escolha dos representantes políticos para o Executivo, mas também na conscientização de que a sociedade poderia participar diretamente na construção das políticas públicas.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ratificada pela ONU em 20 de novembro de 1989 apontava para uma nova relação entre crianças, adolescentes, Estado e sociedade civil, visando a preservação dos direitos dos primeiros. O Brasil, signatário da Convenção, construiu de forma pioneira uma legislação juridicamente alinhada a essa nova página da história das políticas públicas para a infância e a juventude.

No entanto, os direitos políticos e sociais são frutos de um longo trabalho de construção e conquista. Depois de alcançados, eles têm que ser mantidos. O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe consigo a possibilidade da construção de novas relações sociais, da construção de uma sociedade diferente. Mas, como afirmou Elói Gallon, “temos que estar vigilantes, a vida inteira” para que esses direitos sejam efetivamente cumpridos,⁷⁷⁹ e para que os milhões de crianças e jovens possam ter a possibilidade de uma vida digna, dentro dos princípios da cidadania.

⁷⁷⁹ Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Que assim nosso destino
e direção
são um enigma,
uma interrogação”
(“Ecos do Æo”, Lenine)*

As políticas assistenciais brasileiras voltadas para as populações empobrecidas, sobretudo as voltadas para crianças e jovens, foram historicamente marcadas pela tutela e pela intervenção, entremeadas pela caridade e benemerência, de fundo notadamente religioso. Sob este pano de fundo surgiram as Rodas de Expostas, asilos, recolhimentos e orfanatos. A filantropia privada, mesmo quando o Estado passou a intervir no campo assistencial, sempre apareceu amalgamada em uma relação intrínseca com as políticas públicas. Subvencionadas pelo governo, milhares de instituições seguiram praticando obras de beneficência ao longo de muito tempo. Nessa miríade de atribuições, foi-se gestando um modelo de práticas de atendimento das quais ainda se encontram rastros nos dias atuais.

No Brasil, ser jovem e pobre, desde muito tempo, constituiu-se em ser potencialmente perigoso, em ser objeto de investigação e alvo preferencial de práticas repressivas ou caritativas. O “*perigo moral*”, reinventado ao longo das décadas, pautou as ações e as estratégias das políticas públicas que, forjando o seu também sempre reinventado “homem do amanhã”, repetidamente procuraram transformar comportamentos, preservando o *status quo*, protegendo a sociedade dos seus mais funestos e deletérios produtos.

Os “menores”, vindos das classes populares, viveram sempre no delicado limite entre a penalização e a proteção, que aproximou ao longo do tempo a relação entre a prática criminosa e o lugar social dessas populações. Com meios econômicos escassos, vindos de famílias numerosas, com pouca ou nenhuma instrução, foram colocados cada vez mais à margem da construção da Nação brasileira.

Essas interpretações reducionistas, justificadas pelo escrutínio da lei e da ordem, transformaram as causas das desigualdades sociais em sentenças para o julgamento do comportamento e do caráter. A questão da infância e da juventude no Brasil parece sempre ter partido de uma noção de um “problema” social sem solução, sob o qual recaíam práticas repressivas que escamoteavam suas causas mais estruturais. A problematização das contradições inerentes ao sistema econômico, ou a complexidade da trama social, comumente passaram ao largo das reflexões dos agentes públicos e privados envolvidos na construção das políticas públicas voltadas para essa questão.

“Marginais”, “pivetes”, “trombadinhas”, “bandidinhos”, “esmoleiros” e “delinquentes”, entre outras representações sociais, ainda são personagens que recorrentemente emergem do imaginário social, reforçado pela atuação da mídia na cobertura de situações-limite, sobretudo quando estas são envolvidas pelas facetas cruéis da violência. Saindo de sua invisibilidade social, esses jovens personagens, antes anônimos, acabam tendo suas trajetórias de vida reduzidas ao crime ou à infração que cometeram, ou mesmo à sua condição social. Ganham a atenção do resto da sociedade quando impõem desafios à ordem, ou quando já é tarde demais para reivindicar algum de seus direitos humanos.

Não foi a ditadura civil-militar que “inventou” a estigmatização da minoridade, ou o confinamento de crianças e jovens em instituições fechadas, ou a criminalização econômica das famílias pobres. Mas foi especialmente na era da Segurança Nacional que ocorreu uma especialização desse paradigma criminalizador. Foi nesse contexto que milhares de crianças e jovens tiveram suas vidas atravessadas por um sistema jurídico-social que os caracterizou de acordo com seu ajustamento ao processo de desenvolvimento econômico do país. Foi dentro dessa conjuntura que centenas de crianças e jovens pobres foram condenados em função de sua “situação irregular”. Além disso, o abismo econômico e social se aprofundou largamente ao longo dos “anos de chumbo”, em meio ao “milagre” que seletivamente atingiu apenas alguns grupos sociais.

Paradoxalmente, em meio ao processo de retorno da democracia, o Brasil foi palco de uma escalada da violência social que culminou com chacinas e extermínios de crianças e jovens, no final da década de 1980, e início da década de 1990. O vasto aparato repressivo construído entre 1964 e 1985 sobreviveu ao ocaso dos governos militares, e ainda se faz presente em práticas e políticas de segurança pública que, hoje, têm como principal alvo a população das periferias brasileiras. Os altos índices de homicídios de jovens pobres, principalmente negros, são marcas indeléveis da impunidade e de todo um paradigma repressor que foi reforçado historicamente, e especializado no período autoritário recente.

Ao espectro de vítimas da ditadura civil-militar brasileira, um dos objetos de investigação da atual Comissão Nacional da Verdade, não deveriam ser incluídas as vítimas da repressão social? Nessa equação não deveriam ser acrescentadas as centenas de crianças, jovens e outros “criminosos comuns” assassinados pelos “Esquadrões da Morte”, estes últimos constituídos majoritariamente por agentes repressivos subvencionados e treinados pelo Estado? A “nostalgia” da eficiência da ditadura no combate ao crime e aos “subversivos” ainda ecoa dos discursos dos “cidadãos de bem”, que clamam por medidas restritivas para a segurança pública.

Partindo dessas problematizações, a análise particular do contexto da cidade de Caxias do Sul realizada nesse trabalho teve lugar em meio a uma lacuna historiográfica, que ainda não havia considerado em que dimensão as práticas históricas de assistência social estiveram presentes na cidade. Entre as décadas de 1960 e 1990, a economia caxiense cresceu significativamente, atraindo milhares de pessoas de outras cidades e estados, que procuraram a “Pérola das Colônias” com o sonho de construir uma vida mais digna para suas famílias. Mas esse crescimento, ajustado ao conservadorismo da política econômica nacional a partir de 1964, fez com que se multiplicassem os efeitos funestos da pobreza.

A criação da Comissão Municipal de Amparo à Infância, ainda em 1962, foi uma resposta da sociedade aos efeitos do crescimento econômico, que já mostrava seus passos iniciais. Em meio às suas deficiências, acertos, desacertos e “boas intenções”, a COMAI foi o embrião das políticas públicas de assistência à infância e à juventude de Caxias do Sul. Mesclando benemerência e proteção, filantropia e política pública, sempre convivendo com grandes dificuldades financeiras, a instituição se reinventou ao longo das décadas, questionando seus próprios métodos. Adentrou a década de 1990 com projetos de valorização da população infanto-juvenil, adaptando-se às transformações das políticas nacionais de atendimento e proteção voltada para crianças e jovens.

A atuação das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor foi alvo de críticas em diversas regiões do país. No Rio Grande do Sul, a FEBEM/RS também centrou suas ações no internamento de grandes contingentes de meninos e meninas em instituições fechadas, a despeito do que a sua retórica oficial afirmava. Em Caxias do Sul, a Fundação apostou em algumas alternativas em forma de externato, criados em bairros periféricos, mas também financiou ações de confinamento. Sua ambivalência, sobretudo na década de 1980, também faz parte do contexto de reordenações institucionais que estava ocorrendo em todo o Brasil, em meio ao processo de questionamento do paradigma jurídico-assistencial que vigorava até então.

A esfera judiciária centralizou as ações de tutela e encaminhamentos de “menores”, deixando aos “jovens delinquentes” de Caxias do Sul poucas opções para sua ressocialização. As alternativas criadas para sua contenção até o final da década de 1980 indicavam o caminho da repressão e do isolamento comunitário. O Juizado de Menores e seu quadro de “Comissários de Menores” reforçou o policiamento ostensivo voltado diretamente aos “elementos desviantes” que habitavam as ruas da cidade, dentro da noção arbitrária coroada pela “Doutrina de Situação Irregular” do Código de Menores promulgado em 1979.

Se Caxias do Sul foi pioneira na criação de uma instituição que centralizasse suas políticas assistenciais para a infância e a juventude no início da década de 1960, seu pioneirismo também pode ser verificado tanto em conjunturas extremamente positivas, como em situações de abandono completo dos direitos humanos. O extermínio de menores, que viria a ser denunciado e tematizado por especialistas e militantes sociais no início da década de 1990, já havia percorrido as páginas dos jornais caxienses ainda em 1987. Os meninos da “Zona do Cemitério” acabaram perdendo a sua vida em meio a circunstâncias que jamais serão de todo esclarecidas.

Por outro lado, Caxias do Sul foi uma das primeiras cidades do Rio Grande do Sul a implantar importantes instâncias protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, sobretudo, a escolha do Conselho Tutelar, tiveram uma expressiva participação popular, indicando que as políticas para a infância e a juventude também faziam parte da (re)construção da democracia brasileira.

No início da década de 1990, os “menores” saíram de cena, e as crianças e adolescentes passaram a ocupar seu espaço na história enquanto sujeitos de direitos, dentro da lógica da “Proteção Integral” do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas, depois de mais de vinte anos, até onde a democracia brasileira conseguiu chegar? Onde termina o limite da lei, e começa a realidade? A cidadania no Brasil faz parte de um caminho ainda inconcluso, com largos passos a serem percorridos, com muitas questões a serem debatidas e esclarecidas. As desigualdades sociais, sob as quais se constituíram a identidade de milhões de brasileiros, ainda são o maior desafio a ser enfrentado, assim como a construção de uma democracia que realmente contemple todos os grupos sociais.

Para que o “*perigo moral*” não volte a ter vigência, seja em tempos de Segurança Nacional ou sob os ares da democracia, faz-se necessário seguir colocando em pauta discussões sobre a memória histórica, os direitos humanos e a cidadania. Como afirmou Herbert de Souza, “[...] a criança é o princípio sem fim, e o seu fim é o fim de todos nós”.⁷⁸⁰ Seguir dando “voz” a esses sujeitos (ainda) anônimos da história, talvez seja uma das contribuições que o historiador-cidadão pode dar à sociedade em que se insere. Certamente, olhando para as ruas e esquinas de nossas cidades, se perceberá o quanto ainda se devem procurar (e construir) respostas.

⁷⁸⁰ SOUZA, Herbert de (Betinho). *Criança é Coisa Séria*. Rio de Janeiro: AMAIS, 1992.

REFERÊNCIAS

1) Fontes primárias

a) Arquivo Histórico João Spadari Adami (Caxias do Sul - RS)

FUNDO 14.00 – Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI) – Fundação de Assistência Social (FAS).

Correspondência recebida e expedida – 1967. GRUPO: 1401 Direção.

Correspondência expedida e recebida - 1963. GRUPO: 1401 Direção.

Dossiê Direções. GRUPO: 1401 Direção.

Fichas de cadastro de menores. Setor de Trabalho do Menor – 1964-1984. GRUPO: 1403 Programas de Atendimento.

Lista com a data de Fundação das Creches e Casas da COMAI. GRUPO: 1403 Programas de Atendimento. SÉRIE: Creches.

Livro de Atas das Reuniões de Funcionários e Coordenadores. GRUPO: 1401 Direção.

Livro de Atas de Registro de Incineração de Documentos – 1993 e 1995. GRUPO: 1402 Administração. SÉRIE: pessoal.

Livro de Atas de Reuniões do Setor do Menor Ambulante – 1981-1985. GRUPO: 1403 Programas de Atendimento. SÉRIE: Setor do Menor Ambulante.

Livro de Registro do Atendimento Geral do Setor do Menor Ambulante – 1983-1988. GRUPO: 1403 Programas de Atendimento.

Organograma de 1981. GRUPO: 1401 Direção. SÉRIE: Assessoria Administrativa.

Plano sobre as medidas a serem tomadas em relação ao Problema do Menor - 1963-1964. GRUPO: 1401 Direção.

Relatório de atividades anuais – 1975. GRUPO: 1401 Direção.

Relatório de atividades do exercício de 1991. GRUPO: 1401 Direção.

Relatório de atividades do exercício de 1992. GRUPO: 1401 Direção.

Relatório histórico de 1981. GRUPO: 1401 Direção. SÉRIE: Assessoria Administrativa.

Relatório histórico de 1984. GRUPO: 1401 Direção. SÉRIE: Assessoria Administrativa.

Relatório síntese histórica 1963 a 1967 – 1977. GRUPO: 1401 Direção. SÉRIE: Assessoria Administrativa.

Tabela geral levantamento do problema do menor realizado nos bairros da cidade – 1963-1964. GRUPO: 1401 Direção.

b) Centro de Memória da Câmara de Vereadores (Caxias do Sul - RS)

Arquivo Histórico - Jornais de Caxias do Sul

Brasilino – 1964.

Caxias Magazine – 1962-1966.

Correio Riograndense (Regional Caxias do Sul) – 1976-1992.

Folha de Caxias – 1988-1989.

Folha de Hoje – 1989-1992.

Jornal da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul – 1987.

Jornal de Caxias – 1973-1987.

O Pellegrino – 1988.

Pioneiro – 1962-1992.

c) Colégio Murialdo (Caxias do Sul - RS)

Pastoral do Menor de Caxias do Sul

DELLA GIUSTINA, Joacir; CHIESA, Bernardete (coords). *Centro Técnico Social Murialdo, 1947-2007: 60 anos educando corações.* __, Caxias do Sul, 2007.

Livro de Atas do Grupo de Reflexão sobre o Menor – 1986-1992.

Cartaz de divulgação do III Ciclo de Debates “Menor: verdade que comunica” – 1989.

Cartaz de divulgação da II Passeata e do III Encontro de Menores de Caxias do Sul, “Criança: prioridade absoluta” – 1989.

Propaganda do candidato Elói Gallon para a eleição do Conselho Tutelar – 1992.

d) Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul - Setor de Assessoria de Informação e Gestão (Porto Alegre – RS)

Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

Decreto nº 19.333, de 29 de outubro de 1969 – aprova o estatuto da FEBEM.

Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor. 1986.

Estatísticas FEBEM/RS 1969/1988.

Fotografias avulsas.

Lei nº 890, de 01 de setembro de 1945. Cria o Serviço Social de Menores do Estado do Rio Grande do Sul.

Plano de Governo de 1987.

Relatório FEBEM/RS 1969.

Relatório FEBEM/RS 1970.

Relatório FEBEM/RS 1971.

Relatório FEBEM/RS 1972.

Relatório FEBEM/RS 1973.

Relatório FEBEM/RS 1974.

Relatório FEBEM/RS 1975.

Relatório FEBEM/RS 1976.

Revista Retrato do Brasil. Data provável 1986.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação. Departamento de Assistência Social. *Centro de Recepção e Triagem*. II Governo do Engº Ildo Meneghetti. DEPAS: Porto Alegre, 1965.

Termo de Referência Operacional das Diretrizes Gerais e Normas de Ação. FEBEM/RS, 1977. *Acervo FEBEM/RS*

e) Depoimentos concedidos à autora

Depoimento de Aldo Migot, concedido à autora 20 jun. 2011.

Depoimento de Delcio Agliardi, concedido à autora em 14 jun. 2011.

Depoimento de Édio Elói Frizzo, concedido à autora em 02 ago. 2011.

Depoimento de Elói Gallon, concedido à autora em 15 jun. 2011.

Depoimento de Geni Dotto Ariotti, concedido à autora em 21 jun. 2011.

Depoimento de Joacir Della Giustina, concedido à autora em 15 jun. 2011.

Depoimento de José Machado, concedido à autora em 09 out. 2012.

Depoimento de Miriam Nora, concedido à autora em 21 jun. 2011.

f) Documentos oficiais e Legislação

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 06 out. 2012.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm Acesso em 28 dez. 2012.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm Acesso em 29 out. 2012.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 6.697, de 10 dez. 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm Acesso em 25 jan. 2011.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949*. Cria a Escola Superior de Guerra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L785.htm Acesso em 6 mar. 2011.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em 21 fev. 2012.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. CPI destinada a investigar o Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil. *A realidade brasileira do menor*; relatório. Brasília, Coordenação de Publicações, 1976.

_____. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. *Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923*. Approva o regulamento da assistência e protecção aos menores abandonados e delinquentes. Disponível em: http://ciespi.org.br/media/decreto_16272_20_dez_1923.pdf Acesso em 27 dez. 2011

_____. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. *Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990*. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=111267> Acesso em 13 fev. 2012.

CAXIAS DO SUL. *Lei Municipal nº 1.199, de 29 de dezembro de 1962*. Cria a Cidade dos Meninos de Caxias do Sul. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br:81/web/legislacao.nsf/1f7775b92f2120a383256f380071f9ce/1666fb059a302ff483256ee000430a6f!OpenDocument> Acesso em 27 nov. 2011

_____. *Lei Municipal nº 1.200, de 29 de dezembro de 1962*. Cria a Comissão Municipal de Amparo à Infância. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-01200.pdf> Acesso em 10 abr. 2011.

_____. *Lei Municipal nº 2.391, de 2 de dezembro de 1977*. Fixa a participação da Comissão Municipal de Amparo à Infância – COMAI -, na Receita Tributária do Município. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-02391.pdf> Acesso em 23 dez. 2011.

_____. *Lei Municipal nº 3.551, de 09 de outubro de 1990*. Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03551.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

_____. *Lei Municipal nº 3.739, de 23 de outubro de 1991*. Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente; revoga a Lei nº 3.551, de 09 de outubro de 1990. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03739.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

_____. *Lei Municipal nº 4.419, de 04 de janeiro de 1996*. Cria a Fundação de Assistência Social – FAS – do Município de Caxias do Sul. Disponível em:

http://fas.caxias.rs.gov.br/site/uploads/lei_4419.doc Acesso em 23 set. 2012.

_____. *Lei Municipal nº 5.465, de 11 de julho de 2000*. Dispõe sobre a extinção da COMAI. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-05465.pdf> Acesso em 23 set. 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. *Política nacional do bem-estar do menor em ação*. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil 1962*. Rio de Janeiro: IBGE, 23, 1962. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_pdf/populacao/1962/populacao1962aeb_07_08.pdf Acesso em 27 nov. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. *Lei nº 5.747, de 17 de janeiro de 1969*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=39610&hTexto=&Hid_IDNorma=39610 Acesso em 08 out. 2012.

_____. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. *Lei nº 11.800, de 28 de maio de 2002*. Dispõe sobre execução de medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade, dando nova redação à Lei nº 5.747 de 17 de janeiro de 1969, e autoriza o

Poder Executivo a criar a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul voltada à execução das medidas de proteção da criança e do adolescente. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=810&hTexto=&Hid_IDNorma=810 Acesso em 29 out. 2012.

g) Documentos bibliográficos

BERGMANN, E. W. *Quatro problemas e um destino*. Porto Alegre: Concórdia, 1961.

_____. *Que será de nossos filhos?* Porto Alegre: Concórdia, 1959.

e) Endereços eletrônicos

Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

<<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/site/?idConteudo=12>>

Instituto Educacional Amélia Rodrigues.

<http://www.ameliarodrigues.org.br/quem_foi.html>

Colégio Madre Imilda. <http://www.madreimilda.com.br/a_escola.php>

Hospital Pompéia. <<http://www.pompeia.org.br/historica.php>>

Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul.

<<http://www.recria.org.br>>

2) Bibliografia geral

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Os despossuídos*. Crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ANDRADE, Marisa de. *O estigma da periferia*. Porto Alegre: Dacasa, 2010.

ARANTES, Ester M. de M. Prefácio. In: RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

AREND, Silvia Maria Favero. *Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em

História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

ARTURI, Carlos S. O Debate sobre Mudança de Regime Político à Luz do Caso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 17, nov. 2001, p. 11-31.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985.

BECHER, Franciele. Conceituando a infância e a juventude: memória, esquecimento e políticas públicas de assistência em Caxias do Sul - RS. In: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; Alves, Clarissa de Lourdes Sommer; Menezes, Vanessa Tavares. (Orgs.). *IX Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - Corag, 2011, p. 302-329.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

_____. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. *Cuadernos de Historia Contemporanea*, Madrid: nº 20, 1998a.

BEZERRA, Jaerson Lucas *et al.* *Os impasses da cidadania*. Infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

BIERRENBACH, Maria Ignês R. S. *Política e planejamento social*. Brasil: 1956/1978. São Paulo: Cortez, 1987.

BORGES, Ariza de Jesus Bolzan. *A importância da escola na delinquência juvenil*. Monografia (Especialização em inspeção escolar). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1982.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN Jr, M. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

CALCAGNO, Nelson Vázquez; MARCHIORO, Juarez. Crescimento da cidade e legislação urbanística. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 69-113.

CAXIAS DO SUL (RS). Secretaria Municipal de Educação e Cultura; LAZZAROTTO, Valentim Ângelo; VALENTIM, Joceli. *Vilas & bairros: a história contada pela comunidade*. Caxias do Sul, RS: SMEC, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CISNE, Mirla. *A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero*. Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e desenvolvimento no século XXI. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

COHEN, Vera Regina de Aquino. Santa Casa de Misericórdia: legado social português em nosso estado. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre Vol. 11/12, 1983/1984, p. 297-301.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S.. Extermínio: violentação e banalização da vida. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), 1994, p. 199-212.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: _____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 7-17.

DELLA GIUSTINA, Joacir. *A Pastoral do Menor no Brasil, hoje*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DIMENSTEIN, Gilberto. *A guerra dos meninos*. Assassinatos de menores no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 203-222.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, nº1, out. 2004, p. 1-13.

_____. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 33-96.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

FLORES, Moacyr. A casa dos Expostos. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, Vol. XI, nº 2, dez. 1985, p. 49-60.

FONSECA, Claudia Lee Williams. O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. In: *Temas IMESC*. São Paulo Vol. 4, n. 1, 1987, p. 21-39.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de. Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: _____; KUHLMANN Jr, M. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

_____. *História social da infância no Brasil*. São Paulo Cortez Editora, 1997.

FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 11.

GUIRADO, Marlene. *A criança e a Febem*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A economia imigrante no desenvolvimento da cidade. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 115-132.

HERZER, Sandra Mara. *A queda para o alto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

HISTÓRIA da Pastoral do Menor no Brasil. Porto Alegre, RS: [s.n.], [199-].

HOBBSAWN, Eric. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 43, nov. 1995.

IOTTI, Luiza Horn. A política migratória brasileira e sua legislação. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 9-20.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. Centro de Documentação e Pesquisa. *Casa da roda: o abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre: guia de fontes 1815-1959*. Porto Alegre: Cedop, 1997.

JUNQUEIRA, Lia. *Abandonados*. São Paulo: Ícone, 1986.

LIMA, Luís Antônio Gomes *et al.* *Levantamento bibliográfico: história da infância no Brasil*. São Paulo: Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI), Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, 2003.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história*. Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOUZEIRO, José. Pixote. *A infância dos mortos*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na hora de nossa morte*. O massacre do menor no Brasil. São Paulo: Ed. Debates, 1981.

MACHADO, M. A. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. *In: MELO, Carlos R.; SÁEZ, Manuel A. A Democracia Brasileira*. Balanço e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte, Humanitas, 2007, p. 73-105.

MATSUDA, Fernanda Eny. *A medida da maldade*. Periculosidade e controle social no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade*. Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC / ANPUH-RS, 2004

MNMMR; IBASE; NEV-USP. *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 30– 45.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. *In: _____ (orgs). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 15-30.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, Secretaria Municipal da Cultura. *Memórias de Caxias do Sul pelo viés do patrimônio tombado*. Arte, economia, desenvolvimento urbano e religião. Fundo Pró-Cultura de Prefeitura de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. *Centro do Jovem Adulto – CJA: resgate histórico*. Porto Alegre: Corag, 2002.

RIZZINI, Irene. *A criança e a lei no Brasil - revisitando a história (1822-2000)*. Brasília, DF; Rio de Janeiro: UNICEF; USU Editora Universitária, 2000.

_____. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 97-149.

_____. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da colônia, do império e da república*. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 2000.

_____. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 225-286.

_____. O elogio do científico. A construção do “menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene. *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo*. A face oculta da minoridade (1964-1979). São Paulo: IBCCRIM, 2001.

ROSSATO, G. E. Infância Abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, v. 20, 2008, p. 17-24.

ROUSSO, Henry. Entrevista. *In: AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009.*

SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo, Cortez: 2007.*

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. *In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007, p. 210-230.*

SCHREINER, Davi. F. *et al. Infâncias brasileiras: experiências e discursos. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.*

SEIXAS, Agostinho. SAM: insulto à dignidade humana. *In: LOUZEIRO, José (coord.). Assim marcha a família. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965, p. 113-131.*

SEVERO, Andrea Maria Duarte. Roda dos expostos II. *In: Porto & vírgula. Porto Alegre Vol. 4, n. 29, nov. 1996, p.35-39.*

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.*

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A Guarda Mirim de Marechal Cândido Rondon e algumas de suas práticas neoliberais. In: II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina - GEPAL - Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições, Londrina, 2006.*

_____. *A Guarda Mirim como instituição de educação capitalista: peculiaridades da educação informal burguesa no Oeste do Paraná In: 6 Colóquio Internacional Marx & Engels - 10 anos, Campinas, 2009.*

SOARES, Luiz Eduardo *et al. Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.*

SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.*

SOUZA, Herbert de (Betinho). *Criança é Coisa Séria. Rio de Janeiro: AMAIS, 1992.*

STECANELA, Nilda. *Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.*

_____. (org.). *Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.*

_____. *Reflexões teóricas sobre o conceito de juventude: entre o que se tem dito e o que se vê no cotidiano. In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL*

2010. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2010, p. 1-15.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. As bases de um século de desenvolvimento. *In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). Caxias centenária.* Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 133-158.

SUDBRACK, Maria de Fátima Olivier. *A trajetória da criança marginalizada rumo à delinquência.* Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Curso de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

TISOTT, Ramon Victor. Os trabalhadores no foco da História local. *In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). Caxias centenária.* Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 159-184.

_____. *Pequenos trabalhadores.* Infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *O vagabundo, a autoridade patriarcal e o republicano:* reflexões sobre a ideologia da vadiagem e o combate aos jogos de azar em Porto Alegre, no início do século XX. Anais do X Encontro Estadual de História - O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o Regional e o Nacional. Santa Maria - RS, 2010.

WEIMER, Günter. As cidades da colonização italiana no contexto da urbanização do Rio Grande do Sul. *In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do (orgs). Caxias centenária.* Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010, p. 21-47.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas.* Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 46.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. *In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2009, p. 287-321.

VOLPI, Mário (org.). *O adolescente e o ato infracional.* 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil.* São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

_____. *Mapa da Violência 2012.* Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari: São Paulo, 2011.

ZANELLA, Ana Paula. A Administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História*, Vol. 3, nº 5, 2003.

3) Músicas citadas

Brejo da Cruz (Chico Buarque). Gravação de Chico Buarque. LP. “Chico Buarque” – Barclay/Polygram/Philips, 1984.

Com a perna no mundo (Gonzaguinha). Gravação de Gonzaguinha. LP. “Gonzaguinha da Vida” – EMI/Odeon, 1979.

É (Gonzaguinha). Gravação de Gonzaguinha. LP. “Corações Marginais” – BMG/Moleque/WEA, 1988.

Ecos do Æo (Lenine). Gravação de Lenine. CD. “Falange canibal” – Sony BMG, 2001.

La memoria (León Gieco). Gravação de León Gieco. CD. “Bandidos rurales” – EMI, 2001.

Léo (Milton Nascimento e Chico Buarque). Gravação de Milton Nascimento. LP. “Clube da Esquina 2” – EMI, 1978.

Menino (Milton Nascimento e Geraldo Bastos). Gravação de Milton Nascimento. LP. “Geraes” – EMI, 1976.

Menino do bairro negro (José Afonso). Gravação de José Afonso. EP. “Baladas de Coimbra” – Rapsódia, 1963.

Niños de plástico (Victor Heredia). Gravação de Victor Heredia. EP. “Aquellos soldaditos de plomo” – Philips, 1983.

O meu guri (Chico Buarque). Gravação de Chico Buarque. LP. “Almanaque” – PolyGran, 1981.

Pivete (Chico Buarque). Gravação de Chico Buarque. LP. “Paratodos” – BMG Brasil, 1993.

Plegaria para um ñino dormido (Luiz Alberto Spinetta). Gravação de Almendra. EP. “Almendra” – RCA Vik, 1969.

Quadro-negro (Lenine). Gravação de Lenine. CD. “Falange canibal” – Sony BMG, 2001.

Relampiano (Lenine). Gravação de Lenine. CD. “Na pressão” – Sony BMG RCA, 1999.

Tribunal de Rua (O Rappa). Gravação de O Rappa. CD. “Lado B Lado A” – Warner Music – 1999.

Um sinal (Márcio Faraco). Gravação de Márcio Faraco. CD. “Invento” – Indie Europe / Zoom, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

TABULAÇÃO DAS FICHAS DE CADASTRO DO SETOR DE TRABALHO DO MENOR DA COMAI (1964-1979)⁷⁸¹

- Total da amostragem de fichas cadastrais do período: 518 (417 meninos e 101 meninas). Devido às descontinuidades das informações do acervo, ou mesmo à sua natureza, chegaram-se a totalizadores com resultados diversos.

BLOCO A – DADOS GERAIS DO “MENOR”

A1 – IDADES

Idade	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
10 anos	01	--	01
11 anos	05	--	05
12 anos	12	05	17
13 anos	61	08	69
14 anos	148	26	174
15 anos	99	22	121
16 anos	49	26	75
17 anos	24	06	30
Sem informação	18	08	26
TOTAL	417	101	518

A2 - ANO DE INGRESSO

Ano de ingresso	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
1964	06	--	06
1965	09	--	09
1966	11	--	11
1967	08	--	08
1968	13	--	13
1969	15	--	15
1970	14	--	14
1971	33	03	36
1972	25	12	37
1973	80	10	90
1974	40	11	51
1975	32	10	42
1976	37	20	57
1977	18	04	22
1978	36	15	51
1979	21	03	24
Sem inf.	19	13	32
TOTAL	417	101	518

A3 – BAIRROS DE ORIGEM

Nº	Bairro / Vila	Quant.
01	Rio Branco / Vila Moderna	43
02	Cruzeiro	37
03	São Vicente / “Burgo” / Jardelino Ramos / “Buraco Quente”	37
04	Sagrada Família / Vila Ramos	33

⁷⁸¹ Fichas de cadastro de menores. Setor de Trabalho do Menor. *Acervo COMAI*.

05	Pioneiro / Vila dos Municipários / Vila Primavera / Vista Alegre	29
06	Beltrão de Queiróz / Marechal Floriano / “Zona do Cemitério”	26
07	Planalto / Assunção	24
08	Nossa Senhora de Fátima	22
09	Esplanada	20
10	Jardim América	19
11	Bela Vista	17
12	Pio X / Tupi	16
13	Kayser / Vila Gauchinha	14
14	Cristo Redentor / Boa Vista / Imperial / Vila Ipiranga	13
15	Santa Fé	11
16	Centro	10
17	Cinquentenário	10
18	De Lazzer	10
19	Floresta	10
20	Panazzolo / Antunes	10
21	São José / Gethal	09
22	Universitário	09
23	Nossa Senhora de Lourdes / Parque da Imprensa	08
24	Vila Ipê / Bairro dos Braga	07
25	Século XX	06
26	Vila Jardim / “Curva da Zona” / Vila Primor	05
27	Garbin / Vila Industrial	04
28	Madureira	04
29	Mariland	04
30	Medianeira	04
31	Petrópolis	04
32	São Pelegrino	04
33	Exposição	03
34	Interlagos	03
35	Salgado Filho	03
36	São Caetano	03
37	São Leopoldo	03
38	Nossa Senhora da Paz	02
39	Santa Catarina	02
40	Vila Leon	02
--	Outros ⁷⁸²	14
--	Sem informação	04
	TOTAL	518

A4 – ESCOLARIDADE

Série / ano	Meninos (126 não estavam estudando)	Meninas (49 não estavam estudando)	Meninos e meninas
Não-alfabetizado	01	--	01
Alfabetizado	--	01	01
1ª série	04	02	06
2ª série	12	05	17
3ª série	30	08	38
4ª série	49	10	59
5ª série	67	14	81
6ª série	36	14	50
7ª série	10	11	21

⁷⁸² Localidades citadas apenas uma vez: Ana Rech, B. Pettefe ou Panazzollo, Bom Pastor, Desvio Rizzo, Diamantino, Rótula do Sol (Linha 200), Santa Lúcia, Santo Antônio, Santos Dumont, São Ciro, São Virgílio da 6ª Légua, Vila Marília, Vila Seca, Galópolis ou Vila Operária.

8ª série	09	02	11
1º ano 2º grau	02	01	03
TOTAL	220	68	288

BLOCO B – DADOS TRABALHISTAS

B1 – LOCAL DE TRABALHO

EMPRESAS E NÚMERO DE MENORES CONTRATADOS – GERAL

Nº	Empresa	Setor	Valor
01	Madeira Pisani	Madeireiro	112
02	Metalúrgica Bellini	Metalomecânico	37
03	Madezatti	Madeireiro	35
04	Nelson Bazei	Plásticos	33
05	Imperial Madeira	Madeireiro	31
06	Indústria de Torneados Caxias	Metalomecânico	27
07	Metaúrgica Triches	Metalomecânico	25
08	Móveis Man S/A	Moveleiro/marceneiro	23
09	Marcenaria Andrade Neves	Moveleiro/marceneiro	22
10	CEEE	Público	20
11	Indústria de Rolhas Plásticas	Plásticos	17
12	Intral S/A	Metalomecânico	17
13	Indústria Caxiense de Móveis	Moveleiro/marceneiro	16
14	COMAI – Engraxate	COMAI – Ambulantes	13
15	Metalúrgica Saretta	Metalomecânico	13
16	Gethal	Metalomecânico	12
17	Eletrônica Pezzi	Elétrico	10
18	Gráfica Mary	Gráfico	10
19	Malharia Petenatti	Têxtil	10
20	COMAI - Jornaleiro	COMAI - Ambulantes	09
21	Industrial Madetorno	Metalomecânico	09
22	Manufaturas de Metal Inoxidável	Metalomecânico	08
23	Expresso Caxiense	Transportes	08
24	Metalúrgica Duarte	Metalomecânico	08
25	Móveis Schoenardie	Moveleiro/marceneiro	08
26	Agrale S/A	Metalomecânico	07
27	Decorações Dal Sochio & Menegotto	Decorações	07
28	Comercial Cesa	Supermercado	07
29	Madeira Dois Irmãos	Madeireiro	06
30	Móveis Realce	Moveleiro/marceneiro	06
31	Acordeons Universal	Instrumentos musicais	06
32	Arcemiro Gonçalves & Cia Ltda	(setor não-identificado)	05
33	Bolicho Caxias	Lazer	05
34	Bolicho Ambassador	Lazer	04
35	Bolicho Moacara	Lazer	04
36	Eno Lautert Ltda	Metalomecânico	04
37	Madeira Aquilino Zatti	Madeireiro	04
38	Metalúrgica Tomé	Metalomecânico	04
39	Pregação de caixas de Lodovino Munari	Madeireiro	03
40	Prefeitura Municipal - Diretoria de obras	Público	03
41	Indústria Caxiense de Molduras	Molduras	03
42	Madeira Arco	Madeireiro	03
43	Armando Comunello	Metalomecânico	03
44	Chisté Cia Ltda	Metalomecânico	03
45	Fundição Sagrada Família	Metalomecânico	03
46	Móveis Baronese	Moveleiro/marceneiro	02
47	Prefeitura Municipal - Garagens	Público	02

48	Rombaldi Unsnaski & Cia	Metalomecânico	02
49	Artesanato Nigavel	Elétrico	02
50	Indústria Caxiense de Metais	Metalomecânico	02
51	Estação Experimental	Público	02
52	Cervejaria Pérola	Bebidas	02
53	COMAI – Venda pastéis	COMAI – Ambulantes	02
54	E. Mosele	Metalomecânico	02
55	Galvânica Rove	Metalomecânico	02
56	Indústria de Plásticos Balestro	Plásticos	02
57	Prefeitura Municipal	Público	02
58	Sapataria Simonetto	Calçadista	02
59	Plásticos Sira	Plásticos	02
60	Prefeitura Municipal - Secretaria da Receita	Público	02
61	Atlético União (bolão)	Lazer	01
62	Auto Galvânica Santos Dumont	Veículos, mecânica e autopeças	01
63	Autotravi Manufaturas de Borrachas	Plásticos	01
64	Automagui	Veículos, mecânica e autopeças	01
65	Barragem Municipal São Pedro	Público	01
66	Bebidas Marumby	Bebidas	01
67	Bergamaschi	Têxtil	01
68	Cabrini S/A	Metalomecânico	01
69	Confecções Pérola	Confecções	01
70	Dalla Santa Máquinas e Equipamentos Agrícolas S/A	Metalomecânico	01
71	Armando Kuhn e Cia. Ltda	(setor não-identificado)	01
72	Gazola S/A	Metalomecânico	01
73	Hidráulicos Manfro	Hidráulico	01
74	Industrial Madeireira	Madeireiro	01
75	Ind. Plásticos Ltda	Plásticos	01
76	Inol Silocchi e Parceiros	(setor não-identificado)	01
77	Jardineiro (casa particular)	Jardinagem	01
78	Madenobre	Madeireiro	01
79	Marrocos	Fabricação de colchões	01
80	Mecânica Rodoviária	Mecânico	01
81	Metalúrgica Eberle	Metalomecânico	01
82	Metalúrgica Imefil	Metalomecânico	01
83	Móveis Bovo	Moveleiro/marceneiro	01
84	Panamante	Refrigeração	01
85	Prefeitura Municipal - Fabricação tubos cimento	Público	01
86	Pref. Municipal - Horto	Público	01
87	Recreio Guarany	Lazer	01
88	Robertshaw	Metalomecânico	01
89	Serralheria Friguetto	Serralheria	01
90	SAMAE	Público	01
91	Sansei	Materiais de construção	01
92	Sonar Indústria de Equipamentos Eletrônicos	Elétrico	01
93	Supermercado Calcagnotto	Supermercado	01
94	Tapesul	Curtume	01
95	Vinhos Luiz Antunes	Vinícola	01
96	Dr. José Luiz Stein	Particular	01
97	Escritório Rachel Grazziotin	Particular	01
98	Fábrica de Escovas Cruzeiro	Fabricação escovas	01
99	Matteo Gianella	Têxtil	01
100	Três Marias	Têxtil	01

MENORES CONTRATADOS POR SETOR

Nº	Setor	Nº de contratados
01	Metalomecânico	198
02	Madeireiro	198
03	Moveleiro/marceneiro	79
04	Plásticos	56
05	Público	37
06	COMAI – Ambulantes	24
07	Lazer	15
08	Têxtil	13
09	Gráfico	10
10	Supermercado	08
11	Transportes	08
12	Decorações	07
13	Instrumentos musicais	06
14	Molduras	04
15	Elétrico	04
16	Bebidas	03
17	Veículos, mecânica e autopeças	03
18	Particular	02
19	Calçadista	02
--	Outros ⁷⁸³	09
--	Não-identificados	07

EMPRESAS – Nº DE MENINOS CONTRATADOS

Nº	Empresa	Setor	Valor
01	Madeireira Pisani	Madeireiro	112
02	Madezatti	Madeireiro	35
03	Metalúrgica Bellini	Metalomecânico	32
04	Imperial Madeireira	Madeireiro	30
05	Nelson Bazei	Plásticos	26
06	Indústria de Torneados Caxias	Metalomecânico	24
07	Metaúrgica Triches	Metalomecânico	22
08	CEEE	Público	20
09	Marcenaria Andrade Neves	Moveleiro/marceneiro	20
10	Indústria de Rolhas Plásticas	Plásticos	17
11	Móveis Man S/A	Moveleiro/marceneiro	15
12	COMAI – Engraxate	COMAI – Ambulantes	13
13	Gethal	Metalomecânico	12
14	Intral S/A	Metalomecânico	11
15	Indústria Caxiense de Móveis	Moveleiro/marceneiro	10
16	Eletrônica Pezzi	Elétrico	09
17	Metalúrgica Saretta	Metalomecânico	09
18	COMAI - Jornaleiro	COMAI – Ambulantes	09
19	Industrial Madetorno	Metalomecânico	08
20	Manufaturas de Metal Inoxidável	Metalomecânico	08
21	Agrale S/A	Metalomecânico	07
22	Decorações Dal Sochio & Menegotto	Decorações	07
23	Expresso Caxiense	Transportes	07
24	Madeireira Dois Irmãos	Madeireiro	06
25	Metalúrgica Duarte	Metalomecânico	06
26	Móveis Realce	Moveleiro/marceneiro	06
27	Acordeons Universal	Instrumentos musicais	05

⁷⁸³ Setores citados apenas uma vez: setor de confecções, hidráulico, jardinagem, refrigeração, serralheiro, materiais de construção, curtume, vinícola, fabricação de escovas e fabricação de colchões.

28	Arcemiro Gonçalves & Cia Ltda	(setor não-identificado)	05
29	Boliche Caxias	Lazer	05
30	Comercial Cesa	Supermercado	05
31	Boliche Ambassador	Lazer	04
32	Boliche Moacara	Lazer	04
33	Lautert e Cia. Ltda.	Metalomecânico	04
34	Madeiraira Aquilino Zatti	Madeireiro	04
35	Metalúrgica Tomé	Metalomecânico	04
36	Pregação de caixas de Lodovino Munari	Madeireiro	04
37	Prefeitura Municipal - Diretoria de obras	Público	04
38	Armando Comunello	Metalomecânico	03
39	Chisté Cia Ltda	Metalomecânico	03
40	Fundição Sagrada Família	Metalomecânico	03
41	Gráfica Mary	Gráfico	03
42	Indústria Caxiense de Molduras	Molduras	03
43	Móveis Baronese	Moveleiro/marceneiro	03
44	Prefeitura Municipal - Garagens	Público	03
45	Artesanato Nigavel	Elétrico	02
46	Cervejaria Pérola	Bebidas	02
47	COMAI – Venda pastéis	COMAI - Ambulantes	02
48	E. Mosele	Metalomecânico	02
49	Galvânica Rove	Metalomecânico	02
50	Indústria Caxiense de Metais	Metalomecânico	02
51	Indústria de Plásticos Balestro	Plásticos	02
52	Madeiraira Arco	Madeireiro	02
53	Móveis Schoenardie	Moveleiro/marceneiro	02
54	Prefeitura Municipal	Público	02
55	Atlético União (bolão)	Lazer	01
56	Auto Galvânica Santos Dumont	Autopeças	01
57	Autotravi Manufaturas de Borrachas	Plásticos	01
58	Automagui	Veículos, mecânica e autopeças	01
59	Barragem Municipal São Pedro	Público	01
60	Bebidas Marumby	Bebidas	01
61	Bergamaschi	Têxtil	01
62	Cabrini S/A	Metalomecânico	01
63	Dalla Santa S/A	Metalomecânico	01
64	Estação Experimental	Público	01
65	Armando Kuhn e Cia. Ltda	(setor não-identificado)	01
66	Gazola S/A	Metalomecânico	01
67	Hidráulicos Manfro	Hidráulico	01
68	Industrial Madeira	Madeireiro	01
69	Ind. Plásticos Ltda	Plásticos	01
70	Inol Silocchi e Parceiros	(setor não-identificado)	01
71	Jardineiro (casa particular)	Jardinagem	01
72	Madenobre	Madeireiro	01
73	Malharia Petenatti	Têxtil	01
74	Marrocos	Fabricação de colchões	01
75	Mecânica Rodoviária	Mecânico	01
76	Metalúrgica Eberle	Metalomecânico	01
77	Metalúrgica Imefil	Metalomecânico	01
78	Móveis Bovo	Moveleiro/marceneiro	01
79	Panamante	Refrigeração	01
80	Plásticos Sira	Plásticos	01
81	Prefeitura Municipal - fabricação tubos cimento	Público	01
82	Pref. Municipal - Horto	Público	01
83	Recreio Guarany	Lazer	01
84	Robertshaw	Metalomecânico	01
85	Serralheria Friguetto	Serralheria	01

86	SAMAE	Público	01
87	Sansei	Materiais de construção	01
88	Sonar Indústria de Equipamentos Eletrônicos.	Elétrico	01
89	Prefeitura Municipal - Secretaria da Receita	Público	01
90	Supermercado Calcagnotto	Supermercado	01
91	Tapesul	Curtime	01
92	Vinhos Luiz Antunes	Vinícola	01

EMPRESAS – Nº DE MENINAS CONTRATADAS

Nº	Empresa	Setor	Valor
01	Malharia Petenatti	Têxtil	09
02	Móveis Man S/A	Moveleiro/marceneiro	08
03	Gráfica Mary	Gráfico	07
04	Nelson Bazei	Plásticos	07
05	Indústria Caxiense de Móveis	Moveleiro/marceneiro	06
06	Intral S/A	Metalomecânico	06
07	Móveis Schoenardie	Moveleiro/marceneiro	06
08	Metalúrgica Bellini	Metalomecânico	05
09	Metalúrgica Saretta	Metalomecânico	04
10	Indústria de Torneados Caxias	Metalomecânico	03
11	Metalúrgica Triches	Metalomecânico	03
12	Comercial Cesa	Supermercado	02
13	Estação Experimental	Público	02
14	Madeira Arco	Madeireiro	02
15	Marcenaria Andrade Neves	Marceneiro	02
16	Metalúrgica Duarte	Metalomecânico	02
17	Rombaldi Unsnaski & Cia	Metalomecânico	03
18	Sapataria Simonetto	Calçadista	02
19	Acordeons Universal	Instrumentos musicais	01
20	Artesanato Nigavel	Elétrico	01
21	Confecções Pérola	Confecções	01
22	Dr. José Luiz Stein	Particular	01
23	Eletrônica Pezzi	Elétrico	01
24	Escritório Rachel Grazziotin	Particular	01
25	Expresso Caxiense	Transportes	01
26	Fábrica de Escovas Cruzeiro	Fabricação escovas	01
27	Indústria Caxiense de Molduras	Molduras	01
28	Indústria Caxiense de Metais	Metalomecânico	01
29	Industrial Madetorno	Metalomecânico	01
30	Imperial Madeira	Madeireiro	01
31	Matteo Gianella	Têxtil	01
32	Plásticos Sira	Plásticos	01
33	Prefeitura Municipal – Secretaria Receita	Público	01
34	Três Marias	Têxtil	01

B2 – NÚMERO DE EMPREGOS PELOS QUAIS OS MENORES PASSARAM

Nº de empregos	Meninos	Meninas	Total geral
01	187	50	237
02	88	14	102
03	34	04	38
04	14	01	15
05	08	--	08
06	02	--	02
Sem inf.	84	32	116
TOTAL	417	101	518

B3 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM CADA EMPREGO

Tempo máximo de permanência	Meninos	Meninas	Total geral
Até 1 semana	28	08	36
1 semana à 15 dias	44	11	55
15 dias à 1 mês	50	06	56
1 mês à 3 meses	146	18	164
3 meses à 6 meses	80	14	94
6 meses à 1 ano	89	18	107
1 anos à 1 ano e 6 meses	33	04	37
1 anos e seis meses à 2 anos	05	03	08
2 anos à 2 anos e 6 meses	08	02	10
2 anos e 6 meses à 3 anos	01	--	01
3 anos à 3 anos e 6 meses	06	--	06
3 anos e seis meses à 4 anos	01	--	01
4 anos à 4 anos e 6 meses	--	--	--
4 anos e 6 meses à 5 anos	01		01
TOTAL	492	84	576

B4 – MOTIVOS DO DESLIGAMENTO

Motivos do desligamento	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
Demitiram-se (motivo não informado)	140	18	158
Passaram a trabalhar pela empresa	62	11	73
Foram demitidos porque a empresa estava com pouca produção	55	06	61
Foram demitidos (motivo não informado)	40	18	58
Foram demitidos porque não se adaptaram ao emprego	26	11	37
Não começaram ou não compareceram para iniciar o trabalho	29	06	35
Foram demitidos por desobediência, mau-comportamento ou por não acatarem ordens superiores	26	02	28
Demitiram-se porque conseguiram outro emprego	25	01	26
Foram demitidos porque abandonaram o emprego	26	--	26
Não foram aprovados para o serviço	22	04	26
Foram demitidos porque atingiram a maioridade	17	04	21
Foram demitidos por falta de interesse ou por não satisfazerem as exigências da empresa	18	02	20
Demitiram-se porque mudaram-se de cidade	14	--	14
Foram demitidos por falta de frequência	11	02	13
Demitiram-se porque moravam muito longe da empresa	07	--	07
Foram afastados por doença ou acidente de trabalho	04	01	05
Demitiram-se porque passaram a trabalhar com seus pais	03	--	03
Demitiram-se porque mudaram de bairro	03	--	03
Foram demitidos por dissolução da empresa	02	01	03
Foram demitidos porque brincavam em serviço	03	--	03
Foi demitido porque a empresa diminuiu o quadro funcionários	01	01	02
Demitiram-se porque o serviço prejudicaria a saúde	01	--	01
Foram demitidos porque a COMAI encerrou contrato com a empresa	01	--	01
Foi demitido por ter furtado um chaveiro	01	--	01
Foi demitida por suspeita de roubo de dinheiro do caixa	--	01	01
TOTAL	537	89	626

B5 – PROFISSÃO ALMEJADA

(informações retiradas das fichas com cadastros mais completos, surgidas no final da década de 1970)

PROFISSÃO ALMEJADA PELOS MENINOS

Nº	Profissão almejada	Meninos
01	Auxiliar geral	30
02	Qualquer uma	12
03	Engraxate	09
04	Jornaleiro	06
05	Office-boy	05
06	Auxiliar de escritório	03
07	Mecânico	03
08	Vendedor de pastéis	02
--	Outras ⁷⁸⁴	06

PROFISSÃO ALMEJADA PELAS MENINAS

Nº	Profissão almejada	Meninas
01	Auxiliar geral	11
02	Qualquer uma	06
03	Balconista	02
04	Auxiliar de escritório	02
--	Outras ⁷⁸⁵	04

B6 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALMEJADA

(informações retiradas das fichas com cadastros mais completos, surgidas no final da década de 1970)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALMEJADA PELOS MENINOS

Nº	Formação profissional almejada	Meninos
01	Mecânico	16
02	Torneiro mecânico	10
03	Qualquer uma	05
04	Eletricista	05
05	Garçom	04
06	Datilografia	04
07	Desenhista	04
08	Carpinteiro	02
09	Auxiliar de escritório	02
10	Motorista	02
--	Outras ⁷⁸⁶	09

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALMEJADA PELAS MENINAS MENINAS

Formação profissional almejada	Meninas
Datilografia	07
Malharia	04
Auxiliar de escritório	03
Corte e costura	03
Contabilidade	02
Outras ⁷⁸⁷	04

⁷⁸⁴ Profissões citadas pelos meninos apenas uma vez: metalúrgico, montador, cobrador, polidor, auxiliar de supermercado e marceneiro.

⁷⁸⁵ Profissões citadas pelas meninas apenas uma vez: secretária, auxiliar de malharia, auxiliar de pintura e florista.

⁷⁸⁶ Formações profissionais citadas pelos meninos apenas uma vez: curso para ser bombeiro, engenheiro, pintor, montador, rádio técnico, faturista, tecelão, pedreiro e curso de alfabetização.

B7 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Encaminhamentos de saúde (médicos, dentistas e seguro) – 104 meninos. Desses, pelo menos 6 haviam sido encaminhados por acidente de trabalho: normalmente por cortes (na perna ou num braço) ou por machucar o braço ou os dedos de uma mão.

A COMAI fornecia entrada para o circo, material escolar, roupas de inverno, sapatos, presentes de natal, medicamentos, empréstimos e adiantamentos de dinheiro, corte de cabelo, etc.

Sobre a situação física dos meninos, verificou-se que um deles tinha deficiência mental, um outro epilepsia. Outro teve paralisia infantil, o que afetou sua perna esquerda. Um deles não possuía a mão esquerda.

Cerca de 22 meninos foram advertidos e suspensos temporariamente de suas funções. Os principais motivos eram desordens provocadas no interior da empresa, falta de interesse, “brincar” em serviço (muitas vezes causando ferimentos a outros colegas), desacato de ordens superiores, falta de frequência e atrasos.

Entre as meninas, apenas 07 foram encaminhadas ao médico ou ao seguro, uma delas por cortar os dedos da mão. Não foi encontrado nenhum encaminhamento ao dentista, nem maiores informações sobre a situação física das menores ou sobre doações feitas a elas pela COMAI.

BLOCO C – DADOS FAMILIARES

C1 – SITUAÇÃO FAMILIAR

Situação familiar	Meninos e meninas
Pai ausente	80 ⁷⁸⁸
Pais separados	42
Mãe não-alfabetizada	38
Não mora com os pais	33 ⁷⁸⁹
Pai doente ou encostado pelo INPS	33
Mãe ausente	22 ⁷⁹⁰
Mãe doente ou encostada pelo INPS	14
Pai não-alfabetizado	12
Órfão	07
Pai preso	01

C2 – NÚMERO DE FILHOS

Nº de filhos por família	Total de famílias (meninos e meninas)
01	08
02	20
03	42
04	67
05	48
06	56
07	36
08	35
09	10
10	09
11	04
12	04
13	02

⁷⁸⁷ Formações profissionais citadas pelas meninas apenas uma vez: cursos para serem comerciantes, desenhistas, assistentes sociais e curso de bordado.

⁷⁸⁸ Cerca de 52 pais já eram falecidos no momento em que os menores buscavam emprego. Em 09 dos outros casos, os pais haviam abandonado as famílias; em 19 casos, eram dados como “desconhecidos”.

⁷⁸⁹ Três dos menores moravam sozinhos (F337, F352 e F368).

⁷⁹⁰ Cerca de 17 mães já haviam falecido no momento em que os menores buscavam emprego. Em 03 dos outros casos, as mães haviam abandonado a família; em 02 casos, as mães eram “desconhecidas”.

C3 – CIDADES DE ORIGEM

Nº	Cidades de origem	Nº de famílias (meninos e meninas)
01	Vacaria	35
02	São Francisco de Paula	29
03	Bom Jesus	26
04	Lagoa Vermelha	07
05	Canela	06
06	Santa Catarina (estado)	06
07	Lages – SC	05
08	Cambará do Sul	04
09	Esmeralda	04
10	Bento Gonçalves	03
11	Cazuza Ferreira	03
12	Criúva	03
13	Farroupilha	03
14	Torres	03
15	Veranópolis	03
16	Antônio Prado	02
17	Canoas	02
18	Flores da Cunha	02
19	São João do Sul – SC	02
20	São Marcos	02
21	São Joaquim – SC	02
22	Chapada	02
--	Outras ⁷⁹¹	

C4 – TEMPO DE RESIDÊNCIA EM CAXIAS DO SUL

Tempo médio de residência	Nº de famílias (meninos e meninas)
Menos de 15 dias	03
1 mês	08
3 meses	13
6 meses	17
1 ano	11
2 anos	20
03 anos	13
4 anos	16
05 anos	16
06 anos	11
07 anos	02
08 anos	05
09 anos	02
10 anos	11
11 anos	04
12 anos	07
13 anos	07
14 anos	02
15 anos	02
16 anos	01
17 anos	02
20 anos	01

⁷⁹¹ Localidades citadas apenas uma vez: Bom Retiro, Encantado, Encruzilhada do Sul, Feliz, Garibaldi, Gramado, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Nova Palmira, Nova Petrópolis, Nova Prata, Osório, Paraí, Paraná (estado), Passo Fundo, Pelotas, Piratini, Porto Alegre, Praia Grande, Rosário do Sul, Sananduva, Tubarão (SC), Guaporé, Rio Pardo, São Jorge, São Luiz Gonzaga, Turvo (SC) e Vila Oliva.

C5 – SITUAÇÃO DA CASA

Situação da casa	Nº de famílias (meninos e meninas)
Própria	178
Alugada	111
Cedida	27
Em amortização (financiamento)	09

C6 – ATESTADOS DE POBREZA FORNECIDOS POR INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS

Instituição caritativo-assistencial	Nº de famílias (meninos e meninas)
Sem identificação (possivelmente emitido pela própria equipe da COMAI)	75
LEFAP	35
Paróquia dos Santos Apóstolos	19
Paróquia Santo Antônio (Pe. Ulderico Pedroni)	16
Paróquia Sagrado Coração de Jesus	11
Paróquia Nossa Senhora de Lourdes	07
Escola Rural São Caetano	06
Paróquia São Vicente	04
Ação Social Bairro Cruzeiro	04
Mitra Diocesana	04
Paróquia São Ciro	02
Paróquia Santa Tereza	02
Caritas São José	01
Escola Pena de Moraes	01
Igreja São José do Desvio Rizzo	01
Igreja São Pio X	01
Escola Particular São Vicente de Paulo	01
Paróquia São Leonardo Murialdo	01
TOTAL	191

ANEXO B

TABULAÇÃO DAS FICHAS DE CADASTRO DO SETOR DE TRABALHO DO MENOR DA COMAI (1980-1984)⁷⁹²

- Total da amostragem de fichas cadastrais do período: 53 (35 meninos e 17 meninas). Devido às discontinuidades das informações do acervo, ou mesmo à sua natureza, chegaram-se a totalizadores com resultados diversos.

BLOCO A – DADOS GERAIS DO “MENOR”

A1 – IDADES

Idade	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
12 anos	02	--	02
13 anos	04	01	05
14 anos	10	02	12
15 anos	11	04	15
16 anos	07	05	12
17 anos	02	04	06
Sem informação	--	01	01
TOTAL	36	17	53

A2 - ANO DE INGRESSO

Ano de ingresso	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
1980	14	05	19
1981	06	03	09
1982	09	04	13
1983	05	02	07
1984	--	02	02
Sem inf.	02	01	03
TOTAL	36	17	53

A3 – BAIRROS DE ORIGEM

Nº	Bairro / Vila	Valor
01	Santa Fé	05
02	Nossa Senhora de Fátima	04
03	Pioneiro	04
04	Jardelino Ramos / São Vicente	04
05	Boa Vista / Vila Ipiranga	04
06	São Caetano	03
07	Bela Vista	02
08	Cruzeiro	02
09	Floresta	02
10	Jardim América	02
11	Marechal Floriano	02
12	Panazzollo	02
13	Rio Branco	02
--	Outros ⁷⁹³	13
--	Sem informação	02
	TOTAL	53

⁷⁹² Fichas de cadastro de menores. Setor de Trabalho do Menor. GRUPO: 1403 Programas de Atendimento. FUNDO 14.00 – Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI) – Fundação de Assistência Social (FAS). Arquivo Histórico João Spadari Adami (Caxias do Sul - RS).

⁷⁹³ Bairros e vilas citados apenas uma vez: Cinquentenário, Exposição, Garbin, Planalto, São José, Século XX, Vila Ipê, De Lazzer, Pio X, Salgado Filho, Santa Tereza, Universitário e Vila Gaúcha.

A4 – ESCOLARIDADE**ENTRE OS QUE ESTAVAM FREQUENTANDO A ESCOLA**

Série / ano	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
3ª série	01	--	01
4ª série	01	--	01
5ª série	03	--	03
6ª série	03	01	04
7ª série	03	01	04
8ª série	02	--	02
1º ano 2º grau	--	01	01
TOTAL	13	03	16

ENTRE OS QUE NÃO ESTAVAM FREQUENTANDO A ESCOLA

Série / ano	Meninos	Meninas	Meninos e meninas
Não-alfabetizado	01	--	01
2ª série	03	02	05
3ª série	04	03	07
4ª série	04	04	08
5ª série	03	03	06
6ª série	04	01	05
7ª série	02	--	02
8ª série	01	--	01
TOTAL	22	13	35

BLOCO B – DADOS TRABALHISTAS**B1 – LOCAL DE TRABALHO****EMPRESAS E NÚMERO DE MENORES CONTRATADOS – GERAL**

Nº	Empresa	Setor	Valor
01	Metalúrgica Rosinatto	Metalomecânico	03
02	Panamante	Móveis e refrigeração	02
03	Comercial Cesa	Supermercado	01
04	Eletrônica Continental	Elétrico	01
05	Gazola S/A	Metalomecânico	01
06	Irmãos Toigo	(setor não-identificado)	01
07	Lanifício Matheo Gianella	Vestuário	01
08	Mercado Calcagnotto	Supermercado	01
09	Móveis Aristocrata	Moveleiro/marceneiro	01
10	Açoflex	Moveleiro/marceneiro	01
11	Empregada doméstica em casa de família	Serviços	01
12	Irmãos Bianchi	(setor não-identificado)	01
13	Kalil Sehbe	Vestuário	01
14	TOTAL	--	16

MENORES CONTRATADOS POR SETOR

Nº	Setor	Nº de contratados
01	Metalomecânico	04
02	Móveis e refrigeração	02
03	Supermercado	02
04	Moveleiro/marceneiro	02

05	Vestuário	02
06	Elétrico	01
07	Serviços	01
--	Não-identificado	02
	TOTAL	16

EMPRESAS –Nº DE MENINOS CONTRATADOS

Nº	Empresa	Setor	Valor
01	Panamante	Móveis e refrigeração	02
02	Comercial Cesa	Supermercado	01
03	Eletrônica Continental	Elétrico	01
04	Gazola S/A	Metalomecânico	01
05	Irmãos Toigo	(setor não-identificado)	01
06	Lanifício Matheo Gianella	Vestuário	01
07	Mercado Calcagnotto	Supermercado	01
08	Metalúrgica Rosinatto	Metalomecânico	01
09	Móveis Aristocrata	Moveleiro/marceneiro	01
	TOTAL	--	10

EMPRESAS – Nº DE MENINAS CONTRATADAS

Nº	Empresa	Setor	Valor
01	Metalúrgica Rosinatto	Metalomecânico	02
02	Açoflex	Moveleiro/marceneiro	01
03	Empregada doméstica em casa de família	Serviços	01
04	Irmãos Bianchi	(setor não-identificado)	01
05	Kalil Sehbe	Vestuário	01
	TOTAL	--	06

B2 – NÚMERO DE EMPREGOS PELOS QUAIS OS MENORES PASSARAM

Nº de empregos	Meninos	Meninas	Total Geral
Nenhum	27	11	38
01	08	06	14
02	01	--	01
TOTAL	36	17	53

B3 – PROFISSÃO ALMEJADA

PROFISSÃO ALMEJADA PELOS MENINOS

Nº	Profissão almejada	Meninos
01	Auxiliar geral	28
02	Jornaleiro	03
--	Outras ⁷⁹⁴	06
	TOTAL	37

⁷⁹⁴ Profissões citadas pelos meninos apenas uma vez: almoxarife, empacotador, *office-boy*, vendedor de bilhetes de loteria, pedreiro e mecânico.

PROFISSÃO ALMEJADA PELAS MENINAS

Nº	Profissão almejada	Meninas
01	Auxiliar geral	12
02	Auxiliar de supermercado	03
04	Empregada doméstica	02
--	Outras ⁷⁹⁵	02
TOTAL		19

B6 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALMEJADA**FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALMEJADA PELOS MENINOS**

Nº	Formação profissional almejada	Meninos
01	Mecânico	08
02	Torneiro mecânico	05
03	Qualquer uma	05
04	Desenho	02
05	Datilografia	02
06	Eletricidade	02
--	Outras ⁷⁹⁶	03
TOTAL		27

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALMEJADA PELAS MENINAS

Nº	Formação profissional almejada	Meninas
01	Bordado e costura	03
--	Outras ⁷⁹⁷	02
TOTAL		05

BLOCO C – DADOS FAMILIARES**C1 – SITUAÇÃO FAMILIAR**

Situação familiar	Meninos e meninas
Pai falecido	08
Mãe falecida	06
Pais separados	04
Não mora com pais	03
Pai desconhecido	01
Mãe doente	01
Menor mora sozinho	01

C2 – NÚMERO DE FILHOS

Nº de filhos por família	Total de famílias (meninos e meninas)
01	01
02	07
03	07
04	04
05	10
06	09
07	02
08	05

⁷⁹⁵ Profissões citadas pelas meninas apenas uma vez: balconista e vendedora em loja de calçados.

⁷⁹⁶ Formações profissionais citadas pelos meninos apenas uma vez: curso para ser soldador, curso de metrologia e pintura.

⁷⁹⁷ Formações profissionais citadas pelas meninas apenas uma vez: curso de auxiliar de malharia e de datilografia.

09	02
10	02
11	02

C3 – CIDADES DE ORIGEM

Nº	Cidades de origem	Nº de famílias (meninos e meninas)
01	Vacaria	09
02	Bom Jesus	04
03	Lages - SC	02
--	Outras ⁷⁹⁸	08
	TOTAL	23

C4 – TEMPO DE RESIDÊNCIA EM CAXIAS DO SUL

Tempo médio de residência	Nº de famílias (meninos e meninas)
Até 1 mês	02
Menos de 6 meses	03
Menos de 1 ano	01
Menos de 5 anos	04
Menos de 10 anos	09
Menos de 15 anos	03

C5 – SITUAÇÃO DA CASA

Situação da casa	Nº de famílias (meninos e meninas)
Própria	40
Alugada	06
Cedida	01
Em amortização (financiamento)	01
Sem informação	01

⁷⁹⁸ Localidades citadas apenas uma vez: Esmeralda, Espumoso, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Porto Alegre, São Joaquim (SC), São Manoel do Paraná (PR) e Vila Ibaré (Lavras do Sul).

ANEXO C

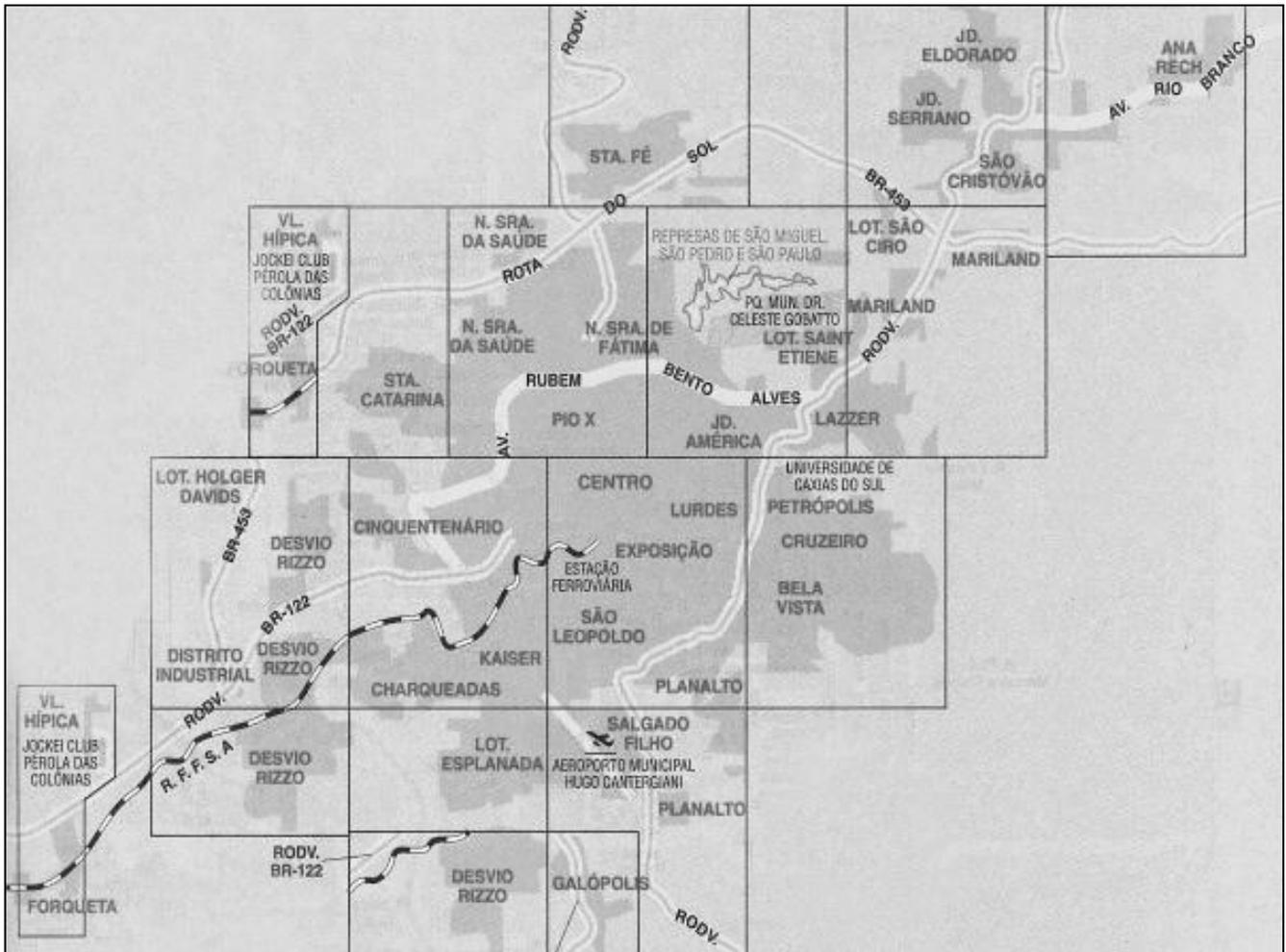
LISTA DE DIRETORES-EXECUTIVOS DA COMAI POR PERÍODO (1962-1992)⁷⁹⁹

Período	Diretores-Executivos
1963-1967	Esther Troian Benvenuti
1967-1969	Adélia Ida Tronchini
1969-1973	Geny A. Dalle Molle
1973-1976	Aldo Migot
1976-1877	Eneidy Alberti
1977-1982	Rachel Grazziotin
1983-1987	Flávia Odessa Vasconcellos Baldisserotto
1987-1988	Renato Zeni
1989-1991	Maria Helena Pinheiro de Barcelos Leitão
1991-1992	Delmir Portolan
1992	Maria Tereza Spalding Verdi

⁷⁹⁹ Dossiê Direções. *Acervo COMAI*.

ANEXO D

MAPA ATUAL SIMPLIFICADO COM OS PRINCIPAIS BAIRROS DE CAXIAS DO SUL⁸⁰⁰



⁸⁰⁰ Adaptado de Magno Smith, Gestão Patrimonial. Disponível em: <http://www.magnosmith.com.br/hotels/localizacao.htm>
Acesso em 11 dez. 2012.